

UMA IMERSÃO NA MARÉ PARA ALÉM DAS CERCAS

As representações sociais da Unidade de Conservação Parque dos Manguezais,
Recife - PE.

CÉLIO HENRIQUE ROCHA MOURA

DR. TOMÁS DE ALBUQUERQUE LAPA

DRA. ONILDA GOMES BEZERRA

Recife, 2022

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO - MDU/UFPE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

CÉLIO HENRIQUE ROCHA MOURA

**UMA IMERSÃO NA MARÉ PARA ALÉM DAS CERCAS: as representações
sociais da Unidade de Conservação Parque dos Manguezais, Recife-PE.**

Recife

2022

CÉLIO HENRIQUE ROCHA MOURA

**UMA IMERSÃO NA MARÉ PARA ALÉM DAS CERCAS: as representações
sociais da Unidade de Conservação Parque dos Manguezais, Recife-PE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientador: Dr. Tomás de Albuquerque Lapa

Coorientadora: Dra. Onilda Gomes Bezerra

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lílian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

M929i Moura, Célio Henrique Rocha
Uma Imersão na maré para além das cercas: as representações
sociais da Unidade de Conservação Parque dos Manguezais, Recife-PE./
Célio Henrique Rocha Moura. – Recife, 2022.
280f.: il., fig., tab.

Sob a orientação de: Tomás de Albuquerque Lapa.
Sob a coorientação de: Onilda Gomes Bezerra.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Urbano, 2022.

Inclui referências, apêndices e anexo.

1. Desenvolvimento Urbano. 2. Unidades de conservação. 3. Manguezais
urbanos. 4. Comunidades pesqueiras I. Lapa, Tomás de Albuquerque
(Orientação). II. Bezerra, Onilda Gomes (Coorientação). III. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-104)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Célio Henrique Rocha Moura

**UMA IMERSÃO NA MARÉ PARA ALÉM DAS CERCAS: as representações sociais da
Unidade de Conservação Parque dos Manguezais, Recife-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 23/02/2022.

Banca Examinadora

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Tomás de Albuquerque Lapa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof^a. Dra. Onilda Gomes Bezerra (Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof^a. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof^a. Dra. Maria do Carmo Martins Sobral (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos os homens-caranguejo e caranguejos com cérebro que fizeram do manguezal, poesia. À minha mãe que enraizou o mangue em mim e à minha avó e avô (*in memoriam*) que nos conduziram ao Recife.

AGRADECIMENTOS

A realização do meu Mestrado se deu, integralmente, dentro da aflição da Pandemia de COVID-19, iniciada no Brasil em 2019 e ainda sem perspectivas de arrefecimento. Foi um trabalho absolutamente árduo desenvolver uma pesquisa num momento onde tudo era incerteza. Soma-se ao medo, a falta de esperança em virtude da ausência de celeridade na obtenção de vacinas e respostas sobre como deveríamos nos conduzir nesse processo.

O desafio de reunir forças e energia, neste contexto, não foi fácil, contudo a beleza e a dinâmica dos manguezais forneceram pistas de como tudo poderia transcorrer: parece que tudo naquele ambiente lodoso funciona na mais perfeita sincronia, apesar das adversidades. Desde as raízes do mangue-vermelho, que se entrelaçam, formando uma rede de refúgio da vida silvestre, aos caranguejos que, por sua vez, quase que orquestradamente emergem e submergem no lamaçal, tornado o solo cintilante.

É semelhante a esta alusão metafórica dos manguezais que este trabalho se edificou: um produto de uma sincronia essencial para a sua existência. Seria impossível a escrita dessas linhas, neste momento de extrema convulsão, sem o apoio de todas e todos aqui lembrados que, talvez até despreziosamente, ordenaram meus momentos e seguraram tão firmemente a minha barra. Não foi fácil, mas apresento aqui os resultados do processo em que vocês foram primordiais.

À minha mãe, Celice Rocha, por quem nutro todo meu amor e admiração e por ser a maior árvore do meu manguezal, meu maior exemplo de força e resiliência. Ao meu avô Colimério da Rocha (*in memoriam*) e à minha avó Maria Pureza da Rocha, por serem o bastião da minha família e através dos quais tivemos o primeiro contato com as lamas do Pina. Às minhas tias e primas por me incentivarem, apoiarem e me darem o afago mais sincero nos momentos de dificuldade. Em especial, Clarice Rocha e Lígia Rocha, por suportarem meus desabafos nos momentos de maior apreensão. Aos meus sobrinhos Lorena e Bernardo que, apesar de riscarem constantemente meu quadro de anotações e perderem meus pilotos, me tornam mais leve.

Aos meus orientadores, Dr. Tomás Lapa e Dra. Onilda Bezerra por aceitarem “imersão na lama dos manguezais”, junto comigo. Onilda é uma *manguegirl* nata, sempre levantando a importância da conservação da natureza atrelada com a preocupação com o social. É uma fonte inesgotável de inspiração pessoal e profissional. Tomás foi muito mais que o meu orientador, foi meu guia nos momentos mais complicados do mestrado, firme quando necessário, mas especialmente um amigo. Em poucas palavras eu não conseguiria descrever o quanto vocês foram importantes nesse processo e o quão prazeroso tornaram essa escrita. Agradeço ao universo por ter colocado vocês no meu caminho.

Ao meu companheiro, Felipe Moura, por todo carinho, amor e por compreender minha ausência nos últimos meses. Sou grato pelo teu esforço em tentar abrir meus olhos para o que tem de mais incrível na estrada, tirando meu foco excessivo no destino. Prometo que estarei cada vez mais atento.

Ao meu amigo, Caio Coelho, pela cumplicidade de 14 anos e por compartilhar comigo os percalços e alegrias dessa jornada, estaremos aí pras próximas. À Lahys Alves, pela energia maravilhosa que sempre faço questão de reiterar que emana, à Maiara Mota, por todo seu cuidado e suporte desde antes do mestrado, à Vanessa Maschio pelas trocas valiosas durante esses últimos dois anos e à Elisa Melo pelo auxílio nas visitas de campo e pela experiência de nos ensinarmos mutuamente. Espero poder retribuir por cada momento que vocês me deram o impulso necessário para eu prosseguir.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano pelo trabalho hercúleo de adaptação ao novo modelo das aulas, imposto pela pandemia. Registro que conseguiram lograr êxito naquilo que se propuseram. À Renata Albuquerque, Secretária do MDU, por quem nutro uma profunda admiração por sua dedicação e empatia para com os pós-graduandos do MDU. Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa, sem o qual não teria sido possível entregar este produto.

A todas e todos vocês, sou extremamente grato. No Brasil, passamos por momentos difíceis em 2019, 2020 e 2021, porém, estamos aqui e estamos firmes na certeza de que estamos caminhando para dias melhores em que o país voltará a ser feliz de novo.

O mangue injeta, alimenta, abastece
Recarrega as baterias da Veneza
Esclerosada, destituída
Depauperada, embrutecida

(MUNDO LIVRE S/A, 1994)

RESUMO

A criação de áreas protegidas desponta como a principal e mais recorrente política de conservação da natureza desenvolvida no século XX. Integra uma visão dicotômica, entre o que se compreende como natural e o humano, proveniente principalmente de uma visão mítica e romântica que valoriza a natureza pelo seu caráter de intocabilidade. Dentro desta questão, se insere esta investigação, problematizando como este modelo de salvaguarda influi para a dissociação de determinadas populações de seu meio circundante. Para tal, adentra na questão da conservação do que se compreende por natureza em contexto urbano, notadamente os fragmentos florestais instituídos enquanto unidades de conservação (UC) por legislação municipal. Tem-se como objeto de estudo, o Parque dos Manguezais, UC da cidade do Recife que se caracteriza como um dos maiores representantes urbanos de ecossistema de manguezal no Brasil. A este remanescente estão associadas comunidades ribeirinhas pesqueiras, cujas atividades lastreiam suas identidades e senso comunitário. Através do aporte teórico-metodológico da teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici, no campo da psicologia social, foi possível imergir dentro das realidades e dinâmicas destes agrupamentos. Para tal, foram realizadas 42 entrevistas semiestruturadas, em oito comunidades localizadas no entorno da Unidade de Conservação, cujo material transcrito foi analisado por meio do software *Iramuteq*, a fim de se compreender as diversas representações sociais elaboradas por estes agrupamentos. Com base nas análises, foi possível discutir como diferentes comunidades se relacionam com o ecossistema e como as atividades de subsistência, em especial a pesca, atuam como fortes balizadoras das representações nessas localidades. Por fim, confrontou-se as representações com os Planos de Manejo de UC's do Recife, identificando que estes ainda incorrem no erro histórico e dissociativo entre o que se considera como natureza e humano, fator pelo qual se engendram os conflitos de ordem social e cultural que, paulatinamente, suprimem os remanescentes de ecossistema e as identidades socioculturais de comunidades em território urbano.

Palavras-chave: unidades de conservação; manguezais urbanos; comunidades tradicionais; comunidades pesqueiras; natureza.

ABSTRACT

The establishment of protected areas emerged as the primary and most recurrent nature conservation policy developed in the 20th century. It integrates a dichotomous approach between what is understood as natural and what is understood as anthropic, derived mainly from a mythical and romantic vision that values nature for its untouchability. This is the subject of this investigation, which problematizes how this safeguarding model influences the dissociation of specific populations from their surroundings. To this end, it deals with the issue of conservation of what is understood as nature in an urban context, especially the forest fragments established as conservation units (UC) by municipal legislation. The object of study is the Parque dos Manguezais, an UC in the city of Recife, which is characterized as one of Brazil's most significant representatives of the urban mangrove ecosystem. This remnant is associated with riverside fishing communities, whose activities support their identities and sense of community. Through the theoretical and methodological contribution of the theory of Social Representations, proposed by Moscovici, in the field of social psychology, it was possible to investigate the dynamics and contexts of these groups. To this end, 42 semi-structured interviews were conducted in eight communities around the Conservation Unit. The transcribed material was analyzed using the Iramuteq software to understand the various social representations elaborated by these groups. Based on the analyses, it was possible to discuss how different communities relate to the ecosystem and how subsistence activities, especially fishing, act as strong drivers of the representations in these locations. Finally, the representations were confronted with the Management Plans of UCs in Recife, identifying that these still incur in the historical and dissociative misconception regarding what is considered as nature and human. This factor engenders social and cultural conflicts that gradually suppress the remnants of the ecosystem and the socio-cultural identities of communities in urban territory.

Keywords: conservation units; urban mangroves; traditional communities; fishing communities; nature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	<i>The Great Blue Springs of the Lower Geyser Basin</i>	29
Figura 2 –	<i>Laborare est Orare</i>	30
Figura 3 –	Paisagem de Suffolk/ Vista do lago de Nemi	32
Figura 4 –	<i>The Grand Canyon of the Yellowstone</i>	39
Figura 5 –	Acampamento Shoshoni	40
Figura 6 –	Registro do Parque Nacional do Itatiaia	42
Figura 7 –	Esquema de Caiçara/ Esquema de Pitimbóias	60
Figura 8 –	Categorias e Classificações das Unidades Protegidas do Recife	67
Figura 9 –	<i>Wanderer über dem Nebelmeer</i>	74
Figura 10 –	Wilhelm Wundt, Émile Durkheim, Gustave Le Bon e Sigmund Freud	79
Figura 11 –	Forte Frederick Hendrik	94
Figura 12 –	Vista para o Jardim do Palácio Campo das Princesas	95
Figura 13 –	Uma parte da passagem da Madalena	99
Figura 14 –	Cheia dos Remédios	100
Figura 15 –	Mocambos de ontem, síntese do Recife do século XX	103
Figura 16 –	Palafitas de hoje, marca da paisagem do Recife estuarino do século XXI.	103
Figura 17 –	Unidades habitacionais na Ilha-de-Deus	108
Figura 18 –	Horizonte vertical do bairro do Pina	109
Figura 19 –	Vista do entorno do RioMar a partir da bacia do Pina	110
Figura 20 –	Vista da comunidade Jardim Beira-Rio, a partir do complexo empresarial RioMar	111
Figura 21 –	Vista da Via-Mangue a partir do bairro de Boa Viagem	112
Figura 22 –	Traçado da Ecovia	112

Figura 23 –	Traçado da Via verde	113
Figura 24 –	Traçado da Linha Verde	114
Figura 25 –	Pista de pouso do Aeroclube Encanta-moça após desativação	116
Figura 26 –	Pista de pouso do Aeroclube Encanta-moça atualmente	116
Figura 27 –	Construção do residencial Encanta-Moça, bairro do Pina	118
Figura 28 –	Palafitas na comunidade de Jardim Beira-Rio	118
Figura 29 –	Macrozoneamento do Recife, Plano diretor de 2020	126
Figura 30 –	Linha do tempo da legislação incidente sobre o Parque dos Manguezais	127
Figura 31 –	Marisqueira na comunidade Ilha-de-Deus	130
Figura 32 –	Marisqueira na comunidade do Bode	130
Figura 33 –	Imagem de divulgação do Encontro de pescadores e pescadoras do Recife	131
Figura 34 –	Unidades de Conservação do Recife e principais rios	135
Figura 35 –	Entorno do Parque dos Manguezais	137
Figura 36 –	Esquema representativo da conformação do núcleo central da representação	139
Figura 37 –	Esquema representativo da conformação da representação global	140
Figura 38 –	Divisão adotada das comunidades fronteiriças ao Parque dos Manguezais	143
Figura 39 –	Banner ‘para além das cercas’	150
Figura 40 –	“Amorosa promiscuidade” das raízes de Mangue-vermelho no Cabanga	155
Figura 41 –	Frame de audiovisual – Ribeirinho come carne de caranguejo	157
Figura 42 –	Frame de audiovisual – Captura de caranguejo imerso na lama	158
Figura 43 –	Frame de audiovisual – Homem com um véu de lama – Previsões das ciganas do Egito	159

Figura 44 –	Frame de audiovisual – Homem negro de graxa – Previsões das ciganas do Egito	160
Figura 45 –	Frame de audiovisual – Partida de Severino	161
Figura 46 –	A morte, companhia de Severino na sua jornada, afunda nas lamas da terra da promessa	164
Figura 47 –	Parabólica fincada na lama	166
Figura 48 –	Frame de audiovisual – Os urubus no videoclipe de “A Cidade”, de Chico Science e Nação Zumbi	171
Figura 49 –	Chico Science, o caranguejo com cérebro, imortalizado na rua da Moeda, Recife	175
Figura 50 –	Ilustração da moça encantada do manguezal do Pina	180
Figura 51 –	Jovens da comunidade do Bode, a partir do viaduto da Viagem	181
Figura 52 –	Contraste da ocupação ao redor do RioMar - Palafitas do Bode/ RioMar Trade Center	183
Figura 53 –	Residente da comunidade de palafitas do Bode posa na porta que emoldura as torres do RioMar Trade Center	185
Figura 54 –	Condomínio Le Parc Boa Viagem	188
Figura 55 –	Lixo enlaça as hélices do barco do pescador/ Lixo acumulado dentro do barco, retirado do rio pelo pescador	190
Figura 56 –	Crianças tomando “banho de maré”, nas margens da comunidade do Bode	191
Figura 57 –	Acúmulo dos rejeitos da pesca nos manguezais da Ilha-de-Deus	194
Figura 58 –	Lixo acumulado nas margens da comunidade do Bode	197
Figura 59 –	Ofício da mariscagem, comunidade da Ilha-de-Deus	201
Figura 60 –	Parque dos manguezais a nível d’água	204
Figura 61	Análise de Similitude do discurso das entrevistas nas comunidades com forte tradição pesqueira	207
Figura 62 –	Nuvem de Palavras – Comunidades com forte tradição pesqueira	208
Figura 63 –	Ribeirinhos preparam o sururu na Ilha-de-Deus	210

Figura 64 –	Unidades habitacionais na Vila da Imbiribeira	216
Figura 65 –	Condição da Ilha do Destino – De um lado a comunidade, no centro a Via-Mangue, do outro o manguezal.	217
Figura 66 –	Análise de Similitude do discurso das entrevistas nas comunidades com relativa memória pesqueira	218
Figura 67 –	Nuvem de Palavras – Comunidades com relativa memória pesqueira	220
Figura 68 –	Análise de Similitude do discurso das entrevistas nas comunidades independentes do manguezal	227
Figura 69 –	Nuvem de Palavras – Comunidades independentes do manguezal	229
Figura 70 –	Esquema síntese das Representações e Associações do manguezal	231
Figura 71 –	Acúmulo de lixo nas margens da comunidade do Bode	239
Figura 72 –	Comparação da evolução da aquacultura no Parque dos Manguezais	240
Figura 73 –	Aquacultura no Parque dos Manguezais, vista a partir da ponte “vitória das mulheres”, Ilha-de-Deus	241

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Categorias de Unidades Protegidas da UICN (1978) e Brasil (1979/1981)	57
Quadro 2 –	Marcos históricos da ocupação urbana dos manguezais do sul do Recife.	104
Quadro 3 –	Unidades de Conservação do Recife (LUOS, 1996)	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Comparativo entre categorias instituídas pela IUCN (1978), Plano de 1979, IUCN (1994) e SNUC (2000).	62
Tabela 2 –	Quantitativo aproximado de habitantes nas ZEIS e CIS do entorno do Parque dos Manguezais	136
Tabela 3 –	Características socioeconômicas dos entrevistados	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CIS	Comunidade de Interesse Social
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CMED	Comissão Mundial pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPNAP	Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
DPNC	Divisão de Patrimônio Natural e Construído
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FAO	Organização para a Agricultura e Alimentação
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et Questionnaires</i>
IPAV	Imóvel de Proteção de Área Verde
JB	Jardim Botânico
JCPM	Grupo João Carlos Paes Mendonça
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MANC	Macrozona de ambiente natural e cultural
NF	Núcleo de reserva Florestal
RS	Representações Sociais

SDSMA	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SEPLAG	Secretaria de planejamento e gestão do governo do estado de Pernambuco
SMUP	Sistema Municipal de Unidades Protegidas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
ONU	Organização das Nações Unidas
UC	Unidade de Conservação da Natureza
UCN	Unidade de Conservação da Natureza
UCP	Unidade de Conservação da Paisagem
UEA	Unidade de Equilíbrio Ambiental
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UIPN	União Internacional para Proteção da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZAC	Macrozona de Ambiente Construído
ZAN	Macrozona de Ambiente Natural
ZDS	Zona de Desenvolvimento Sustentável
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPA	Zona Especial de Preservação Ambiental
ZF	Zona de reserva Florestal
ZV	Zona Verde
ZUP	Zona de Urbanização Preferencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	DA GÊNESE DAS ÁREAS PROTEGIDAS ÀS CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	28
2.1	O PRESERVACIONISMO ESTADUNIDENSE DO SÉCULO XIX: PRENÚNCIOS DAS MODERNAS ÁREAS PROTEGIDAS.....	28
2.2	A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE SALVAGUARDA DA NATUREZA.....	40
2.3	A NATUREZA NO BRASIL – OS SISTEMAS DE UNIDADES PROTEGIDAS.....	55
2.4	RESSONÂNCIAS DO SISTEMA NACIONAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES PROTEGIDAS DO RECIFE.....	66
3	A REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA: PARA ALÉM DAS IMPOSIÇÕES DAS ÁREAS PROTEGIDAS	69
3.1	A NATUREZA ENTRE OS VALORES INTRÍNSECOS E OS VALORES ATRIBUÍDOS.....	69
3.2	A NATUREZA REPRESENTADA: BASES DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO E NA CIDADE.....	76
3.3	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	79
3.3.1	As contribuições de Wundt, Durkheim, Le Bon e Freud.....	79
3.3.2	Representação Coletiva x Representação Social.....	84
3.3.3	A teoria das Representações Sociais.....	86
4	DELINEANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	93
4.1	METADE ROUBADA AO MAR, METADE À IMAGINAÇÃO.....	93
4.2	ADENTRANDO NO PARQUE DOS MANGUEZAIS.....	104
4.2.1	Transformações a partir do segundo milênio (2000-2022).....	106
4.3	CONFORMAÇÃO LEGAL.....	119
4.4	AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DO RECIFE.....	128
4.5	DELIMITANDO O UNIVERSO DE ANÁLISE.....	133
4.5.1	Aspectos físico-ambientais.....	134

5	CAMINHO METODOLÓGICO À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	138
5.1	COLETA DE DADOS.....	141
5.2	A AMOSTRA.....	143
5.2.1	Comunidades com forte tradição pesqueira	144
5.2.2	Comunidades com relativa memória pesqueira	144
5.2.3	Comunidades independentes da pesca	144
5.3	PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DOS DADOS	145
5.3.1	Primeiro plano – As relações	146
5.3.2	Segundo plano – As Representações Sociais	147
6	CINCO PRIMEIRAS IMERSÕES NA LAMA DOS MANGUEZAIS – A POÉTICA ALEGÓRICA	151
6.1	PRIMEIRA IMERSÃO: o Mangue, colonizador do solo	152
6.2	SEGUNDA IMERSÃO: o Mangue que se confunde com o Homem	156
6.3	TERCEIRA IMERSÃO: o Mangue, terra da promessa.....	160
6.4	QUARTA IMERSÃO: o universo estético do mangue anunciador das contradições na quarta pior cidade do mundo	165
6.5	QUINTA IMERSÃO: o mangue, do medo e do encanto	176
7	A PROFUSÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO UNIVERSO DOS ALAGADOS	181
7.1	DISCUTINDO A NOÇÃO DE “PROGRESSO”.....	182
7.2	SEXTA IMERSÃO: O Mangue-lama (lixo e esgoto)	189
7.3	SÉTIMA IMERSÃO: O mangue-vida.....	198
7.4	OITAVA IMERSÃO: O mangue-recurso	211
7.5	NONA IMERSÃO: O mangue-caranguejo	221
8	CONFRONTANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COM OS PLANOS DE MANEJO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS	234

8.1	OS PLANOS DE MANEJO	235
8.2	CONSEQUENCIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE PARQUE DOS MANGUEZAIS	237
8.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RS E OS PLANOS DE MANEJO	241
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
	REFERÊNCIAS	263
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA - MORADORES.....	273
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	275
	ANEXO A – CARTA DOS PESCADORES E PESCADORAS DO RECIFE (2017)	277

1 INTRODUÇÃO¹

Tradicionalmente, entre natureza e cultura se instaura uma cisão contraditória, vistas enquanto duas dimensões dissociadas e muitas vezes antagônicas. A cultura associa-se com o antrópico e as suas produções sobre a matéria e o espaço. A natureza, por sua vez, é muitas vezes entendida como “apenas incluindo aquilo que, deixando de lado o sobrenatural, designa o que não é humano, nem por si próprio, nem nas suas origens” (PASSMORE, 1975) e seu ser independe da produção do homem.

Numa perspectiva histórica, a interação do ser humano com o que se convencionou por natureza faz alusão ao universo simbólico e, nesse sentido, o território é moldado em formas que remetem às representações que os homens elaboram sobre ele. Tais representações são norteadas pelas conexões culturais e sociais que estes entes desenvolvem com o meio em que vivem e entre si. Segundo Diegues (2001), muitas vezes a apreensão simbólica da natureza convive paralelamente com a percepção empírica, que remete à experiência pelas sensações e pelas interpretações racionais humanas. Essa questão traz à tona o fato de que, mesmo nas relações tipicamente utilitárias, estão presentes as associações simbólicas dos seres humanos com o meio onde desenvolvem suas experiências.

A abordagem desta investigação, em nível macro, orbita em torno da compreensão de que, em certas dimensões do urbano, natureza e cultura confundem-se numa trama indissociável. Esse olhar se opõe à típica dicotomia estabelecida no debate ambiental do século XX, principalmente em virtude da visão utilitária sobre o meio natural. De acordo com Bezerra (2018, p.55), “O uso da

¹ Esta dissertação é fruto de uma série de debates e pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Grupo de Pesquisa CNPq de “Conservação do Patrimônio Natural”. Desde o ano de 2015, o autor vem desenvolvendo investigações sobre as relações homem-natureza no território urbano, ainda na graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPE), logrando reconhecimentos importantes pelos resultados apresentados, como o Prêmio Jovem Cientista (CNPq – 29ª edição, 2018) e a menção honrosa no primeiro prêmio ENANPARQ de trabalhos de conclusão de curso (2019). Em nível de mestrado, a investigação prossegue na parceria entre o Laboratório da Paisagem e o Laboratório de Estudos Periurbanos (LEPUR/UFPE), adentrando na abordagem da psicologia social para identificação das representações sociais de unidades de conservação em meio urbano e seus rebatimentos na gestão pública.

natureza como meio ou recurso endossa a tradicional visão antropocêntrica do mundo ocidental, segundo a qual a unicidade e supremacia humana imperam sobre as demais dimensões da vida”. Nesse sentido, historicamente, a salvaguarda da natureza decorre de resoluções e definições relativas à sua função utilitária para o ser humano.

Sob esta ótica, aflorou o movimento preservacionista nos Estados Unidos no final do século XIX, influenciando mundialmente a instituição de áreas protegidas em territórios compreendidos como natural (BRESSAN, 1996; DIEGUES, 2001). A noção basilar deste movimento parte do pressuposto da existência de uma natureza intocada (*wilderness*), visão difundida pelo proeminente preservacionista John Muir (1838-1914). Essa ótica, que advogava pela existência de excepcionais sítios de beleza e grandiosidade cênica, livres da presença antrópica, foi estendida como fundamentação para a conservação dos territórios naturais, geralmente privilegiando os grandes sítios de caráter monumental. Dessa maneira, a ideia de natureza como fonte prestadora de serviços ao homem ficou explícita desde sua concepção, quando era vista como um refúgio espiritual e de contemplação para as populações urbano-industriais (DIEGUES, 2001).

A instituição de áreas protegidas é uma ação costumeiramente adotada pelas nações, sendo a principal política de conservação da natureza em âmbito nacional e internacional. Os esforços da União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – UICN consolidam um contínuo processo de evolução da compreensão da correlação entre o homem e a natureza, ao se inserir as perspectivas dos povos tradicionais nos processos de delimitação e gestão de áreas protegidas.

No caso do Brasil, as Unidades de Conservação Nacionais e demais Sistemas de áreas protegidas, estaduais e municipais foram instituídas sob a chancela do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei Federal nº 9.985/2000) que vão se instituir. Com o estabelecimento do sistema, houve certos avanços teórico-metodológicos no tocante à consideração da presença humana no interior das áreas protegidas. Não obstante, segundo Diegues (2001), ainda se perpetuam certos valores preservacionistas, dominantes na discussão ambiental do século XX, como a ampla e forte valorização do conhecimento científico. Isso se dá

nos processos de construção dos planos de manejo, em detrimento do etnoconhecimento e das cosmovisões das comunidades tradicionais. Em crítica aos primeiros esforços de elaboração do SNUC, Diegues afirma que ele se apresenta como um sistema fechado e isolado da realidade brasileira, contribuindo para a criação de “ilhas de conservação” (2001, p.118), descontextualizadas das realidades locais.

Apesar dos recentes avanços na discussão ambiental sobre o reconhecimento da presença dos povos tradicionais, no interior de unidades de conservação, ainda não se alcançou um modelo de salvaguarda da natureza que contemple a diversidade de manifestações dessas comunidades, em consonância com os objetivos de conservação dos territórios naturais. Quando foram priorizados grandes sítios e ressaltados seu caráter monumental, a beleza cênica do lugar e a condição de intocabilidade, as áreas sob influência antrópica direta, ou de menor dimensão territorial, foram preteridas na discussão sobre a conservação de remanescentes, como exemplo das áreas protegidas nas cidades.

Scifoni (2006) afirma que a valorização dos sítios naturais, através de seus atributos de excepcionalidade e monumentalidade, tende a uma hierarquização dos territórios naturais. Privilegia-se, por exemplo, um grande remanescente de vegetação nativa em detrimento de uma área verde urbana, apropriada pela população: “É essa lógica de valores, que estabelece uma natureza de maior importância e uma natureza inferior, que tem justificado a eliminação de tantas áreas verdes nas cidades sob o pretexto de ‘não constituírem cobertura vegetal nativa’” (SCIFONI, 2006, p.67).

Compreender os papéis dessas duas forças (natural e antrópica), preponderantes nas delimitações de um sítio urbano, é reconhecer a relevância das representações humanas sobre a natureza enquanto propiciadora da identidade e das manifestações culturais naquela localidade. Nesse sentido, no território urbano, a natureza passa a ser compreendida como componente daquilo que caracteriza (física e culturalmente) o território e as populações.

A importância de se discutir um modelo de conservação integrada da natureza (antrópico e natural) parte da premissa de que, na cidade, as noções

tradicionalmente empreendidas sobre a conservação dos ecossistemas, pautadas nas áreas protegidas, precisam considerar as relações sociais e culturais entre as populações que interagem com tais remanescentes. Estas relações, por sua vez, não são estáveis, mas se modificam de acordo com a dinâmica socioambiental urbana como um todo. Assim, às atividades extrativistas, técnicas de manejo tradicionais e valores conferidos à natureza, são associadas as variáveis das demandas urbano-industriais que, de acordo com Diegues (2001), são transformadoras da realidade das comunidades tradicionais.

A presente investigação traz para essa pauta de discussão os singulares ecossistemas de manguezal, especificamente abarcando as condições socioambientais e culturais relativas aos manguezais na cidade do Recife. Tais manguezais são salvaguardados pelo Código Florestal (Lei federal nº 12.651/2012) que institui as Áreas de Preservação Permanentes (APP) a partir das margens de corpos d'água, incluindo os ecossistemas de manguezais e restingas. No Recife, para além das definições em nível federal, o Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP – Lei municipal nº 18.014/2014), que institui as Unidades de Conservação da Natureza (UCN), delimita algumas áreas ocupadas por manguezais. Dentre elas, as de maior densidade e extensão territorial são as UCN: Parque dos Manguezais, Joana Bezerra, Ilha do Zeca, Rio Jordão, Mata do Engenho Uchôa, São Miguel, Tamandaré, Sítio Grande e Estuário do rio Capibaribe.

De acordo com o Atlas dos Manguezais do Brasil, estima-se que aproximadamente 25% dos manguezais do território nacional tenham sido destruídos a partir do século XX. A situação se mostra mais dramática na região sudeste e nordeste, nas quais se calcula uma perda de 40% dos remanescentes estuarinos, hoje em condição fragmentada (ICMBio, 2018). O relatório ainda reconhece o papel das Unidades de Conservação na salvaguarda do ecossistema, na medida em que destaca que os esforços empreendidos no âmbito do SNUC instituíram 87% de todo ecossistema como Unidades de Conservação.

Em Pernambuco, apesar dos dispositivos legais para a salvaguarda desses ecossistemas, os estudos de Tavares e Coelho Junior (2013) identificaram 12 leis autorizativas para supressão de manguezal, entre os anos de 1997 e 2010. As leis previam uma redução de 675,32 ha de área de manguezal no Estado, sendo 98%

desse montante correspondendo às obras no complexo portuário de Suape. Este número desconsidera, ainda, as supressões ilegais realizadas por entes privados, pelo poder público ou por ocupações ribeirinhas, sendo um dado que carece de estudo, principalmente na cidade do Recife.

No caso específico do Parque dos Manguezais, objeto empírico desta investigação, Silva et al. (2018) destacam que, entre os anos de 1989 e 2011, ocorreu um aumento do tamanho do dossel da floresta, fator que pode ser atribuído ao alto grau de resiliência do ecossistema e da legislação ambiental mais restritiva, como no caso das APPs. Os dados são reiterados por Barbosa (2010), ao quantificar as variações da cobertura de vegetação rala, semi-densa e densa na Unidade de Conservação. De acordo com a autora, entre 1987 e 2008, a área de cobertura dos manguezais permaneceu estável (400,28ha e 399,61ha, respectivamente). Contudo, em relação à vegetação densa, ela teve um incremento considerável, passando de 186ha, em 1987, para 216ha, em 2008.

Apesar dos notáveis ganhos com a delimitação físico-territorial dessas áreas, ela não é suficiente para a salvaguarda dos ecossistemas na cidade. Sob a chancela de instrumentos locais, observa-se que a criação de redutos geograficamente delimitados, distantes de uma lógica integrativa territorial, é favorecida. Tal prática se contrapõe a conservação do ecossistema e aos usos e inter-relações de comunidades ribeirinhas com o território. Em última instância, resulta na supressão das representações e associações humanas com a natureza, intensificando os embates entre os usos antrópicos não reconhecidos e a conservação do ecossistema.

Dessa forma, levanta-se como hipótese desta investigação o fato de que nos atuais instrumentos para conservação da natureza na cidade ainda reverberam pressupostos dissociativos do que se considera natural e do que se considera de ordem antrópica. Pressupõe-se que este fator é o responsável pela supressão de práticas e modos de vida de comunidades ribeirinhas.

Tem-se, como objetivo geral, o levantamento das principais Representações Sociais elaboradas pelas comunidades que margeiam o Parque dos Manguezais,

compreendendo como se articulam dentro do escopo da gestão de Unidades de Conservação de manguezais, no Recife.

A escolha do Parque dos Manguezais, como objeto de estudo, se deu em virtude de ser o maior remanescente estuarino do Recife, instituído como Unidade de Conservação e circundado por comunidades tradicionais pesqueiras. Para tal, foi necessária a apreensão e compreensão das relações humanas com a natureza, utilizando-se a teoria das Representações Sociais. Inserida como parte integrante da elaboração teórica e metodológica da investigação, esta teoria, que faz parte do chamado campo da psicologia social, contribuiu para prospectar as relações humanas que se desenrolam no território. Dessa maneira, buscou-se aprofundar a compreensão sobre as principais motivações que engendram as ações dos grupos populacionais no âmbito do Parque dos Manguezais. Assim, a dissertação compreende os seguintes capítulos:

No **Capítulo 2**, discorreu-se sobre as áreas protegidas, trilhando-se um caminho histórico e crítico que compreende desde sua gênese até a influência que exerce no Sistema Municipal de Unidades Protegidas do Recife. Dessa maneira, delineou-se o universo da problemática central da investigação, que se volta para a maneira como o modelo de salvaguarda da natureza, mais difundido internacionalmente, impacta na supressão dos modos de vida e costumes das comunidades locais associadas aos ecossistemas existentes no meio urbano.

No **Capítulo 3**, foram levantados os fundamentos teóricos que nortearam as discussões propostas nesta dissertação. Essencialmente, a noção de natureza e das representações humanas como base para atuação no território confrontam o estabelecimento legal de áreas protegidas. Para tal, neste capítulo foi apresentada a teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, lastro teórico fundamental sobre o qual vão se amparar os fundamentos metodológicos da pesquisa e os resultados almejados.

No **Capítulo 4**, dissecou-se o objeto de estudo desta investigação por meio de uma incursão histórica nos processos de ocupação dos manguezais do Recife, com enfoque no Parque dos Manguezais, juntamente com as comunidades ribeirinhas de

seu entorno. Também foi contemplada pela análise do reconhecimento legal da Unidade de Conservação no decorrer da segunda metade do século XX.

O **Capítulo 5** corresponde à explanação da metodologia de análise do objeto empírico, findando na identificação das Representações Sociais, formuladas pelos entes participantes da investigação.

No **Capítulo 6**, foi realizada uma imersão na poética do Manguezal, por meio da leitura dos mestres da literatura pernambucana e do cenário musical e estético do movimento *Manguebeat*. Foram objeto de análise os escritos de Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto e Gilberto Freyre, além dos versos de Chico Science, Nação Zumbi, Mundo Livre S/A e Fred Zero quatro, expoentes da renovação da música pernambucana.

No **Capítulo 7**, foram analisadas as informações recolhidas in loco, por meio de entrevistas realizadas com moradores e moradoras das comunidades do entorno, a partir das quais foi possível identificar as principais Representações Sociais formuladas pelas populações relacionadas com o Parque dos Manguezais.

Finalmente, no **Capítulo 8**, as Representações Sociais foram confrontadas com as formulações identificadas nos Planos de Manejo de Unidades de Conservação onde ocorre o ecossistema de Manguezal, especificamente os Planos de Manejo da UCN São Miguel e UCN Tamandaré, no Recife. A análise possibilitou a compreensão de como se estruturam estes planos e as fraquezas das suas proposições, quando não apoiadas nas representações humanas sobre o território.

Dessarte, a relevância da pesquisa ora proposta se destaca pelo reconhecimento da natureza como elemento integrador das comunidades ribeirinhas que abrigam uma cultura tradicional do Recife. Dessa maneira, a pesquisa levanta questões de identidade cidadina, ressaltando o papel do que se convencionou nomear como natureza para unificação da identidade de certos grupos sociais.

2 DA GÊNESE DAS ÁREAS PROTEGIDAS ÀS CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS

2.1 O PRESERVACIONISMO ESTADUNIDENSE DO SÉCULO XIX: PRENÚNCIOS DAS MODERNAS ÁREAS PROTEGIDAS.

Em termos gerais, uma “Área Protegida” pode ser definida como uma região, uma extensão espacial, geográfica ou não, a que se deseja tutelar e defender de algo. A incursão semântica não consegue, por si própria, abarcar todos os significados que uma área protegida adquire dentro da discussão novecentista sobre a conservação da natureza. Neste caso, permite uma imersão dentro das origens particulares do conceito, já datadas do final do século XIX, conforme virá a ser discutido nas linhas seguintes.

Os questionamentos que emergem da semântica do conceito contribuem para a compreensão da problemática a ser abordada na presente dissertação. Primeiramente, lidando com a dimensão espacial reconhecemos limites que podem ser geográficos, ou puramente simbólicos e subjetivos, mas que delinham o que está fora e o que está dentro de sua extensão. Em segundo lugar, ao se tratar de algo a ser protegido, questiona-se: o que será protegido? Contra quem? Presume-se, portanto, a existência de um agente externo, ameaça a algo que necessita de resguardo. Dessa maneira, a área protegida reproduz uma visão dicotômica e geográfico-espacial - o exterior e o interior - e uma visão que acusa qualquer coisa sob ameaça diante de um elemento destrutivo.

De conformidade com essa visão, estritamente dual, desenvolveu-se a visão contemporânea sobre as Áreas Protegidas, edificada a partir do final do século XIX e impulsionada pela instituição do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, primeiro no mundo.

A criação das áreas protegidas desponta como a mais recorrente estratégia, utilizada pelos países do dito terceiro mundo, para a conservação da natureza (DIEGUES, 2001). Para compreender o conceito, é necessária a imersão nas principais forças motrizes que fazem aflorar a natureza como uma parcela geograficamente delimitada ou alegoria simbólica a ser salvaguardada.

Instaurado pelo então presidente estadunidense, Ulysses S. Grant (1822-1885), o Parque Nacional *Yellowstone* (Figura 1) foi pioneiro como modelo de salvaguarda da natureza, influenciado pela concepção teórico-filosófica que aflorou da literatura romântica, principalmente na Inglaterra, à luz dos escritos de escritores como William Wordsworth (1770-1850).

Figura 1: Thomas Moran. *The Great Blue Springs of the Lower Geyser Basin*. 1875, 210 x 313 mm.



Fonte: Acervo do *Amon Carter Museum of American Art*, Fort Worth, Texas.

A devoção a uma natureza selvagem, dissociada da presença humana, desenhou-se no século XVIII, segundo uma perspectiva eurocêntrica. Uma das explicações para o apreço por uma condição intocada da paisagem natural é aquela que atribui às melhorias advindas do sistema de comunicação, da Europa do século XVII, a possibilidade de contato dos moradores de grandes cidades com os sítios ditos naturais, cadeias de montanhas e paisagens campestres. Segundo Thomas (2010), neste processo, estão incluídas a construção de novas estradas, a sinalização, a ampliação do transporte à tração animal, como impulsionadores do turismo, que permitiram o desbravar de montanhas e outros territórios aos visitantes. Contudo, destaca o autor que as novas facilidades de acesso, por si só, não conseguiam explicar o desabrochar da nova reverência a uma natureza intocada

(*Wilderness*)², quando “escalar os Alpes não deixou de ser perigoso só porque os suíços construíram ferrovias” (2010, p. 369).

A explicação para esta deificação da natureza, por parte dos ingleses, se insere no âmbito das práticas agro-culturais em ascensão nos campos cultivados. Naquele momento, instaurou-se uma contraposição entre os antigos campos férteis comuns, orgânicos e irregulares e a progressiva expansão dos campos uniformes (Figura 2).

Figura 2. John Rogers Herbert. *Laborare est Orare*. 1862, óleo sobre tela, 972 x 1759mm.



Fonte: Acervo do Tate Museum, Londres, Inglaterra.

A alteração da paisagem em padrões geométricos, acentuadamente antropizados, foi denunciada pela poesia de William Wordsworth, proeminente romancista inglês do século XIX. Aliandro (1952) salienta que a poética de Wordsworth buscava exaltar a beleza da natureza através dos prados, das matas e dos topos das montanhas, interpretando-as com termos espirituais. Em sua obra, a natureza era condecorada pelos seus aspectos primitivos, longe de uma interferência humana (SOUZA, 2013). Em “A excursão”, o claro descontentamento de Wordsworth em relação às modificações da paisagem é ressaltado: “Onde quer

² O termo *wilderness* remete à idealização de uma natureza virgem, intocada, livre da presença antrópica, onde os ciclos ecológicos se reproduzem sem interferência externa. Está mais ligado a uma representação estética e cênica da natureza, como um paraíso terrestre não descoberto.

que o viajante volte seus passos,/ Ele vê as extensões estéreis suprimidas,/ Ou desaparecendo”³ (WORDSWORTH, 1814).

A obra de Wordsworth orbita em torno do antrópico e da natureza, não admitindo uma sobreposição do primeiro sobre o segundo, mas numa confluência mútua em que faz o homem retornar ao seu caráter primitivo, imerso no mundo natural e, portanto, dentro de uma relação contemplativa e espiritual. Ao se apartar da natureza, o homem se torna uma criatura pobre e, quanto mais se afasta, mergulha numa profunda mesquinhez (ALIANDRO, 1952). Assim, em Woodsworth, o natural não é um ente inerte, mas, dentro de uma acepção mítica, torna a essência do homem mutável.

O mesmo descontentamento do Wordsworth em relação aos novos campos cultivados impactou a jardinagem inglesa na década de 1740. Os reflexos da ascensão da natureza selvagem passaram a definir os contornos e a feição do jardim inglês, sobrepondo as tradicionais formas regulares típicas do jardim renascentista, adquirindo formas orgânicas e curvas. Thomas destaca que “Não foi por acaso que a Inglaterra se celebrizou por seu estilo ‘natural’, e a jardinagem de paisagismo se tornou uma das aquisições culturais mais características do país’ (THOMAS, 2010, p.370).

Assim, o jardim inglês floresceu como um registro da acepção da natureza selvagem. O historiador da jardinagem John Claudius Loudon (1783-1843), na década de 1830, caracteriza-o como um estilo inadequado para países com singela área de terras cultivadas. Só teria distinção, assim, dentro de um contexto de paisagens antropizadas.

De acordo com Thomas (2010), este gosto pelo pitoresco atraía os abastados, ao revés dos agricultores de subsistência. A expressão da natureza intocada era, assim, uma contraposição aos padrões de ocupação das terras inglesas, mais ligadas às necessidades cotidianas das populações mais carentes:

³ Do original: *Wheresoe'er the traveller turns his steps,/ He sees the barren wilderness erased,/ Or disappearing – The excursion* (WORDSWORTH, 1814)

A capacidade de extrair prazer de cenas de reativa desolação representou uma importante mudança na percepção humana. Inevitavelmente, ela se encontra com maior probabilidade entre aqueles que, devido a sua posição social e econômica, podiam contemplar sem problemas a perspectiva de deixar inculta uma terra que, normalmente, produziria alimento. Essa atitude só podia se tornar dominante não havendo a necessidade de passar fome. (THOMAS, 2010, p. 373).

Além disso, a valorização da natureza selvagem não surgiu como uma mera inclinação espontânea. Segundo Thomas (2010), a sua apreensão exigia certo nível de educação e conhecimento prévio de história e literatura. A formação imagética, do que seria uma região intocada, partia das descrições literárias e da pintura, que ressaltavam certos elementos da paisagem, em contraposição ao cenário campestre antrópico que se espriava (Figura 3). Assim sendo, na concepção inglesa, a natureza selvagem nada mais é do que uma representação simbólica, pois remete a um sentido produzido por meio das artes acessíveis à parcela mais abastada da população.

Figura 3: (à esq.) Thomas Gainsborough. Paisagem de Suffolk. 1750, óleo sobre tela, 650 x 950 mm. (à dir.) Joseph Wright. Vista do lago de Nemi. 1790-1795, óleo sobre tela, 1050 x 1280 mm.



Fonte: (esq.) Acervo do Museu Kunsthistorisches, Vienna, Austria. (dir.) Acervo do Museu do Louvre, Paris, França.

Thomas (2010) ressalta que Wordsworth reconhecia as diferenças sociais na percepção da natureza, sendo o sentimento pelo cenário romântico não inerente à espécie humana. Nesse sentido, o homem necessitava de um processo de educação estética que fizesse aflorar o gosto pelas rochas e montanhas nuas.

Infere-se que a natureza selvagem é um conceito subjetivo, que nasceu ao norte da posição social do indivíduo. A distinção entre a imagem da natureza, pelos abastados e pelos agricultores de subsistência, exaltada por Thomas e Wordsworth, torna-se política quando, já no século XIX, a representação romântica da natureza intocada, *wilderness*, passou a lastrear as principais ações de salvaguarda do território natural.

Posteriormente, a revolução industrial veio a corroborar a significação da natureza selvagem, quando as novas tecnologias, principalmente relacionadas ao consumo do carvão, causaram grandes rupturas nos modos de produção e vida nas cidades. O território urbano passou a sofrer os efeitos de um fenômeno intenso de crescimento populacional, tornando-se progressivamente mais insalubre, fruto da urbanização não-planejada e da poluição atmosférica. As condições dos bairros de Londres, por exemplo, foram ressaltadas por Frederich Engels, que destaca as vilas operárias como um reflexo das condições urbanas:

Para além disso, o arejamento torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. De resto, as ruas servem de secadouro, quando há bom tempo; estende-se cordas duma casa a casa fronteira, onde se pendura a roupa branca e úmida. (ENGELS, 1845, p.59)

Tais condições acarretaram um crescente descontentamento em relação à vida nas cidades. Sobre este fator, Diegues (2001) afirma que houve uma quebra de paradigma quando, desde a idade média, a vida nas cidades estava ligada às noções de civilidade. A natureza selvagem emerge, nesse contexto, como um refúgio em detrimento da precária condição de vida nas cidades fabris, principalmente nos bairros onde a população operária se alocava. Thomas (2010) sugere que este crescimento populacional nas cidades fez se manifestar um sentimento antissocial, convertendo-se a natureza selvagem em um lugar de refúgio e isolamento espiritual.

A gradativa valorização da natureza acarretou, no século XIX, o surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas organizados. Souza (2013) afirma que,

apesar de concentrados na Europa e América do Norte, o debate paulatinamente internacionalizou-se, ampliando a influência para as nações majoritariamente localizadas no sul global. Inicialmente, esta tendência de organização social correspondeu a associações para proteção da fauna, na Inglaterra, e a criação de Parques Nacionais, nos Estados Unidos.

Em 1824, foi criada em Londres a *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, primeiro grupo a tratar da proteção de determinadas espécies e áreas naturais. De acordo com Souza (2013), os objetivos desse grupo estavam associados à preservação de espécies, de florestas à redução da poluição do ar. Outro grupo pioneiro foi a *East Riding Association for the Protection of Sea Birds*, fundada em 1867, cujos membros eram contrários à temporada de caça dos pássaros em *Flamborough Head*, na costa de Yorkshire, Inglaterra.

Paralelamente aos movimentos ingleses de proteção da natureza, nos Estados Unidos do século XIX afluíam os movimentos que encadearam a criação dos primeiros Parques Nacionais. Para compreender as motivações iniciais, é necessário observar a obra de Henry David Thoreau (1817-1862), autor, poeta, filósofo e naturalista estadunidense. Ele vai ressaltar sua reverência à natureza selvagem na obra "Walden", cuja primeira publicação data de 1854. Nela, o autor descreve a sua imersão espiritual, durante sua vivência de dois anos nas proximidades do lago Walden, Massachusetts, Estados Unidos, quando decide se ausentar da vivência na cidade. A obra é uma clara oposição ao desenvolvimento urbano industrial do século XIX, onde a natureza adquire uma feição não apenas contemplativa, mas mística, ligada ao retorno do homem a um tempo primitivo, em que estava imerso no território natural:

A absoluta simplicidade e o despojamento da vida que o homem levava nos tempos primitivos tinham pelo menos a vantagem de deixá-lo ser hóspede da natureza. Quando se sentia retemperado pelo alimento ou pelo sono, tinha a estrada novamente diante de si. Morava neste mundo como se fosse numa tenda e estava sempre palmilhando vales, cruzando planícies, galgando cumes de montanhas. Mas vejam só! Os homens se transformaram nos instrumentos de seus instrumentos. Aquele que na maior liberdade apanhava os frutos nas árvores quando sentia fome, tornou-se agricultor; o que se deixava ficar debaixo de uma árvore por abrigo, virou caseiro. (THOREAU, 1962, p.292)

O tributo de Thoreau à natureza selvagem alinhava-se com as concepções inglesas construídas nos séculos anteriores. Contudo, o caso inglês voltava-se inicialmente a uma valorização da natureza intata em detrimento do avanço dos campos cultivados uniformes e, posteriormente, em razão das condições de vida das cidades fabris. No caso dos Estados Unidos, a valorização das áreas ditas virgens se deu em razão da revolução industrial e da expansão das atividades para os sítios de caráter “intocado”.

Paralelamente a Thoreau, outro autor que se destacou ao enaltecer a condição selvagem da natureza foi George Perkins Marsh (1801-1882), considerado o primeiro ambientalista estadunidense. Marsh se sobressaiu pela obra “*Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action*”, de 1864, na qual o autor disserta sobre os impactos destrutivos da humanidade sobre o mundo natural (SOUZA, 2013). De acordo com Diegues (2001), as ideias de Marsh influenciaram o estabelecimento de uma comissão nacional de especialistas florestais, tendo em vista que a preservação da natureza selvagem deveria partir de justificativas econômicas e poéticas.

Uma das ideias de Marsh alude à condição do homem enquanto essencialmente destruidor da natureza. Para tal, comparativamente, ele disserta sobre as interferências dos animais e dos homens, compreendendo que ambas as ações podem gerar impactos no meio natural. Para Marsh, as ações irracionais da fauna, de predação ou destruição, estão sujeitas a ordens naturais de compensação. Por outro lado, as ações humanas são carregadas de valores morais e motivações autoconscientes e, portanto, necessariamente destrutivas, conforme pontua o autor:

O fato de entre todos os seres orgânicos só o homem ser considerado como um poder essencialmente destrutivo, e que ele exerce energias para resistir à natureza - a natureza à qual toda a vida material e todas as substâncias inorgânicas obedecem - que lhe é totalmente impotente, tende a provar que, vivendo na natureza física, ele não é sua pertença, mas sim de ascendência mais elevada, e que pertence a uma ordem superior de existência do que os nascidos no seu ventre e submissos aos seus ditames (MARSH, [1864] 1965, p. 36-37)

E complementa:

Há, de fato, animais irracionais destruidores e aves e insetos predadores - toda a vida animal se alimenta, e, é claro, destrói outras formas de vida, - mas esta destruição é equilibrada por compensações. (...) O homem persegue as suas vítimas com uma destrutividade imprudente; e, enquanto o sacrifício da vida pelos animais inferiores é limitado pelos seus instintos, ele persegue implacavelmente, mesmo até à extirpação, milhares de formas orgânicas que ele não pode consumir. (MARSH, [1864] 1965, p.37)

A convicção de Marsh, que reforça uma condição inata do homem enquanto agente externo e destrutivo da natureza, com a veneração quase espiritual de Thoreau a uma natureza selvagem, vão fundamentar, segundo Diegues (2001), as bases do chamado “preservacionismo” que emerge nos Estados Unidos do século XIX. O autor afirma que tais concepções reforçam o mito do paraíso terrestre, emprestado da mitologia judaico-cristã. Aflora assim, no movimento preservacionista, a natureza como um refúgio espiritual, um “mito de paraísos naturais intocados, à semelhança do Éden de onde foram expulsos Adão e Eva, do Jardim das Hespérides dos gregos, e das Ilhas Bem-Aventuradas medievais” (2001, p.157).

A visão difundida de uma natureza selvagem, conforme destaca Diegues (2001), faz parte de um neomito, ou seja, uma representação atual do mundo natural, fundamentada em alusões simbólicas da existência de extensões territoriais ainda livres da presença humana. Esta concepção é refutada pelo autor quando afirma que não existem grandes sítios naturais em estado puro, fator também assimilado por Warren Dean em seu livro “A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira” (1996). Ao referenciar-se à floresta tropical do Brasil, antes da ocupação portuguesa, Dean sublinha que o que se entendia como mata virgem era parte de um longo processo de manejo da floresta para fins de subsistência, realizado por populações tradicionais.

É importante ressaltar que, tradicionalmente, a natureza foi impregnada de dimensões imaginárias (GODELIER, 1984), principalmente no que concerne às comunidades tradicionais. Muitas vezes, existe uma simbiose entre o homem e o território circundante que penetra no campo simbólico (DIEGUES, 2001). Assim, o neomito da natureza intocada não se aparta de um convencional processo de

significação do natural, mas se assoma a uma propensão inata do ser humano de dotar o meio que o cerca de significados.

Ao ser impregnado pelos escritos dos românticos ingleses e estadunidenses, a idealização mítica do paraíso terrestre tomou contornos inteligíveis a partir da profusão de ideais de John Muir, o mais proeminente preservacionista à época (DIEGUES, 2001). Explorador e escritor, ele é influenciado pelos ideais de Thoreau sobre o retorno do homem à relação primitiva com a natureza. Contudo, a perspectiva de Muir se aproximava muito mais de uma deificação da natureza, ao que mais tardiamente vai ser reconhecido como um 'preservacionismo puro'. Assim, advogava pela equiparação entre os direitos do homem e do mundo natural:

Para esse autor, não somente os animais, mas as plantas, e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina que permeava a natureza. Seu preservacionismo puro pode ser visto na frase: "*If a war of races should occur between the wild beasts and LordMan, I would be tempted to sympathize with the bears*" (DIEGUES, 2001, p.31).

Dessa forma, se reconheciam os valores intrínsecos do mundo natural para além da sua função utilitária para os seres humanos (SOUZA, 2013). Mais tarde essa visão viria a ser reconhecida como o pensamento biocêntrico, onde "há nele uma ênfase à 'justiça biótica', defesa do direito à vida dos processos naturais, relevando a questão do risco de perda ou desaparecimento dos seres vivos no planeta" (BEZERRA, 2018, p.56). Figura-se o preservacionismo como uma postura ética que, sob a ótica do *wilderness*⁴, congrega os escritos dos românticos ingleses e, por meio da eloquência de John Muir, dota o neomito de contornos institucionais.

O *wilderness* foi estendido como fundamentação para a conservação dos territórios naturais, geralmente privilegiando os grandes sítios de caráter monumental. Contudo, os ideais preservacionistas não estavam apenas ligados a uma simetria entre o homem e a natureza, mas, contraditoriamente, lhe confere o status de prestadora de serviços ao ser humano, explícito desde sua concepção,

⁴ Estado da Natureza Selvagem, intocada.

quando era vista como um refúgio espiritual e de contemplação para as populações urbano-industriais (DIEGUES, 2001).

Os conflitos emergentes dos ideais preservacionistas de proteção da natureza começaram a se manifestar com base nesses dois fatores primordiais: por um lado, a partir de uma visão romântica da natureza, segundo a qual a representação do território se sobrepõe a uma realidade objetiva. Excluem-se os povos tradicionais que ocupam a região e seus modos de vida. Por outro lado, ao se erigir em respostas às demandas de uma população urbano-industrial, muitas vezes, abastada, o mito da natureza intocada contribuiu substancialmente para a supressão de práticas tradicionais.

Quando da instituição do Parque Nacional de *Yellowstone*, para sua salvaguarda, predominou a ótica preservacionista. Ainda assim, tratou-se de uma ação pioneira em escala global, anunciadora do novo ideal de conservação da natureza, pautado na criação de unidades delimitadas (BRESSAN, 1996).

A motivação para a criação do parque se deu em virtude da crescente expansão do processo de colonização em direção oeste dos Estados Unidos, quando três juristas de Montana reconheceram que inúmeras áreas semelhantes sucumbiram pelo avanço antrópico (BRESSAN, 1996).

Para subsidiar os argumentos que tornassem *Yellowstone* passível de salvaguarda, foi realizada uma expedição ao local que contava com a presença do geólogo Ferdinand Hayden, do pintor Thomas Moran (Figura 4), do fotógrafo William Jackson, dentre outros. Sobre isto, em carta ao então presidente Ulysses S. Grant (1822-1885), Hayden afirmou que *Yellowstone* deveria ser completamente preservado "para deleite de toda a Humanidade, e que se tornasse, por decreto do Congresso, num grande parque público para todo o sempre" (ANDRADE, s.d).

Figura 4: Thomas Moran. *The Grand Canyon of the Yellowstone*. 1872, óleo sobre tela, 2100 x 2663 mm.



Fonte: Acervo do Smithsonian American Art Museum.

Naquele momento, o ponto conflito se deu pelo fato de que a região já era habitada por populações nativas tradicionais, sendo dotada de significado espiritual e cultural. No caso de *Yellowstone*, a ausência do conhecimento das comunidades tradicionais e suas relações, desenvolvidas com o ambiente natural, constituem um fator observado por Diegues, conforme cita:

a corrente preservacionista que serviu de ideologia para o movimento conservacionista americano, vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano industrial. Baseia-se, sem dúvida, nas consequências do avanço do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa. Por outro lado, desconsidera o fato que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos. (DIEGUES, 2001, p.37).

Dentre os povos que tradicionalmente habitavam a região de *Yellowstone* estavam os *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone Bannok* (Diegues, 2001). É reconhecido que uma subtribo dos *Shoshone* habitava integralmente o perímetro do que hoje se configura como o parque (Figura 5), enquanto os *Crow* se faziam presentes em determinadas épocas do ano, nos períodos de caça, dada a sua condição nômade.

Diegues (2001) ainda afirma que estes povos não saíram espontaneamente dos limites do parque instituído. Souza (2013) reitera expressando numericamente, quando no ano de 1877, 300 indivíduos foram mortos em conflitos entre os povos locais e a superintendência da área.

Figura 5: Acampamento Shoshoni.



Fonte: Fotografia desconhecida, 1871. *Yellowstone's photo collection*. Website oficial do Parque Nacional de *Yellowstone*.

2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE SALVAGUARDA DA NATUREZA.

Fica evidente que a noção do *wilderness* chancela uma dicotomia entre o homem e a natureza, partindo do prisma de populações urbano-industriais. Pode-se compreender, portanto, que a instituição de *Yellowstone* representa não apenas um modelo de conservação da natureza, por meio de áreas protegidas, como também respalda institucional e objetivamente a própria representação do que é natureza, construída pelos escritos românticos ingleses e estadunidenses. Godoy (2000) vai além, afirmando que *Yellowstone* não corresponde exclusivamente à invenção da natureza, como também engloba os domínios explicativos capazes de descrevê-la:

Esse parque corresponde não só a um marco da preservação de áreas silvestres de grande escala e do interesse público mas, principalmente, estabelece os fundamentos do chamado modelo de Unidades de Conservação: a proteção de amplos espaços naturais, de grandes belezas cênicas capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos sem interferência humana (GODOY, 2000, p.129).

Posteriormente a *Yellowstone*, foram criados nos Estados Unidos os parques nacionais de *General Grant*, *Sequoia*, *Mount Rainier* e *Yosemite*, este último em 1890. De acordo com Bressan (1996), o modelo preservacionista de conservação da natureza internacionalizou-se no início do século XX, influenciando a criação de Parques Nacionais no Canadá (1885), Nova Zelândia (1884), Austrália (1898), África do Sul (1898), México (1898), Argentina (1903), Chile (1926), Equador (1934), Venezuela (1937) e Brasil (1937). Em linhas gerais, as áreas protegidas iniciais tinham como objetivo comum a conservação das paisagens naturais a partir de seu valor cênico e da possibilidade de uso para gerações presentes ou futuras (BRESSAN, 1996).

Diegues (2001) ressalta que esta tendência tem impacto mais profundo nas nações do sul global, precisamente aquelas menos desenvolvidas. O autor pontua o efeito devastador das políticas de criação das áreas protegidas nestes países, onde as reservas naturais se encontravam factualmente ocupadas por populações indígenas, extrativistas ou pesqueiras. Naquele momento, foram desenhadas as bases dos conflitos fundiários nestas regiões, resultando em inconsistências entre demandas de uso e ocupação de áreas protegidas e objetivos de conservação.

No caso específico do Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia (Figura 6), localizado nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi instituído em 1937. A perpetuação do modelo de salvaguarda de uma área, extensamente delimitada pelos seus atributos estéticos, foi contemplada na delimitação do parque, sendo reiteradas as concepções iniciais de *Yellowstone*, no que tange à valoração do caráter contemplativo e de visitação da área protegida:

Considerando que, além das suas finalidades de caráter científico, é preciso atender também às de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros (BRASIL, 1937, p.1)

O que se observa neste momento é que, diferentemente dos argumentos iniciais que embasaram a salvaguarda de *Yellowstone*, voltados principalmente para os atributos de beleza cênica e monumentalidade, em Itatiaia foi ressaltada a sua

biodiversidade, sendo destacado no decreto que o parque apresenta “flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira” (BRASIL, 1937, p.1). Estes novos valores reforçam uma mudança de paradigma em relação à conservação da natureza, antes voltada para a criação de áreas protegidas por suas características estéticas. Assim, a valoração e proteção dos sítios vão agregar, paulatinamente, a proteção da biodiversidade e funções científicas enquanto lastro das ações de salvaguarda (ROCHA, DRUMMOND e GANEM, 2010).

Figura 6: Registro do Parque Nacional do Itatiaia.



Fonte: G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/07/18/parque-nacional-do-italiaia-quebra-recorde-de-visitacao-e-recebe-mais-de-17-mil-pessoas.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2022.

No início do século XX, as noções sobre conservação da natureza ainda se apresentavam difusas entre os diferentes países, apesar de ancoradas nos preceitos preservacionistas. Assim, era cada vez mais explícita a necessidade de criação de um acordo que não só estabelecesse as bases conceituais sobre os objetivos da conservação da natureza, como também firmasse uma cooperação internacional, superando as fronteiras geográficas das nações. Bressan (1996) e Souza (2013) apontam certos movimentos neste sentido, embora que entremeados por ações pontuais. Muitas dessas iniciativas eram voltadas para a proteção de espécies

específicas da fauna, tais quais: o Acordo Internacional sobre a Proteção das focas do mar de Behring (Paris - 1883); a Convenção Internacional para Proteção dos Pássaros Benéficos à Agricultura (Paris - 1895); o Congresso Internacional de Zoologia (Berlim - 1903); o Congresso Internacional para a Proteção das Paisagens (Paris -1909); o Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (Paris - 1923).

Em 1913 foi instituída a Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza, assinada por 17 países Europeus, cujo objetivo era coletar, classificar, publicar e divulgar dados relativos à proteção internacional da natureza (ALCANTARA e LEITE, 2018). Esses esforços, contudo, foram dissolvidos com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Apesar disso, no período já se solidificava o entendimento da importância de introduzir o debate acerca das diretrizes internacionais para conservação das Paisagens e da Natureza, em âmbito global.

O movimento de internacionalização das pautas ambientais foi ainda incrementado em 1923, quando se realizou em Paris o Congresso Internacional para a Proteção da Natureza. Este evento configurou como um marco importante para a institucionalização do movimento, em escala mundial (BRESSAN, 1996), resultando, no ano de 1932, na realização do Congresso Internacional para a Proteção da Natureza II, na mesma cidade. Contudo, mais uma vez os esforços foram interrompidos pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Em 1940, buscando se discutir os parâmetros internacionais para a conservação da natureza, membros dos países da União Panamericana se reuniram em Washington. A chamada "Convenção para proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas dos países da América" representou um avanço no que concerne à definição conceitual da área protegida, até então difusa entre os países, apesar de ancorada nos preceitos preservacionistas estadunidenses.

Antes de 1940, aqueles que realmente tinham percebido a necessidade da proteção da natureza eram pequenos em número, a maioria naturalistas com poucos vínculos entre si, efetivamente concentrados na Europa e nos EUA, preocupados quase que exclusivamente com o desaparecimento de algumas espécies e sem influência política real (HOLDGATE, 1999, p.15).

No preâmbulo do documento que resultou da convenção, foram ressaltados os dois propósitos de comum acordo entre as nações americanas, que corresponderam à conservação dos gêneros e espécies da fauna e da flora, em seu ambiente natural, incluindo as aves migratórias e à conservação e os grandes sítios de beleza cênica, formações geomorfológicas extraordinárias e objetos naturais de valor estético, histórico ou científico (WASHINGTON, 1940, p.1).

A partir da convenção, foram alinhadas as perspectivas dos governos americanos de criação de novas áreas protegidas, devendo ser este um compromisso das nações signatárias. Além disso, foi ressaltada a inviolabilidade dos limites geográficos instituídos para as reservas naturais, cabendo individualmente ao governo constituir um corpo técnico e legislativo cujo objetivo seria assegurar a proteção da fauna, flora e dos sítios naturais.

Pela primeira vez, um grande avanço da convenção foi a definição de categorias específicas de áreas protegidas, tomando contornos técnicos e institucionais e passando a ser não mais uma concepção subjetiva. Neste contexto, foram definidas as categorias de: Parques Nacionais, Reservas Nacionais, Monumentos Naturais e Reservas de Regiões Virgens. Apesar dos avanços, no que tange ao movimento pela estruturação das noções sobre áreas protegidas, se firmaram ainda mais a dissociação entre o natural e o antrópico (BRITO, 2008).

O fim da Segunda Guerra Mundial levantou a necessidade de criação, em âmbito global, de um pacto visando à pacificação das nações. Para tal, fazia-se necessária a discussão de soluções conjuntas para o desenvolvimento coletivo. Alcantara e Leite (2018) pontuam que, naquele momento, a agenda do ambientalismo foi alterada radicalmente, partindo das transformações dos valores e atitudes, em nível global, acarretando um retorno das questões ambientais nos fóruns internacionais.

Além disso, a destacada necessidade de um pacto mundial visando à pacificação das nações acarretou a criação, no ano de 1944, da Organização das Nações Unidas (ONU), inserida na discussão conjunta de soluções para o desenvolvimento coletivo. Desde então, até o ano de 1950, foram criadas agências

especializadas na ONU, como a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), relacionada com o campo da educação e ciência (SOUZA, 2013). Por meio dessas duas agências, principalmente da UNESCO, a ONU estabeleceu uma relação com a conservação da natureza, o que acarretou encontros internacionais subjacentes para discutir a problemática da conservação no século XX.

Em 1947, realizou-se a Conferência Internacional para Proteção da Natureza, em Brunnen, na Suíça, com a participação de 24 nações. Nessa ocasião, tinha-se como objetivo a delimitação das bases de uma organização internacional para proteção da natureza. O encontro foi marcado pelo embate entre os países, permeando duas visões opostas: um grupo defendia a criação imediata do órgão, enquanto o outro advogava a necessidade de criação por meio de discussões mais articuladas com a UNESCO/ONU.

Os Estados Unidos foram uma das nações opositoras à criação do órgão independente da ONU, retirando seu apoio caso a organização não tivesse o patrocínio da organização internacional. Outro ponto de conflito destacado na conferência foi a falta de representatividade de países expressivos na política global, tal qual URSS, China, Índia, Canadá e África do Sul, fato que, de acordo com Holdgate (1999, apud Souza, 2013), deslegitimaria a discussão no âmbito internacional. Souza destaca que:

A percepção de tal ausência representava também os anseios de algumas nações pela quebra do eurocentrismo dominante até então. Este processo deveria ocorrer por meio da inclusão de nações que se encontravam excluídas dos debates sobre a conservação internacional (SOUZA, 2013, p.33).

Mesmo com pontos de discordância, os países acordaram-se sobre a decisão da criação das estruturas preliminares do que foi nomeado “União Internacional para Proteção da Natureza” (UIPN). Um ano depois, em Fontainebleau (França), sob o patrocínio da UNESCO e do governo francês, foi definitivamente fundada a UIPN, sendo-lhe conferido o escopo de estimular ações coordenadas internacionalmente, tendo como fim a proteção da natureza e divulgar informações, dados e trabalhos

científicos de impacto para o aprimoramento dos instrumentos e ações protetivas dos diferentes países:

A União deve encorajar e facilitar a cooperação entre governos e organizações nacionais e internacionais interessadas e entre pessoas interessadas na “Proteção da Natureza”.

A União deve coletar, analisar, interpretar e disseminar informações a respeito da “Proteção da Natureza”. E deve distribuir para governos e organizações nacionais e internacionais documentos, textos legislativos, estudos científicos e outras informações relativas à “Proteção da Natureza (MENCE, 1981, p.40-41).

Num momento em que o movimento internacional preservacionista já estava difundido, a UIPN contribuiu para solidificar, assentando nas bases da ONU, por meio da UNESCO, o pressuposto da imprescindibilidade de proteção da natureza, de maneira sistêmica e compartilhada por todas as nações.

Posteriormente à criação da União, o termo “proteção” passou a ser progressivamente questionado, pois, em tese, referenciava o que os norte-americanos e ingleses entendiam por conservação (SOUZA, 2013). Neste ponto, nota-se que existe uma clara diferenciação entre uma ação protetiva e uma ação conservacionista da natureza. A primeira tende a priorizar os ecossistemas e biomas, ainda sob influência direta do modelo dicotômico preservacionista, e o segundo adepto de uma paulatina evolução na consideração da integração homem-natureza no território.

Em 1956, o termo proteção foi substituído por “conservação”, passando a UIPN a ser denominada “União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais” (UICN). A nova organização teria como objetivo promover ações de cunho científico, visando à preservação dos recursos naturais, não apenas pelos seus valores culturais e científicos, como também sociais e econômicos (BRESSAN, 1996). Além disso, tinha o desafio de tornar-se uma organização mundial, representativa das diferentes nações, já que, em sua criação, majoritariamente participaram as nações do hemisfério norte, notadamente países europeus e os Estados Unidos (SOUZA, 2013).

No início da década de 1960, a UICN criou a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CPNAP), que tem por objetivo fundamental a “promoção e monitoramento dos Parques Nacionais e outras áreas, as quais são dedicadas à proteção dos recursos naturais, bem como dar orientação para o manejo e manutenção de tais áreas” (BRITO, 2000, p.25). É entendido pela comissão que ainda não estavam estabelecidos, internacionalmente, os princípios básicos de criação de Áreas Protegidas. Desde os primórdios das instituições de proteção dos redutos, no final do século XIX, cada país passou a organizar sua política específica de acordo com interesses, que são essencialmente locais. Nesta direção, a salvaguarda da natureza, reconhecida na gênese da UICN pela sua necessidade de ação conjunta e articulada, se desenvolvia de maneira desconexa, diante dos debates e interesses internacionais.

Em busca da criação de uma coordenação e cooperação mais proeminente entre as ações, foi convocado pela UICN, no ano de 1962, o primeiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, na cidade de Seattle, Estados Unidos. Foram reunidos 145 delegados, representando 63 países, compreendendo desde aqueles que já contavam com um estruturado sistema de parques, como África do Sul, Canadá, Japão, até aqueles onde a estrutura ainda era precária, como era o caso das nações latino-americanas e da África oriental (SOUZA, 2013).

O reconhecimento cada vez mais profundo das diferentes dinâmicas econômicas entre as nações e as disparidades das condições entre o norte e o sul global, delinearam, em parte, as discussões no Congresso. Foi reconhecida a necessidade de uma cooperação internacional, com o intuito de fornecer subsídios a esses países para adoção de políticas de instituição de áreas protegidas que não fossem conflitantes com as necessidades socioeconômicas. De acordo com Souza (2013):

A possibilidade deste encontro marcou a entrada dos países em desenvolvimento nos debates e o início do processo de formação do paradigma moderno para a conservação da natureza. Um dos pontos principais de Seattle foi a constatação de que as demandas e expectativas de nações em desenvolvimento e desenvolvidas, no que se refere aos parques nacionais, revelaram-se distintas, principalmente pela diversidade de condições econômicas, sociais e culturais de cada país. Assim, embora discreta, se comparada ao espaço dominado por representantes de países desenvolvidos, ou seja, pela visão eurocêntrica sobre a conservação, a

apresentação do ponto de vista das nações em desenvolvimento causou impacto ao interferir nos rumos da conservação da natureza em nível mundial. (SOUZA, 2013, p.42).

Ainda assim, o congresso não rompeu o paradigma clássico da instituição das áreas protegidas, que contrapunha a presença humana nos sítios naturais. O enfoque das discussões no congresso orbitou em torno dos conflitos entre a conservação e o uso público, principalmente relativo às atividades de turismo e o desenvolvimento econômico proveniente. Por outro lado, questões relativas às populações tradicionais foram muito timidamente abordadas.

O que ficou evidenciado, no congresso de 1962, foi a crescente preocupação internacional com a proteção da natureza, alinhada com as variantes políticas e econômicas nos diferentes países. Os processos de urbanização e industrialização, muitos dos quais tardios em nações do hemisfério sul, aprofundaram os embates, evidenciando a problemática inicial da criação da UICN: a falta de representatividade das nações menos desenvolvidas nos processos de decisão do pacto global estabelecido.

Em razão do crescente risco aos ecossistemas ao redor do globo, no ano de 1972, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, sediada na cidade de Estocolmo, Suécia. Esta convenção representou mais um marco da cooperação internacional do século XX, pois, ali, foram discutidos os problemas de ordem ambiental e social para além de fronteiras geográficas. Foram debatidas as bases de uma legislação internacional de meio ambiente, cujo escopo permearia desde a proibição de armas atômicas até questões de ordem ecológica e social, como o combate ao *apartheid* e o colonialismo (BRESSAN, 1996).

Como produto da convenção, foi elaborada a chamada Declaração de Estocolmo, que articula as prerrogativas dos direitos humanos à ecologia e ao desenvolvimento das nações, vistas enquanto três dimensões indissociáveis. Dessarte, os modelos sociais repressivos a grupos humanos minoritários foram compreendidos como entraves ao desenvolvimento social. Conforme o primeiro princípio da declaração:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. (ONU, 1972)⁵

Foram consolidadas, assim, as bases do chamado “ecodesenvolvimento”, já irradiadas pela convenção de Seattle de 1962. Na convenção de 1972, os países em desenvolvimento convertem-se em um tema central, no que concerne à conservação da natureza. O destaque às diferentes condições impostas às nações mais pobres se dá em virtude do reconhecimento de que as tradicionais medidas de proteção da natureza, estritamente eurocêntricas, não se aplicavam às realidades distintas. Segundo Franco, Schittini e Braz:

O receio por parte dos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, de que ações de proteção à natureza propostas pelos países industrializados viessem a restringir as possibilidades de desenvolvimento, obrigou os participantes a adotarem uma solução de compromisso, ligando a conservação da natureza ao desenvolvimento humano. (FRANCO, SCHITTINI e BRAZ, 2015, p.251)

A noção do ecodesenvolvimento se opunha aos preceitos preservacionistas já solidificados dentro das políticas de criação de áreas protegidas, pois, partindo de uma representação mítica de uma natureza que necessitava permanecer intocável para o deleite da humanidade, toda e qualquer interferência humana seria fonte geradora de desequilíbrio.

Se a essência da “conservação dos recursos” é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. (DIEGUES, 2001, p.30).

⁵ Principle 1. Man has the fundamental right to freedom, equality and adequate conditions of life, in an environment of a quality that permits a life of dignity and well-being, and he bears a solemn responsibility to protect and improve the environment for present and future generations.

Mesmo diante de tal oposição, o conceito do ecodesenvolvimento evoluiu de forma gradual. Durante a década de 1970, por meio da UICN, foi elaborado o documento intitulado “*Categories, objectives and criteria for protected areas*”⁶, no qual reverberaram fortes preceitos preservacionistas, ainda que neste, os debates sobre o ecodesenvolvimento tenham-se feito presentes:

A conservação da natureza pode ser entrelaçada com o desenvolvimento conforme concebida pelos princípios do ecodesenvolvimento. Os recursos naturais podem ser controlados de várias maneiras para apoiar os humanos e manter o habitat humano. Por meio da análise dos objetivos para a conservação, é possível definir várias categorias de manejo para as unidades de conservação. (UICN, 1978, p.5)⁷

No nível nacional, cada nação pode projetar um sistema de áreas de conservação que corresponda aos seus próprios recursos e requisitos. Esse sistema pode ajudar as responsabilidades do país na proteção dos recursos finitos, ao mesmo tempo em que prevê o desenvolvimento humano de maneira sustentável. (UICN, 1978, p.6)⁸

A Categorização das Áreas Protegidas é uma das grandes contribuições do documento para o debate ambiental global e para as políticas de instituição de áreas protegidas locais. A proposta do documento dividia as categorias em 3 grupos, sendo o grupo A composto por 5 categorias (I -Reserva Científica; II - Parque Nacional; III - Monumento Natural; IV Reserva de conservação da Natureza; V - Paisagem protegida), o grupo B composto por 3 categorias (VI - Reserva de recursos; VII -Reserva antropológica; VIII - Área de gestão de múltiplos usos) e o grupo C, composto por 2 categorias (IX – Reserva da Biosfera; X – Sítio de Patrimônio Natural Mundial).

⁶ Categorias, objetivos e critérios para Áreas Protegidas (UICN, 1978)

⁷ *The conservation of nature can be interwoven into development as conceived by the principles of ecodesvelopment. Natural resources can be managed in a variety of ways to support humans and maintain the human habitat. Through the analysis of objectives for conservation, it is possible to define various categories of management for conservation areas.* (UICN, 1978, p.5)

⁸ *At the national level, each nation can design a system of conservation areas which corresponds to its own resources and requirements. Such a system can assist the nation's responsibilities in the protection of finites resources while providing for human development on a sustainable basis.* (UICN, 1978, p.6)

O documento descreve a metodologia a ser empregada pelos países para identificar a qual categoria pertence o sítio ou monumento a ser salvaguardado e os objetivos da gestão. Este vem a ser um documento-base para a elaboração das políticas de criação de Áreas protegidas no âmbito internacional, sendo as categorias, adotadas pelos países, referenciadas naquelas estabelecidas pelo documento.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento⁹ (CMED) elaborou o documento “Nosso Futuro Comum”¹⁰, também conhecido por “Relatório de Brundtland”, em virtude de os esforços para sua elaboração terem sido coordenados pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. No documento, foram fundamentadas as bases do conceito de Desenvolvimento Sustentável, sendo descrito como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMED, 1987, p.46).

O documento atesta as condições a que estão submetidos os países mais pobres, em detrimento dos hábitos de consumo das nações mais ricas. A conservação da natureza, nesse sentido, só pode ser alcançada mediante o suprimento das necessidades básicas das populações mais pobres, reforçando a indispensabilidade de um desenvolvimento equitativo:

Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor. (CMED, 1987, p.47)

A compreensão das demandas dos países mais pobres contrapõe a noção de crescimento à noção de desenvolvimento. Dessarte, não é necessário apenas o crescimento econômico se este não for corroborado pelo desenvolvimento social. É necessário levar em consideração que os processos intensivos de exploração de recursos, norteados por interesses financeiros, podem gerar impacto nos modos de

⁹ *World Commission on Environment and Development (WCED).*

¹⁰ *Our Future Common.*

vida de comunidades e populações carentes. É sob esta ótica que o desenvolvimento deve aliar as necessidades presentes ao pensamento, em longo prazo, dos impactos das atividades. O meio ambiente é, então, visto não como um entrave ao desenvolvimento econômico, mas como solução para usufruto dos recursos, que deveriam ter por base o estabelecimento de um benefício mútuo.

Segundo a ótica do desenvolvimento sustentável, que se tornou então global, a CPNAP empreendeu esforços, a partir de 1984, para visitar as categorias de unidades protegidas instituídas pela UICN, em 1978. Em meados da década de 1990, as categorias de VI a X, previamente reconhecidas, foram abandonadas, com exceção da categoria VIII - Área de gestão de usos múltiplos – que, a partir das resoluções do Congresso de Parques mundiais de Caracas, em 1992, foi mantida.

Este congresso teve por objetivo primordial clarear os procedimentos de criação das áreas protegidas nos países, a partir da definição de categorias mais concisas. No âmbito da UICN, no processo de gestão da natureza e seus recursos, a definição das categorias foi uma etapa primordial. Assim, as discussões que se desdobraram em Caracas tomaram como referência os princípios do desenvolvimento sustentável, passando as áreas protegidas a serem reconhecidas como parte da estratégia dos países em busca do desenvolvimento. Rechaçou-se a ideia inicial de áreas protegidas como "ilhas" isoladas, devendo ser inseridas numa dinâmica e política de desenvolvimento nacional, imersas em princípios globais de sustentabilidade.

O congresso de 1992 resultou, em 1994, na publicação intitulada "*Guidelines for protected Area Management Categories*"¹¹ (UICN, 1994), que reconheceu seis categorias de áreas protegidas. O objetivo da publicação foi contribuir para uma maior confluência no entendimento dos entes interessados na instituição dos redutos. Para tal, a partir do reconhecimento de que as categorias eram estabelecidas sob critérios estritamente nacionais, a UICN revisou as categorias existentes, tornando as definições de áreas protegidas mais objetivas. O documento traz como premissa básica que a categoria de *área protegida* deve ser instituída mediante o objetivo da gestão visando a sua conservação, e não pela capacidade

¹¹ Diretrizes para categorias de manejo de áreas protegidas.

dos gestores de cumprir esses objetivos, além de reiterar que o sistema de áreas protegidas é um sistema internacional (UICN, 1994).

Alinhadas às novas abordagens sobre a conservação da natureza e sustentabilidade, que se desenhavam em escala global, as novas categorias da UICN apresentaram um caráter mais flexível (SOUZA, 2013). Assim, o uso sustentável e o reconhecimento de povos tradicionais tornaram-se cada vez mais recorrentes nos debates que se dão no âmbito da UICN. Além disso, o documento atualiza as definições sobre áreas protegidas, agregando as áreas marinhas.

Área Protegida - Uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados, e gerida através de meios legais ou outros meios eficazes. (IUCN, 1994, p.7)¹²

As categorias de Áreas protegidas que passaram consideradas são: 1a. Reserva Natural Estrita; 1b. Área Natural Silvestre; 2. Parque Nacional; 3. Monumento Natural; 4. Área de Manejo de Habitat/Espécies; 5. Paisagem terrestre e marinha protegida; 6. Área Protegida com recursos manejados (ver Tabela 1, página 62).

Nos anos seguintes, a UICN empreendeu esforços no sentido de tornar operacionalizáveis as categorias instituídas em 1994. A adoção das categorias nos sistemas de áreas protegidas nacionais contribuiu para a solidificação do sistema internacional de áreas protegidas, centrado na UICN e suas determinações/diretrizes. No caso do Brasil, foi sob a influência dos desdobramentos conceituais do desenvolvimento sustentável e das recomendações da UICN que se delineou, no início da década de 1990, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A próxima imersão dar-se-á sobre como se conforma o sistema, a partir de quais princípios e quais as suas interrelações com o Sistema Internacional de Áreas Protegidas.

¹² *An area of land and/or sea especially dedicated to the protection and maintenance of biological diversity, and of natural and associated cultural resources, and managed through legal or other effective means.*

Uma curta transição entre as camadas internacionais e nacionais.

É impossível dissociar as instituições mais recentes, no âmbito da UICN, das noções primordiais do movimento preservacionista, já discutidas no início deste capítulo. Ressalta-se que, sob o prisma do movimento preservacionista, não se discriminavam as diferentes sociedades por sua maior ou menor capacidade de interferir nos processos naturais. Os escritos românticos ingleses e a concepção idealizada estadunidense ressaltavam que, necessariamente, o homem era um agente destrutivo por essência¹³.

Nesse sentido, o mito da natureza intocada –*wilderness*– não é a única representação romântica que recorre a um equívoco histórico. Gomez-Pompa e Kaus (1992) destacam que populações tradicionais nos trópicos não distinguem o que é o “ambiente selvagem” e o que são seus núcleos habitados. Nesse caso, as relações entre estas sociedades e o meio que as circunda, seus modos de vida e produção, também estão sujeitas a representações criadas pelas populações urbano-industriais. Sobre estas relações, especificamente, Diegues (2001) resalta que existe uma tendência dos conservacionistas românticos de atribuir às populações tradicionais a imagem do “bom selvagem”, que nada mais é do que uma representação idealizada.

Nesse sentido, o risco entreposto às políticas de conservação da natureza é da simplificação das realidades dos povos tradicionais por meio de outro mito: o de que populações tradicionais são estritamente conservacionistas ou de que seus saberes são naturalmente ecológicos (DINIZ, 2017). Conforme virá a ser discutido, no processo de elaboração do SNUC, a pauta sobre tais comunidades em processos de conservação de áreas naturais se fez presente a partir da década de 1990. As modernas instituições já trazem em seu bojo importância da conservação dos modos de vida de comunidades reconhecidas como tradicionais. A questão básica posta neste ponto é: Deixam de ser tradicionais aquelas comunidades onde as ações atuais antropizam o meio em que vivem, como as comunidades assentadas no território urbano?

¹³ O que não significa que a tolerância e a permissibilidade do acesso aos diferentes povos fossem equiparáveis, pois, conforme discutido, as áreas protegidas surgem justamente como refúgio para populações urbano-industriais ao custo da supressão das práticas de povos tradicionais que tradicionalmente se relacionavam com os territórios.

Mais importante que a resposta talvez seja problematizar como esse vínculo entre o tradicional e a conservação da natureza tem sido feito. Tanto a noção de populações tradicionais quanto a sua relação com a sustentabilidade e a conservação fazem parte de discussões modernas que tentam satisfazer interesses modernos para problemas criados pela própria modernidade. (DINIZ, 2017, p.70)

2.3 A NATUREZA NO BRASIL – OS SISTEMAS DE UNIDADES PROTEGIDAS

No ano de 1979, o Ministério da Agricultura por meio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, fundado da década de 1960, juntamente com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza- FBCN, fundada em 1958, publicaram a primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Neste, foram propostas 13 áreas para serem convertidas em Unidades de Conservação nacionais, dentre as quais os Parques Nacionais do Pico da Neblina (AM), de Pacaás Novos (RO), da Serra da Capivara (PI), do Parque Nacional do Jaú (AM), do Parque Nacional de Cabo Orange (AP), dos Lençóis Maranhenses (MA), e do Pantanal Mato-grossense (MT).

Três anos após a publicação da primeira etapa, foi elaborada e publicada a segunda etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, sendo recomendadas 30 áreas para a criação das novas unidades.

Estes documentos oficiais técnico-consultivos tinham por objetivo fornecer subsídios para ao Poder Executivo para constituição de um futuro Sistema de Unidades de Conservação "que cubra a imensa variedade de ecossistemas existentes e garanta a proteção e a conservação dos recursos renováveis, em particular, a perenidade da flora e fauna" (BRASIL, 1979, p.11). Neles, estavam incluídas desde as propostas para criação das novas unidades de conservação, até as categorias de manejo a serem acrescentadas como também as já existentes. Além disso, o Plano delimitava os objetivos nacionais de conservação da natureza:

1. Proteger amostras de toda diversidade de ecossistemas do País, assegurando o processo evolutivo;

2. Proteger espécies raras, em perigo ou ameaçadas de extinção, biótopos, comunidades bióticas únicas, formações geológicas e geomorfológicas de relevante valor, paisagens de rara beleza cênica, objetivando garantir a auto-regulação do meio ambiente, como também um meio diversificado;
3. Preservar o patrimônio genético, objetivando a redução das taxas de extinção de espécies a níveis naturais;
4. Proteger a produção hídrica minimizando a erosão, a sedimentação, especialmente quando afeta atividades que dependam da utilização da água ou solo;
5. **Proteger os recursos da flora e fauna, quer seja pela sua importância genética ou pelo seu valor econômico, obtenção de proteínas ou para atividades de lazer;**
6. Conservar paisagens de relevantes belezas cênicas naturais ou alteradas, mantidas a um nível sustentável, visando à recreação e turismo;
7. **Conservar valores culturais, históricos e arqueológicos - patrimônio cultural da nação - para a investigação e visitação;**
8. Preservar grandes áreas provisoriamente até que estudos futuros indiquem sua melhor utilização, seja como uma unidade de conservação, ou para a agricultura, ou pecuária, ou qualquer outro fim.
9. Levar o desenvolvimento através da conservação das regiões até então pouco desenvolvidas;
10. Proporcionar condições de monitoramento ambiental;
11. Proporcionar meios para educação, investigação de estudos e divulgação sobre os recursos naturais; e
12. Fomentar o uso racional dos recursos naturais, através de áreas de uso múltiplo. (BRASIL, 1979, grifo nosso)

O plano foi elaborado com base na concepção da importância ecológica das Unidades Protegidas, ressaltando ainda preceitos arraigados na discussão ambiental do século XX, influenciada pelas concepções preservacionistas. Apesar de uma sutil menção às atividades antrópicas e valores culturais das unidades protegidas (grifo), os objetivos mostram que os critérios para reconhecimento da importância de um sítio natural vão remontar à existência da biodiversidade, enquanto variável, e de seus atributos cênicos, estéticos e de monumentalidade.

O Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil apoiou-se nas recomendações do documento *“Categories, objectives and criteria for protected*

areas”, da UICN, principalmente no que tange às categorias de Unidades Protegidas a serem estabelecidas no Brasil. Assim, foram estabelecidas cinco categorias de manejo, cada qual possuindo, por sua vez, suas categorias de Unidades Protegidas referenciadas na UICN. O Quadro 1 a seguir ilustra as categorias instituídas pela UICN e pelo Plano Brasileiro de 1979/1981.

Quadro 1: Categorias de Unidades Protegidas da UICN (1978) e Brasil (1979/1981).

Categories, objectives and criteria (1978)	Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (1979/1981)
Parque Nacional	Parque Nacional
Reserva Científica	Reserva Biológica
Monumento Natural	Monumento Natural
Reserva de Conservação da Natureza	Santuário de Vida Silvestre
--/--	Estação Ecológica
--/--	Rio Cênico
--/--	Estrada Parque
Reserva de Recursos	Reserva de Recursos
Área de gestão de usos múltiplos	Reserva de Fauna
--/--	Parque Natural
--/--	Floresta Nacional
Reserva Antropológica	Reserva Indígena
--/--	Parques de caça
Paisagem Protegida	--/--
--/--	Monumento Cultural
Reserva da Biosfera	Reserva da Biosfera
Sítio do Patrimônio Mundial	Reserva do Patrimônio Mundial

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

No ano de 1992, foi enviado ao congresso nacional o Projeto de Lei nº 2.892/1992, com a nova proposta para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Contudo, em seu texto ainda transpareciam as visões conservadoras no que concerne às definições até então mais modernas sobre a conservação da natureza, principalmente no âmbito da UICN (DIEGUES, 2001).

Primordialmente, as Unidades de Conservação são vistas enquanto “Ilhas de Conservação”, protegidas, a serem interligadas para constituírem um sistema (DIEGUES, 2001). Não há, portanto, consideração sobre como estas unidades atuam de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

Diegues (2001) ainda destaca questões relativas à relutância do projeto de lei em reconhecer a presença das comunidades tradicionais no interior do território das unidades de conservação, o que tende a engendrar conflitos de ordem fundiária acarretando danos culturais e sociais para estas populações. O autor pontua que não há nenhuma referência substancial à questão fundamental das políticas de criação de áreas protegidas, nos países de terceiro mundo: o fato de que na maioria das áreas protegidas estão presentes moradores e comunidades tradicionais. Segundo o autor: "Parece haver intenção premeditada em escamotear esse problema tão presente na maioria dos países desenvolvidos (DIEGUES, 2001, p.118).

As palavras emblemáticas do relator do projeto de Lei 2.892/1992, à época, o então Deputado Federal Fernando Gabeira, na comissão em defesa do consumidor, meio ambiente e minorias corroboram as inquietações de Diegues. Em seu voto, o deputado ressaltou que as Unidades de Conservação no Brasil tendem a se sobrepôr às comunidades tradicionais, representando um risco aos seus modos de vida e sistemas de manejo tradicionais:

A principal crítica à concepção tradicional das unidades de conservação é a de que essas áreas são criadas e geridas sem consulta à sociedade, especialmente às comunidades mais diretamente atingidas, vale dizer, aquelas que vivem dentro ou no entorno das unidades. Os parques e reservas permanecem assim isolados, sem se integrarem à dinâmica sócio-econômica local e regional. As comunidades mais atingidas são sobretudo aquelas de menor poder aquisitivo, que vivem no local há várias gerações, cuja economia baseia-se em formas tradicionais de exploração dos recursos naturais, dos quais dependem diretamente para sua subsistência material e reprodução sócio-cultural. Essas populações, que em geral não possuem títulos de propriedades das terras onde vivem vêm-se, de um momento para o outro, desprovidas dos seus meios de vida e constringidas a engrossar o contingente de marginalizados urbanos, já que as indenizações eventualmente propostas não são nem de perto suficientes para a aquisição de outras terras para trabalharem.

Hoje se reconhece que a expulsão das populações tradicionais é negativa não apenas sob o ponto de vista social e humano, mas têm consequências danosas também no que se refere à conservação da natureza. Essas comunidades são em grande medida responsáveis pela manutenção da diversidade biológica e pela proteção das áreas naturais. Ao longo de gerações desenvolveram sistemas ecologicamente adaptados e não agressivos de manejo do ambiente. Sua exclusão, aliado às dificuldades de fiscalização dos órgãos públicos, muitas vezes expõe as unidades de conservação à exploração florestal, agropecuária e imobiliária predatórias. Com isso perde-se também o conhecimento sobre o manejo sustentável do ambiente natural acumulado por essas populações. (BRASIL, 1996, p.6-7)

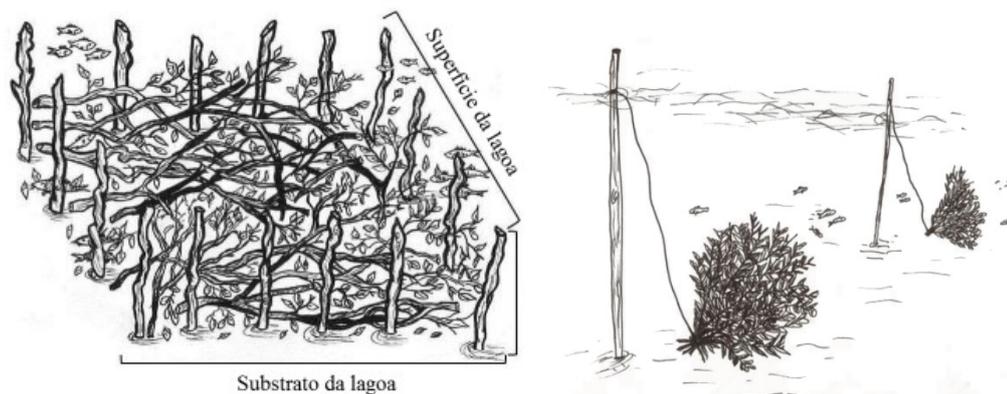
Notadamente, o grande problema que se interpõe ao modelo de conservação da natureza, chancelado pelo SNUC, é o reconhecimento das comunidades tradicionais dentro do processo de concepção e gestão das áreas protegidas. Nas palavras do voto do relator do PL 2.892/1992, a permanência das comunidades tradicionais é estratégica para o melhoramento dos processos de conservação da natureza, cujo sistema de manejo e práticas socioculturais, tradicionalmente não se desenvolveram de forma predatória ao meio em que estão inseridos.

Em muitas dessas comunidades, as dinâmicas socioambientais estão enraizadas nas suas identidades e atividades econômicas, como no caso das populações Caiçara (DIEGUES, 2001). Santos e Sampaio (2013), desenvolveram um estudo sobre o declínio das atividades de pesca, realizadas por comunidades, na lagoa do Mundaú, Maceió-AL. Essencialmente, o desfalque produzido no volume dos pescados se deu em virtude dos impactos das atividades antrópicas no entorno do ecossistema, principalmente por ser fronteira à área urbana da capital Alagoana.

Em uma caracterização das técnicas de manejo desenvolvidas pelos pescadores, os autores detalham a utilização dos atratores de pesca, que se utiliza de ramos e galhos instalados em área lacustre para atração de peixes e crustáceos. Os exemplos citados das caiçaras e pitimbóias (Figura 7) revelam uma técnica tradicional de pesca, que vem se tornando rarefeita em virtude das mudanças na dinâmica ecológica e legal do ecossistema. Segundos os autores:

Atualmente, a utilização de atratores pelos pescadores de Fernão Velho é rara, principalmente a caiçara. Muitos pescadores alegaram que já não podem cortar galhos de árvores por se tratar de uma área protegida (Área de Preservação Ambiental Catolé e Fernão Velho), outros afirmam que a quantidade e o tamanho dos peixes já não compensam a sua construção e despesa, mostrando-se desmotivados para a confecção e utilização desses atratores. (SANTOS e SAMPAIO, 2018, p.518)

Figura 7: (à esq.) Esquema de Caiçara construída na Lagoa Mundaú. (à dir.) Esquema de Pitimbóias, usadas por pescadores de Fernão Velho, Maceió -AL.



Fonte: (SANTOS e SAMPAIO, 2018, p.519)

Diegues (2001) ainda destaca que a garantia da permanência dessas comunidades no interior das áreas protegidas não visa só a garantir a conservação do etnoconhecimento, plasmado na identidade dos povos tradicionais, como também utilizá-lo como exemplo prático de manejo dos recursos a serem reproduzidos nas ações de conservação das demais unidades que compõem o sistema. O autor afirma ainda que o processo de apagamento do etnoconhecimento das comunidades tradicionais, na gestão das áreas protegidas, se dá sob influência da visão preservacionista, em que a natureza é vista como o território intocado. Logo, ao não admitir a presença das populações no interior das áreas protegidas, fica evidente a razão pela qual a pesquisa científica seja permitida, mas não o etnoconhecimento, nas formulações dos planos de manejo das Unidades de Conservação.

Na década de 2000, foi finalmente promulgado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei federal nº 9.985/2000, que regulamenta o artigo 225 da constituição federal de 1988, relativo aos deveres do

estado na conservação da natureza. O Parágrafo 4 do referido artigo eleva os biomas nacionais, dentre os quais a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, à condição de Patrimônio Nacional. Ficam evidentes as influências das noções de desenvolvimento sustentável, consolidadas na década de 1980, nos seguintes termos:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Na mesma direção, as disposições do SNUC assinalam para uma progressiva consideração das dimensões humanas atreladas ao território natural. Isso se dá por meio do estímulo das concepções de desenvolvimento sustentável e pelas discussões, que já se faziam no âmbito da UICN, sobre a não dicotomização de certas relações humanas e naturais, em determinadas unidades de conservação. Dessa forma, o SNUC vem a contribuir na superação de equívocos históricos no que concerne à política de criação de áreas protegidas no Brasil, que antes orbitava em torno da restrição da ocupação humana (SANTOS e RAMALHO, 2020).

NO SNUC, os preceitos do desenvolvimento sustentável são operacionalizados para admitir a presença de populações tradicionais dentro dos limites geográficos das Unidades de Conservação. Esta questão foi motivo de embate, desde a elaboração do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (1978/1981), cuja tentativa de conciliação entre as partes (aqueles que admitiam a presença humana dentro de UCs e aqueles que a rejeitavam), se deu através da divisão das Unidades em grupos distintos (FRANCO, SCHITTINI e BRAZ, 2015).

Dessa forma, foram instituídos dois grupos principais de Unidades, a partir dos quais vão se desdobrar as diferentes categorias do Sistema: 1- Unidades de Proteção Integral (de caráter restritivo), composta pelas categorias - estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, refúgio de vida silvestre e monumento natural; 2 – Unidades de Uso Sustentável (admitindo relativo uso e manejo de recursos), composta pelas categorias - área de proteção ambiental, área de

relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva da fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

As categorias nasceram como fruto de um processo de coesão entre as demandas brasileiras por criação de áreas protegidas e as discussões estabelecidas no âmbito da UICN. Até o final da primeira década do século XX, 61% das áreas protegidas brasileiras foram classificadas conforme estabelecimento do órgão internacional (UICN, 2008). As novas categorias atualizaram as definições iniciais do Plano do limiar da década de 80, tomando como referência as categorias estabelecidas pela UICN, no documento “*Categories, objectives and criteria for protected areas*” (UICN, 1978), conforme pode ser constatado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Comparativo entre categorias instituídas pela IUCN (1978), Plano de 1979, IUCN (1994) e SNUC (2000).

CATEGORIAS	IUCN (1978)	PLANO (1979)	IUCN (1994)	SNUC (2000)	OBJETIVOS
Parque Nacional	X	X	X	X	Conservação de grandes sítios de caráter monumental, por seus atributos cênicos ou por conservarem relevantes atributos de ordem ecológica. Utilização para atividades científicas, turísticas ou de lazer para a população.
Reserva Científica	X				Preservação da Biota e dos recursos naturais, sem interferência de ações antrópicas. É permitido o estudo científico para educação, monitoramento e manutenção dos recursos genéticos.
Reserva Natural Estrita			X		
Reserva Biológica		X		X	
Monumento Natural	X	X	X	X	Preservação de sítios naturais com raros atributos de beleza cênica e monumentalidade, para visitação, recreação ou atividade científica para a população.
Reserva de Conservação da Natureza	X				Proteger sítios naturais e assegurar condições para existência e reprodução da fauna e da flora local ou espécies migratórias
Área de Manejo de Habitat/Espécies			X		
Santuário de Vida Silvestre		X			
Refúgio de Vida Silvestre				X	

Estação Ecológica		X		X	Preservação da natureza para proporcionar condições de acesso de Universidades e organizações de pesquisa para estudos. Diferentemente do Plano de 79/81, o SNUC não permite nas Estações Ecológicas a possibilidade de realização de atividades de recreação.
Rio Cênico		X			Conservar a paisagem e o panorama natural da margens do rio, propiciando a possibilidade de utilização recreativa e educativa
Estrada Parque		X			Manter as margens da rodovia em seu estado natural ou seminatural, proporcionando a possibilidade de utilização recreativa e educacional
Reserva de Recursos	X	X			Proteger os recursos e ambiente natural, restringindo o uso dessas áreas até que estudos adequados sejam completados designando como melhor utilizar.
Área de gestão de usos múltiplos	X				Regular o manejo sustentável dos produtos da vida silvestre, amparados em estudos, de acordo com a capacidade do habitat. Proporcionar visitação pública desde que compatível com as diretrizes de manejo estabelecidas.
Área Protegida com recursos manejados			X		
Reserva de Fauna		X		X	
Parque Natural		X			Englobam áreas geralmente próximas a centros urbanos, sendo admitida a presença de atividades agrícola e pecuária em estado primitivo. Tem por objetivo proporcionar oportunidades para recreação ou turismo no meio natural ou seminatural.
Floresta Nacional		X		X	Utilização sustentável dos recursos da floresta nativa, realização de pesquisa científica, permitir visitação pública, desde que condicionadas às normas estabelecidas pelo órgão responsável pela sua administração.
Reserva Antropológica	X				Permitir que os modos de vida das populações que vivem em harmonia com o meio natural permaneçam sem interferência da tecnologia moderna e, como objetivo secundário, realização de pesquisas científicas sobre a evolução dos homens e sua interação com o meio.
Reserva Indígena		X			
Reserva de Desenvolvimento Sustentável				X	Preservar a natureza e assegurar as condições e o meios de vida de populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo tradicionais desenvolvidas por estes povos.
Reserva Extrativista				X	Proteger os modos de vida e a cultura de populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade
Parques de caça		X			Facilitar a realização da prática da caça amadorista, assim como garantir a permanência das espécies objetos de caça e facilitar atividades de pesquisa.

Paisagem Protegida	X				Manter paisagens nacionalmente significantes que demonstram uma harmoniosa relação entre o homem e o território, proporcionando oportunidades para recreação e turismo. Enfatiza-se no documento de 1994 o suporte às atividades sociais e modos de vida de populações locais e a adesão das paisagens marinhas no sistema de áreas protegidas.
Paisagem Terrestre e Marinha Protegida			X		
Monumento Cultural		X			Proteger e preservar os valores culturais de um sítio que possa característica arqueológica, histórica ou cultural de interesse nacional ou internacional. Proporcionar oportunidades para realização de atividades educativas, recreativas ou científicas.
Reserva da Biosfera	X	X			Áreas vastas com o objetivo de conservar a diversidade genética e integridade das comunidades bióticas para gerações presentes e futuras, além de conservar a diversidade genética de espécies para continuidade de seus processos evolutivos.
Sítio do Patrimônio Mundial	X				Proteger as características naturais pelas quais a área pode ser considerada patrimônio mundial.
Reserva do Patrimônio Mundial		X			
Área de Proteção Ambiental				X	Proteger a biodiversidade e disciplinar os processos de ocupação do território, assim como assegurar a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais.
Área de Relevante Interesse Ecológico				X	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso das áreas, compatibilizando com os objetivos de conservação da natureza.
Reserva Particular do Patrimônio Natural				X	Área privada com o objetivo de conservar a biodiversidade

Fonte: Elaboração do autor, 2022.

Apesar dos avanços, no tocante à relativa permissibilidade da presença humana no território, no que tange às Unidades de Conservação inseridas no Grupo de Uso Sustentável, os conflitos decorrentes da instituição das unidades e da presença de populações tradicionais, ainda são recorrentes. O Artigo 42 do Sistema já reconhece a indenização e o reassentamento de populações tradicionais quando não permitida a sua permanência no interior de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

Os artigos de 35 a 39, do decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002, que regulamenta determinados artigos da Lei do SNUC, tratam de questões relativas ao reassentamento das populações tradicionais. Fica estabelecido que o processo

indenizatório deve respeitar os modos de vida e subsistência dessas populações, cujo direito ao reassentamento só será concedido àquelas que residiam na unidade, no momento de sua criação. É importante ressaltar que o Artigo 39 determina que, no tempo em que estas populações não forem reassentadas, serão estabelecidas as condições de permanência a serem projetadas sobre as comunidades.

Conforme salienta Diegues (1992), majoritariamente as indenizações não cobrem os custos financeiros e sociais para estas populações, fazendo com que permaneçam nas Unidades de Conservação, mesmo sob um regime restritivo.

Quando a presença dessas populações é “tolerada”, as limitações ao uso tradicional de recursos naturais são de tal monta que os moradores não têm outra alternativa senão migrar “voluntariamente”, engrossando o número de favelados e desempregados das áreas urbanas. (DIEGUES, 2001, p. 20).

Um agravante para a condição das populações tradicionais, compreendidas no SNUC, é que apenas em 2007 elas passaram a ser contempladas com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007), tendo como objetivo fundamental:

...promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007, Art. 2)

Em virtude deste lapso temporal, algumas unidades de conservação instituídas contribuíram para aumentar o estoque de deslocados em território urbano, indivíduos compelidos a migrar em virtude do modelo de conservação da natureza imposto e das restrições aplicadas aos seus modos de vida e de subsistência.

2.4 RESSONÂNCIAS DO SISTEMA NACIONAL NO SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES PROTEGIDAS DO RECIFE

O SNUC tem como uma de suas premissas básicas a integração entre os sistemas de unidades de conservação federal, estaduais e municipais, sendo estes dois últimos elaborados em conformidade com as disposições já estabelecidas pelo sistema nacional. O artigo 3º destaca: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei. (BRASIL, 2000, Art. 3).

No Recife, no ano de 2014, foi instituído o Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP – Lei municipal nº 18.014/2014), sob tutela da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SDSMA) da Prefeitura do Recife. Este sistema é também referenciado no Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Pernambuco (SEUC – Lei estadual nº 13.787/2009), contudo, traz disposições mais específicas para as condições físico-ambientais e socioculturais locais.

É importante destacar que o município do Recife possui aproximadamente 218 km² de extensão territorial, dos quais aproximadamente 30% deste composto pelas 25 Unidades de Conservação da Natureza (SANTOS e RAMALHO, 2020), instituídas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 (LUOS – Lei municipal nº 16.176/1996). Nesse sentido, o Sistema não só decorre das formulações do Sistema Nacional e Estadual, como também é fruto do modelo de gestão da natureza, empreendido na cidade do Recife, por meio de seus instrumentos legais e normativos, muitos dos quais, precederam o SNUC.

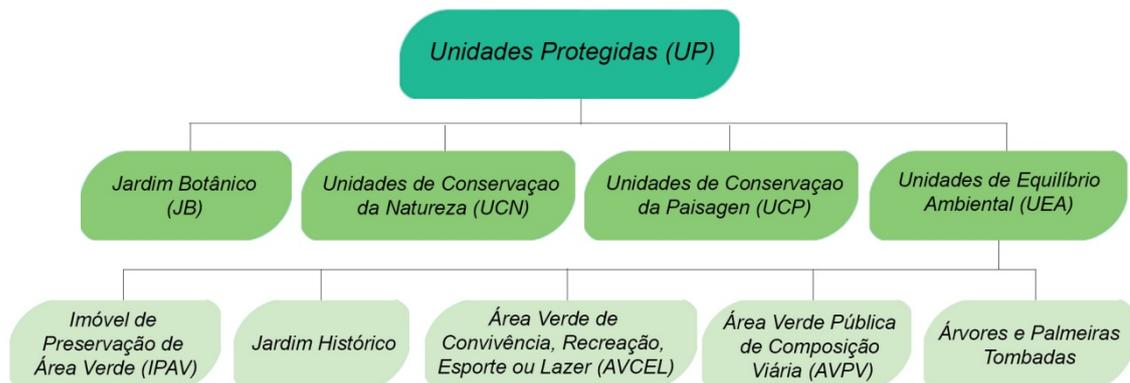
O Artigo 3º da Lei que institui o SMUP destaca que o sistema é composto não apenas pelas unidades de conservação da natureza, essencialmente os fragmentos florestais urbanos, como também pelo conjunto de áreas verdes, públicas ou privadas, componentes do sistema de espaços livres da cidade:

O SMUP Recife é um sistema que agrega os atributos naturais da cidade, abrangendo toda a diversidade de ecossistemas existentes no território municipal, considerando os grandes maciços vegetais distribuídos nos morros e na planície, conectados pelos cursos e corpos d'água, bem como os espaços inseridos na malha urbana que se apresentam como áreas de

amenização climática e compartilhamento socioambiental, bem como de valorização da paisagem urbana, visando à melhoria da qualidade de vida humana. (RECIFE, 2014, p.3)

A condição integradora do SMUP dos diferentes espaços verdes em potencial é um avanço no que concerne à política de conservação da natureza, emergente de concepções preservacionistas arraigadas no âmbito da UICN (e que reverberam para políticas nacionais e estaduais). Por meio do Sistema, as áreas verdes municipais são classificadas em quatro categorias, em conformidade com as disposições do Plano Diretor: I. Jardins Botânicos; II. Unidades de Conservação da Natureza - UCN; III. Unidades de Conservação da Paisagem - UCP; IV. Unidades de Equilíbrio Ambiental - UEA (RECIFE, 2014, Art. 8), conforme Figura 8:

Figura 8: Categorias e Classificações das Unidades Protegidas do Recife.



Fonte: ATHIAS (2021), baseado no SMUP (RECIFE, 2014). Edição do autor, 2021.

No tocante à consideração das populações no interior das unidades de conservação, ainda existem embates substanciais entre o poder público e as comunidades associadas aos ecossistemas (MOURA, 2020). Elas são caracterizadas, no artigo 2º do Sistema, como sendo aquela: “população vivendo ao longo de gerações em um determinado ecossistema, em estreita ligação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para sua reprodução social, econômica e cultural” (RECIFE, 2014, p.1). Contudo, nas demais disposições não existe menção a populações tradicionais, sendo as comunidades associadas definidas como “população humana local”.

Este último conceito vem a ser definido no artigo 2º como sendo unicamente “moradores do interior e do entorno imediato das unidades de conservação” (RECIFE, 2014, p.2). Exclui-se, portanto, o fator do tempo de vivência e das relações sociais e culturais de populações associadas com o território, inserindo as Unidades de Conservação municipais num panorama em que as relações homem-natureza se reduzem a aspectos geográfico-espaciais¹⁴.

Ao considerar a existência das populações locais no entorno das unidades de conservação, o SMUP representa um avanço no quesito da inserção das comunidades no sistema de gestão público. Contudo, ainda condicionado pelas influências dos preceitos preservacionistas tradicionais, a clara exclusão dos contextos históricos, culturais e sociais que moldam estas comunidades é um limitador no processo de conservação das áreas protegidas. Se por um lado, as ações impositivas de salvaguarda das Unidades de Conservação do Recife conseguem lograr certo êxito ao congelar ecossistemas, por outro, as pressões antrópicas nas margens de certos fragmentos florestais, paulatinamente suprimem a vegetação e os mananciais. Dessa forma, revelam-se conflitos recorrentes entre os interesses de conservação empreendidos pela prefeitura da cidade do Recife (ou governo do estado, como é o caso de algumas unidades de conservação), e as demandas de populações locais.

¹⁴ Conforme será discutido no capítulo 3, algumas das comunidades, relacionadas com os ecossistemas em território urbano, são ocupações seculares que desenvolvem as mesmas atividades de subsistência às quais seus antepassados se dedicavam no território.

3 A REPRESENTAÇÃO DA NATUREZA: PARA ALÉM DAS IMPOSIÇÕES DAS ÁREAS PROTEGIDAS

3.1 A NATUREZA ENTRE OS VALORES INTRÍNSECOS E OS VALORES ATRIBUÍDOS.

A discussão apresentada no capítulo anterior torna evidente que os pressupostos preservacionistas e românticos que incidiam sobre a visão da natureza ainda estão arraigados na política internacional de conservação do meio ambiente, sintetizada nos esforços de criação de áreas protegidas. A instituição destes redutos geográficos, portanto, nada mais é do que um produto direto da influência de uma visão dicotômica, em que o homem é necessariamente um agente supressor do mundo natural (DIEGUES, 2001).

Numa primeira instância, poder-se-ia se admitir que a concepção de uma natureza intocada está alinhada com o reconhecimento de um valor intrínseco à natureza a ser salvaguardado, independente da presença humana. Contudo, conforme destaca Diegues (2001), o movimento preservacionista pautava-se nas demandas e representações de populações urbano-industriais, projetadas sobre os grandes sítios tidos como naturais. Dessa forma, mesmo em concepções dicotômicas e no reconhecimento do valor intrínseco da natureza, estão impressas as representações elaboradas e os valores conferidos pelo ser humano:

Rodman (1973) afirma que a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido. A ideia de que a natureza tem um valor em si mesma provém basicamente dos que advogam direitos ao mundo natural independentemente da utilidade que possa ter para o homem (Nash, 1989; Fox, 1990; Serres, 1990). (DIEGUES, 2001, p.35)

Lourenço (2019) afirma que as diferentes concepções sobre a natureza são relativas aos valores que lhe são conferidos, decorrentes de pressupostos essencialmente morais, erigidos pelo homem para o homem. Nesse sentido, a relação humana com o que se admite como natural remete a três teorias éticas, que

em diferentes instâncias variam de acordo com o valor que se admite: o **antropocentrismo**, que se desdobra sobre o valor utilitário da natureza ao homem; o **biocentrismo**, que atesta um valor intrínseco à natureza, independente da sua função para o ser humano; e o **ecocentrismo** como uma confluência entre as dimensões antrópica e natural, enxergando-as dentro de um panorama sistêmico (BEZERRA, 2018).

Nesta investigação, buscar-se-á enfatizar a postura antropocêntrica, o que não significa deixar de reconhecer as virtudes de posturas éticas e filosóficas biocêntricas e ecocêntricas. Em verdade, entende-se que o reconhecimento de valores intrínsecos à natureza pode impulsionar medidas de conservação de seus recursos. Estes valores se inserem principalmente nas acepções adotadas por diferentes escolas do ecologismo, surgidas a partir da década de 1960, que se contrapunham aos processos destrutivos dos sítios e paisagens empreendidos por ações humanas.

Os princípios do ecologismo vão se consolidar com a emergência da linha de pensamento da “Ecologia Profunda” (*Deep ecology*), termo cunhado por Arne Naess, filósofo norueguês. Em 1984 foram descritos os princípios básicos dessa linha de pensamento, ressaltados por Diegues como sendo:

...a vida humana e não humana tem valores intrínsecos independentes do utilitarismo; os humanos não têm o direito de reduzir a biodiversidade, exceto para satisfazer suas necessidades vitais; o florescimento da vida humana e das culturas são compatíveis com um decréscimo substancial da população humana. O florescimento da vida não humana requer tal decréscimo; a interferência humana na natureza é demasiada; as políticas devem, portanto, ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas. (DIEGUES, 2001, p.44)

A ecologia profunda, centrada no reconhecimento do valor intrínseco do mundo natural, se apresenta como uma postura crítica às práticas conservacionistas tradicionais, ainda voltadas para preocupações pontuais da questão ambiental, como a poluição e a degradação do meio ambiente (LOURENÇO, 2019). Seus adeptos defendem que existiriam questões mais complexas que estavam ainda periféricas ou desconsideradas dentro do panorama global de conservação da

natureza, como os “princípios da diversidade, complexidade, autonomia, descentralização, simbiose, igualitarismo e não hierarquização” (NAESS, 1995, p.3).

Neste caso, os ecologistas profundos estariam alinhados com uma visão não-dicotômica entre o homem e a natureza, sendo estes partícipes de um mesmo ciclo ecológico e sistêmico. Naess procura ressaltar, nas bases da concepção filosófica da ecologia profunda, a integração entre o homem e a natureza, valorizando a simbiose como forma de cooperação mútua entre espécies, potencializando a sua sobrevivência (LOURENÇO, 2019).

Por outro lado, sob a ótica do antropocentrismo, os valores da natureza são submetidos às demandas, perspectivas e visões do ser humano. Bezerra (2018) caracteriza como:

O antropocentrismo considera o homem como o centro e o senhor do universo, cujo teor da relação homem/natureza reside na medida em que o homem avalia a natureza como um recurso à sua disposição para ser utilizado. O enfoque é simplista, utilitarista e, substancialmente, econômico, tratando a natureza como um produto posto para o consumo num mercado convencional. (BEZERRA, 2018, p. 56)

Essa postura moral é delimitada através de duas óticas em níveis distintos, o antropocentrismo radical e o antropocentrismo moderado. A semelhança entre ambos estaria no valor conferido à natureza, que por si só não teria valor intrínseco e sim decorrente da experiência humana com o meio. Contudo, as duas posturas éticas antropocêntricas variam no que tange ao valor conferido ao homem, frente ao mundo natural. Enquanto posturas mais radicais conferem valor exclusivo ao homem, não havendo limitações para o direito de utilização dos recursos naturais, a postura mais moderada impõe uma crítica ao modelo de utilização desmedida da natureza (LOURENÇO, 2019). Sobre esta segunda postura, ainda incide uma variável elementar, que questiona o que seria um uso relativo ou aceitável dos recursos naturais.

O antropocentrismo moderado colapsaria no antropocentrismo forte, pois, no final das contas, as metas e os limites de uso da natureza são tomadas a partir de preferências e necessidades humanas. Outra fraqueza da posição

moderada reside em tomar como base a racionalidade compartilhada para determinar o que deve ou não ser feito em termos de limitação do uso da natureza. Essa racionalidade compartilhada poderia ser modificada para adequar-se a fatores como conforto, riqueza e poder. (LOURENÇO, 2019, p.56).

À ética antropocêntrica, estão associados valores de ordem subjetiva, variando de acordo com a sociedade e seus ensejos sobre o território. Nesse sentido, a realidade é mutável, assim como os valores da natureza referenciados nas representações tipicamente antrópicas.

Esta acepção sobre a natureza transparece nas palavras de Eric Dardel (2015), inserido no campo teórico-filosófico e científico da Geografia Humanista¹⁵, ou Geografia Fenomenológica. Com base numa “análise fenomenológica da relação visceral que o homem mantém com a terra”¹⁶, Dardel discorre sobre uma perspectiva antropocêntrica, porém não necessariamente relacionada com os valores utilitários da natureza. O antropocentrismo de Dardel se relaciona com as relações simbólicas do ser humano com o território. Assim, reconhece que a concepção sobre o universo geográfico aflora da atribuição de significado ao espaço pelo homem, a partir de suas experiências sensoriais ou subjetivas. Assim, “uma região montanhosa não é, antes de tudo, uma região que obstrui a circulação dos homens? A planície só é ‘vasta’, a montanha só é ‘alta’ a partir da escala humana, à medida de seus desígnios” (DARDEL, 2015, p.8). Complementa ainda o autor:

Antropocentrismo, dirão! Mas é necessário tomar partido: fora de uma presença humana atual ou imaginada, não há nem mesmo a geografia física, somente uma ciência vã. O antropocentrismo não é uma imperfeição, mas uma exigência inelutável. (DARDEL, 2015, p.8).

¹⁵ A Geografia Humanista é aquela que: [...] não tem por finalidade descrever a Terra, mas mostrar como o homem nela inscreve a sua existência (inventa, para o exprimir, o termo geograficidade) e lhe dá um sentido, modelando territórios a que atribui valores. A geografia sai do domínio das ciências exatas. Deixa de ser ciência social, no sentido habitual do termo. É uma meditação sobre o destino dos indivíduos e dos grupos. (CLAVAL, 2006, p. 116).

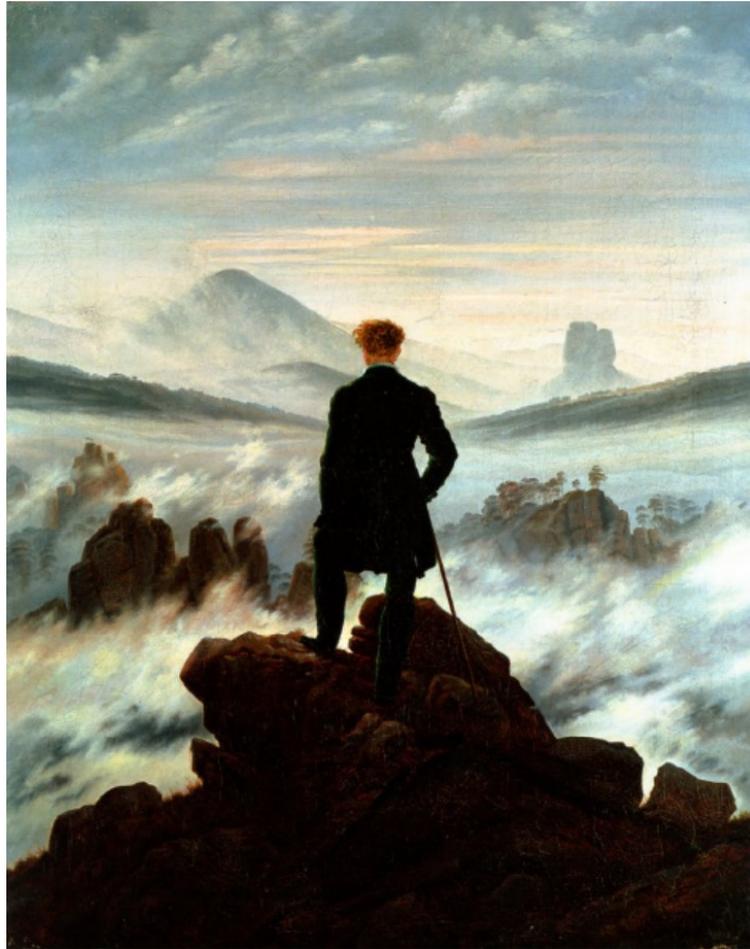
¹⁶ HOLZER, Werther. A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel, (DARDEL, 2015, p.140).

Nesta concepção, são conferidos significados à natureza a partir da experiência humana sobre o território. Dardel (2015, p.50) destaca que: “aquilo que chamamos de subjetividade é transferido para as realidades geográficas”, que, por sua vez, são construídas pelas relações que indivíduos desenvolvem com seu meio, numa influência mútua. Segundo a abordagem fenomenológica de Dardel, no processo de significação do meio natural, o homem “humaniza” a natureza, que passa a fazer parte constituinte de sua essência: “A montanha, o vale, a floresta não são simplesmente um quadro, um ‘exterior’, mesmo que familiar. Eles são o próprio homem. É lá que ele se realiza e se reconhece” (2015, p.49).

Rejeita-se, portanto, a existência dos valores intrínsecos, advogados pelos ecologistas profundos. Os valores da natureza seriam conferidos pelos homens a partir de sua relação com o território. Dessa forma, Dardel (2015) rejeita a dissociação do valor moral ou ético ao objeto, sendo o objeto qualquer elemento geográfico. Assim, reconhece o papel do observador no processo de conformação da realidade, que não possui uma essência sólida ou estática, mas que reflete a experiência daquele que nela se insere. Para o autor, a terra não é um fato bruto, a realidade dos elementos geográficos só existe se for “fundada”. Neste sentido, a realidade é validada ou instituída (DARDEL, 2015). O autor reconhece:

Impossível, a partir do observador, suprimir inteiramente o “ponto de vista” de onde abarca a realidade geográfica, de apagar, conseqüentemente, a subjetividade do sujeito para quem a realidade se torna realidade. Mesmo a geografia física ou biológica é humana sob todos os aspectos. Porque a montanha ou o mar não são a montanha ou o mar de modo abstrato. Elas o são como tal para o homem. Além disso, elas revelam alguma coisa do homem. (DARDEL, 2015, p.87)

Figura 9: Caspar David Friedrich. *Der Wanderer über dem Nebelmeer*¹⁷. 1817, óleo sobre tela, 948 x 748 mm.¹⁸



Fonte: Fonte: Acervo do Hamburger Kunsthalle museum, Hamburgo, Alemanha.

Em contrapartida, dentro de uma perspectiva marxiana, a relação dialética do ser humano com o natural é evidenciada. As incursões de Karl Marx sobre a temática não se apresentam como uma filosofia estruturada propriamente dita, mas a natureza surge como uma categoria citada nominalmente de múltiplas formas, como “matéria”, “natureza”, “coisa natural” etc. (PETO e VERÍSSIMO, 2018). O conceito é abordado por Marx como o substrato sobre o qual o ser humano produz a cultura através do ‘trabalho’, que, por sua vez, se converte em uma categoria de análise essencial para a compreensão. Sob influência de Marx, Delmar Bressan, em

¹⁷ Caminhante sobre o mar de névoa.

¹⁸ A capa do livro *O Homem e a Terra* de Eric Dardel traz a pintura de Friedrich como um convite à imersão fenomenológica na natureza. “Apreciada como ícone do indivíduo romântico naquele contexto, a imagem desperta a atenção uma vez que traduz a ligação poética do homem com a Terra” (SOUZA, 2018, p.50).

seu livro “Gestão Racional da Natureza” (1996), advoga uma relação racional entre sociedade e natureza a partir da ciência e da técnica, como instrumentos de mediação entre o homem e o meio natural, gerando conhecimento (BRESSAN, 1996). Para o autor, a racionalidade necessária para a gestão de ecossistemas exige o reconhecimento de dois princípios fundamentais: a descontinuidade entre natureza e sociedade e o espaço como representação da realidade social (1996, p.64).

De acordo com Diegues (2001), o pensamento de Marx sobre a natureza foi criticado por uma vertente interna do Marxismo, conhecida como Eco-socialismo ou Ecomarxismo. Os adeptos dessa corrente teórica pontuam que a visão da natureza, segundo Marx, é estática ao considerá-la apenas sob a ótica do trabalho, ação transformadora do homem. Serge Moscovici¹⁹ (1928-2014) está entre os neomarxistas, cujas ideias orbitam em torno de uma crítica ao chamado culturalismo e naturalismo. Assinala Diegues (2001):

o primeiro seria um conjunto de ideais que se apoia sobre a história, a cultura e a sociedade. O culturalismo vê na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça à qual a cultura serve como defesa, como terapêutica. O naturalismo, ao contrário, se traduz numa aversão pela sociedade e pela cultura. (DIEGUES, 2001, p.48)

O culturalismo criticado por Moscovici estava atrelado a uma dicotomia entre sociedade e natureza em que a evolução das sociedades poderia ser lida através do distanciamento do homem do mundo natural. Assim, entre os povos primitivos e a sociedade moderna, o distanciamento da natureza se apresenta como uma característica essencial: os primeiros povos imergiam numa concepção mítica, selvagem, enquanto a sociedade moderna, dotada de técnica e conhecimento científico, tem pleno domínio da realidade. Apartavam-se assim essas duas dimensões. O naturalismo, por sua vez, dentro de uma concepção ecocêntrica, reafirmava uma unidade entre sociedade e natureza, o que para Moscovici remete a uma posição ingênua de proteção do mundo natural (DIEGUES, 2001).

¹⁹ Mais adiante será discutida a teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici no contexto da psicologia social.

Segundo Moscovici, o naturalismo progressivamente deixa de ser uma contraposição ao culturalismo para se tornar uma posição ativa na afirmação da relação entre o homem e a natureza. Dessa forma, fundamentou as três ideias principais do novo naturalismo: a primeira é de que o homem produz e é produto do meio exterior; a segunda é de que a natureza é parte da história dos indivíduos ou grupos e a terceira é de que a coletividade se relaciona com a natureza, não o indivíduo.

Os primeiros e terceiros princípios, principalmente, se alinham com a consolidação dos pressupostos da psicologia social, para qual a contribuição de Moscovici, no século XX, é fundamental. Em relação ao indivíduo, revela-se a influência de fatores provenientes da sociedade, na construção da sua psique, sendo suas ações não mais produto de construções subjetivas, mas influenciada por construções sociais da realidade que incidem sobre o indivíduo.

Numa perspectiva antropocêntrica e sob a ótica do novo naturalismo, a relação do homem com a natureza está referenciada nas representações que os indivíduos elaboram sobre o seu meio. Nesse sentido, o conjunto de valores, as motivações e a reprodução de mitos e crenças será baseado na forma como cada sociedade, coletivamente, confere e transmite os significados ao território. Retorna-se, portanto, às concepções fenomenológicas de Eric Dardel, quando destaca que “...é o homem que se sente e se vê como objeto: produto ou brinquedo de forças que se manifestam para ele em seu ambiente, e sobre os quais ele reage com sua magia e seus ritos” (2015, p.50).

3.2 A NATUREZA REPRESENTADA: BASES DE ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO E NA CIDADE

A questão das representações vai além de puramente um construto social. Para Diegues (2001), cada sociedade tem, a partir de suas representações simbólicas, conjunto de crenças, mitos e organizações sociais, sua maneira de representar, agir e interagir com o meio natural. Nesse sentido, é seguro afirmar que ao território imprime-se um forte teor sociocultural, fruto de um processo de significação do espaço pelas sociedades.

Num estudo sobre as correlações entre as “visões da natureza” e os modelos urbanos pós-revolução industrial até os dias atuais, Araújo (2006) discute a maneira como a natureza determina a forma de ocupação do território e influencia os padrões urbanísticos adotados nas cidades. Para tal, a autora introduz os conceitos de “visão de mundo” e “visão da natureza”: o primeiro refere-se ao conjunto de pensamentos compartilhados entre indivíduos conformadores de uma comunidade que, por sua vez, são influenciados pelo meio em que vivem, pelas suas descobertas científicas, pela história e pela filosofia compartilhada; o segundo se configura como uma visão de mundo, especificamente ao modo como a natureza é percebida dentro de uma comunidade. A autora destaca que: “As visões (de mundo ou de natureza) são, necessariamente, mutáveis e dependentes de seu contexto” (ARAÚJO, 2006, p.12), e complementa: “As visões de natureza refletem, portanto, o modo como é percebido ou interpretado o meio que cerca o ser humano em sua comunidade” (ARAÚJO, 2006, p.12).

Relativo às cidades, é inegável que estas emergem como resultado dos processos cognitivos e de significação do território, que fundamentam a intervenção humana sob o meio natural. De acordo com Bezerra (2017):

A cidade como realidade material se apresenta como lócus pungente dos processos naturais e humanos, compondo uma complexa totalidade, a qual traduz a rica tessitura das interrelações estabelecidas entre o substrato físico da natureza e da produção humana, sobre ela construída, num processo mutuamente dialético (BEZERRA, 2017, p.38).

A fisionomia da cidade e os modos de vida não estão dissociados do sítio em que foi erigida. Referenciando Araújo (2006), o modelo de urbanização é desencadeado pela visão de natureza vigente naquela comunidade específica. Sobre essa questão, Bezerra (2017) ainda conclui que o homem é quem imprime no território uma fisionomia que o caracteriza, que o identifica. A paisagem urbana configura-se, portanto, como uma herança de todos os processos naturais e humanos (culturais) que a caracterizam ou, em outras palavras, trata-se da faceta daquele território. Além disso, o território é dotado de um teor sociocultural,

relacionado com as representações feitas socialmente pelos indivíduos de uma comunidade.

Esta concepção alinha-se com os escritos de Josué de Castro, que serão mais aprofundados posteriormente neste trabalho. Ressaltando as condições sobre as quais estava submetida a cidade do Recife, no momento de sua origem, existe uma correspondência entre o sítio natural, que até então era dominante no território, e o surgimento da cidade em si, o que não exclui a dimensão antrópica neste processo:

Há quem afirme que a origem da cidade do Recife estava predeterminada pelas condições naturais e, a posteriori, pelas condições econômicas da região, e que, mais cedo ou mais tarde, ocorreria o seu advento, não tendo os holandeses feito mais do que antecipar esse fenômeno de Geografia Humana. Esquecem os que assim afirmam que a situação geográfica nada significa por si, mas em relação às características culturais de um grupo ou de uma época. Esquecem também que, se a cidade é uma criação da vontade humana, essa vontade só se concretiza quando corresponde à satisfação de necessidades materiais ou psicológicas de caráter coletivo. (CASTRO, 1966, p. 185-186)

Godelier (1984) relaciona as ações humanas sobre o território com as representações que eles elaboram coletivamente. Na verdade, o tema das representações é um eixo central na discussão de Godelier, principalmente no que tange às relações entre sociedades e a natureza, dentro da ótica da antropologia marxista. O antropólogo afirma que a diferenciação entre os homens e os outros seres se dá pelo fato de que, em seu processo adaptativo, as representações tenham sido fundamentalmente o mecanismo sobre o qual eles interpretam a natureza, e estas são compartilhadas com os membros da sociedade em que se inserem.

Godelier descreve como a relação entre os pigmeus (coletores-caçadores) e os bantus (agricultores itinerantes) com a floresta é distinta. Para os primeiros, a floresta é um ambiente amigo, onde se sentem em segurança ao passo que para os bantus ela é habitada por espíritos maus e representa somente um obstáculo a derrubar para se poder plantar. [...] Enquanto a floresta tropical amazônica representa para as tribos indígenas o seu hábitat conhecido e acolhedor, morada dos antepassados, para o colono vindo do

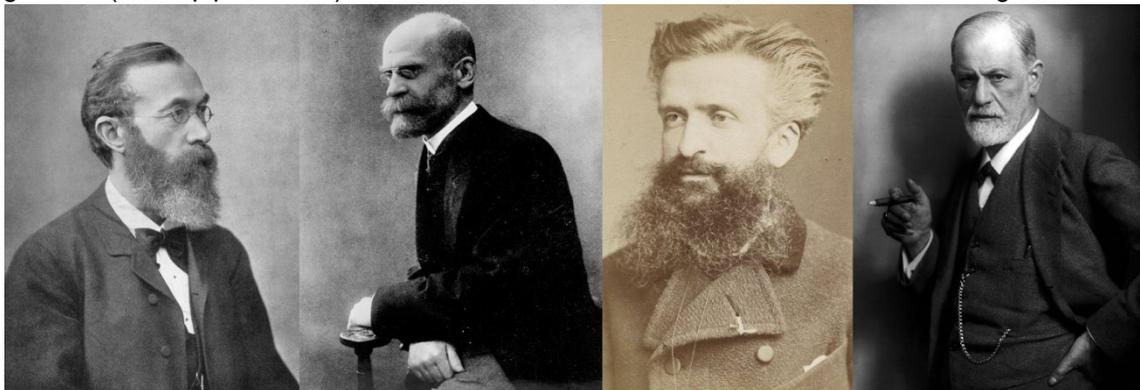
sul do Brasil, ela representa um obstáculo a ser vencido para se implantar a agricultura e a pecuária moderna, fonte potencial de lucro. (DIEGUES, 2001, p.62-63)

Enfatiza-se, assim, que as representações estão no cerne das motivações das ações dos indivíduos sobre o território. Contudo, para compreensão mais aprofundada do conceito de representações, é necessária uma incursão na gênese da psicologia social, campo de imersão de Serge Moscovici que tem como um marco teórico a teoria das “Representações Sociais”, a partir da década de 1960. A compreensão de como as representações engendram as ações humanas sobre o território é o tema sobre o qual se desdobra a problematização, aqui discutida, da dicotomia estabelecida entre homem e natureza na política de criação de áreas protegidas. Admitir, conforme pontua Godelier, uma interação entre o homem e o meio natural que supera as tradicionais visões utilitaristas, significa inserir dentro do estudo das relações as representações simbólicas de diferentes grupos sociais sobre o seu meio.

3.3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

3.3.1 Contribuições de Wundt, Durkheim, Le Bon e Freud

Figura 10: (da esq. para a dir.) Wilhelm Wundt, Émile Durkheim, Gustave Le Bon e Sigmund Freud.



Fonte: Recorte do autor, 2022.

A teoria das Representações Sociais (RS) foi concebida em meados da década de 1960, idealizada por Serge Moscovici (1928-2014), sociólogo francês

com doutorado em psicologia social. O seu trabalho inicial, intitulado “*La Psychanalyse, son Image et son Public*”, de 1961, inseria os fatores de ordem social dentro de princípios clássicos da psicanálise, a partir da problematização do contexto social na conformação da psique individual.

A relação dialética estabelecida pelo homem entre os aspectos individual e social é a base teórica do conceito de representação social, ou seja, da apropriação da realidade social pelo indivíduo, de modo que o social e o exterior se tornam internos. (ROCHA, 2014, p.8)

É necessário compreender o contexto no qual a teoria das Representações Sociais vai aflorar, até então caracterizado por uma valorização excessiva do saber científico, fundamentado por meio de técnicas e aceções experimentais de caráter quantitativo. Sob o manto do rigor positivista do início do século XX, o senso comum, base da teoria das RS, tinha sido relegado como uma contraposição do conhecimento científico, “desprestigiando o valor das crenças e dos conceitos culturalmente construídos no intercâmbio comunicacional cotidiano que constitui e é constituído na cultura” (ROCHA, 2014).

As incursões de Moscovici, no campo da psicologia, em sua busca pela compreensão do psiquismo humano, conduzem à inflexão da tradicional dicotomia estabelecida entre sujeito/objeto e indivíduo/sociedade. Até então, sociologia e psicologia eram aceitas enquanto disciplinas separadas, operando a sociologia em nível de sociedade e a psicologia em nível individual. Segundo Rocha (2014):

Para Moscovici, o dualismo entre o mundo individual e o mundo social provocava repulsa, uma vez que sua intenção era desenvolver uma psicossociologia do conhecimento que levasse em consideração tanto os elementos individuais quanto os fatos sociais, sendo essencial a influência dos contextos sociais, não somente nos comportamentos individuais, mas também na construção das próprias realidades sociais. (ROCHA, 2014, p.8)

Anteriormente à Segunda Guerra Mundial, a crença difundida que admitia dois níveis de fenômenos independentes (social e individual), passou por um paulatino processo de desconstrução, até a emergência da teoria das RS. É

importante ressaltar que, tradicionalmente, o pensamento sociopsicológico, ao qual Moscovici se filia, sempre foi uma corrente minoritária e marginal, num contexto dominado por correntes como o comportamentalismo, cognitivismo e individualismo (DUVEEN, 2015).

A adesão massiva dos teóricos às correntes sociopsicológicas, até a Segunda Guerra, possuía as contraditórias chancelas dos estudos de Wilhelm Wundt (1832-1920), Émile Durkheim (1858-1917) e Gustave Le Bon (1841-1931). São contraditórias, pois, no que concerne ao aflorar da psicologia social como ciência, os autores acima não advogavam uma quebra da estrutura dicotômica entre sociedade e psicologia vigente até então. Muito pelo contrário, seus estudos teóricos lastreavam a compreensão da atuação da psicologia no nível do indivíduo e da sociologia no nível social. Por outro lado, Wundt, Durkheim e Le Bon enriqueceram o debate que, na abordagem de Moscovici, tomou os contornos de uma psicologia não-dissociativa.

Farr (2013) destaca as principais diferenças entre os três teóricos: Wundt, em primeira instância, distingue a psicologia fisiológica da *Volkerpsychologie* (mais relacionada com as noções sobre cultura); Durkheim distinguiu os estudos das representações individuais (matéria da psicologia) das representações coletivas (matéria da sociologia); Le Bon distinguiu os indivíduos das massas (ou multidão).

A razão principal de se distinguir entre os dois níveis era uma crença, da parte do teórico, que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos em nível de indivíduo. (FARR, 2013, p.30)

O campo de estudo de Wundt eram os fenômenos mentais coletivos (FARR, 2013), mais precisamente a linguagem, os mitos, a religião, a mágica e demais manifestações que podem ser compreendidas como cultura dos povos. Para Wundt, estes fenômenos não podem ser explicados através da introspecção, no nível do indivíduo, destacando aí uma clara contraposição entre a psicologia (ciência do introspecto) e a fisiologia (investigação do indivíduo a partir do exterior). Institui assim a chamada “*Volkerpsychologie*” (Volk, povo), como uma psicologia de bases

coletivas, sob a qual os fenômenos de ordem cultural surgem como produto de uma comunidade. Esses fenômenos “emergiram de interações entre indivíduos. “Ao distinguir entre indivíduo e a interação entre indivíduos, Wundt estava indo à essência da questão” (FARR, 2013, p.31).

Enquanto Wundt concentrava seus esforços de estudos na cultura, Durkheim desenvolvia sua teoria a partir dos estudos da sociedade. As suas incursões teóricas, contrárias ao que viria a ser reconhecido como Psicologia Social revela que ele foi, dentre os principais sociólogos, o que mais se mostrou averso à psicologia (FARR, 2013). Duveen (2015), por exemplo, ressalta a contribuição de Durkheim sobre a teoria das Representações Sociais como “ambígua”, fato que se dá pelo seu esforço de defender a sociologia como ciência autônoma.

Não é apenas Farr quem mostrou as dificuldades que a formulação de Durkheim trouxe para a psicologia social. Numa discussão anterior, sobre a relação entre o trabalho de Durkheim e a teoria das Representações Sociais, Irwin Deutscher (1984) também escreveu sobre a complexidade de tomar Durkheim como um ancestral para a teoria sociopsicológica. (DUVEEN, 2015, p. 13-14)

Para Durkheim, as representações coletivas não podiam ser reduzidas a um somatório de representações individuais, que ele deixou a cargo dos psicólogos, julgando que a sociologia era independente da psicologia. Esta é a diferença fundamental com o construto teórico de Wundt que, apesar de separar a psicologia social da fisiológica, acreditava que ambas estavam relacionadas (FARR, 2013).

Le Bon, por sua vez, contribuiu substancialmente para a individualização da psicologia social através da forma como ele compreendia o coletivo (FARR, 2013). Para ele, a massa ou multidão era composta por indivíduos, não enquanto um agrupamento único e estritamente uniforme. A questão formulada por Le Bon contrapõe a racionalidade do indivíduo à irracionalidade das massas: “Há diferença na maneira como indivíduos se comportam quando estão sós ou quando estão junto a outros (na presença tanto de outros coautores, ou de uma audiência)?” (FARR, 2013, p.32).

Dessa forma, Le Bon propôs um elo entre a psicologia social e a psicopatologia, campo no qual se desenvolveram os estudos da psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939). Le Bon estava convicto de que a influência de grandes líderes frente a multidões era uma forma de influência hipnótica (FARR, 2013), aceção amplamente aceita na França, num contexto em que a hipnose era realizada em área pública extrapolando os contextos médicos individuais.

A obra de Le Bon teve influência direta no desenvolvimento do pensamento de Freud, principalmente no que concerne à contribuição no campo da hipnose das massas. A psicanálise Freudiana passou por intensa transformação, principalmente na década de 1920, quando mudou sua postura de estudos clínicos dos indivíduos para a crítica psicanalítica da cultura e da sociedade (FARR, 2013).

Compartilhando os interesses de Wundt pelas manifestações da cultura e embebido com a teoria de Le Bon sobre as formas de influência social, Freud conseguiu interrelacionar as dimensões do indivíduo e sociedade. Na análise psicanalítica, os sonhos são compreendidos como fenômenos interpessoais na psicoterapia, ou seja, o conteúdo é influenciado pelas condições culturais a que o indivíduo está submetido. Assim, o sonho em si é um reflexo, no indivíduo, de uma exterioridade ditada pelas formas de percepção e cultura que se constroem em nível coletivo.

Em contraposição a Le Bon, Freud não compreendia que o líder frente às massas exercia uma influência hipnótica, mas que a multidão era conformada por indivíduos que se relacionavam entre si por meio da identificação com um líder em comum. Dessa forma, inverte-se dessa forma o papel do indivíduo na multidão, de agente passivo, imerso quase inconscientemente ao controle de um líder, para compor coletivamente uma massa a partir de suas próprias identificações pessoais, que se tornam coletivas.

Wundt, Durkheim, Le Bon e Freud foram primordiais, no tocante aos prenúncios de uma psicologia social, ou uma sociologia do indivíduo. Isso se dá mesmo a despeito de que, como exemplo mais proeminente de Durkheim, estes autores se opunham a uma psicologia de ordem social, com exceção de Freud, que passou a considerar a influência do exterior social na psique humana.

Segundo Farr (2013), Moscovici não desenvolveu sua teoria num vácuo de contextualização teórica. Pontua o autor que Moscovici se apoiou nos escritos de fundadores da ciência social, na França, e especialmente em Durkheim.

Moscovici não desenvolveu sua teoria num vácuo cultural. Ele teve a capacidade de se apoiar nos fundadores das ciências sociais na França, especialmente Durkheim; sendo que Durkheim foi um dos fundadores da sociologia moderna, a teoria de Moscovici é frequentemente classificada, como muita propriedade, como uma forma sociológica de Psicologia Social. (FARR, 2013, p.38)

Para imersão na teoria das Representações Sociais de Moscovici, é necessário compreender mais a fundo o conceito de Representações Coletivas, elaborado por Durkheim. A contraposição entre estes dois conceitos anuncia a nova relação entre a psicologia e a sociologia, e o emergir da psicologia social como ciência do individual e do coletivo.

3.3.2 Representação Coletiva x Representação Social

Segundo Durkheim, a distinção clara entre a psicologia e a sociologia se situava em seus respectivos objetos de estudo, ocupando-se a primeira das representações individuais e a segunda das representações coletivas. Por representações individuais, entendem-se as reações de caráter subjetivo, decorrentes de elementos nervosos constitutivos dos indivíduos. Por outro lado, as representações coletivas decorrem da dinâmica das consciências que compõem a sociedade.

Durkheim advogava uma cisão entre representações individuais e coletivas, em um esforço para reconhecer a sociologia como uma ciência autônoma (DUVEEN, 2015). Não eram descartadas, contudo, as influências de representações coletivas sobre as ações individuais, mas para Durkheim, as representações individuais não influenciavam o que ele chamava de consciência coletiva. Esta consciência era formada como resultado de uma cooperação estabelecida tanto no espaço quanto no tempo, por indivíduos e sociedades a partir de um processo de acúmulo de experiências e saberes.

A concepção de Durkheim sobre as representações coletivas parte de uma análise de sociedades primitivas. Dessa forma, o autor corrobora as idealizações clássicas de que as representações, excluindo a dimensão do indivíduo, se inserem nos limites do pensamento social que, por sua vez, se dá como uma sobreposição de experiências anteriores a uma sociedade.

A diferença substancial entre as representações coletivas de Durkheim, e a teoria ascendente de Moscovici, sobre as Representações Sociais é que, para Durkheim, estas representações tinham caráter estático, responsáveis enquanto integradoras de uma sociedade. De acordo com Duveen:

Durkheim não estava simplesmente interessado em estabelecer o caráter sui generis das representações coletivas como um elemento de seu esforço para manter a sociologia como uma ciência autônoma. Toda sua sociologia é, ela própria, consistentemente orientada àquilo que faz com que as sociedades se mantenham coesas, isto é, às forças e estruturas que podem conservar, ou preservar, o todo contra qualquer fragmentação ou desintegração. É dentro desta perspectiva que as representações coletivas assumem sua significância sociológica para Durkheim; seu poder de obrigar ajuda a integrar e conservar a sociedade. (DUVEEN, 2015, p.14)

Em contrapartida, o conceito de representação social de Moscovici tem caráter mais dinâmico, inserindo as variáveis sociais entre indivíduos como elementos que engendram as representações. Nesse sentido, as RS são mutáveis, considerando que a vida cotidiana é dinâmica e partícipe de um intenso e plural processo de ressignificação de preceitos e diversidade de forças construtivas da realidade social.

Moscovici renovou a análise de Durkheim "(...) insistindo sobre a especificidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, caracterizadas por: intensidade e fluidez das trocas e comunicações, desenvolvimento da ciência, pluralidade e mobilidades sociais" (Jodelet, 2001, p. 22), buscando o desenvolvimento de uma psicossociologia do conhecimento e instaurando uma redefinição para os problemas e conceitos até então existentes na Psicologia social. (ROCHA, 2014, p.9)

No contexto emergente da Psicologia Social, as RS extrapolam o sentido conceitual e se estabelecem como sistemas mentais autônomos e criativos, construtores da realidade. São, portanto, resultados e motivadoras das ações humanas (SOUZA, 2005).

3.3.3 A teoria das Representações Sociais

A apreensão e discussão do fenômeno externo ao indivíduo são levantadas por Wagner (2013) como os fins para os quais vão se desdobrar quaisquer correntes de teorias científicas. A teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, fundamentalmente se insere nas correntes que estudam o senso comum (SPINK, 2013). Adentra no campo da construção social de significados dos fenômenos baseados em apreensões compartilhadas por indivíduos, muitas vezes sem a mediação do conhecimento técnico e científico.

Conforme explicitado, o ideário positivista do final da segunda metade do século XIX e início do século XX permeava os pátios sobre os quais se desenvolviam os estudos da psicologia pré-segunda guerra, lastreados nas bases da experimentação e da quantificação cientificamente validados. A psicologia social, por meio de Moscovici, constituiu uma ruptura no modelo clássico das teorias do conhecimento e da busca pela verdade (SPINK, 2013).

Primeiramente, é necessário fazer a distinção entre o que é o senso comum e o conhecimento científico. Estes conceitos podem ser compreendidos com o auxílio de Alves (2005), que destaca que ambas as formas de conhecimento se referem a escalas diferentes da apreensão da realidade. O senso comum seria aquele conhecimento compartilhado, mais amplo, em contraposição ao conhecimento científico, especializado e focalizado. Segundo o autor:

O que é senso comum? Essa expressão não foi inventada pelas pessoas de senso comum. Creio que elas nunca se preocuparam em definir. Um negro, em sua pátria de origem, não se definiria como pessoa "de cor". Evidentemente. Essa expressão foi criada para os negros pelos brancos. Da mesma forma, a expressão "senso comum" foi criada por pessoas que se julgam acima do senso comum, como uma forma de se diferenciarem de outras que, segundo seu critério, são intelectualmente inferiores. Quando

um cientista se refere ao senso comum, ele está, obviamente, pensando nas pessoas que não passaram por um treinamento científico. (ALVES, 2005, p.12-13)

E complementa:

O que é o senso comum? Prefiro não definir. Talvez simplesmente dizer que senso comum é aquilo que não é ciência... E a ciência? Não é uma forma de conhecimento diferente do senso comum. Não é um novo órgão. Apenas uma especialização de certos órgãos e um controle disciplinado de seu uso. (ALVES, 2005, p. 14)

Moscovici (2015) postula que o “pensamento primitivo”, associado ao senso comum, está relacionado com o poder da mente em conformar uma realidade. Em contraposição, o pensamento científico se relaciona com o poder dos objetos de conformar o pensamento. Em outras palavras, o pensamento primitivo é visto como um atuante sobre a realidade, enquanto o pensamento científico seria uma reação a ela.

Para o autor, as origens de ambos os pensamentos são as mesmas: “o medo instintivo do homem de poderes que ele não pode controlar e sua tentativa de poder compensar essa impotência imaginativamente” (MOSCOVICI, 2015, p.29). Nas palavras de Moscovici:

Sendo esta a única diferença, enquanto a mente primitiva se amedronta diante das forças da natureza, a mente científica se amedronta diante do poder do pensamento. Enquanto a primeira nos possibilitou sobreviver por milhões de anos e a segunda conseguiu isso em poucos séculos, devemos aceitar que ambas, a seu modo, representam um aspecto real da relação entre nossos mundos internos e externos. (MOSCOVICI, 2015, p.29)

A Representação Social, pode-se dizer, é uma instância do conhecimento que atua na capacidade de resposta do ser humano aos estímulos externos. Segundo Moscovici (1978), é, portanto, uma preparação para a ação, no sentido de guiar o comportamento, remodelar e reconstituir os elementos do meio em que o homem se insere. Complementa o autor, afirmando:

Ela consegue inculcar um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que está vinculada ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes (MOSCOVICI, 1978, p. 49)

Entre o pensamento primitivo e o pensamento científico se insere a necessidade humana de reagir e interpretar os fenômenos que cercam os indivíduos. Jodelet (1989) descreve as Representações Sociais como uma modalidade do conhecimento objetivo sobre o qual vão se erigir a compreensão do mundo e a comunicação. Na mesma direção, Bower (1977) vai destacar a importância das representações em paralelo com as percepções dos objetos reais. Segundo o autor, as Representações Sociais são um conjunto de estímulos criados pelos homens com o objetivo de substituir um sinal ou som que não podem ocorrer naturalmente. “Algumas representações funcionam como substitutos de estímulos; elas produzem a mesma experiência que o mundo natural produziria” (BOWER, 1977, p.58). São construções sociais, que se sobrepõem à objetividade do mundo real.

Nas palavras de Melo (2003), as Representações Sociais têm a capacidade de rerepresentar um fato ou fenômeno mais uma vez à consciência, uma vez que o fato ou fenômeno já se apresentou no âmbito da percepção:

A Representação Social atualiza o objeto percebido no sujeito cognoscente. Quando alguma coisa nova e/ou estranha se nos apresenta, a natureza de processo psíquico próprio da representação é capaz de tornar familiar o estranho e de situar e tornar presente em nosso universo interior o que de certa forma estava ausente dele ou era estranho a ele. (MELO, 2003, p.51)

Conforme destaca Spink (2013), é importante ressaltar que as Representações Sociais não são apenas estruturas do pensamento de ordem cognitiva, mas incluem as estruturas afetivas, sendo necessária a compreensão do contexto que as engendram.

De acordo com Spink (2013), o contexto possui caráter essencialmente intertextual. Nesse sentido, se dá por justaposição de dois momentos: o momento

sócio-histórico, que remete às construções sociais, constitutivas dos princípios e preceitos da sociedade e que alimentam a subjetividade humana; e o momento discursivo, que remete às relações sociais cotidianas e do presente. A autora ainda discorre sobre a dimensão temporal do contexto²⁰, para além do espaço, histórico ou social, recém-referido.

A problemática observada por Moscovici, sobre a realidade dos fatos e fenômenos, se calcava numa crítica aos pressupostos positivistas, onde a noção da realidade se desvendava através de um caráter objetivo e funcionalista. Esta perspectiva suprimia a influência da subjetividade e de uma análise mais profunda dos fatos e dos contextos, principalmente da dimensão histórico-crítica. Nesse sentido, considerava-se que a visão positivista da realidade era parcial, pois a realidade através das Representações Sociais teria caráter dinâmico e explicativo (GUARESCHI, 2013). Daí justifica-se o caráter social das representações de Moscovici e sua crítica às representações coletivas de Durkheim, que ele considerava estáticas e puramente descritivas.

As Representações Sociais não são criadas individualmente, mas pessoas e grupos as edificam por meio de suas relações, engendradas pela sua comunicação e cooperação (MOSCOVICI, 2015). Em outras palavras, num grupo social, as formas de comunicação estabelecidas pelos seus entes vão engendrar representações dos fenômenos, que passam a ser compartilhadas por todos os entes, perpetuadas e constantemente revisitadas. Moscovici inseriu as Representações Sociais na base da interação humana, tornando claro o papel da comunicação no processo de elaboração das RS, na medida em que as representações emergem em toda e qualquer interação entre duas pessoas ou dois grupos (MOSCOVICI, 2015).

As representações socialmente construídas, portanto, são o produto da comunicação. Afloram do intercâmbio de ideias entre dois receptores, sejam grupos ou indivíduos. Contudo, Duveen (2015) mostra que, sem as representações, sequer existiria a comunicação. A tênue relação entre representação e comunicação pode

20 A autora considera as Representações Sociais em 3 tempos: o tempo curto da interação, que tem como foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido, que abarca o processo de socialização, inserido na teoria do Habitus de Bourdieu – 1983; e o tempo longo, relativo às memórias coletivas, onde se somam os acúmulos culturais da sociedade, componentes do imaginário social.

ser, paralelamente, interpretada numa relação cíclica de causa e efeito, corroborada por Moscovici quando pontua que as representações são:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2015, p.21).

Assim, a teoria das Representações Sociais refere-se tanto ao processo por meio do qual as representações são elaboradas (cognitivo, social e de comunicação), quanto às estruturas de conhecimento estabelecidas (DUVEEN, 2015). Não se limita, portanto, à representação em si, como também agrega as condicionantes que as fazem aflorar. Isso se dá dentro de um processo de constante transformação, por isso as Representações Sociais são dinâmicas. De acordo com Moscovici, o senso comum é continuamente criado e recriado. O seu conteúdo e imagem conformam a linguagem constantemente retocada. Nesse sentido, “a estocagem de Representações Sociais, sem a qual a sociedade não pode se comunicar ou se relacionar e definir a realidade, é realimentada” (MOSCOVICI, 2015, p. 95).

As Representações Sociais possuem ainda um caráter dual, uma vez que atuam como *estruturas estruturadas* e *estruturas estruturantes*. Esta compreensão é salutar para o entendimento das RS e sua capacidade de transformação de realidades sociais. Enquanto estruturas estruturadas, as representações são um reflexo das dinâmicas sociais, históricas e culturais estabelecidas entre grupos ou entre indivíduos de uma sociedade que, por meio da comunicação, reinterpretam o mundo instintivamente. São rerepresentações simbólicas da realidade, que adquirem caráter objetivo ao fundamentar as atuações humanas sobre a realidade.

As representações também se exteriorizam por meio das ações. Constituem, portando, as forças-motrizes sobre as quais vão se concretar as motivações humanas sobre a realidade. São “também uma expressão da realidade intra-individual; uma exteriorização do afeto. São, neste sentido, estruturas estruturantes

que revelam seu poder de transformação da realidade social” (SPINK, 2013, p.98).
Complementa a autora:

a elaboração das Representações Sociais enquanto formas de conhecimento prático que orientam as ações no cotidiano, se dá na interface de duas forças monumentais. De um lado temos os conteúdos que circulam em nossa sociedade, e de outro, temos as forças decorrentes do próprio processo de interação social e as pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas (SPINK, 2013, p.99).

O mecanismo pelo qual as Representações Sociais atuam na transformação da realidade se dá no campo da subjetividade humana, a partir da acepção das RS enquanto *estruturas estruturantes*. Um paralelo pode ser feito com a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (1930-2002). De acordo com Peters (2018), o *habitus*, em Bourdieu, é um conjunto de disposições que englobam o pensar, o agir, o sentir, que são fruto dos processos de socialização do indivíduo. As respostas rápidas a estímulos externos ao corpo são ditadas pelo *habitus* do indivíduo, a partir da subjetividade construída por fatores externos.

Esta noção tende a superar a dicotomia entre objetividade e subjetividade, inserindo as influências sociais dentro dos padrões de comportamento individuais. De acordo com Bourdieu, a sociedade não existe exclusivamente como uma entidade exterior aos indivíduos ou como uma representação interna mantida por estes, mas como uma dialética entre o exterior e o interior, um “duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1983, p.47).

O *habitus* seria a marca da sociedade no indivíduo (PETERS, 2018), um mecanismo por meio do qual as marcas da sociedade em que este se insere se sedimentam em sua subjetividade. Paralelamente, é através do *habitus* que o indivíduo consegue deixar sua marca na sociedade (PETERS, 2018). Essa relação entre *estrutura estruturada* e *estrutura estruturante* é destacada por Bourdieu numa acepção semelhante à de Moscovici, no que concerne ao papel da comunicação no processo de elaboração das representações. Aludindo aos Sistemas Simbólicos, Moscovici destaca que são “como instrumentos de conhecimento e comunicação, só

podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 1989, p.9).

A capacidade das Representações Sociais de influenciar as ações de indivíduos sobre o meio/objeto ainda as insere no campo da realidade objetiva, nas palavras de Moscovici:

As Representações Sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam, a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem, dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica. (MOSCOVICI [1961/1976, p.40-41] 2013, p. 10).

Esta noção sintetiza as RS dentro do pressuposto básico do seu funcionamento na sociedade: o de que as representações se exteriorizam ao ser humano por meio das ações e respostas aos estímulos cotidianos. De acordo com Jodelet (2001), as representações são criadas pelos seres humanos com o intuito de que eles apreendam o mundo exterior. A necessidade de domínio físico e intelectual da realidade é o impulso que engendra a criação dessas representações. Nesse sentido, são sociais, pois o próprio mundo é partilhado entre indivíduos. As noções que se edificam, portanto, são coletivas e servem de suporte para as suas atuações de modo a enfrentar e administrar os fenômenos que são externos ao ser.

As Representações Sociais ainda devem ser apreendidas como parte de um processo histórico, um construto que se origina em sociedades já carregadas de teor político, histórico, social e cultural. Os padrões morais e éticos de grupos e indivíduos não podem ser avaliados como um produto das condições presentes, mas como uma construção atemporal, assim como suas representações emergentes. Nesse sentido, ideologias sociais são componentes das representações, tendo influência na consciência individual, sendo norteadora das atitudes e pensamentos humanos.

4 DELINEANDO O OBJETO DE ESTUDO

A discussão empreendida no capítulo anterior sobre a natureza representada induz a reflexão sobre as dissonâncias com o modelo de gestão do natural, pautado na criação de áreas protegidas. Quando noções pré-concebidas de cunho preservacionista ainda permeiam os principais instrumentos de gestão ambiental, as representações humanas sobre o território são suprimidas pelo regramento e determinações dos planos de manejo das Unidades de Conservação.

Este capítulo adentrará o cerne da discussão sobre as áreas protegidas do Recife, especificamente os ecossistemas de manguezal, e como estudo de caso, o Parque dos Manguezais, Unidade de Conservação Municipal. Para tal, a seguir discorrer-se-á sobre o processo de ocupação dos mangues da cidade do Recife e sobre como o território natural, outrora norteador do crescimento urbano, converteu-se em áreas institucionalmente delimitadas.

4.1 METADE ROUBADA AO MAR, METADE À IMAGINAÇÃO

A conformação da planície estuarina do Recife, anterior à ocupação portuguesa, se caracterizava pelo território de charco irrigado, composto por grandes mananciais de água e por arvoredos de manguezais que progressivamente se expandiam e desapareciam no território (CASTRO, 1966). A influência das marés, com o movimento de intrusão e reclusão das águas salinas oceânicas, favoreceu o estabelecimento de um ambiente de águas salobras, condição essencial para o estabelecimento dos indivíduos de mangue.

Figura 11: Frans Post. Forte Frederick Hendrik. 1640, óleo sobre tela, 660 x 880 mm.



Fonte: Coleção Instituto Ricardo Brennand.

Bezerra (2017), com o aporte de Josué de Castro (1966), define o território de então como uma planície aluvial, conformada por sedimentos do que outrora se caracterizava como uma antiga baía. Destaca a autora:

A cidade do Recife tem as águas que a entrecortam, os mangues e os alagados, os maciços vegetais representados por remanescentes de Mata Atlântica e os morros que delineiam seu horizonte territorial em forma de semicírculo, sua realidade paisagística ou sistema paisagístico. Como elemento básico de seu substrato natural, a água é protagonista da paisagem recifense (BEZERRA, 2017, p.39).

Essa condição do território da cidade é ressaltada na poética de Carlos Pena Filho, como uma cidade que se ergue do mar, metade tirada das águas, metade fruto da criação humana:

No ponto onde o mar se extingue
E as areias se levantam
Cavaram seus alicerces
Na surda sombra da terra
E levantaram seus muros
Do frio sono das pedras
Depois armaram seus flancos:
Trinta bandeiras azuis

Plantadas no litoral
 Hoje, serena, flutua,
 Metade roubada ao mar,
 Metade à imaginação,
 Pois é do sonho dos homens
 Que uma cidade se inventa
 (PENA FILHO, 1983, p.179)

Em realidade, não é só o mangue que compõe o imaginário dos poetas e mestres literários da cultura recifense, mas o universo aquático em si, conforme as imersões, no assombrado de Gilberto Freyre, ou o desbravar do Capibaribe de João Cabral de Melo Neto. Não obstante a influência humana, a presença da água no território é o grande norteador do crescimento da cidade e também o seu referencial identitário, explícito na paisagem (Figura 12). Nas palavras de Josué de Castro:

O Recife é todo esse mosaico de cores, de cheiros e de sons. Nesse desadorado caos urbano, reflexo confuso da fusão violenta de várias expressões culturais, **só uma coisa tende a dar um sentido estético, próprio à cidade**. A absorver e a anular os efeitos dos contrastes desnorteadores, dando um selo inconfundível à cidade. **É a paisagem natural que a envolve**. O seu mundo circundante, com seus acidentes geográficos e sua atmosfera sempre em vibração varada em todos os sentidos pelos reflexos intensos da luz sobre as águas. (CASTRO, 1959, p.16, grifo nosso)

Figura 12: Vista para o Jardim do Palácio Campo das Princesas.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

A localização da cidade, numa planície estuarina, favoreceu a dinâmica entre as águas e a terra firme. A condição de “cidade anfíbia” (CASTRO, 1966, p.169) pertence ao âmago da essência do Recife. Waldemar de Oliveira, ressaltando a

presença das águas, outrora enfatizou: “na cidade do Recife o que não é água, foi água ou lembra água (...) Por toda a parte, revivem as lembranças que as águas desaparecidas deixaram” (OLIVEIRA, 1942, p.48).

No longo processo de consolidação do solo recifense, o mangue destaca-se como um dos elementos fundamentais. A elevação do solo se dá em atuação conjunta com os ventos alísios e com os depósitos aluviais que, em razão dos arrecifes, acumulam-se nas terras baixas da baía do Recife (CASTRO, 1966). Segundo o autor, é necessária uma análise da flora especializada, que se adaptou às terras molhadas, pois o mangue em si, não se caracteriza apenas pela sua importância no equilíbrio geodinâmico do território, mas trata-se da vegetação que recobria originalmente a área hoje ocupada pela cidade do Recife.

A cidade que se desvela, a partir da condição primitiva do território, vai aflorar como o fruto de outro fator de consolidação do solo: o homem. Assinala Josué de Castro

O homem foi o último elemento a entrar em cena naquele contínuo trabalho de estruturação do solo do Recife, agindo através de aterros e das drenagens, no sentido de dar àquele solo a consistência, o declive, a forma e a extensão mais apropriadas à sua ocupação humana, ao seu aproveitamento como base natural de um complexo organismo urbano. (CASTRO, 1966, p. 168).

Se as representações, que os humanos elaboram sobre o seu meio, são as bases da dinâmica social que acarreta na sua atuação no território, então a cidade, enquanto um produto da atuação humana nasce como fruto essencial de representações. Josué de Castro destaca que a cidade é sempre esse produto das possibilidades geográficas e da capacidade dos grupos humanos assentados de utilizá-la e dela tirar proveito. A cidade emerge, portanto, de uma dupla influência entre o natural e o cultural (CASTRO, 1966).

No caso do Recife, a ocupação do território se deu em momentos diferentes, de acordo com o processo histórico da colonização. Primeiramente, o domínio português imprimiu as marcas da ocupação nas terras altas de Olinda, sede da capitania de Pernambuco. As motivações da escolha do sítio elevado se davam pela

estratégia militar da colonização portuguesa, segundo a qual a ampla visão proporcionada pela altura da colina favorecia a implantação das vilas lusitanas. No século XVII, a invasão holandesa no litoral do nordeste brasileiro também imprimiu suas marcas de ocupação. Contudo, nas terras baixas do Recife, as condições fisiográficas eram semelhantes às de Amsterdam, que até os dias atuais seguem marcadas pela paradigmática sintonia das superfícies aquáticas versus ambiente construído. Ao longo dos séculos, então, tem-se processado o paulatino aterro das antigas áreas de domínio dos manguezais. A cidade expandiu-se para além da Ilha de Antônio Vaz, ocupando as terras dos engenhos de cana-de-açúcar, lindeiras ao rio Capibaribe, fazendo surgir as ocupações dos marginalizados e as comunidades pesqueiras, nas áreas de charco próximas ao acesso ao mar.

Essa conformação reflete os bairros do sul do que, à época, se configurava como lócus da *Mauritzstadt*, ou seja, a Ilha de Antônio Vaz. Especificamente, no atual bairro do Pina, a ocupação engendrou-se desde o século XVII, quando até então o território era composto por um conjunto de Ilhas delimitadas pelo oceano atlântico a leste e entrecortadas por rios e riachos margeados por manguezais.

Os prenúncios de ocupação se deram por meio da instalação dos galpões de açúcar dos irmãos Portugueses André Gomes Pina e Francisco Thaíde Pina, este segundo alcunhado como o “Cheira-dinheiro”. De acordo com Silva (1990), as Ilhas do território passaram a ser reconhecidas pelo nome dos seus proprietários, sendo nomeadas a Ilha do Pina e a mais conhecida, Ilha do Cheira-dinheiro. Silva (1990) e Bezerra (2000) destacam que, para além dos armazéns de açúcar, já se faziam presentes ocupações de pequenos povoados de pescadores e criadores de gado.

Até o final do século XIX, a região permaneceu marcada por baixa densidade demográfica, composta por pequenos agrupamentos de pescadores e sem conexão por terra com o então núcleo urbano do Recife. Em 1853, foi construído na localidade um novo hospital, com o fim de abrigar os escravos africanos e viajantes provenientes da Europa, em virtude dos tempos de epidemia de cólera, além dos retirantes da seca do interior nordestino (SILVA, 1990; BEZERRA, 2000). O hospital, conhecido como “hospital da bubônica”, pertencia à Santa Casa de Misericórdia, e ao seu lado havia um cemitério, cujas ruínas existiram até o início do século XX,

quando foram suprimidas para dar lugar às Escolas Reunidas Landelino Rocha²¹ (SILVA, 1990).

Até o século XIX, os manguezais do sul do Recife foram morosamente ocupados pelas comunidades de pescadores, enquanto as áreas adjacentes ao rio Capibaribe, tradicionalmente, foram ocupadas pelas populações mais abastadas. A ocupação das margens do Capibaribe se processou sob influência do fator geográfico e socioeconômico, tendo o rio como elemento estruturador da expansão urbana. Os engenhos de açúcar, estabelecidos no século XVII, tiravam proveito da possibilidade logística do rio, para escoamento das mercadorias até o porto do Recife. Entre os séculos XVIII e XIX, os engenhos foram sendo progressivamente transformados em sítios e chácaras, utilizados pela burguesia (Figura 13). Sobre a ocupação do território do Recife pelas diferentes classes sociais, Jucá (2004) assinala:

O subúrbio de Madalena era privilegiado como local de residência dos ricos. Em contrapartida, Boa Viagem não passava de uma povoação com cem casas de pescadores e um intenso coqueiral, tendo ao centro um grande pântano de água salgada. Aliás, anteriormente, em 1821, Maria Graham chamara a atenção para as áreas privilegiadas da elite, como o bairro de Boa Vista. Até igrejas reproduziam a segregação racial, sendo destinadas umas aos brancos e outras aos negros e escravos. (JUCÁ, 2004, p.129)

²¹ Atualmente, no local, existem duas escolas do Governo do Estado de Pernambuco, separadas pela Avenida Conselheiro Aguiar. A escola Delmiro Gouveia, localizada na margem esquerda, e a escola Landelino Rocha, localizada na margem direita. A memória sobre a existência do cemitério ainda se fazem presentes em relatos locais. Em visita de campo realizada no dia 18 de outubro de 2021, um funcionário da escola afirmou: “Se tu cavar aí tu acha uns azulejos de lápide. A gente fez um serviço aí uma vez e achou foi um monte”. Também, de acordo com o relato de ex-aluna da escola: “Eu estudei nessa escola em 1971/1972, e quando eu cheguei existia uma caveirinha num laboratório lá. Sempre as professoras falavam essas coisas – aqui já foi cemitério, viu? E ficou sobrando aquela caveirinha para menino mal comportado –”.

Figura 13: Luis Schlappriz. Uma parte da passagem da Madalena. 1863-1865, óleo sobre tela, 270 x 355mm.



Fonte: Acervo Coleção Brasileira Itaú.

Tendo em vista o processo acima descrito, fica evidente que as contradições sociais do processo de ocupação do Recife foram impressas na distribuição geográfica dos seus habitantes. Assim, o núcleo urbano e os subúrbios do Capibaribe passaram a ser moradia e propriedade da burguesia, restando os alagados, manguezais e morros para a ocupação dos excluídos, localizações que, correntemente, eram as mais castigadas por intempéries climáticas (Figura 14 – grande cheia de 1869 na ocupação dos Afogados). Silva, Gomes e Albuquerque (2016), relacionam a distribuição da população recifense no território ao trabalho, ressaltando a diferença entre a localização dos que estavam inseridos dentro do mercado formal e os adjacentes:

Nessa direção, percebe-se que a divisão social e territorial do trabalho implica na diferenciação socioespacial, por acesso à terra ser privado, sua distribuição ocorre de forma desigual quantitativa e qualitativamente, colocando de um lado a elite que ocupava a cidade do Recife, e de outro os indivíduos que não satisfaziam tecnicamente o mercado de trabalho, esses

ocupavam áreas ambientalmente frágeis e desprovidas de infraestrutura básica para habitação, como o Pina. (SILVA, GOMES e ALBUQUERQUE, 2016, p.65)

Figura 14: Telles Junior. Cheia dos Remédios, século XIX. óleo sobre tela.



Fonte: Acervo do museu do estado de Pernambuco.

O impulso ao assentamento da população no entorno dos manguezais do sul do Recife se deu no final do século XIX, com a abolição da escravatura, quando os povos libertos foram impelidos a se deslocar para as áreas insalubres dos alagados próximos ao centro urbano. Houve uma proliferação dos mocambos nessas áreas, até então grandes ermos marginalmente ocupados. Além dos contingentes escravizados, duas secas históricas assolaram o sertão nordestino no final do século XIX e na primeira metade do século XX (1877 e 1932). A primeira, entre 1877 e 1879, conhecida como “A grande seca”, causou cicatrizes profundas nas regiões do semiárido brasileiro, deflagrando o êxodo para as principais capitais nordestinas, com maior ênfase para Fortaleza e para o Recife.

Na capital cearense, a medida higienista contra os imigrantes do interior do semiárido fundamentou a construção dos primeiros “campos de concentração” para os flagelados da seca. Em tese, a proposta destes campos era de alojar os

retirantes, fornecendo mínimas condições de sobrevivência. Durante a seca de 1932, foram construídos mais sete campos no Ceará, nas rotas dos imigrantes até Fortaleza, com o intuito claro de afastar estas populações do centro urbano (ROSSI, 2019).

No Recife, os mocambos dos alagados passaram a absorver essa população, aumentando em número a quantidade de vivendas em pau-a-pique. De acordo com Cavalcanti (2015), na primeira metade do século XX, a cidade enfrentou um aumento populacional, principalmente em virtude do êxodo rural. Entre os anos de 1920 e 1940, a população urbana aumentou em 46%, a despeito da sua infraestrutura que não acompanhava o crescimento. Aos exilados das constantes secas do interior, somaram-se, nos mocambos, os povos ex-escravizados, os pescadores de subsistência tradicionais e os demais indivíduos marginalizados da cidade. Numericamente, a difusão dos mocambos foi ressaltada por Pontual (2001), que afirma que, no censo de 1939, estas construções correspondiam a 64% das edificações da cidade do Recife, totalizando 35.581 unidades.

Desde então, a imagem do mocambo na cidade remete à pobreza e ao atraso, muito consequência deste tipo de construção ser remanescente do período escravagista. Era visto, então, como um elemento que manchava a imagem do Recife, insalubre e miserável. Denunciava a pobreza e a desigualdade urbana. A este respeito, Josué de Castro associa a problemática do mocambo, não à sua configuração arquitetônica em si, mas ao seu local de implantação – essencialmente os alagados da cidade. Dessa forma, destaca virtudes da edificação frente às tradicionais residências conjugadas coloniais.

Conclui-se desta exposição rápida que o mocambo, como forma primitiva de habitação, constitui um recinto muito mais confortável do que a maioria das casas de nossas cidades, residências pobres, de tipo europeu, agarradas umas nas outras, forradas de madeira, arrolhadas, sem luz. O que desgraça o mocambo, no Recife, é a zona onde ele é geralmente edificado. Zona baixa, úmida, dos mangues. Zona de lama, de mosquitos e de caranguejos. Única zona urbana que, inadaptável a qualquer produção mais rendosa, é explorada no plantio da vegetação proletária dos mocambos. (CASTRO, 1936)²²

²² CASTRO, Josué de. Mocambo: habitação higienica. Diário Carioca, Rio de Janeiro, 8 mar. 1936. Publicado em Documentário do Nordeste com o título: O problema dos mocambos.

Em 1939, como uma resposta à expansão das áreas de mocambo na cidade, foi criada a Liga Social contra o Mocambo, que tinha por escopo a construção de novas habitações populares e a erradicação deste tipo construtivo. Para combater a expansão de tais edificações, a municipalidade do Recife proibiu a construção de mocambos, assim como foram elevados os impostos a serem pagos pelos proprietários dos terrenos onde se inseriam as habitações (CAVALCANTI, 2015).

Cavalcanti (2015) ainda destaca que a Liga Social contra os Mocambos desaprovou o mocambo enquanto construção, sem tratar, de fato, a miséria como o elemento responsável pela sua emergência. Sob esta ótica, o mocambo era visto como o responsável por atrair as pessoas do interior. A atuação da Liga Social ficou marcada pela pouca efetividade das ações, quando, em 1960, a quantidade de mocambos na cidade mais que duplicou (CAVALCANTI, 2015). Na verdade, a política higienista da Liga Social alcançou parcialmente os objetivos de seus idealizadores ao não acabar com o mocambo em si, mas afastá-lo da centralidade urbana. "Desta forma o mocambo saiu da lama e foi para o morro, sem que tenha havido mudança social" (CAVALCANTI, 2015, p.224).

Dessa forma, delinea-se a estética do manguezal, numa paisagem social que agrega o ambiente natural e as dissonâncias sociais da metrópole do nordeste brasileiro. Josué de Castro ilustra o universo dos mocambos dos manguezais afirmando que a lama, lugar e paraíso do caranguejo, é também a moradia do homem ribeirinho. Na imersão simbólica da relação entre o habitante do mangue e o seu meio, o autor descreve a vida nos domínios dos mocambos:

Por sobre esta paisagem lamacenta que agora vibra sob a luz violenta dos trópicos, refletida nos grandes espelhos d'água da maré, perpassam sons agudos e insistentes. São os apitos das fábricas impacientes chamando gente para o trabalho, acordando seus operários que vivem nos bairros pobres de Afogados, de Santo Amaro, da Ilha do Leite e os mocambos que ainda dormitavam, despertam com estes apitos, uns mais agudos, mais violentos, outros mais graves, mais ronceiros. Começa a fervilhar de vida o bairro dos mocambos, como se fosse o próprio mangue fervilhando de caranguejo. (CASTRO, 1967a, p.29).

Na trama dos manguezais e do mocambo, foi se desenhando a paisagem das áreas estuarinas do Recife, a partir do final do século XIX. No caso dos charcos do sul da cidade, Silva et al., (2016) destacam que o ambiente outrora natural,

paulatinamente foi sendo artificializado por aterros sucessivos, aumentando o território para habitação (Figuras 15 e 16).

Figura 15: Mocambos de ontem, síntese do Recife do século XX.



Fonte: Museu da cidade do Recife.

Figura 16: Palafitas de hoje, marca da paisagem do Recife estuarino do século XXI.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

4.2 ADENTRANDO NO PARQUE DOS MANGUEZAIS

O processo de conformação do espaço do Recife compreende tanto o aspecto geográfico quanto o social. O universo dos manguezais foi sendo pautado por uma relação mútua entre o que se convencionou como natural e como humano, estabelecidos no ambiente por imposições históricas e sociais. Se por um momento a fome, a seca, a marginalização e a escravidão impeliram os indivíduos excluídos da sociedade a construir e a habitar os mocambos dos charcos recifenses, na segunda metade do século XX e intensificado no século XXI, houve uma mudança de paradigma: os abastados passaram a se apropriar do solo dos alagados, das margens d'água e certos remanescentes de manguezal passaram a sofrer com as pressões do mercado imobiliário. É um exemplo claro de como a especulação imobiliária se estabelece e passa a nortear as intervenções urbanas de seu entorno.

O Parque dos Manguezais desponta como o maior remanescente estuarino da cidade do Recife. O processo de ocupação das suas margens foi substancialmente explorado por Onilda Gomes Bezerra, em sua dissertação intitulada "O Manguezal do Pina: a representação sociocultural de uma paisagem" (BEZERRA, 2000). A autora destaca os principais fatos históricos e projetos estabelecidos para a área, numa análise temporal que corresponde desde o alvorecer da ocupação do solo recifense até as intervenções próximas ao ano 2000, quando concluiu sua investigação. O Quadro 2 a seguir sintetiza a incursão da pesquisadora, com a adição de alguns marcos adiante detalhados (a partir do século XXI):

Quadro 2: Marcos históricos da ocupação urbana dos manguezais do sul do Recife.

Data/ Período	Ocupação/Intervenções Urbanas Ocorridas
Século XVII	
	Abertura dos "caminhos para o sul" (passagem por Boa Viagem para os Guararapes).
	Tomada e reconstrução pelos holandeses de fortificação às margens do rio Afogados recebendo o nome de Forte Príncipe Guilherme.
	Registro (cartografia de Golijath) da povoação dos Afogados, Montes Guararapes, Curcuranas, Igreja de N.S ^a da Cancelária, a saída do rio Jordão direto no mar e a primeira povoação no litoral sul (Barreta dos Afogados e o forte holandês Shoonenburgh) na Ilha do Nogueira ou Cheira Dinheiro.
Século XVIII	

1707	Início do povoamento de Boa Viagem com a doação das terras para a construção da Capela dedicada à N.S ^a da Boa Viagem.
1745	Construção da capela de N.S ^a da Paz dos Afogados.
Século XIX	
1837	Consolidação do povoamento de N.S ^a da Boa Viagem (mais de 50 casas boas e inúmeras de palha) e construção do hospital Lazareto no Pina (Ilha do Nogueira).
1858	Inaugurada a Estrada de Ferro do São Francisco passando pela Imbiribeira.
Século XX	
	Ampliação da ocupação da faixa de praia de Boa Viagem (sítios/casas pescadores).
1910	Inaugurada a estação de tratamento de esgotos do Cabanga.
	Inauguração da Ponte do Pina (ponte do Saneamento) e implantação das avenidas Antônio de Góis (av. da Ligação) e Boa Viagem (avenida Beira-Mar).
1928	Surgimento da favela "Mata Sete" entre as margens do Jordão e av. Cons. Aguiar.
1930	Transferência do Aeroporto para o Ibura.
1935	Implantação do Aeroporto no bairro do Ibura próximo à estação do trem.
1937	Início da ocupação do "Areal Novo" (área entre Brasília Teimosa e Pina).
1940	Ampliação dos loteamentos p/ classe média e invasões de terrenos p/ baixa renda.
1942	Construção do Aeroclube de Pernambuco.
1943	Surgimento da favela Bode e implantação da Base Naval Americana e Rádio Station.
1947/50	Ocorrência de novas invasões no Pina e B. Viagem (margens dos rios e alagados).
1953	Construção da ponte Agamenon Magalhães sobre a bacia do Pina.
1959	Construção do edifício sede do D.N.E.R.
1961	Inauguração da Fábrica Bacardi e início da ocupação da Ilha-de-Deus.
1963	Início da ocupações irregulares Ilha do Destino e Areinha (atrás do Aeroclube).
1960/70	Crescimento vertiginoso do bairro de Boa Viagem com substituição das casas de veraneio pelos altos edifícios residenciais e centros de comércio e serviços.
1974	Alargamento da av. Boa Viagem e implantação da praça de N.S ^a da Boa Viagem.
1975/79	Implantação da nova ponte do Pina (ponte Gov. Paulo Guerra), elevado do Cabanga e ponte-viaduto Joana Bezerra e implantação do Projeto CURA-Piloto.
1977	Construção da sede do iate Clube de Pernambuco em Brasília Teimosa.
1980	Implantação do Shopping Center Recife e primeiro trecho do Canal Setúbal (P.CURA).
1983/85	Implantação do Projeto CURA-Setúbal e construção do viaduto Tancredo Neves.
1986/87	Implantação do Projeto CURA-Beira-Mar e Projeto Pina-Ações Imediatas.
1988	Construção de 157 casas populares em Brasília Teimosa em terreno da PORTOBRÁS.
Anos 90	Implantação do Projeto Nassau contemplando a retificação do rio/canal Jordão, remoção de moradias e construção das vias marginais do Jordão e dois túneis.
	Projeto e início de implantação da Linha Sul do Metrô
1999/2000	Elaboração dos estudos para realização do Projeto Linha Verde que liga o Cabanga às vias marginais do Jordão (passa pela bacia e margens do Manguezal do Pina).
Século XXI	
2005	Adequações das Estações Recife e Joana Bezerra, além da Inauguração das Estações Largo da Paz e Imbiribeira (Linha Sul do MetroREC).
2008	Inauguração das Estações Antônio Falcão, Shopping e Tancredo Neves (Linha Sul do MetroREC).

2007	Início dos esforços da SEPLAG para urbanização da Ilha-de-Deus.
2009	Inauguração das Estações Aeroporto, Porta Larga, Monte Guararapes e Prazeres, além da adequação da Estação Cajueiro Seco (Linha Sul do MetroREC).
2009	Início da construção do Shopping RioMar, no terreno da antiga fábrica Bacardi.
2009	Início da Construção da Via-Mangue, substituindo o projeto da Linha Verde.
2010	Entrega de 27 unidades habitacionais do projeto de urbanização da Ilha-de-Deus.
2010	Entrega de 352 unidades habitacionais do conjunto Via-Mangue III.
2011	Entrega de 78 unidades habitacionais do projeto de urbanização da Ilha-de-Deus.
2011	Inauguração das quatro torres do condomínio Vita Residencial Clube, na Imbiribeira, no entorno do Parque dos Manguezais
2011/2012	Entrega de 640 unidades habitacionais do conjunto Via-Mangue I e II.
2012	Entrega de 121 unidades habitacionais do projeto de urbanização da Ilha-de-Deus.
2012	Inauguração do Shopping RioMar e Intensificação do processo de verticalização do entorno da ZEIS Pina/Entanta-Moça (vizinhança do Shopping).
2013	Desativação do Aeroclube Encanta-moça.
2014	Inauguração do primeiro trecho da Via-Mangue, sentido Pina-Boa Viagem.
Até 2015	Entrega de 124 unidades habitacionais do projeto de urbanização da Ilha-de-Deus.
2015	Inauguração das nove torres do condomínio Le Parc Boa Viagem, na Imbiribeira, no entorno do Parque dos Manguezais
2016	Inauguração do segundo e último trecho da Via-Mangue, sentido Boa Viagem-Pina.
2021	Início das obras das 600 unidades residenciais do Conjunto Habitacional Encanta-moça I e II.
2021	Audiência pública para apresentação e discussão do projeto urbanístico para o terreno do Aeroclube, incluso Parque, Habitacional e área para iniciativa privada.

Fonte: BEZERRA (2000), com adições do autor a partir do século XXI.

É de grande importância dar prosseguimento às investigações da referida pesquisadora, incluindo as transformações ocorridas no século XXI. O foco da análise da presente investigação, portanto, está colocado no período entre as décadas de 2000 e o atual ano (2022), de maneira complementar ao levantamento anterior realizado pela pesquisadora supracitada.

4.2.1 Transformações a partir do segundo milênio (2000-2022);

O primeiro grande projeto empreendido nas margens do Parque dos Manguezais foi a expansão do ramal sul do trem metropolitano do Recife, cuja execução foi iniciada em 1998. Esta obra corresponde ao projeto de eletrificação de 14,3km da antiga linha de trem urbano que interligava a Estação Central à Estação do Cajueiro Seco, margeando os bairros da Imbiribeira e de Boa Viagem. O projeto, financiado pelo Banco Mundial/BIRD, previa a execução de nove estações de

passageiros, ao longo da via férrea, inauguradas paulatinamente entre os anos de 2005 e 2009.

O trecho Recife-Imbiribeira, primeiro a ser entregue, foi inaugurado em 2005, correspondendo às adequações nas estações Recife e Joana Bezerra e na construção das estações Largo da Paz e Imbiribeira. Em 2008 foram inauguradas as estações Antônio Falcão, Shopping e Tancredo Neves e, em 2009 foram inauguradas as estações Aeroporto, Porta Larga, Monte Guararapes e Prazeres, além da adequação da estação Cajueiro Seco. É importante ressaltar que o trecho entre as estações Imbiribeira e Antônio Falcão, equivalente a dois km, se localiza nas margens do Rio Jordão, imediato ao Parque dos Manguezais, o que, na avaliação de Silva (2009), é um dos fatores que compromete a integridade do ecossistema.

No mesmo período, paralelamente às obras da última etapa do metroriário sul, nas proximidades da estação Imbiribeira, a Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco – SEPLAG iniciou os esforços para a elaboração de um projeto modelo para urbanização da Ilha-de-Deus, tradicional assentamento pesqueiro localizado no extremo norte do Parque dos Manguezais. Em 2007, de acordo com dados levantados pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE) e pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco (SEPLAG), existiam na comunidade aproximadamente 1200 habitantes, num total de 317 domicílios, sendo a maioria deles, mocambos ou palafitas (FADE e SEPLAG, 2007). A proposta do governo do Estado de Pernambuco era de criar um projeto modelo de desenvolvimento urbano, tendo como norte fundamental a participação ativa da comunidade. Deu-se origem, então, ao Plano de Ação Integrada de Investimentos para a ZEIS Ilha de Deus.

O plano tinha por escopo inicial desenvolver e apresentar estratégias para o desenvolvimento sustentável das famílias locais, viabilizando sua realocação para áreas urbanizadas dentro do próprio território. Em seguida, o projeto foi ampliado para um trabalho articulado de assistência social à comunidade, com a implementação de ações visando ao resgate da cidadania dos habitantes. Dessa forma, foram desenvolvidos projetos de educação e monitoramento ambiental, construção de espaços comunitários e reestruturação hídrica dos canais.

A obra, desenvolvida em etapas, promoveu a entrega das residências na medida em que as construções foram sendo concluídas. Dessa forma, foram entregues 27 unidades habitacionais em setembro de 2010, 78 em julho de 2011, 121 em abril de 2012, restando um montante de 124 unidades, as quais foram entregues nos anos seguintes até meados de 2015.

Figura 17: Unidades habitacionais na Ilha-de-Deus.



Fonte: Foto fornecida pela Arquiteta Vanessa Maschio dos Reis, 2021.

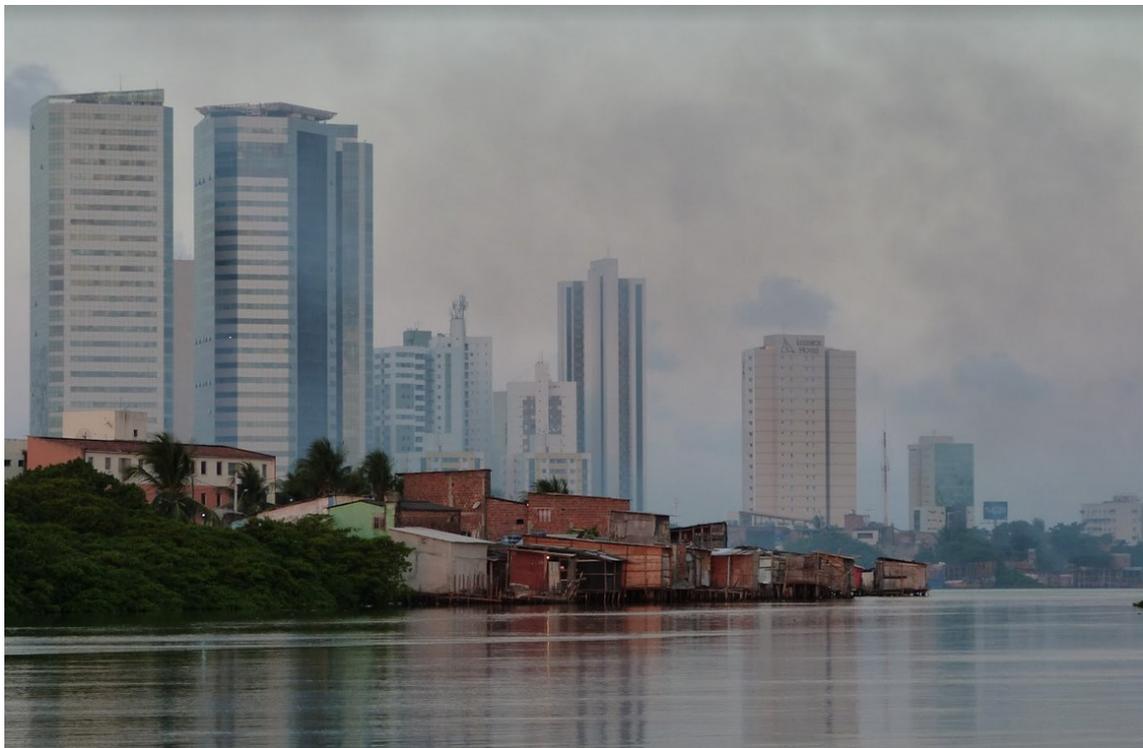
No intervalo entre os anos de 2009 e 2012, foi construído, na margem oposta à linha do metrorviário e à Ilha de Deus, o Shopping RioMar, no terreno da antiga fábrica da Baccardi. A inauguração deste empreendimento foi anunciada com efusão pelos grandes veículos de comunicação local, sendo destaque a menção a um "presente" para o Recife (SILVA, 2014). O Shopping se configura como o maior centro de compras do Nordeste brasileiro, com 295.000 m² de área construída distribuídos em quatro pavimentos comerciais.

No momento da inauguração, João Carlos Paes Mendonça, presidente do grupo JCPM e responsável pelo empreendimento, destacou a amplitude do alcance do shopping, localizado nas margens de uma Unidade de Conservação e de uma Zona Especial de Interesse Social. Afirmou o empresário: “Este será um shopping para todas as classes. Um homem que criou o Bompreço não tem problema com isso. Teremos lojas com um perfil diferenciado, mas também de departamento, para

todos” (NE10, 2012). Contrariando essa concepção, no momento da inauguração, o RioMar contava apenas com um único acesso para pedestres, que se dava por meio de uma passarela instalada nas ruas residenciais do bairro do Pina, onde se iniciava o processo de verticalização. O limite com a comunidade Jardim Beira-Rio, fronteira ao estabelecimento correspondia ao acesso e à saída dos veículos, únicas aberturas do grande muro que separa o shopping da comunidade.

Silva, Gomes e Albuquerque (2016) atribuem à construção do Shopping RioMar a intensificação da especulação imobiliária no bairro do Pina, processo iniciado desde o início da construção do empreendimento. Segundo os autores, moradores da localidade recebem investidas de empresas imobiliárias, resultando pontualmente em “expulsões pacíficas” da população local. Entre o ano de 2012 e 2022, nas quadras próximas ao Shopping RioMar, foram erigidas seis torres residenciais, um hotel e uma torre em fase de acabamento, além de três torres comerciais concluídas e mais duas torres comerciais em execução, pertencentes ao complexo RioMar (Figuras 18 e 19).

Figura 18: Horizonte vertical do bairro do Pina.



Fonte: Foto fornecida pelo Arquiteto Márcio Bezerra, 2018.

Figura 19: Vista do entorno do RioMar a partir da bacia do Pina



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

O processo de verticalização das margens do manguezal também se faz presente no bairro da Imbiribeira, nas proximidades do acesso ao bairro de Boa Viagem. Tradicionalmente ocupado por galpões e depósitos comerciais, o bairro dispõe de um estoque de área construída que, a partir do ano de 2010, passou a ser absorvido por construtoras locais e de outros estados do Brasil. Notadamente, a construtora Cyrela, sediada no Estado de São Paulo, é pioneira no processo de construção dos grandes condomínios verticais residenciais da área. No ano de 2011, foi inaugurado pela construtora, o Vita Residencial Clube. Trata-se de um complexo de quatro torres, cuja peça publicitária principal referenciava a ampla cobertura de lazer intramuros. Quatro anos após a inauguração do Vita, a mesma construtora, em parceria com a Andrade Mendonça e o grupo JCPM, inaugurou o condomínio Le Parc Boa Viagem²³, cuja publicidade o afirma como o “primeiro residencial resort da cidade totalmente integrado ao Parque dos Manguezais”. O Le Parc corresponde a um complexo residencial de nove torres, além de área de lazer e serviços para os residentes. Sobre a área total do terreno de implantação, Aguiar e Araújo (2020) destacam:

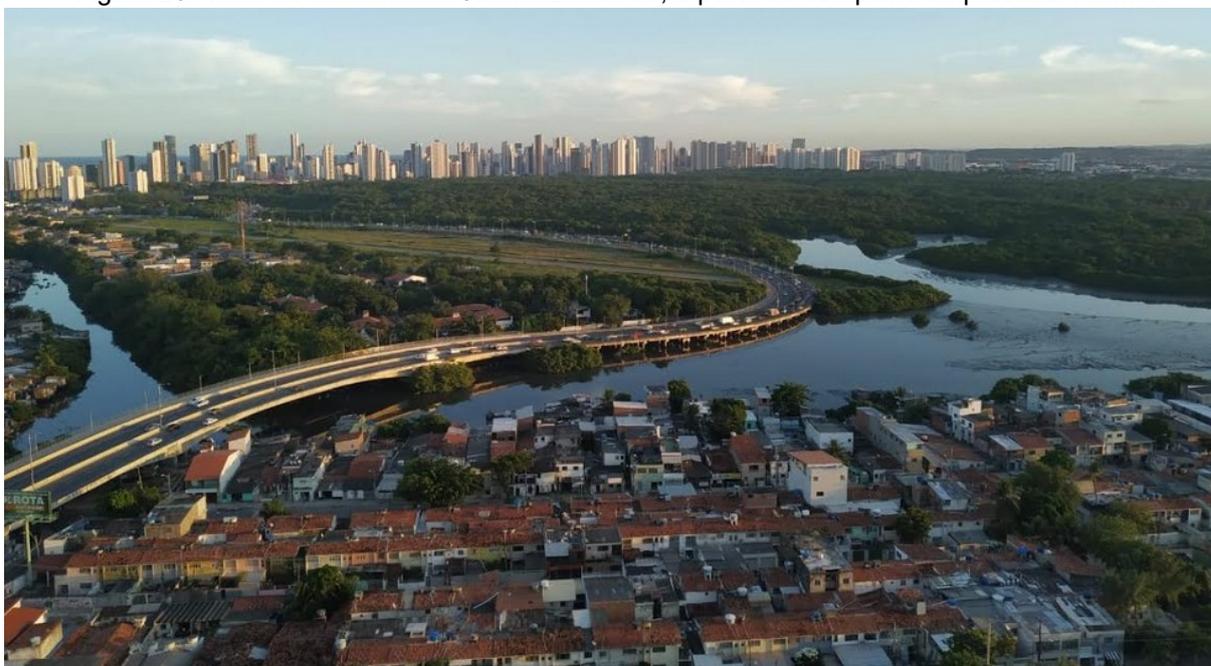
²³ O nome Le Parc Boa Viagem revela uma constante dos promotores imobiliários em expandir as fronteiras dos bairros valorizados, alcunhando as novas fronteiras imobiliárias. Dessa forma, o Le Parc se localiza, em verdade, no bairro da Imbiribeira, não em Boa Viagem.

Em respeito à Lei Federal nº 6.766/79, que versa sobre o parcelamento do solo, 35% da área foi doada à cidade e reverteu na implantação do acesso viário local ao empreendimento e em uma praça localizada na rua principal do condomínio, a Rua General McArthur (AGUIAR e ARAÚJO, 2020, p.13).

Nos anos seguintes, na mesma região, foram inauguradas mais três torres do condomínio Mirante Oceânico e, mais recentemente, iniciada a execução de cinco torres do condomínio Luar do Parque da construtora Torque.

Numa relação de causa e efeito com a verticalização e a construção do Shopping RioMar, no ano de 2009, iniciou-se a construção da Via Mangue, emblemática via expressa construída nas margens e acima do Parque dos Manguezais. Interligando o bairro de Boa Viagem aos corredores de acesso ao centro e à Zona Norte da cidade, a via tangencia todos os empreendimentos imobiliários recentemente construídos no bairro do Pina e da Imbiribeira, além das torres verticais já estabelecidas no bairro de Boa Viagem (Figuras 20 e 21).

Figura 20: Vista da comunidade Jardim Beira-Rio, a partir do complexo empresarial RioMar.



Fonte: Foto fornecida pela Arquiteta Maria Clara Fonseca dos Santos Albuquerque, 2019.

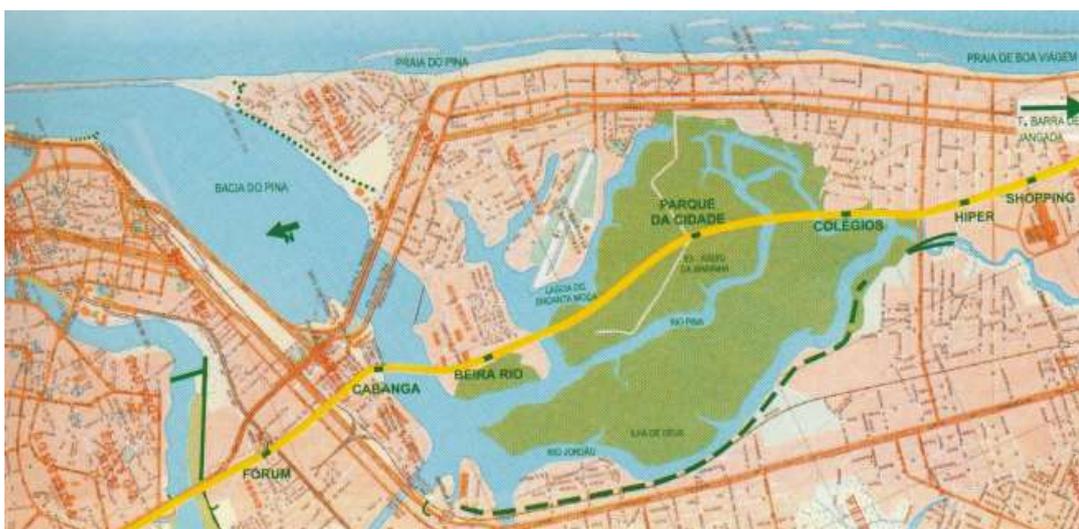
Figura 21: Vista da Via-Mangue a partir do bairro de Boa Viagem.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

A concepção do traçado da Via Mangue foi fruto de um debate precedido pela FIDEM, em 1975, com a elaboração do projeto da Ecovia (Figura 22). A via em questão deveria ser construída na margem oeste do manguezal do Pina, até então não instituído como Parque dos Manguezais. Seria então executada conjuntamente com uma linha metroviária elevada, que passaria sobre o Manguezal.

Figura 22: Traçado da Ecovia.

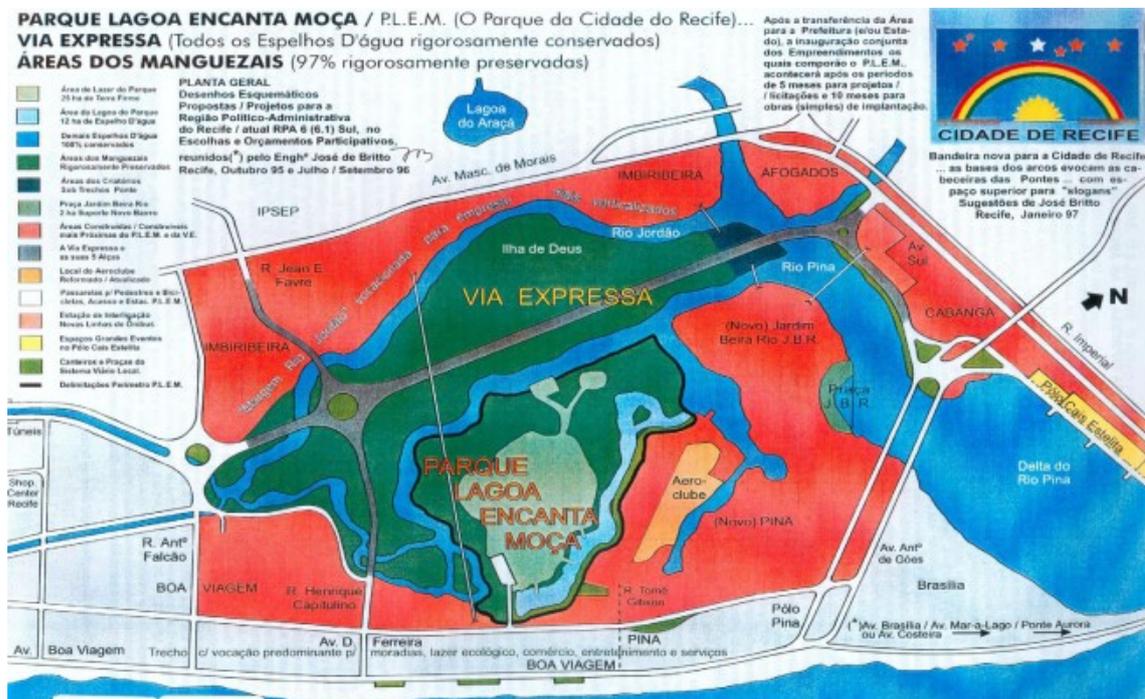


Fonte: Relatório de Impacto Ambiental da Via Mangue, p. 18.

O Relatório de Impacto Ambiental da Via Mangue²⁴, sobre o Projeto da Ecovia, ressalta que ela não deveria ser totalmente descartada, em vista da possibilidade de complementar um chamado “cinturão protetor” do manguezal, juntamente com a Via Mangue no lado leste.

Uma segunda proposta anterior à Via Mangue foi a chamada "Via Verde" (Figura 23), que correspondia a um viaduto projetado com altura de 7m, além da copa mais alta dos manguezais, passando pelo interior do remanescente estuarino. O grande problema observado nesta proposta remetia ao impacto paisagístico, assim como a ausência de uma articulação com o tecido viário do Pina e Boa Viagem.

Figura 23: Traçado da Via verde.



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental da Via Mangue, p. 19.

A última proposta considerada foi a conhecida "Linha Verde" (Figura 24), cujo modelo de financiamento contaria com a parceria entre a prefeitura do Recife e entes privados. À prefeitura caberiam os custos de desapropriação estimados em 20 milhões de reais, enquanto os 70 milhões restantes, necessários à execução da

²⁴ Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/RIMA_FINAL_VIA_MANGUE.pdf Acesso em: 09 de Janeiro de 2022.

obra, seriam provenientes de investimentos privados (BEZERRA, 2000). A empresa vencedora da licitação da obra teria o direito de exploração do corredor viário, por meio da cobrança de pedágio, modelo que garantiria o retorno dos investimentos aos entes privados.

Figura 24: Traçado da Linha Verde.



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental da Via Mangue, p. 20.

O projeto concebido para a Via Mangue terminou por englobar soluções propostas pelo traçado da Via Verde. Contudo, para sua execução, amparou-se nos investimentos federais destinados à realização da Copa do Mundo de 2014, o que excluiu o ente privado da sua concepção (CAMPOS, 2015).

A Via Mangue conta com uma extensão de aproximadamente 4,5km, composta por 6 faixas de rodagem (3 para cada sentido), ciclovia e calçada para pedestres. Os investimentos para a execução orbitam em torno dos 450 a 550 milhões, sendo majoritariamente provenientes dos cofres públicos do município do Recife.

Segundo Campos (2015), a execução do projeto da Via Mangue não está dissociada de uma lógica capitalista de reprodução do espaço urbano, sendo neste caso especificamente benéfica aos promotores imobiliários dos bairros de Boa Viagem e do Pina. Bezerra (2000) ainda afirma que o modelo de urbanização da zona sul do Recife está baseado em princípios concebidos à luz da modernidade urbana, priorizando as obras viárias e grandes construções como símbolo do progresso, em detrimento dos elementos naturais.

Em virtude da execução da obra viária, foi necessário realocar famílias das comunidades ribeirinhas, localizadas ao longo do traçado final. A Empresa de Urbanização do Recife ficou responsável pelo projeto de reassentamento das 992 famílias, totalizando 2.764 moradores, em 2007 (CAMPOS, 2015). Foram construídos 3 conjuntos habitacionais, dois deles localizados no bairro do Pina, na comunidade de Jardim Beira-Rio (Conjuntos Via Mangue I e II) e outro na Imbiribeira, nas margens do rio Jordão (Conjunto Via Mangue III). O Conjunto Via Mangue III foi o primeiro inaugurado, em 2010, recebendo 352 famílias; o segundo conjunto foi o Via Mangue I, inaugurado em dois momentos, sendo cinco primeiros blocos em 2011 e os outros cinco restantes em 2012. Ainda em 2012 foi inaugurado o conjunto Via Mangue II, abrigando 320 famílias (CAMPOS, 2015).

Em 2014 foi inaugurado o primeiro trecho da Via-Mangue, correspondendo à faixa oeste, sentido Pina-Boa Viagem, sendo o segundo e último trecho inaugurado dois anos mais tarde. Outra imposição da obra viária foi a desativação, em 2013, do antigo Aeroclube de Pernambuco, também conhecido como Aeroclube Encanta-Moça, cuja fundação data de meados da década de 1920 (Figuras 25 e 26). As instalações foram transferidas para o Aeroclube Coroa do Avião, localizado no município de Igarassu. Esta transferência marcou o fim de uma tradição histórica do bairro do Pina como sítio aeroportuário²⁵.

²⁵ Tradicionalmente, a localidade do Pina era utilizada para pouso e decolagem de aviões de guerra, principalmente hidroaviões (pouso aquático), em virtude da amplitude do espelho d'água da bacia do Pina. O nome "Encanta-moça", dado ao aeroclube, de até então, refere-se à lenda da moça encantada que atrai pescadores para as profundezas da lama do manguezal. Será mais bem discutida no subcapítulo 5.1.5.

Figura 25: Pista de pouso do Aeroclube Encanta-moça após desativação.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2016.

Figura 26: Pista de pouso do Aeroclube Encanta-moça atualmente.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

No local da antiga pista de pouso e decolagem do Aeroclube de Pernambuco, a prefeitura do Recife, com investimentos do programa federal Minha Casa Minha Vida, iniciou a execução do conjunto habitacional Encanta Moça I e II (Figura 27). São 600 unidades residenciais para os moradores das palafitas da comunidade do

Bode. O conjunto habitacional é uma demanda antiga da comunidade e das famílias ainda não assentadas, após a criação dos habitacionais Via Mangue I e II.

O projeto dos dois novos conjuntos habitacionais está articulado a um conjunto de operações urbanas que visa dar novos usos ao terreno do aeroclube. A primeira audiência pública que objetivou apresentar e discutir o projeto proposto para a área foi realizada no dia 30 de setembro de 2021 por uma comissão especial da câmara municipal do Recife. Na ocasião, a prefeitura da cidade, por intermédio da Autarquia de Urbanização do Recife – URB detalhou o projeto do complexo aeroclube, com o zoneamento das glebas propostas. O plano de ocupação do terreno destina áreas para a construção do conjunto habitacional Encanta Moça I e II (1), do Parque Aeroclube (2), de um Compaz (3), Creche (4) e áreas destinadas ao Mercado Imobiliário (5).

A justificativa para a concessão de parte do terreno para as empresas do ramo imobiliário foi devida à possibilidade de o custeio de parte do complexo advir do setor privado. Dessa forma, como contrapartida ao direito de usufruto e construção nos lotes propostos, às empresas beneficiadas caberia a incumbência de financiamento e execução de parte da infraestrutura projetada. É importante salientar que a área do aeroclube é definida, pelo novo plano diretor do Recife, como zona de projeto especial, para a qual toda e qualquer intervenção deve ser precedida pela elaboração de um Plano Urbanístico. Neste plano, estariam definidos o zoneamento e os parâmetros construtivos para os lotes. O questionamento que permeia a anuência do poder público à utilização do terreno é que, até então, não foram estabelecidos os parâmetros construtivos, gerando dúvidas em relação aos limites de exploração do setor imobiliário.

Em outra audiência, realizada no dia 25 de novembro de 2021, integrantes de movimentos sociais e representantes da comunidade do Bode, no entorno, ressaltaram que, para além de um parque seria necessário voltar os esforços para a construção de unidades habitacionais e equipamentos urbanos, como escolas públicas para a comunidade. De fato, a comunidade não se opõe ao projeto do parque, segundo seus representantes, mas as demandas históricas das comunidades ultrapassam as 600 unidades habitacionais, previstas para os residenciais Encanta-Moça I e II. De acordo com levantamentos feitos pela prefeitura

do Recife e previsões dos moradores locais, apenas as palafitas somam um quantitativo maior que 800 unidades, no braço do rio Pina e na comunidade Jardim Beira-Rio (Figura 28).

Figura 27: Construção do residencial Encanta-Moça, bairro do Pina.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

Figura 28: Palafitas na comunidade de Jardim Beira-Rio, bairro do Pina.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

4.3 CONFORMAÇÃO LEGAL

As discussões internacionais sobre a conservação da natureza têm priorizado a criação das áreas protegidas e, os países do chamado terceiro mundo, influenciados pelas políticas de conservação internacional, vêm instituindo seus sistemas nacionais de unidades de conservação. No caso do Brasil, os esforços nacionais reverberaram para os municípios que, paulatinamente, passaram a delimitar seus sítios naturais, dentro dos pressupostos das áreas protegidas.

No Recife, em específico, as investidas do crescimento urbano sobre os antigos mananciais e remanescentes florestais impulsionaram a delimitação dos remanescentes florestais da cidade. Um marco fundamental se dá no início da década de 1960, com o estabelecimento da Lei municipal nº 7.427/61 que instituiu o Código de Urbanismo e Obras, prenúncios da atual Lei de Uso e Ocupação do Solo. Por meio deste instrumento, foi definido o zoneamento do solo urbano, sendo estabelecidas as áreas remanescentes florestais dentro de duas categorias: ZF – Zona de reserva florestal e NF – Núcleo de reserva florestal.

A revisão da lei supracitada se deu na década de 1980, com o estabelecimento da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS – Lei municipal nº 14.511/1983). Em seu bojo, foram ampliadas as determinações que incidem sobre as áreas verdes urbanas e, especificamente, sobre os remanescentes florestais. Tais remanescentes foram classificados como Zona Verde 4 – ZV4, que são aqueles “espaços livres reservados para uso de recreação, lazer ou amenização ambiental” (RECIFE, 1983, art. 15), dentre os quais foram reconhecidos 19 fragmentos florestais (SILVA, 2011).

Em 1994, a área correspondente ao remanescente de manguezal do bairro do Pina foi instituída como “Zona Especial de Interesse Urbano”, sendo denominada “Parque dos Manguezais”, com base na Lei municipal nº 15.946/1994, cuja ementa: “Institui o Parque dos Manguezais, estabelece o **Programa de Dinamização Urbana de sua área de influência**, cria incentivos e formas para sua implementação e dá outras providências” (RECIFE, 1994, p.1, grifo nosso).

Relativo ao Programa de Dinamização Urbana, este foi estabelecido pela Lei municipal nº 15.547/91, que institui o Plano Diretor da cidade do Recife: “O

Programa de Dinamização Urbana será implantado em áreas cujos atributos ambientais são propícios ao desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer” (RECIFE, art. 49, 1991). Retornando à lei nº 15.946/91, em seu artigo 2º, são estabelecidos os objetivos do Programa de Dinamização Urbana Parque dos Manguezais:

I - Implantar o parque dos manguezais;

II - Promover intervenções urbanísticas área delimitada, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e usuários permanentes, promovendo a valorização da paisagem urbana e da qualidade ambiental;

III - Incentivar o melhor aproveitamento dos imóveis, em particular dos não construídos ou subutilizados, e a regularização das construções edificadas em desacordo com a legislação urbanística, exceto as áreas faveladas, inclusive as ZEIS, que não são consideradas construções irregulares para efeito desta Lei;

IV - Incentivar a preservação do patrimônio ambiental, em especial das áreas de mangues existentes no perímetro, fundamentais para a manutenção do equilíbrio do ecossistema;

V - Incentivar a oferta de espaços públicos de qualidade a serem utilizados pela população em lazer, especialmente as áreas verdes;

VI - Promover a melhoria da infraestrutura urbanística, com realce ao saneamento básico, drenagem e sistema viário. (RECIFE, 1991)

Conforme destaca Bezerra (2000), um Parecer do Conselho de Desenvolvimento Urbano da cidade – CDU, datado de 11 de novembro de 1996, denunciava a fragilidade o instrumento legal que instituía o Parque dos Manguezais, relativo à viabilidade dos objetivos propostos. O parecer assinalava a necessidade de realização de estudos mais detalhados sobre as condições da área (impacto ambiental, infraestrutural e urbanístico, viabilidade financeira), além da densidade construtiva do entorno. Um segundo parecer, dessa vez proveniente da Divisão de Patrimônio Natural e Construído (DPNC), enfatizou que a Unidade de Conservação "Parque dos Manguezais", do ponto de vista jurídico-ambiental, é denominada erroneamente, posto que a categorização em "Parque" pode ser feita nos 3 níveis de governo (federal, estadual ou municipal). Contudo, para efeito de categorização, apenas à proprietária cabe o direito de instituição de Parques. Sendo uma área da União, portanto, não poderia ter sido atribuída a categoria pela municipalidade.

Dois anos após a publicação, a lei 15.547/91 tornou-se sem efeito, por ocasião da nova revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente até presentemente. A nova lei (LUOS – Lei municipal nº 16.176/1996) enquadra as áreas protegidas de território natural, na categoria de Zona Especial de Interesse Social – ZEPA, sendo o Parque dos Manguezais classificado como ZEPA-2, que por sua vez são caracterizadas pelo instrumento como:

ART. 19 - são áreas de interesse ambiental e paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização do ambiente e aquelas destinadas a atividades esportivas ou recreativas de uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, mangues e açudes (RECIFE, 1996).

ART. 20; inciso II - Zona Especial de Proteção Ambiental 2 - ZEPA 2, constituída por áreas públicas ou privadas com características excepcionais de matas, mangues, açudes e cursos d'água. (RECIFE, 1996).

Assim, ficam definidas vinte e seis unidades de conservação municipais, dentre as quais sete são unidades de conservação municipais/estaduais e dezenove são unidades de conservação municipais (onde se enquadra o Parque dos Manguezais), havendo sobreposições, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Unidades de Conservação do Recife (LUOS, 1996).

ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 2 - LUOS 1996.
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS E MUNICIPAIS
Área Estuarina do Rio Capibaribe
Reserva Ecológica do Engenho Uchôa
Reserva Ecológica do Curado
Reserva Ecológica do Jardim Botânico
Reserva Ecológica de São João da Várzea
Reserva Ecológica de Dois Irmãos
Reserva Ecológica de Dois Unidos
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS
Ilha Joana Bezerra
Praia do Pina/Boa Viagem
Parque dos Manguezais

Parque do Rio Jordão
Lagoa do Araçá
Engenho Uchôa
Vila Tamandaré
Mata do Barro
Jardim Botânico do Curado
Matas da Várzea 1 Curado
Mata do Círculo Militar
Mata da Várzea
Iputinga 1 Apipucos
Sítio dos Pintos
Caxangá
Dois Unidos
Guabiraba/Pau Ferro

Fonte: Anexo 5 – Lei de uso e ocupação do solo do Recife (Lei municipal nº 16.176/1996). Edição do autor, 2022.

Foram notáveis os avanços da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 em relação à sua versão de 1983, no que tange não só à delimitação, como também ao estabelecimento das funções e restrições relativas aos usos dos remanescentes florestais. Todavia, conforme pontua Silva, o zoneamento proposto ainda revela certa incongruência ao referir-se às Zonas de Urbanização Preferencial (ZUP-1), que permitem maior adensamento construtivo, ou seja, elas são autorizadas justamente nas áreas estuarinas da cidade, que corresponde à localização do Parque dos Manguezais:

As características geomorfológicas do ambiente urbano recifense, especialmente dos morros e manguezais, são vistas como fatores de restrição à intensificação da urbanização, o que, mesmo assim, não tem evitado a ocupação intensiva destes sistemas ambientais. De modo que a planície estuarina, onde está localizado o manguezal do Pina (ZEPA 2 - Parque dos Manguezais), apesar de sua fragilidade ecológica, é indicado como local "ideal" para o adensamento construtivo. (SILVA, 2011, p.94)

No Plano Diretor do Recife, de 2008 (Lei municipal nº 17.511/2008), as determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 foram alteradas, comportando o Recife duas grandes categorias: a Macrozona de Ambiente Construído (ZAC) e a Macrozona de Ambiente Natural (ZAN). O Artigo 102 classifica

a ZAN de acordo com a bacia hidrográfica em que está inserido o território. Assim, é classificada em: I - Zona de Ambiente Natural Beberibe (ZAN Beberibe); II - Zona de Ambiente Natural Capibaribe (ZAN Capibaribe); III - Zona de Ambiente Natural Tejipió (ZAN Tejipió), IV - Zona de Ambiente Natural Orla (ZAN Orla), estando o Parque dos Manguezais inserido dentro da ZAN Tejipió.

O Artigos 124 e 125, por sua vez, caracterizam as Unidades Protegidas e suas diferentes categorias, como sendo:

Art. 124. As Unidades Protegidas são unidades que apresentam mata, mangue, curso ou corpo d'água, bem como aquelas de interesse ambiental ou paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização climática, destinadas a atividades recreativas, esportivas, de convivência ou de lazer. (RECIFE, 2008)

Art. 125. As Unidades referidas no artigo anterior compreendem:

I - Jardins Botânicos - JB - unidades protegidas, constituídas no todo ou em parte por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessíveis ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente;

II - Unidades de Conservação da Natureza - UCN - espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

III - Unidades de Conservação da Paisagem - UCP - Recortes do território que revelam significativa relação entre o sítio natural e os valores materiais e imateriais, consolidados ao longo do tempo e expressos na identidade do Recife; e,

IV - Unidades de Equilíbrio Ambiental - UEA - Espaços, geralmente vegetados, inseridos na malha urbana, que têm a função de manter ou elevar a qualidade ambiental e visual da cidade, de forma a melhorar as condições de saúde pública e promover a acessibilidade e o lazer. (RECIFE, 2008)

Em 2009, com base na lei municipal nº 17.542/2009, o Parque dos Manguezais passou a ser oficialmente denominado “Parque dos Manguezais Josué de Castro”. No ano seguinte, sua categorização foi regulamentada no Plano Diretor, vindo a ser reconhecido como Unidade de Conservação da Natureza (UCN) por meio do decreto municipal 25.565/2010. Além disso, o decreto estabeleceu os

parâmetros e o zoneamento para a unidade de conservação, assim como anunciou a necessidade de elaboração de um plano de manejo.

No artigo 1º, parágrafo 6º e 7º, o decreto elencou os principais atributos do Parque dos Manguezais, bem como sua função. Foram ressaltados seus atributos naturais, voltados para a sua condição fisiográfica (composição das ilhas, rios), da sua biodiversidade (fauna e mangue), e como atributo histórico as instalações da antiga Rádio Base Naval do Pina. As funções destacadas se relacionam com os serviços ambientais prestados (drenagem, amortecimento das marés, produção de nutrientes e berçário ecológico), e como um mantenedor da paisagem anfíbia do Recife (RECIFE, 2010). Neste caso, é sintomático que o decreto que institui a unidade de conservação não faça alusão em nenhum momento às atividades de subsistência das comunidades pesqueiras, nem à existência desses assentamentos nas proximidades.

Após sua categorização como UCN, o Parque passou a integrar o SMUP, em 2014. O Plano Diretor de 2008 destacou a necessidade de elaboração de um Sistema de Áreas Protegidas que, por sua vez, viria a definir as categorias das Unidades Protegidas, revogando aquelas estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996:

Art. 131. O Município deverá instituir, por lei específica, o Sistema Municipal de Unidades Protegidas - SMUP, com fundamento no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, previsto pela Lei Federal nº 9.985/2000, que contemplará as atuais ZEPA, UC e os IPAV. (RECIFE, 2008)

Art. 228. As Zonas Especiais de Proteção Ambiental - ZEPA 2, instituídas pela Lei Municipal nº 16.176/96, Lei nº 16.609/00, Lei nº 16.719/01 e demais legislações aplicáveis, passam a ser classificadas como Unidades Protegidas, de acordo com o Sistema Municipal de Unidades Protegidas - SMUP. (RECIFE, 2008)

Atendendo a esta determinação, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da cidade do Recife passou a elaborar o Sistema Municipal de Unidades Protegidas, em consonância com as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, cuja influência sobre o modelo de proteção da natureza, de base preservacionista, foi apresentada no Capítulo 2.

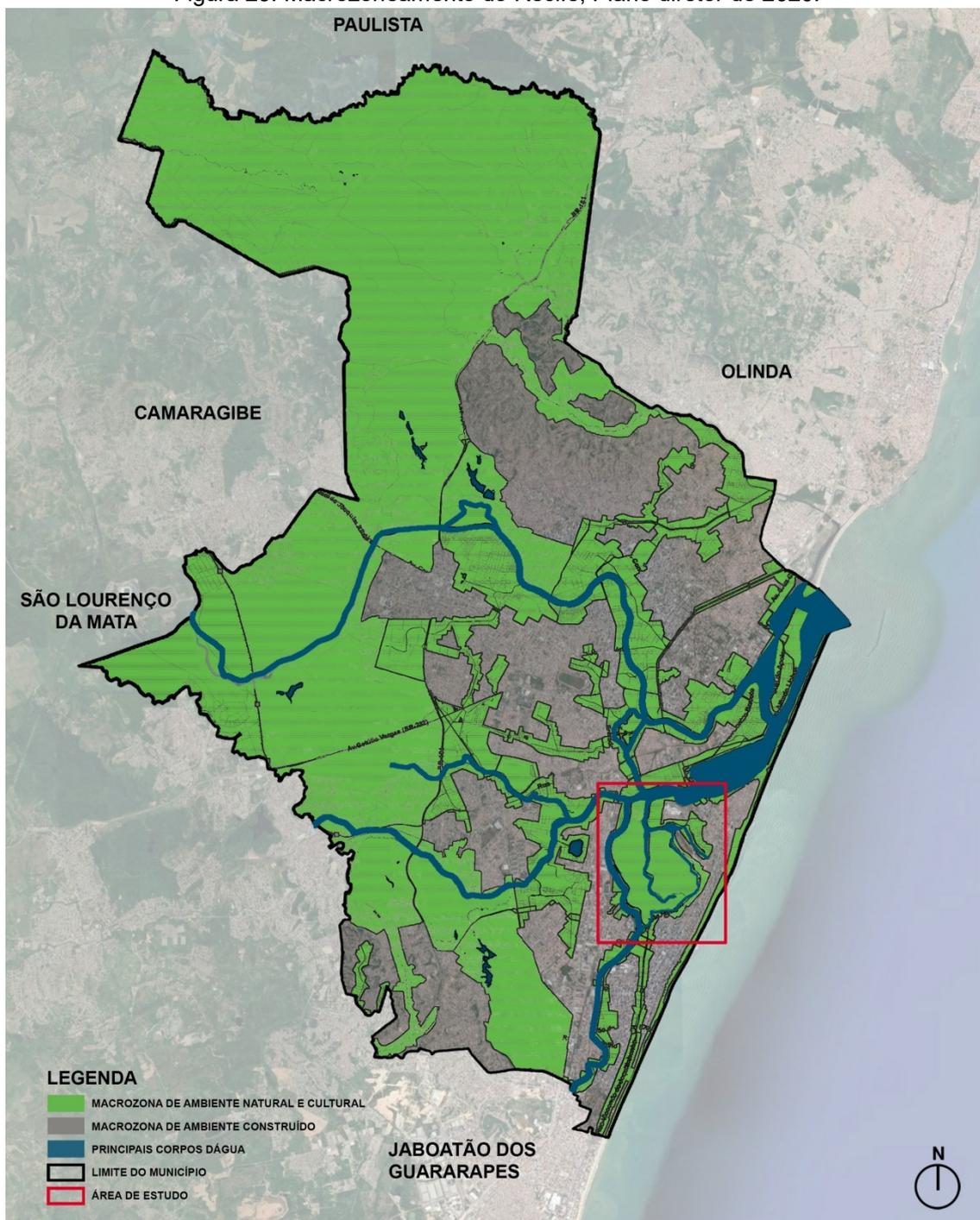
O Parque dos Manguezais, incluído no Sistema, tem sido reiteradamente categorizado como Unidade de Conservação da Natureza, definida da maneira que segue:

Art. 13 -... espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (RECIFE, 2014, p.5).

A prerrogativa básica pós-instituição das Unidades de Conservação é de que elas sejam dotadas de um Plano de Manejo, no qual sejam estabelecidos os objetivos de uso e manejo sustentável dos recursos da Unidade de Conservação, bem como as metas de preservação. Contudo, até a presente data o Parque dos Manguezais ainda não dispõe do seu Plano de Manejo, a desdém das dezenove unidades de conservação municipais dentre vinte e cinco, já contempladas com o Plano.

Em 2020, foi publicada a nova revisão do Plano Diretor da cidade do Recife, com base na Lei municipal nº 18.770/2020. De acordo com esta lei, a UCN Parque dos Manguezais foi inserida na Macrozona de Ambiente Natural e Cultural - MANC, que por sua vez é subdividida em Zona de Ambiente Natural (ZAN) e Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS). Dessa forma, o Parque dos Manguezais se insere na ZAN Tejipió, enquanto seu entorno se insere na ZDS.

Figura 29: Macrozoneamento do Recife, Plano diretor de 2020.

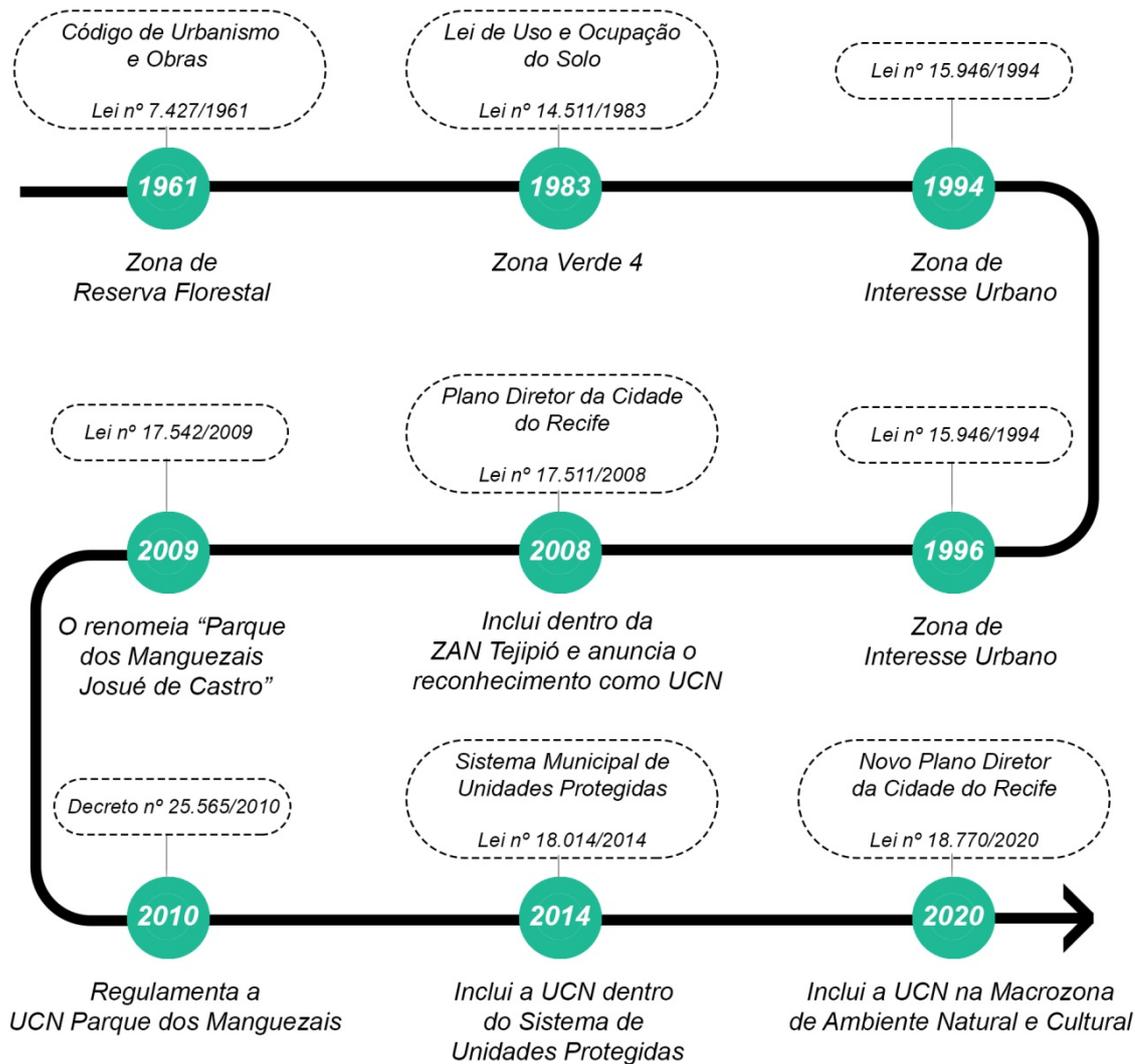


Fonte: Retirado do Plano Diretor do Recife - Lei nº 18.770/2020, Edição do autor, 2021.

O novo Plano Diretor estabelece que, para as unidades de conservação que não possuem o Plano de Manejo, os parâmetros urbanísticos incidentes sejam aqueles definidos para a ZAN ou para a ZDS. Dessa forma, emergem duas fragilidades em relação ao plano diretor: 1. a unidade de conservação fica à mercê de parâmetros que são generalistas para todas as ZAN (sem observar as

especificidades de cada unidade, como no caso se propõem os planos de manejo), e 2. no caso do entorno próximo, os parâmetros para a ZDS são menos restritivos, o que implica em possíveis incompatibilidades entre os objetivos da conservação do ecossistema e as permissibilidades de ocupação e uso do entorno. A Figura 30 a seguir sintetiza todo o processo acima descrito e as principais delimitações legais do Parque dos Manguezais.

Figura 30: Linha do tempo da legislação incidente sobre o Parque dos Manguezais



Fonte: Elaboração do autor, 2022.

4.4 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DO RECIFE

A associação humana aos ecossistemas do Recife projeta-se na história da cidade e na evolução do sítio urbano, evidenciada pela presença crônica das comunidades pesqueiras nas margens dos corpos d'água. Contudo, o reconhecimento dos atuais agrupamentos pesqueiros se dá apenas em meados da década de 1950. A comunidade do Bode, por exemplo, tem sua ocupação datada de 1943, apesar de, na mesma região, se realizarem atividades de pesca desde o século XVII. Questiona-se, portanto, até que ponto estas comunidades podem ser definidas como tradicionais.

Diegues (2001) destaca algumas acepções sobre culturas tradicionais. Redfiel (1971 apud Diegues, 2001) diferencia entre cultura tradicional e comunidades camponesas. Para o autor, as comunidades camponesas são uma camada social inserida dentro de uma sociedade mais ampla, comunicando-se com outras estruturas sociais dentro de uma organização maior, diferentemente de povos isolados. Uma questão que se interpõe à noção de comunidades (ou culturas) tradicionais é a sua inserção dentro da dinâmica urbano-industrial, ou seja, dentro de uma produção mercantil.

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais são remetidas aos modos de produção pré-capitalistas, ou seja, o fruto da produção dessas comunidades não se converte necessariamente em mercadoria (DIEGUES, 2001). Pontua o autor:

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (DIEGUES, 2001, p.82)

No caso de populações urbanas, as noções sobre cultura tradicional se tornam mais difusas. Em primeiro plano, as comunidades de subsistência tendem a estar inseridas dentro da dinâmica de mercado próximo, ou seja, os insumos que são fruto de seu ofício não são exclusivamente para sua subsistência, mas para

venda e consumo no mercado local. Além disso, estas comunidades, em meio urbano, tendem a se integrar da dinâmica cidadina, não se apartando substancialmente ao ponto de serem categorizadas como sociedades à parte.

No Brasil, a conceituação recente de populações tradicionais, por meio do Decreto federal nº 6.040/2007, destaca em seu artigo 3º:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007)

Dessa forma, ainda se mostram subjetivas as noções sobre os povos tradicionais. A diversidade de modos produção e associações com o território, no país, guiam a discussão para vias complexas, onde, apenas a relação homem-natureza e a inserção ou não dentro de dinâmicas de mercado, não contemplam a diversidade de assentamentos populacionais. Contudo, o contorno legal supracitado pode auxiliar numa compreensão mais simples que parte do auto-reconhecimento desses grupos.

As comunidades pesqueiras do Recife se reconhecem como “Territórios Pesqueiros Tradicionais”, atribuição adotada nesta dissertação. Estes assentamentos desempenham o ofício da pesca na área estuarina da cidade, correspondendo aos ecossistemas de manguezal e a confluência das águas salinas e doces do oceano e rios. O que se observou em visitas a campo foi que, nestas comunidades, as atividades de pesca e mariscagem são difundidas entre os membros das famílias, sendo perpetuadas no decorrer das gerações, principalmente no que concerne às comunidades da Ilha-de-Deus e do Bode, zona sul do Recife (Figuras 31 e 32).

Figura 31: Marisqueira na comunidade Ilha-de-Deus.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

Figura 32: Marisqueira na comunidade do Bode.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Em urgência para discutir as pressões a que estas comunidades estão submetidas, nos dias 18 e 19 de setembro de 2017, foi convocado "Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife", tendo a temática central "Pesca Artesanal no Recife: Desafios e Perspectivas na Consolidação dos direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais".



Fonte: Divulgação Caranguejo Uça, 2017. Disponível em:
http://caranguejouca.blogspot.com/2017/09/encontro-de-pescadores-e-pescadoras-do_27.html.
Acesso em: 15 jan. 2022.

O encontro que ocorreu nas margens do Rio Capibaribe, no Memorial de Medicina de Pernambuco, reuniu 12 comunidades tradicionais pesqueiras da cidade (Brasília Teimosa, Bode, Ilha-de-Deus, Coelho, Coque, Vila São Miguel, Caranguejo Tabaires, Vila da Imbiribeira, Vila Tamandaré, Ponte do Limoeiro, Espaço Ciência e Ilha do Maruim (Olinda). Além das discussões referentes aos anseios, demandas e dificuldades em comum nos territórios pesqueiros da cidade, como produto do encontro foi redigida uma Carta intitulada "Pescadoras e

Pescadores na Luta em Defesa de Direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais"²⁶
(ANEXO A).

O documento elaborado apresenta-se como um manifesto das pescadoras e pescadores do Recife frente a um processo que torna as atividades e territórios tradicionais invisíveis. No início da Carta, a tradição pesqueira do Recife é alçada para o momento histórico da fundação da cidade, que "surgiu de uma Vila de Pescadores, onde a maior parte de seus bairros constituiu-se como marca de uma vida ribeirinha, historicamente influenciada pelos rios, mangues, estuários, córregos e a própria pesca artesanal" (EPPR, 2017, anexo A). Prossegue o parágrafo:

Sem dúvida, Recife necessita reencontrar-se consigo ao valorizar seu mundo das águas e aquelas e aqueles que sempre fizeram desse recurso natural, principal meio de existência material e simbólico de suas vidas. Por isso, o Encontro foi também um Grito Histórico. (EPPR, 2017, anexo A)

Uma das carências levantadas no encontro, comum a todos os núcleos pesqueiros, foi a ausência de dados e indicadores relativos às atividades de pesca. Isso dificulta o acompanhamento da produção, assim como do reconhecimento da importância e do impacto socioeconômico dessas atividades para a cidade do Recife e para as comunidades ribeirinhas em si. Além disso, a Carta denuncia as condições de conservação dos ecossistemas e cursos d'água onde florescem a cultura da pesca no município.

Os representantes dos territórios pesqueiros na cidade denunciam esta ausência de dados e a poluição dos mananciais como fruto de um processo de apagamento das atividades tradicionais das comunidades ribeirinhas. De acordo com o documento produzido, esse fator se desdobra segundo a lógica de produção da cidade pautada em modelos excludentes para minorias sociais, étnicas, culturais e de gênero.

Nele [no Encontro], discutimos e constatamos que as nossas Comunidades Tradicionais Pesqueiras Urbanas vivenciam cotidianamente sistemáticas pressões e violências provocadas pelo desenvolvimento de um projeto de

²⁶ Disponível em: < <http://cppnenordeste.blogspot.com/2017/10/carta-do-encontro-dos-pescadores-e.html>> Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

cidade cada dia mais excludente em termos de classe, juventude, gênero e raça/etnias; que nega a existência e o pleno desenvolvimento das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Tudo isso se liga a um projeto de cidade ambientalmente injusto, que encontra nos rios uma comprovação desse fenômeno, a partir das formas insustentáveis de usos de suas águas (esgotamento doméstico; depósito e descarte de resíduos domésticos, hospitalares e industriais; desmatamento dos mangues; assoreamento dos rios; especulação imobiliária e urbanização negadora da reprodução do modo de vida ribeirinho/pesqueiro). (EPPR, 2017, anexo A)

Alguns aspectos denunciados pela Carta serão revisitados no capítulo 8, ao se cotejar as consequências das Representações Sociais do Parque dos Manguezais, formuladas pelas comunidades ribeirinhas, com os Planos de Manejo das Unidades de Conservação, inseridas em território tradicional pesqueiro do Recife.

4.5 DELIMITANDO O UNIVERSO DE ANÁLISE

A discussão empreendida nos capítulos 2 e 3, sobre a dicotomia entre o antrópico e o natural, conduz a uma abordagem mais ampla sobre o objeto empírico desta investigação. A Carta do Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife ressalta a importância de determinados ecossistemas para a cultura das comunidades ribeirinhas. Nesse sentido, a abordagem teórica dos capítulos iniciais foi reiterada pela imersão prática, em campo, ficando evidenciado que muitas vezes é difícil considerar o Parque dos Manguezais como núcleo isolado. Em algumas situações, as relações humanas com o território se mostraram tão imbricadas que os limites físicos da Unidade de Conservação se diluíram na dinâmica prática da vida nas comunidades.

Um exemplo de tal constatação é o fato de que parte majoritária da comunidade pesqueira, associada ao Parque, principalmente as comunidades do Bode e Ilha-de-Deus, desenvolve suas atividades de subsistência, como a pesca de mariscos e outros frutos do mar, no exterior da unidade de conservação, no encontro dos rios Beberibe e Capibaribe, na área central da cidade do Recife. Mesmo assim, como será visto adiante, a representação do manguezal como meio de sobrevivência das comunidades se concretiza por intermédio desta atividade de

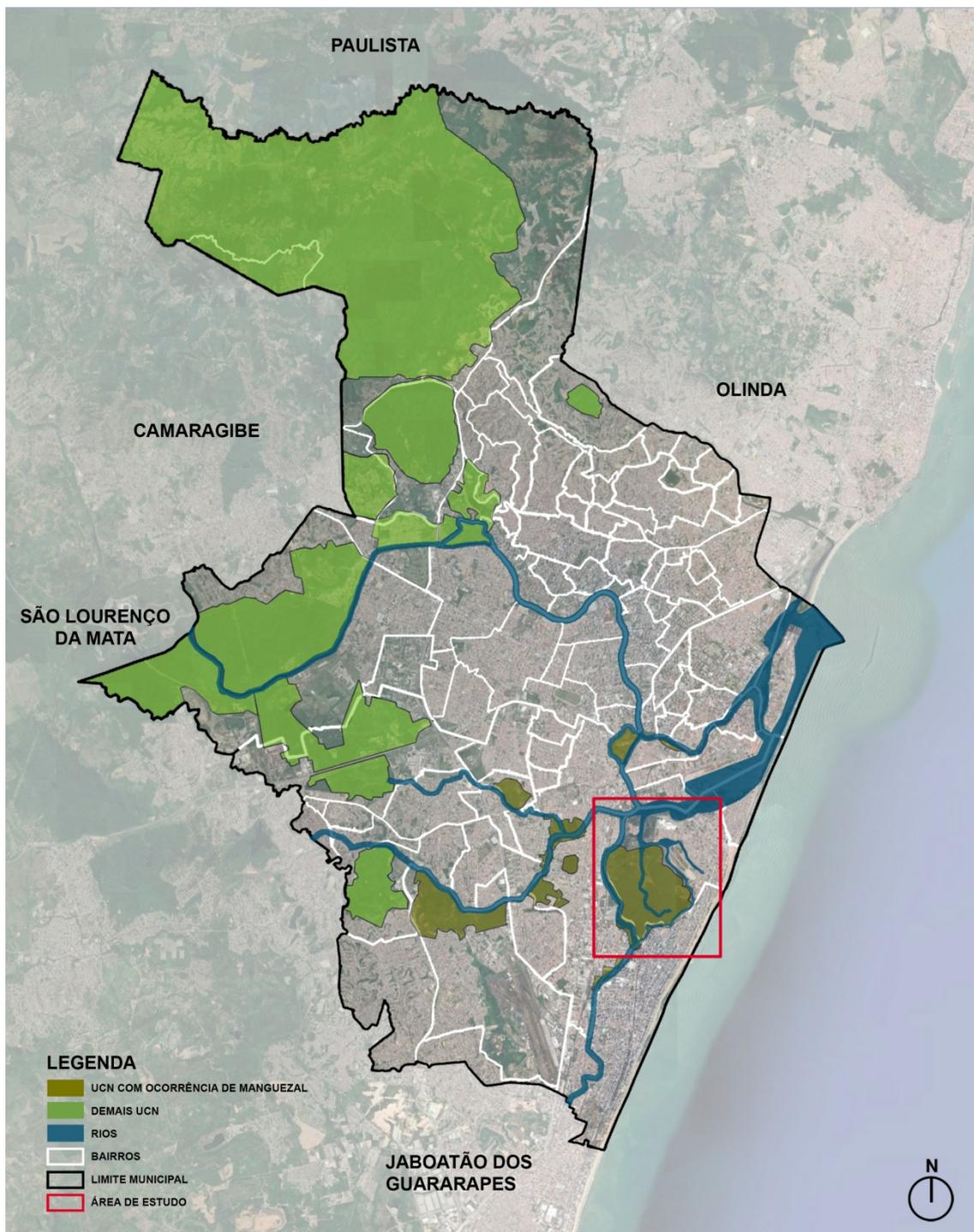
subsistência, ainda que ela seja realizada fora dos limites da Unidade de Conservação.

Apesar do reconhecimento de que os limites físicos do Parque dos Manguezais se diluem, ou não existem, para certos grupos populacionais e suas dinâmicas, esta investigação considerará a delimitação proposta pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura do Recife, no ato de instituição do SMUP. Portanto, para fins didáticos e analíticos, são considerados os contornos institucionais do Parque dos Manguezais, enquanto unidade de análise.

4.5.1 Aspectos físico-ambientais

O Parque dos Manguezais pertence ao baixo estuário da bacia hidrográfica do rio Tejipió, composto pelas três sub-bacias: a do rio Tejipió, a do rio Jordão e a do rio Jiquiá. Por meio do Tejipió, se integram, as seis Unidades de Conservação, formando um cinturão verde estuarino que comporta parte dos manguezais urbanos do Recife. Ao Norte, limita-se com a bacia do Pina, formada pelos rios Jordão, Pina, Tejipió, Jiquiá e Capibaribe. A Leste, é apartado da UCN orla marítima pela profusão de edificações do Bairro de Boa Viagem, sendo a abertura no porto do Recife a única forma de acesso das águas do manguezal ao oceano (Figura 34).

Figura 34: Unidades de Conservação do Recife e principais rios.



Fonte: Sistema Municipal de Unidades Protegidas, 2014. Elaboração do autor, 2021.

A Unidade de Conservação é fronteira ao bairro de Boa Viagem, o mais populoso do Recife, e ao bairro da Imbiribeira, zona sul da cidade. De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, esses bairros possuíam 122.922 e 48.512 habitantes, respectivamente. O bairro do Pina, onde se insere o Parque dos

Manguezais, no mesmo período possuía 29.176 habitantes. Ainda no entorno próximo, estão localizadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são agrupamentos tradicionais de populações carentes, cujo direito fundiário aos lotes foi reconhecido por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Ao total, nas proximidades, são reconhecidas cinco Zonas Especiais de Interesse Social, sendo a ZEIS Brasília Teimosa (0) não fronteira ao Parque dos Manguezais e, portanto, não inserida no universo de análise. Estão incluídas no presente estudo as ZEIS Pina/Encanta-moça, correspondente às comunidades do Bode (1), Jardim Beira-Rio (2) e Areinha (3), a ZEIS Ilha do Destino (4), a ZEIS Aritana (5) e a ZEIS Ilha de Deus (6)²⁷.

Para além do zoneamento instituído legalmente, o entorno do Parque dos Manguezais apresenta comunidades não reconhecidas como Zonas Especiais de Interesse Social, contudo igualmente estabelecidas no território e em processo de expansão. Assim, as comunidades da Vila da Imbiribeira (7) e Cafesópolis (8) necessitaram ser incluídas no universo de análise da investigação. A tabela 2 a seguir apresenta o quantitativo das populações de cada agrupamento investigado. É importante salientar que esse levantamento toma por base os dados dos setores censitários do IBGE, do censo demográfico de 2010. Até a finalização desta investigação, o IBGE não tinha realizado o censo demográfico de 2020, em virtude de dificuldades impostas pelo governo federal. No momento, há um atraso de 2 anos, o que impossibilita a apresentação de dados mais próximos da realidade atual.

Tabela 2 – Quantitativo aproximado de habitantes nas ZEIS e CIS do entorno do Parque dos Manguezais.

ZEIS	Habitantes
Pina/Encanta-Moça	
Bode	14.000
Jardim Beira-rio	800
Areinha	1400
Ilha do Destino	1400

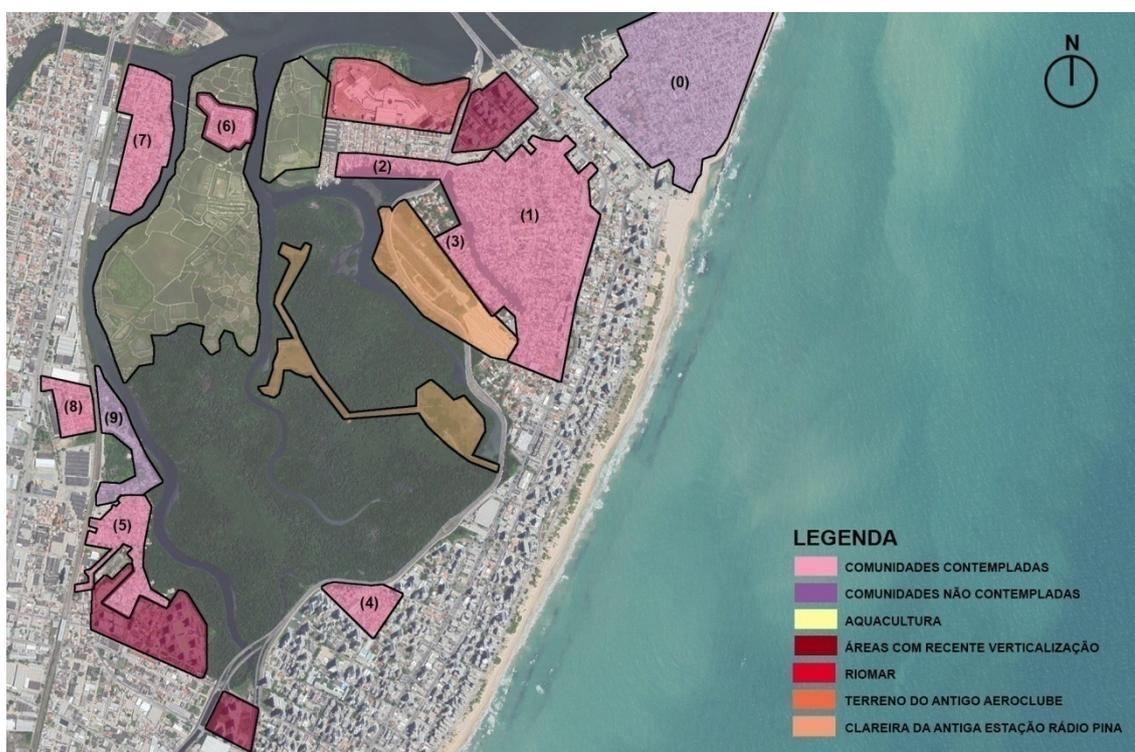
²⁷ É importante aqui ressaltar que das cinco Zonas Especiais de Interesse Social no entorno do Parque dos Manguezais, apenas a Ilha do Destino e Aritana não estiveram presentes no Encontro dos Pescadores e Pescadoras do Recife. Contudo, como será discutido adiante, ainda na Ilha do Destino se realizam atividades de pesca por alguns moradores, mesmo que de forma difusa e cada vez menos recorrente na comunidade, por fatores também explicados mais adiante.

Aritana	800
Ilha de Deus	500

CIS	Habitantes
Vila da Imbiribeira	3400
Cafesópolis	900

Fonte: Elaboração do autor com dados do censo demográfico do IBGE, 2010.

Figura 35: Entorno do Parque dos Manguezais.



Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Com relação à inclusão destas comunidades, é essencial salientar que a comunidade Irmã Dorothy (9), próxima à comunidade de Cafesópolis, não foi incluída na análise por dificuldades de acesso. Os moradores das comunidades adjacentes ao Parque dos Manguezais alertaram enfaticamente as condições da comunidade em questão, ressaltando a periculosidade da região. Dessa forma, recomendaram evitar a realização da pesquisa nessa comunidade em específico, motivo pelo qual ela não foi contemplada na análise. É necessário, contudo, que estudos futuros, com apoio logístico e técnico, consigam superar as barreiras da pesquisa de campo, agregando estes moradores.

5 CAMINHO METODOLÓGICO À LUZ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As RS são estruturas do conhecimento comum e partilhado no plano social. Este processo envolve comunicação e discurso, onde os significados dos objetos sociais são construídos e elaborados (WAGNER, 2013). Atuam como *estruturas estruturadas e estruturantes*, fazendo emergir desta acepção um panorama paradoxal que, segundo Spink (2013), remete às permanências e diversidades com que se defrontam os estudos relativos às Representações Sociais. Por permanências, entende-se o núcleo estável que compõe as representações, compartilhado por uma grande quantidade de indivíduos dentro de um grupo social. No sentido oposto, no âmbito da interação, se inserem as diversidades (SPINK, 2013), estas correspondem ao conflito de opiniões e visões dentro de um grupo.

Conforme afirma Geertz (1983, apud Spink 2013), nos estudos em Representações Sociais, não é cabível buscar uma lógica homogênea dos conteúdos de membros de um grupo social, pois as acepções são essencialmente heterogêneas. Em outras palavras, quando se investiga o senso comum, não se pode incorrer no erro de se buscar estruturas puramente consensuais ao pensamento social. Nesse sentido, é natural deparar-se com contradições, o que não implica, contudo, na eliminação dos consensos do processo de investigação das RS (SPINK, 2013).

Dessarte, soma-se ao estudo da representação social em si (*estrutura estruturada*) uma segunda vertente, que é o estudo do processo de conformação da representação, baseada nas dinâmicas sociais e históricas de um grupo investigado (SPINK, 2013). Uma terceira vertente de análise das Representações Sociais colocaria o foco na sua condição como *estrutura estruturante*, ou seja, nos impactos das representações sobre a realidade, por meio das ações dos indivíduos ou grupos que incidem sobre o objeto social (WAGNER, 2013).

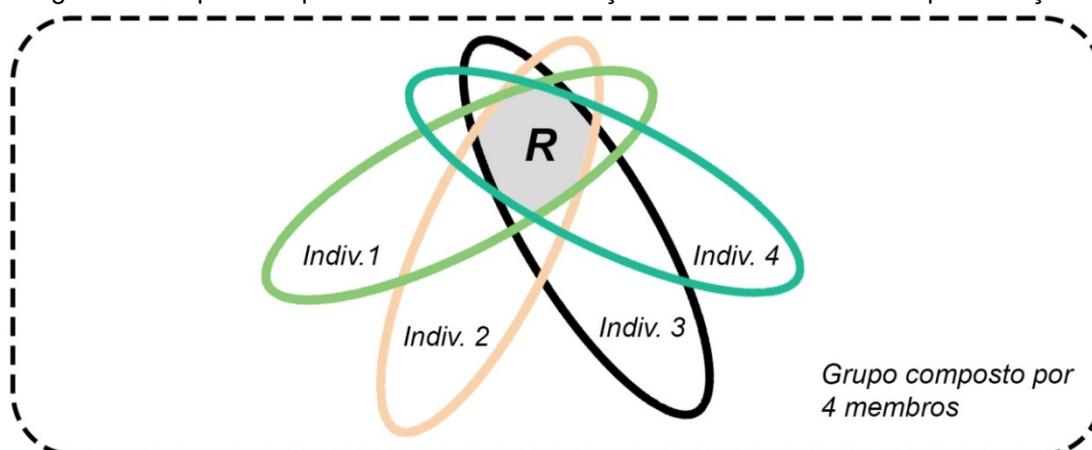
Sobre os estudos da representação social em si (primeira vertente, *estrutura estruturada*), Wagner (2013) distingue entre dois **níveis de avaliação** do pesquisador, utilizando o conceito de Representações Sociais: o primeiro refere-se ao sistema de conhecimento dos indivíduos, compreendidos como unidades representativas de um grupo, enquanto o segundo refere-se aos atributos das unidades sociais em si: “O primeiro está interessado nas características das

Representações Sociais distribuídas entre os sujeitos; o outro está interessado no processo coletivo e no produto social do discurso e da comunidade (WAGNER, 2013, p.131)". Sobre o termo "nível de avaliação", entende-se:

Como um construto metodológico. Ao definir um procedimento para medir qualquer processo em ciências sociais, o pesquisador também define em que nível o fenômeno em questão será mapeado. De certa forma, a medição implica em uma determinação ontológica do processo que se está tentando apreender [...] E, em ciências sociais, a medição constitui uma parte do processo de interação com o objeto do qual tentamos nos aproximar. (WAGNER, 2013, p.123).

Assim, para estudos em Representações Sociais, o autor delinea o nível do indivíduo e o nível do social/cultural, adotado conforme o interesse do pesquisador na avaliação do fenômeno a ser investigado. O autor destaca ainda que, no nível do indivíduo, o interesse dos estudos orbita em torno do conjunto dos elementos constantes nas representações e, para tal, só pode ser realizada por meio de uma amostragem com quantidade significativa de indivíduos. Neste tipo de estudo, a representação se apresenta com base nos elementos comuns do conhecimento, compartilhados pelas pessoas da amostra. A Representação resultante se dá pela frequência e confluência entre os indivíduos, sendo tais elementos chamados de *núcleo central da representação*.

Figura 36: Esquema representativo da conformação do núcleo central da representação.

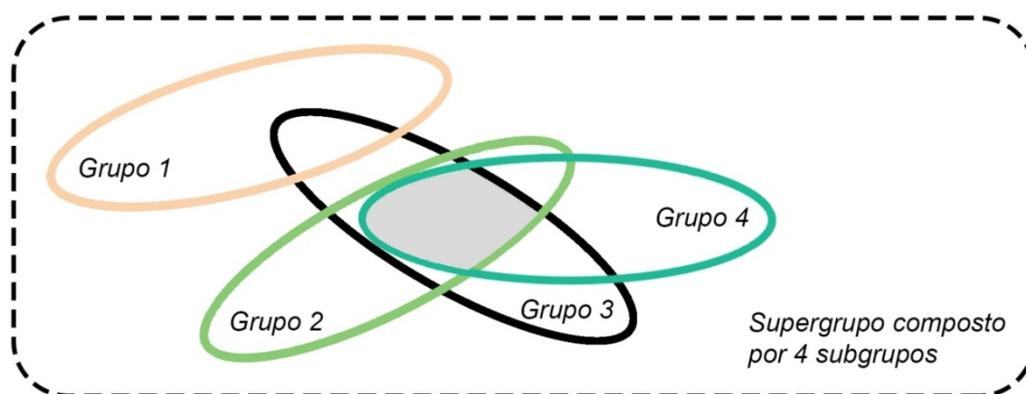


Fonte: WAGNER (2013, p.132), editado pelo autor, 2021.

Por outro lado, a nível social, o pesquisador está interessado nas características coletivas da representação social, sendo assim, são avaliadas as

características da representação pertencente aos grupos em si, através da investigação do sistema de comunicação e circulação do conhecimento, capitaneado pela dinâmica do grupo. Nesse caso, a representação global é a representação coletiva completa, composta de elementos comuns ou não a todos os grupos sociais, mas ainda assim relevantes para um ou outro grupo (WAGNER, 2013).

Figura 37: Esquema representativo da conformação da representação global.



Fonte: WAGNER (2013, p.134), editado pelo autor, 2021.

Na presente investigação, foi adotado o nível de avaliação individual, explanado por Wagner (2013), como premissa para se investigar o fenômeno de como os indivíduos de distintos grupos representam o Parque dos Manguezais. Este estudo se insere, portanto, na análise das representações como **estruturas estruturadas**, sem adentrar nas motivações que fazem com que tais representações sejam elaboradas nos respectivos grupos. Em outras palavras, não foram contempladas as análises profundas sobre as justificativas sociais, culturais e históricas que engendram as representações em si.

Segundo Wagner, é evidente a predileção das pesquisas em Representações Sociais que a nível individual, *estrutura estruturada*, a partir das quais busca-se compreender os fenômenos subsequentes. Contudo, de acordo com o autor, é uma tarefa legítima buscar explicar como se produzem as Representações Sociais num determinado grupo:

Certamente não constitui uma explicação suficiente apenas afirmar que o grupo A possui tal e tal representação, e que o grupo B possui a outra que é diferente, se o pesquisador não justificar em detalhes a relação homológica entre estrutura social e mentalidade individual. (WAGNER, 2013, p. 140)

A ausência desse tipo de avaliação, na presente pesquisa, é dada por limitações técnicas determinadas pela formação do pesquisador principal (Arquiteto e Urbanista). Para uma análise mais abrangente e fidedigna dos fatos, seria necessário um corpo técnico, composto por cientistas sociais de diferentes áreas (sociologia, antropologia, história, psicologia), que pudesse adentrar com mais embasamento nas questões relativas à influência social na conformação da subjetividade individual (psicologia social). Contudo, nas análises dos dados coletados junto a agentes primários, serão abordados tangencialmente aspectos relativos às dinâmicas socioeconômicas das populações fazendo um paralelo com as representações emergentes.

5.1 COLETA DE DADOS

As representações são sempre um produto da interação e comunicação (DUVEEN, 2015, p.21). Nesse sentido, entre indivíduos de um grupo social, o discurso tem papel preponderante na elaboração e transmissão das representações sobre um fenômeno. As Representações Sociais se manifestam nas palavras, nos sentimentos e condutas, mediadas pela linguagem como forma de conhecimento e interação social (MINAYO, 1999). Melo (2003) ressalta o papel da conversação nas Representações Sociais, destacando sua função na mutabilidade das Representações Sociais: “As conversações situam-se em local privilegiado no desvendamento das Representações Sociais, elas revelam o seu processo de constituição, assim a apresenta enquanto produto em mutação.” (MELO, 2003, p.51). E corrobora a visão de Moscovici (2013):

[...] os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum (MOSCOVICI, 2013, p.9)

Para levantamento dos dados necessários à consecução dos objetivos desta investigação, foi privilegiado o discurso e a conversação dos indivíduos, inseridos dentro das unidades amostrais. Para tal, foi elaborado um roteiro para realização de entrevistas semiestruturada, constante no Apêndice A. A escolha deste tipo de entrevista se deu, em virtude da abordagem qualitativa desta investigação. Conforma pontua Melo (2003), a pesquisa com base em Representações Sociais é impreterivelmente qualitativa, em virtude do comprometimento com fenômenos sociais e naturais.

A realização de entrevistas é uma técnica essencial nos estudos em RS. Assim, num primeiro momento, foram mapeadas as comunidades ao redor do Parque dos Manguezais que deveriam ser inseridas na análise. Nesse mapeamento, foram identificadas oito áreas, conforme explicitado na Figura 35, constante no item 4.5.1 do capítulo anterior.

Após o mapeamento das áreas onde foram realizadas as entrevistas, foi necessária a anuência do Comitê de Ética, seguindo a resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012 (CNS 466/12). A aprovação, pelo comitê supracitado, se deu no dia 10 de novembro de 2021, por meio do parecer consubstanciado número 5.096.365.

As visitas in loco, foram feitas pelo pesquisador responsável por esta investigação para reconhecimento das áreas e, posteriormente, aplicação das entrevistas semiestruturadas com moradores locais. As visitas ocorreram no período entre agosto de 2021 e dezembro de 2021, sendo registradas em áudio, por meio de aplicativo de celular e, posteriormente, transcritas em sua integridade.

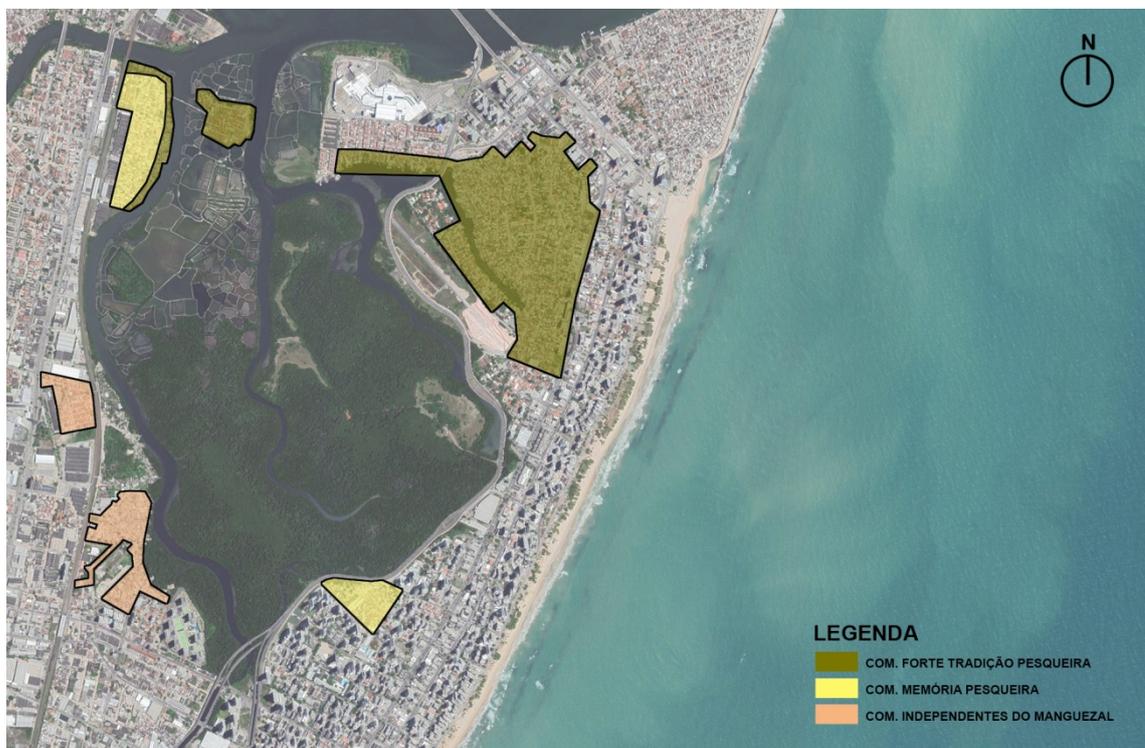
Para todos os agentes entrevistados, foi explicitada a natureza da pesquisa, seus objetivos e demais informações contidas no *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* – TCLE (Apêndice B), sendo, em seguida, solicitada a assinatura do documento impresso.

5.2 A AMOSTRA

No momento da análise textual, foram identificados padrões de respostas entre as comunidades, no que se refere ao grau de interdependência com o ecossistema. Dessa forma, determinadas comunidades apresentaram respostas semelhantes entre si e diferentes em relação a outras. A análise das Representações Sociais (segundo plano) demandou a subdivisão das comunidades em três grupos: I. Comunidades com forte tradição pesqueira; II. Comunidades com relativa memória pesqueira; III. Comunidades independentes do manguezal.

No universo das comunidades carentes da cidade do Recife, é inegável que existe uma diversidade de modos de vida e produção do espaço, que se refletem na sua relação com o território. Dessa forma, compreendeu-se que inserir todas as comunidades ribeirinhas num mesmo grupo, em virtude das suas condições socioeconômicas, seria incorrer num erro devido às suas diferenças de relação com o objeto de estudo. A Figura 38 a seguir destaca como foram agrupadas as comunidades.

Figura 38: Divisão adotada das comunidades fronteiriças ao Parque dos Manguezais.



Fonte: Elaboração do autor, 2021.

5.2.1 Comunidades com forte tradição pesqueira

Este subgrupo correspondeu às comunidades nas quais foram identificadas relações estreitas com as atividades de pesca. Fazem parte quatro comunidades: Bode, Jardim Beira-Rio, Areinha e Ilha-de-Deus (no bairro do Pina) e parte das moradias de palafita da Vila da Imbiribeira (no bairro homônimo).

Ao total, foram realizadas **vinte e quatro entrevistas** neste subgrupo, correspondendo a sete entrevistas no Bode, quatro entrevistas no Jardim Beira-Rio, quatro entrevistas em Areinha, seis entrevistas na Ilha-de-Deus e três entrevistas com os moradores de palafita da Vila da Imbiribeira.

5.2.2 Comunidades com relativa memória pesqueira

Neste subgrupo estão agregados os dois assentamentos cuja memória pesqueira já se encontra arrefecida. Neste caso, as atividades de pesca são referenciadas pelos moradores, contudo ressaltando que não mais fazem parte da dinâmica cotidiana da comunidade, sendo elas apenas desempenhadas por poucos pescadores remanescentes mais antigos. Fazem parte deste subgrupo as comunidades de Ilha do Destino (no bairro de Boa Viagem) e a comunidade Vila da Imbiribeira, excluindo as palafitas (no bairro da Imbiribeira). Portanto, foram realizadas **nove entrevistas**, compreendendo as cinco entrevistas na Ilha do Destino e as quatro entrevistas na Vila da Imbiribeira.

5.2.3 Comunidades independentes da pesca

Aqui são agregadas as comunidades que não apresentam nenhuma relação direta com as atividades de pesca. Trata-se das comunidades recentemente urbanizadas de Cafesópolis e Aritana (Bairro da Imbiribeira). Neste subgrupo, foram realizadas **nove entrevistas**: cinco na comunidade de Aritana e quatro na comunidade de Cafesópolis

Tabela 3: Características socioeconômicas dos entrevistados.

		Forte tradição pesqueira		Memória Pesqueira		Independentes		Total	
		Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Gênero	Mulher	13	65%	2	10%	5	25%	20	48%
	Homem	11	50%	7	32%	4	18%	22	52%
Idade	18 à 30 anos	8	73%	1	9%	2	18%	11	26%
	31 a 40 anos	4	67%	2	33%	0	0%	6	14%
	41 a 50 anos	6	55%	2	18%	3	27%	11	26%
	51 a 60 anos	2	40%	2	40%	1	20%	5	12%
	61 a 70 anos	3	43%	2	29%	2	29%	7	17%
	71 ou mais	1	50%	0	0%	1	50%	2	5%
Educação	Sem estudo		0%		0%	2	100%	2	5%
	Fund.Incompleto	12	67%	4	22%	2	11%	18	43%
	Fund.Completo	7	54%	4	31%	2	15%	13	31%
	Ens. Méd. Incompleto	1	33%		0%	2	67%	3	7%
	Ens. Méd. Completo	3	75%	1	25%		0%	4	10%
	Superior Incompleto	1	50%		0%	1	50%	2	5%
Ocupação	Relacionado com a pesca	15	94%	1	6%		0%	16	38%
	Autônomo sem relação com a pesca	5	36%	6	43%	3	21%	14	33%
	Carteira assinada	2	67%		0%	1	33%	3	7%
	Dona-de-casa	1	33%	1	33%	1	33%	3	7%
	Estudante	1	33%	1	33%	1	33%	3	7%
	Aposentado		0%		0%	3	100%	3	7%

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

5.3 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados por meio da entrevista visou a responder a duas demandas da pesquisa: num primeiro plano, como se dão as relações dos indivíduos entrevistados com o Parque dos Manguezais e, num segundo plano, quais são as Representações Sociais elaboradas por estes indivíduos para o objeto de estudo.

5.3.1 Primeiro plano – As relações

O roteiro da entrevista semiestruturada aplicada divide o conjunto de perguntas em quatro eixos: Pertencimento, Conhecimento, Relação e Compromisso. Estes eixos foram norteadores da análise do conteúdo do material transcrito e possibilitaram identificar as nuances das relações homem-natureza com o território circundante do Parque dos Manguezais. Basicamente, nas análises das entrevistas, os quatro eixos do roteiro foram reagrupados em dois: Pertencimento e Conhecimento e Relação com o Manguezal. A análise dos dados seguiu três dos cinco passos do roteiro de análise, centrada na totalidade do discurso, proposto por Spink (2013):

1. Transcrição da entrevista;
2. Leitura flutuante do material, intercalada com a escuta do material gravado, atentando para a construção dos argumentos e para a retórica. Nesta leitura, é necessário ficar atento às nuances das falas do entrevistado. Potter e Whetherell (1987, apud SPINK, 2013) sugerem avaliar:
 - A *variação*, ou seja, as contradições que emergem do discurso;
 - Os *detalhes sutis*, tais quais o silêncio, hesitações, lapsos;
 - A *retórica* ou a organização do discurso, o modo de argumentar contra ou a favor dos fatos.
3. Retorno aos objetos da investigação para definir claramente o objeto da investigação. Esse passo é importante, pois no que concerne às conversações, os discursos tendem a se ampliar para uma gama de assuntos e abordagens que, muitas vezes, fogem do escopo da pesquisa. Assim, é necessário “Definir o que é figura e o que é fundo essencial, mesmo que o fundo esteja presente nas construções em pauta” (SPINK, 2013, p.106).

Após a leitura e análise do material transcrito das entrevistas, foi possível imergir nas relações entre subgrupos, composto por comunidades e seu ambiente circundante, onde as respostas foram semelhantes. Essa análise possibilitou um conhecimento mais aprofundado das dinâmicas socioespaciais daqueles entes com seu território, bem como esclarecem as motivações subjetivas e objetivas que fazem aflorar as Representações Sociais posteriormente analisadas (no segundo plano).

5.3.2 Segundo plano – As Representações Sociais

A identificação das Representações Sociais dos grupos entrevistados se deu mediante a análise do material transcrito das entrevistas por meio do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et Questionnaires*).

A análise proposta pelo software se alinha com o método proposto por Laurence Bardin, de análise de conteúdo, em que elementos textuais são analisados através de condensações representativas, palavras-chave e atributos que sintetizam as ideias principais de um texto. Segundo Bardin (1977), por meio da análise documental se consegue uma segunda representação do documento que passa de seu estado bruto para uma condensação representativa. Por meio do método, se alcança também a indexação que permite a transposição do sentido do elemento textual para palavras-chave (BARDIN, 1977).

Sobre o IRAMUTEQ:

O software IRAMUTEQ é capaz de viabilizar diferentes tipos de análise de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica, abrangendo sobretudo a lematização e o cálculo de frequência de palavras, até análises multivariadas, como a classificação hierárquica descendente, análise pós-fatorial de correspondências e análises de similitude. (HOFFMANN, 2018, p.72)

Para realizar a análise do material, o software exige a preparação de um arquivo de texto, o chamado “*corpus*”, que corresponde ao material transcrito das entrevistas. Visando garantir que a análise do IRAMUTEQ contemple as falas relativas ao Parque dos Manguezais, o *corpus* foi preparado sendo suprimidas as partes do diálogo que fogem do tema inquirido aos entrevistados, por exemplo, quando os participantes da entrevistas devaneavam sobre assuntos relativos às suas vidas pessoais, sem relação alguma com a matéria das entrevistas.

Esse procedimento remete à recomendação do terceiro passo de análise, descrito por Spink (2013), anteriormente, que destaca a necessidade de, na análise, sempre retornar ao tema central da investigação.

Para organizar os dados obtidos pela análise do IRAMUTEQ, foram escolhidas duas ferramentas do software, a Análise de Similitude e a Nuvem de

Palavras (*wordcloud*). Ambas as ferramentas se encerram em demonstrações gráficas da estrutura textual ou ocorrência, as conclusões que advêm destas análises se dão em virtude da interpretação do pesquisador, com base no conhecimento e na inspeção das entrevistas (*corpus*):

Análise de Similitude

A análise de similitude permite compreender a estrutura de uma conversação, por meio de uma análise textual onde se destacam os temas relevantes. Estes temas são definidos por meio da correlação das palavras do *corpus* textual, remetendo a uma estruturação lógica do texto. O manual do usuário do software IRAMUTEQ assinala: “Ela auxilia o pesquisador na identificação da estrutura da base de dados (*corpus*), distinguindo as partes comuns e as especificidades, além de permitir verificá-las em função das variáveis descritivas existentes.” (SALVIATI, 2017, p.69).

Wordcloud – Nuvem de Palavras

Neste tipo de análise é apresentada uma síntese gráfica do elemento textual por meio de uma nuvem de palavras. O resultado é constituído pelo conjunto de palavras agrupadas, organizadas e estruturadas numa forma definida. No caso do gráfico gerado pelo software IRAMUTEQ, a estrutura é apresentada em forma de círculo. A cada palavra na nuvem, é conferido um tamanho diferente, sendo as maiores aquelas de maior importância no elemento textual, estabelecidas com base no indicador de frequência pós-análise do *corpus*. O benefício desta ferramenta é a possibilidade de apresentação de uma estrutura mais simples e, portanto, de fácil interpretação, pois permite a identificação mais rápida das palavras importantes do texto, já que elas se hierarquizam através das suas dimensões em razão das demais (SALVIATI, 2017).

Em virtude da limitação gráfica do Software, optou-se por colher os dados da análise do *wordcloud* no IRAMUTEQ e transferi-los para o website “TAGUL”²⁸, permitindo melhor visualização gráfica da análise realizada.

²⁸ Disponível em: www.tagul.com Acesso em: 15 jan. 2022.

Para destacar as principais palavras associadas ao tema “manguezal”, foram excluídas da análise as palavras “mangue”, “manguezal”, “rapaz” e “coisa” que aparecem com maior frequência, em razão de sempre serem citadas pelos entrevistados ao responder as perguntas, mas não tratarem de qualquer associação ao manguezal²⁹.

Transição para as imersões na lama

Antes de mergulhar na análise explicitada pela metodologia desta investigação, propõe-se aqui, adentrar na poética dos manguezais do Recife. A motivação para explanar esta dimensão dos mangues da cidade, que não são necessariamente Representações Sociais, evidencia-se quando, no decorrer da pesquisa, deparamo-nos com as diferentes associações que autores clássicos e o movimento *Manguebeat* fizeram dos elementos do ecossistema e suas populações. O universo estético que se desdobra afasta-se e aproxima-se das Representações Sociais elaboradas pelos ribeirinhos contemporâneos. Assim, não seria possível ignorar a poética no que tange a uma investigação sobre Representações humanas num dado território.

Dessa forma, a análise da literatura proposta nas linhas seguintes compõe o que aqui se chama de primeiras “imersões na lama”. Neste trabalho, foram identificadas nove imersões, sendo as quatro últimas correspondentes às análises decorrentes da metodologia descrita.

²⁹ Neste caso, ao serem questionados, por exemplo, sobre os benefícios do manguezal, os moradores tendem a repetir parte da resposta: “Os benefícios desse manguezal? Rapaz, esse mangue aí é bom pra nós. É a renda do povo. Sem o manguezal nós nem estaria aqui” – [EV21] Mulher, 21 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

EMERGÊNCIA!

UM CHOQUE
RÁPIDO
OU O RECIFE
MORRE
DE INFARTO!



Figura 39: Banner 'para além das cercas'.

Fonte: Elaboração do Designer Felipe Moura (2022).



6 CINCO PRIMEIRAS IMERSÕES NA LAMA DOS MANGUEZAIS – A POÉTICA ALEGÓRICA

A imersão na lama alude ao fato observado de que a lama é, metaforicamente, uma representação do manguezal. Essa acepção está fundamentada não só nos estudos de Bezerra (2000), como também no mergulho realizado nos versos analisados a seguir. A lama é o elemento comum do imaginário do mangue, é geografia, casa e interlocutora do domínio dos alagados. De certo modo, a discussão neste capítulo se apresenta como uma análise centrada na lama; na lama que se eleva do solo, dos homens de lama, da lama que alimenta os flagelados, da lama parabólica ou da lama que arrasta os pescadores para o fundo do manguezal. Nesta incursão, não se faz juízo de valor sobre a lama. Ela apenas é, está e conforma o mangue como alegoria simbólica.

As primeiras imersões nos manguezais do Recife, aqui propostas dar-se-ão com base na poética dos grandes mestres literários pernambucanos e do movimento cultural do *Manguebeat*. As linhas seguintes, então propõem cinco imersões na lama, a partir das quais vão se desvendar algumas referências e associações simbólicas dos Manguezais no imaginário poético e cena estética local. Antecedem, desta forma, as imersões na lama do cotidiano, das Representações Sociais que afloram dos ribeirinhos. Corroboram algumas representações, afastam-se de outras.

6.1 PRIMEIRA IMERSÃO: o Mangue, colonizador do solo

A condição estuarina do solo recifense, caracterizado como um território aquoso é abordada por Castro, em *Ensaio de Geografia Humana* (1966) e no romance *Homens e Caranguejos* (1967a). Nas duas obras, o autor destaca a incumbência do mangue como conformador do solo Recifense, fixador das terras no território de charco, razão pela qual paulatinamente o solo se eleva para acima das águas.

Nas duas obras, a diferença de abordagem de Castro é elementar: nos *Ensaio de Geografia Humana*, o autor destaca esta característica do manguezal por meio da confluência de uma linguagem científica e poética, ou seja, a poesia em Josué de Castro se confunde muitas vezes com seus atributos técnicos. Em *Homens e Caranguejos*, Castro aborda esta condição do manguezal sob o olhar dos habitantes ribeirinhos. Neste ponto, a descrição está impregnada de alegorias e simbolismos.

A ação dos manguezais no território se deu por meio do que Castro destaca como “aterro ou enchimento” (CASTRO, 1966, p.168). De acordo com o autor, a elevação do solo recifense decorreu de uma série de fatores, dentre os quais, a ação dos rios, dos ventos alísios, do mar e dos mangues na sua labuta “fixadora de detritos e consolidadora dos solos” (1966, p.168). Neste processo, a ação humana foi o último elemento a somar-se à altura do solo recifense:

O homem foi o último elemento a entrar em cena naquele contínuo trabalho de estruturação do solo do Recife, agindo através dos aterros e das drenagens, no sentido de dar àquele solo a consistência, o declive, a forma e a extensão mais apropriada à sua ocupação humana, ao seu aproveitamento como base natural de um complexo organismo urbano. (CASTRO, 1966, p.168)

O mecanismo de atuação do mangue no solo lodoso é explanado alegoricamente em *Homens e Caranguejos*. A conformação das raízes, numa descrição que remete às colônias de indivíduos de mangue-vermelho (*Rizophora*

mangle L.)³⁰, seria o sustentáculo sobre o qual haveria o acúmulo de detritos fluviais. Assim, as raízes dos indivíduos de manguezal em conjunto, comporiam uma trama, uma barreira natural tal qual os arrecifes, com a função de conter a matéria que originou o solo lodoso da cidade.

Sob essa ótica, assinala-se o mangue como colonizador do solo, sendo conferida às árvores, muitas vezes em linhas embebidas de metáforas, uma atuação quase consciente. Nas palavras de Castro,

Assim se desenvolveu, na planície de Recife, a ação lenta e pertinaz dessa vegetação criadora do seu próprio solo, cognominada, por autores de língua inglesa como “makers of land” ou “mothers of islands” (CASTRO, 1966, p.172).

Nenhuma árvore cumpre com mais vigor e com mais eficiência a sua função colonizadora (CASTRO, 1966, p.173).

Não é sem razão que Waldemar de Oliveira os compara à tropa de ocupação de novas terras conquistadas: “Localizados entre o mar e a zona limítrofe continental, nas vizinhanças do estuário, os mangues vieram com o Capibaribe e o Beberibe, desde o seu primeiro contato com o mar, em épocas pré-históricas, agindo como se fossem tropas de ocupação (CASTRO, 1966, p.173).

A dispersão do mangue no território remete a outro mecanismo das colônias de manguezais, descrito por Josué. A resiliência dos indivíduos do ecossistema faz com que eles tenham mais facilidade de se espriar pelo solo em consolidação. Dessarte, a marcha dos mangues pelo território, fazendo uso da alegoria de ‘tropas de ocupação’ (CASTRO, 1967a; OLIVEIRA, 1942), se dá num processo em que ele

30 Josué de Castro não cita diretamente o mangue-vermelho em suas linhas, contudo, as características destacadas remetem a esta espécie típica do ecossistema de manguezal: e foi sobre estes bancos de solo ainda mal consolidados, mistura incerta de terra e água, que se apressaram a proliferar dentro da água salgada, numa terra frouxa, constantemente alagada. Agarrando-se com unhas e dentes a este solo para sobreviver, através de um sistema de raízes que são como garras fincadas profundamente no lodo e amparando-se, umas nas outras, para resistirem ao ímpeto das correntezas da maré e ao sopro forte dos ventos alísios que arrepia sua cabeleira verde, os mangues foram pouco a pouco entrelaçando suas raízes e seus braços numa amorosa promiscuidade, e foram, assim, consolidando a sua vida e a vida do solo frouxo das coroas de lodo, donde brotaram. (CASTRO, 1966, p.14-15)

acomoda a terra, que passa a ser elevada a um território seco, livre da influência das águas. Nesse momento o mangue arrefece. Morre. Paralelamente, outras colônias progressivamente se formam, em outros territórios úmidos e que vão paulatinamente se tornar solo firme pela ação criadora de terra do mangue, refazendo o ciclo:

Com o alteamento progressivo do solo, dá-se por terminado o trabalho colonizador dos mangues e, mudadas as condições edáficas locais, vão eles definhando e desaparecendo, sendo substituídos por outro tipo de associação vegetal, por uma “flora de sucessão” representada por espécies herbáceas do solo mais enxuto, às quais sucedem, numa segunda etapa, associações arbóreas. Desta forma, o mangue se desloca, tenta noutras direções novos povoamentos, novas conquistas colonizadoras de terra e logo parte para novas aventuras naqueles dédalos enfranganhados que bordam pitorescamente a paisagem do Recife. (CASTRO, 1966, p. 172-173).

O trabalho hercúleo do mangue é mitificado através dos olhos dos ribeirinhos na cidade, na representação do manguezal como ente quase consciente de sua atuação no território. À “obra ciclópica” (CASTRO, 1967a, p.15) recai os olhares incrédulos ou incompreensivos dos habitantes dos mangues. Na falta de compreensão do fenômeno do afloramento das terras ao redor do arvoredo, o mangue é divinizado “embora não saibam os homens explicar como o mangue realiza este milagre de criar terra como se fosse um deus” (CASTRO, 1967a, p.15).

Figura 40: “Amorosa promiscuidade” das raízes de Mangue-vermelho no Cabanga.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

6.2 SEGUNDA IMERSÃO: o Mangue que se confunde com o Homem

A condição geográfica do mangue confunde-se com os seus moradores. Esta concepção não é uma revolução do modo de pensar, é constatação clássica, corroborada por Dardel (2015), nas suas acepções sobre a geografia humana: “Mesmo a geografia física ou biológica é humana sobre todos os aspectos” (2015, p.87); ou por Castro (1967a), na narrativa poética e geográfica da imersão dos homens no universo do manguezal: “A impressão que eu tinha, era que os habitantes dos mangues - homens e caranguejos nascidos à beira do rio - à medida que iam crescendo, iam cada vez mais se atolando na lama.” (1967a, p. 13). De uma forma ou de outra, verdade é que a condição humana extrapola os limites do físico, da epiderme, se transpondo através das suas ações no meio e nos outros, norteadas pelas representações (JODELET, 1989).

Talvez, por meio deste juízo, compreenda-se como a imersão dos habitantes ribeirinhos, nos mangues da infância de Josué de Castro, revisitados pela sua literatura, transfigurava homens em caranguejos. É a síntese da realidade geográfica extrapolando o espaço e adentrando na subjetividade humana: “O homem procura a terra, ele a espera e a chama com todo o seu ser” (DARDEL, 2015, p.43).

Assim, o homem-caranguejo de Josué de Castro toma contornos. Um ser metaforicamente híbrido, entre humano e crustáceo. A explanação dessa relação se faz por meio de uma alegoria ecológica em que pessoas e caranguejos são partícipes de um ciclo de retroalimentação, o ciclo do caranguejo. O homem nasce, vive da lama, come da lama e da carne dos caranguejos, que são alimentados pelos dejetos humanos lançados no ambiente; quando o homem morre, torna-se lama, matéria a ser absorvida pelos mangues e pelos caranguejos:

Os mangues do Recife são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita para o homem com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito essencialmente para o caranguejo. Tudo aí é, ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela, cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fabricando com a lama a carninha branca de suas patas e a geleia esverdeada de suas vísceras pegajosas. por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com sua carne feita de lama

fazer a carne do seu corpo e a do corpo dos seus filhos. São duzentos mil indivíduos, duzentos mil cidadãos feitos de carne de caranguejos. O que o organismo rejeita volta como detrito para a lama do mangue para virar caranguejo outra vez. (CASTRO, 1967a, p.29)

Imerso nesta condição ecológica, o homem desumaniza-se, confunde-se não apenas com o caranguejo, como também com a lama do mangue, pois, afinal, no mangue, homens, caranguejos e o próprio meio, tudo é lama. Numa trama mimética, ou perversamente ecológica (MELO FILHO, 2003), o homem perde a consciência do seu meio, torna-se carne de caranguejo, tanto quanto a do caranguejo é a sua.

Figura 41: Frame de audiovisual – Ribeirinho come carne de caranguejo.



Fonte: “Homens e Caranguejos”, 22:09seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FW_zoO6iNeo&t=1327s. Acesso em: 18 jan. 2022.

Em “O cão sem plumas”, João Cabral de Melo Neto percorre a paisagem do Capibaribe; em “Morte e Vida Severina”, o mestre percorre a paisagem de Pernambuco. Em ambas as obras, está lá a constante: a lama é onde o homem mergulha, simbolicamente e na prática da vida cotidiana. É quase uma imposição ao homem pobre, como que por magnetismo ele seja relegado aos alagados:

Na água do rio, lentamente, se vão perdendo em lama; numa lama que pouco a pouco também não pode falar: que pouco a pouco ganha os gestos

defuntos da lama; o sangue de goma, o olho paráltico da lama. Na paisagem do rio difícil é saber onde começa o rio; onde a lama começa do rio; onde a terra começa da lama; onde o homem, onde a pele começa da lama; onde começa o homem naquele homem (MELO NETO, 1994).

Figura 42: Frame de audiovisual – Captura de caranguejo imerso na lama.



Fonte: “Homens e Caranguejos”, 08:57seg. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=FW_zoO6iNeo&t=1327s. Acesso em: 18 jan. 2022.

O destino da lama do flagelado é quase um anúncio impreterível. Um fado, uma obviedade da vida do ribeirinho, ou de quem assim se torna. Nas previsões das ciganas do Egito, em Morte e Vida Severina, o ciclo do caranguejo é quase imposto ao novo morador dos mocambos dos rios do Recife. Quase.

Figura 43: Frame de audiovisual – Homem com um véu de lama dos alagados – Previsões das ciganas do Egito.



Fonte: “Morte e Vida Severina”, 47:35seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=clKnAG2Ygyw&t=807s>.

Acesso em: 18 jan. 2022.

Em “Morte e Vida Severina”:

Atenção peço, senhores, | para esta breve leitura: | somos ciganas do Egito,
 | lemos a sorte futura. | Vou dizer todas as coisas | que desde já posso ver |
 na vida desse menino | acabado de nascer: | aprenderá a engatinhar | por
 aí, com aratus, | aprenderá a caminhar | na lama, como goiamuns, | e a
 correr o ensinarão | os anfíbios caranguejos, | pelo que será anfíbio | como
 a gente daqui mesmo. | Cedo aprenderá a caçar: | primeiro, com as
 galinhas, | que é catando pelo chão | tudo o que cheira à comida; | depois,
 aprenderá com | outras espécies de bichos: | com os porcos nos monturos, |
 com os cachorros no lixo. | Vejo-o, uns anos mais tarde, | na ilha do Maruim,
 | vestido negro de lama, | voltar de pescar siris; | e vejo-o, ainda maior, | pelo
 imenso lamarão | fazendo dos dedos iscas | para pescar camarão (MELO
 NETO, 1996).

6.3 TERCEIRA IMERSÃO: o Mangue, terra da promessa

Atenção peço, senhores, | também para minha leitura: | também venho dos Egitos, | vou completar a figura. | Outras coisas que estou vendo | é necessário que eu diga: | não ficará a pescar | de jereré toda a vida. | Minha amiga se esqueceu | de dizer todas as linhas; | não pensem que a vida dele | há de ser sempre daninha. | Enxergo daqui a planura | que é a vida do homem de ofício, | bem mais sadia que os mangues, | tenha embora precipícios. | Não o vejo dentro dos mangues, | vejo-o dentro de uma fábrica: | se está negro não é lama, | é graxa de sua máquina, | coisa mais limpa que a lama | do pescador de maré | que vemos aqui vestido | de lama da cara ao pé. | E mais: para que não pensem | que em sua vida tudo é triste, | vejo coisa que o trabalho | talvez até lhe conquiste: | que é mudar-se destes mangues | daqui do Capibaribe | para um mocambo melhor | nos mangues do Beberibe. (MELO NETO, 1996)

Figura 44: Frame de audiovisual – Homem negro de graxa – Previsões das ciganas do Egito.



Fonte: “Morte e Vida Severina”, 47:27seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=clKnAG2Ygyw&t=807s>.

Acesso em: 18 jan. 2022.

Nas linhas de João Cabral de Melo Neto, no caminho do Severino, um Severino, “como há muitos Severinos”³¹, Pernambuco torna-se palco poético, o chão torna-se verso e o flagelado da seca o narrador. Em uma narrativa prosaica, a jornada do retirante, acompanhada pela morte, tem como norte a chegada à

³¹ Este trecho do poema alude à personagem como uma representação dos retirantes do flagelo da fome e da seca.

metrópole, quase simbolicamente uma terra prometida, dentro de uma acepção judaico-cristã.

Bem me diziam que a terra | se faz mais branda e macia | quando mais do litoral | a viagem se aproxima. | Agora afinal cheguei | nesta terra que diziam. | Como ela é uma terra doce | para os pés e para a vista. | Os rios que correm aqui | têm água vitalícia. | Cacimbas por todo lado; | cavando o chão, água mina. | Vejo agora que é verdade | o que pensei ser mentira | Quem sabe se nesta terra | não plantarei minha sina? | Não tenho medo de terra | (cavei pedra toda a vida), | e para quem lutou a braço | contra a piçarra da Caatinga | será fácil amansar | esta aqui, tão feminina. | Mas não avisto ninguém, | só folhas de cana fina; (MELO NETO, 1996)

Figura 45: Frame de audiovisual – Partida de Severino.



Fonte: “Morte e Vida Severina”, 03:43seg.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=clKnAG2Ygyw&t=807s>.

Acesso em: 18 jan. 2022.

Josué de Castro disserta sobre o manguezal, inserido num universo, ou sendo o próprio universo, em que se desdobram as dinâmicas sociais, culturais e ambientais dos povos tradicionalmente marginalizados. Na sua obra, ao flagelo da vida nos manguezais urbanos associa-se o flagelo da seca do interior do Nordeste brasileiro. Em ‘Homens e Caranguejos’, os habitantes ribeirinhos, originalmente, são (ou são descendentes dos) retirantes da seca.

A semelhança entre os dois flagelos se dá, primordialmente, pela evidência da fome que, na obra de Josué de Castro, extrapola a tradicional conceituação biológica. Etimologicamente, a palavra fome origina-se do latim “famélicas”, “faminto”, “com grande apetite de comer”. No dicionário Aurélio, do início do século XXI, a fome é caracterizada pelo apetite de alimentos ou míngua de víveres (ALVES, 2008). Ambas as caracterizações remetem à fome como uma condição biológica, de carência alimentar. Contudo, nos mangues do Recife, Castro inaugura uma nova percepção da fome: Como fator político e geográfico, uma questão de subdesenvolvimento (ALVES, 2008). Este, talvez seja o principal mérito da obra de Josué de Castro: o descortino da fome dentro de noções pré-estabelecidas – a fome não é mais uma condição do indivíduo, mas um flagelo social e econômico produzido e mantido pelos homens (MELO FILHO, 2003).

Um “Prefácio um tanto gordo para um romance um tanto magro” (CASTRO, 1967a, p.11), é a forma que Josué de Castro escolheu para iniciar *Homens e Caranguejos*. Anunciou, assim, o fio condutor da história a ser narrada pelo cotidiano de João Paulo - apenas um dentre outros meninos do mangue. Castro introduz: “O tema deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria” (1967a, p.12).

A representação da fome é explícita nas palavras do autor, quando aponta que o rio foi seu o primeiro professor da história do Nordeste: “Nesta placidez do charco desenrola-se trágico e silencioso o ciclo do caranguejo. O ciclo da fome devorando os homens e caranguejos, todos atolados na lama.” (CASTRO, 1967a, p.29). Através das imagens do rio e dos mangues, Josué de Castro afirma que criou o mundo da sua infância, momento no qual se depara com a fome (CASTRO, 1967a). Contudo, descobre o autor: a fome dos manguezais não é exclusiva das terras lodosas. Na sua incursão sobre o flagelo, compreende inicialmente que a condição dos ribeirinhos era compartilhada pelos próprios ancestrais do interior do Nordeste: “Todos atraídos por esta terra da promessa, vindo se aninhar naquele ninho de lama, construído pelos rios e onde brota o maravilhoso ciclo do caranguejo” (CASTRO, 1967a, p.24).

Imergindo mais ainda na sua investigação, Castro descobre que não é um fenômeno exclusivo do Nordeste brasileiro, mas que a paisagem dos mangues também tem referência em outros locais, no mundo inteiro. As marcas do flagelo se imprimem em personagens nos diferentes países, tomando contornos universais.

Ainda que maculado pela imagem da fome, o mangue desempenha seu papel na luta contra o martírio. A condição do ecossistema e a disponibilidade de recursos são ressaltadas pelo autor como um dos fatores pelos quais, no mangue, diferentemente de outras áreas, existia uma menor carência de nutrientes entre os habitantes. Em “Geografia da fome” (1967b), o autor destaca que, em relação aos meninos de engenho, os meninos da beira dos mangues possuíam uma dieta com maior teor de vitaminas e iodo, em razão do consumo de frutos do mar: peixes, ostras, camarões, siris, caranguejos, sururus, pitus e de espécies vegetais, como o coco, de onde retiram a gordura. e o caju, de onde provém o ácido ascórbico (CAMPOS, 2012).

Segundo Castro:

Esta presença constante da fome sempre fora a grande força modeladora do comportamento moral de todos os homens desta comunidade: dos seus valores éticos, das suas esperanças e dos seus sentimentos dominantes. Vê-los agir, falar, lutar, sofrer, viver e morrer, era ver a própria fome modelando com suas despóticas mãos de ferro, os heróis do maior drama da humanidade - o drama da fome. Foi o que viram assustados e sem compreender bem todo o drama, os meus olhos de criança. Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio desta área onde eu vivia, - a área dos mangues. Depois verifiquei que no cenário da fome do Nordeste, os mangues era uma verdadeira terra da promessa que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Das áreas das secas e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem reduzindo tudo a bagaço. (CASTRO, 1967a, p.20)

Figura 46: A morte, companhia de Severino na sua jornada, afunda nas lamas da terra da promessa.



Fonte: "Morte e Vida Severina", 50:04seg.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=clKnAG2Ygyw&t=807s>.
Acesso em: 18 jan. 2022.

6.4 QUARTA IMERSÃO: o universo estético do mangue anunciador das contradições na quarta pior cidade do mundo³².

Sendo o mangue, tradicionalmente, a terra da promessa dos flagelados, então, toda e qualquer crise imposta à cidade do Recife tem reflexos no seu território. Até meados do século XX multiplicam-se os mocambos e, a partir de então, as palafitas apareceram e desapareceram quase como uma dança de resistência orquestrada com o poder público. O abandono federal e a penúria econômica a que o Nordeste do século XX foi relegado, enquanto o Sul e o Sudeste se industrializavam, imprimiu marcas na capital de Pernambuco: o que havia sido um dos maiores núcleos urbanos do país, tornou-se uma *mocambópolis*, capital mais desigual do Brasil, a “Veneza esclerosada”³³.

Foi nesse contexto, de absoluta falta de autoestima na cidade, que, no limiar dos anos 90, eclodiu no Recife o movimento mangue. Nele, a cena musical pernambucana rompeu as barreiras que separam os ritmos populares locais das tendências internacionais da música. No cenário musical local e, mais futuramente, conquistando o mercado cultural internacional, aflorou o movimento que anuncia, sob a alegoria da parabólica fincada nas lamas do manguezal, as vibrações sintonizadas dos charcos recifenses. A interação entre as alfaías do maracatu pernambucano, com os sons elétricos da guitarra e do eletrônico da cultura pop deram contorno ao ritmo musical. A esta confluência, alinha-se o teor crítico e revolucionário dos diferentes instrumentos: os maracatus originários das senzalas e dos terreiros de santo juntaram-se às guitarras das garagens dos subúrbios londrinos, onde organizam-se as insatisfações sociais inglesas por meio da música (SOUZA, 2005).

A metáfora da parabólica, fincada na lama, contempla a proposta do movimento: unificar a cultura popular, das massas marginalizadas às novas tecnologias emergentes do final do século XX. Nesse sentido, a parabólica representa uma convulsão tecnológica da comunicação, receptando nos mangues

³² A alcunha de “quarta pior cidade do mundo” parte de matéria publicada pelo Jornal do Comércio de Pernambuco, em 26 de novembro de 1990 onde, através de um estudo desenvolvido pelo *Institut Population Crisis Committee* de Washington, o Recife era considerada a quarta pior cidade do mundo pra se morar.

³³ Alusão à música “Cidade Estuário”, da banha “Mundo Livre S/A”.

toda a revolução digital à qual estas populações ribeirinhas sempre foram periféricas.

Figura 47: Parabólica fincada na lama



Fonte: Blog Modulação. Disponível em: <https://rocknbold.com/2021/05/25-anos-de-afrociberdelia-a-originalidade-e-a-potencia-transgressora-do-Manguebeat/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Quando a música pernambucana passou pela revolução, capitaneada pelo movimento mangue (depois chamado *Manguebeat*), a incursão dos porta-vozes do movimento adentra nos manguezais do Recife como uma forma de comunicação das realidades adversas. Num primeiro momento, a obra de Josué de Castro escancarou com maestria a condição dos manguezais, poética e cientificamente. Porém, ainda era explícita a distância entre a palavra, carregada de erudição, e a prática cotidiana daquelas comunidades ribeirinhas.

Foi algo inédito que as próprias vozes das comunidades tenham protagonizado a veiculação do imaginário dos manguezais. Assim, no movimento *Manguebeat*, o manguezal não foi desvendado sob o ponto de vista ecológico, porém social, se é que se deve fazer distinção. O que aproximou o mangue, como ecossistema, e a música, como comunicação, é que ambos estavam cerceados

dentro de um processo de supressão. Nas palavras de um dos integrantes primordiais do movimento *Manguebeat*:

Acho que Chico encontrou similaridade entre o estuário do mangue e o estuário musical da cidade. Recife é cercada de manguezais, que a cada dia perdem espaço para prédios e aterros. A música pernambucana também estava sufocada no fim dos anos 80, e o *Manguebeat* trouxe essa oxigenação.³⁴

Essa relação entre o mangue e a música foi ressaltada por Fred Zero Quatro, um dos porta-vozes iniciais do movimento que, no ano de 1992, escreveu o manifesto *caranguejos com cérebro*, anunciando o movimento *Manguebeat*. Dividido em três partes, num primeiro momento, o manifesto em faz um apelo ecológico, em que o mangue é visto como conceito e como ecossistema: “Estima-se que duas mil espécies de microrganismos e animais vertebrados e invertebrados estejam associados às 60 plantas de mangue” (ZERO QUATRO, 1992), e dentre estas, as “muriçocas, mosquitos e mutucas, inimigos das donas de casa” (ZERO QUATRO, 1992).

Num segundo momento, é abordada a *manguetown*, o Recife, cidade-mangue. O manifesto faz um breve relato histórico da ocupação, ditada pelos aterros que, indiscriminadamente suprimem seus manguezais, em vias de extinção. Complementa Zero Quatro com um retrato do Recife, cidade desigual, relato tão contextualizado na década de 1990, quanto atual:

Em contrapartida, o desvario irresistível de uma cínica noção de “progresso”, que elevou a cidade ao posto de “metrópole” do Nordeste, não tardou a revelar a sua fragilidade.

Bastaram pequenas mudanças nos “ventos” da História para que os primeiros sinais de “esclerose” econômica se manifestassem, no início dos anos 60. Nos últimos 30 anos a síndrome da estagnação, aliada à permanência do mito / estigma da “metrópole”, só têm levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e caos urbano. (ZERO QUATRO, 1992)

³⁴ Entrevista realizada pelo autor da dissertação, no dia 01 de dezembro de 2021, com artista local, de projeção nacional, vinculado ao movimento *Manguebeat*. A identidade do entrevistado será preservada.

Uma primeira análise do manifesto revela um fator essencial do *movimento Manguebeat*, que também um movimento estético. O uso de alegorias e metáforas incutia na cabeça do ouvinte som e imagem. Nesse caso, a música não deve apenas ser apreciada pela audição, pois conforma todo um imaginário que se reproduz a partir das figuras dos manguezais. Remete a um processo de rememoração da vida cotidiana num Recife estuarino, em que o mangue se desvenda e se impõe na paisagem.

Em “Risoflora”, por exemplo, Chico Science & Nação Zumbi cantaram a paixão pela musa do mangue. Risoflora, mulher, cujo nome vem do mangue-vermelho, da família da Rizophoraceae. *Rizophora mangle* L., espécie arbórea de raízes aéreas, ameaçada de extinção. Mas também a Risoflora de Science, aquela pela qual ele fica de “andada” até a achar:

Ô Risoflora
 Vou ficar de andada até te achar
 Prometo meu amor, vou me regenerar
 Ô Risoflora
 Não vou dar mais bobeira dentro de um caritó
 Ô Risoflora, não me deixe só

Eu sou um caranguejo e quero gostar
 Enquanto estou um pouco mais junto eu quero te amar
 E acho que você não sabe o que é isso, não
 E se sabe, pelo menos você pode fingir
 E em vez de cair em suas mãos, preferia os seus braços
 E em meus braços te levarei como uma flor
 Pra minha maloca na beira do rio meu amor (CSNZ, 1994e)

No universo imagético de Risoflora, estão presentes o caranguejo, o caritó, a andada e o quase que onipresente elemento das letras do *Manguebeat*, o mocambo de beira de rio. O quadro de miséria exposto no manifesto redigido por Zero Quatro se reproduz assim como a noção de progresso, ressaltada constantemente nas letras do movimento. Em Chico Science & Nação Zumbi, na faixa “a cidade”, o Recife é retratado a partir de suas contradições, uma cidade que se projeta cosmopolita, atraindo pessoas com a esperança de condições melhores. Ilusória. No pequeno trecho da música que se cita essa condição enganosa da cidade, pode-se observar a poética de João Cabral de Melo Neto, o mangue, terra de promessa. A

noção de progresso se delinea na paisagem, no *skyline* que se projeta para cima das terras baixas do estuário. As “pedras evoluídas”:

A cidade se encontra
 Prostituída
 Por aqueles que a usaram
 Em busca de uma saída
 Ilusora de pessoas
 De outros lugares,
 A cidade e sua fama
 Vai além dos mares

E no meio da esperteza
 Internacional
 A cidade até que não está tão mal
 E a situação sempre mais ou menos
 Sempre uns com mais e outros com menos (CSNZ, 1994a)

Este panorama é ainda complementado pelo último parágrafo da segunda parte do manifesto, onde Zero Quarto reitera a problemática social do Recife, frente à sua pobreza e desigualdade:

O Recife detém hoje o maior índice de desemprego do país. Mais da metade dos seus habitantes moram em favelas e alagados. E segundo um instituto de estudos populacionais de Washington, é hoje a quarta pior cidade do mundo para se viver. (ZERO QUATRO, 1992)

Por fim, na terceira parte do manifesto, Zero Quatro aborda a cena do *Manguebeat*, sugerindo, “a terapêutica de natureza emergencial”, senão “O Recife morre de infarto!”. Anuncia de fato o movimento e seus integrantes, os *mangueboys* e *manguegirls*. Neste ensejo, caracterizam-se as linhas de força do movimento ou sua função: energizar as lamas do Recife.

Emergência! Um choque, rápido, ou o Recife morre, de infarto. Não é preciso ser médico pra saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruir suas veias. O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como Recife é matar os seus Rios e aterrar os seus Estuários. O que fazer então para não afundar na depressão crônica que paralisa os cidadãos? Há como devolver o ânimo / deslobotomizar / recarregar as baterias da cidade? Simples, basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas veias do Recife. (ZERO QUATRO, 1992)

A inversão proposta pelo movimento, no que concerne à concepção sobre os homens e mulheres dos manguezais no Recife, se ilustra já no título: Caranguejos com cérebro. A condição do ciclo do caranguejo, abordada por Castro, dota o homem de certa passividade em relação ao seu meio, torna-se lama, árvore e caranguejo. Esta mesma interpretação, que tira do homem sua condição humana, pode ser lida por Manoel Bandeira, já na década de 1940.

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.
(BANDEIRA, 1985, p.284-284)

Esta acepção torna invisível a capacidade cognitiva das populações marginalizadas. O “bicho” e o “homem-caranguejo”, nessa ótica, remetem à mesma representação de uma população pobre, desumanizada. A emergência do *Manguebeat* rompe definitivamente com o ciclo do caranguejo. O homem não é um agente puramente ecológico e passivo imerso na lama, mas um caranguejo com cérebro. A sua desumanização parte não mais de sua condição inata, mas de um processo de opressão promovido pelas classes mais abastadas da sociedade, os *urubus*. Não é bicho, e sim representado como bicho por aqueles que detêm o poder.

Figura 48: Frame de audiovisual – Os urubus no videoclipe de “A Cidade”, de Chico Science e Nação Zumbi.



Fonte: “A Cidade”, Chico Science e Nação Zumbi (videoclipe), 2:47 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UVab41Zn7Yc>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Em “Rios, pontes e overdrives”, no ‘asfalto’ (e aqui entenda o asfalto como uma contraposição à lama das comunidades), o indivíduo que morre é invisibilizado. Não é invisível, mas, assim se torna aos olhos da cidade: “e a lama come mocambo e no mocambo tem molambo/ E o molambo já voou, caiu lá no calçamento bem no sol do meio-dia/ O carro passou por cima e o molambo ficou lá” (CSNZ, 1994d). Linhas semelhantes à obra de Chico Buarque, “Construção”, onde o indivíduo morre na contramão atrapalhando o público, o tráfego, o sábado.

O Caranguejo com cérebro, assim, é consciente apesar de enfrentar um movimento de supressão. Todavia, é através da cultura, que concebe a realidade à qual está subjugado e torna-se ciente das contradições sociais de seu contexto.

Se Josué de Castro vai até aqui o ideário do movimento Mangue continua a transformar. Esses “caranguejos” que foram esquecidos pelo modelo de desenvolvimento excludente, assinala o título do manifesto, têm cérebro. Um caso de personificação (transformação do caranguejo em homem) ou de reumanização do que foi desumanizado? A última opção parece mais plausível. (MELO FILHO, 2003, p.518)

Outro fator assinalado no movimento é o flagelo da fome que é tratada como um limitante, como nas letras de “Da lama ao Caos”, de Chico Science & Nação Zumbi. Contudo, diferentemente do ciclo fechado do caranguejo, em que os homens-caranguejos são praticamente inertes, nas letras do *Manguebeat* a capacidade de contestação do homem não se encerra no flagelo, que passa a ser visto como uma barreira superável a partir da qual se impulsiona o movimento de mudança. Em outras palavras, não se superou o flagelo da fome, mas ela não mais paralisa o homem, ela o atíça:

Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
 la passando uma véia, pegou a minha cenoura
 "Aí minha véia, deixa a cenoura aqui
 Com a barriga vazia não consigo dormir"
 E com o bucho mais cheio comecei a pensar
 Que eu me organizando posso desorganizar
 Que eu desorganizando posso me organizar
 Que eu me organizando posso desorganizar (CSNZ, 1994c)

Outra metáfora importante para a imersão no universo do mangue no Recife é a alegoria do “urubu”, nos versos de Chico Science & Nação Zumbi. O urubu é um ser aéreo, que observa, de cima, o campo sobre o qual vai mergulhar em rasante na busca pelo alimento pútrido. Na poética do *Manguebeat*, o urubu representa aqueles tradicionalmente dominantes na cidade: os abastados, a polícia, os políticos. É constante, nesse sentido, o embate entre os caranguejos-com-cérebro e urubus, sendo a música um articulador cultural e social dessas populações contra as classes dominantes que se impõem.

Em “Da lama ao caos”, por exemplo, é ressaltado um relativo proveito das condições de vida das áreas de mangue, por parte dos mais abastados. Já em “A Cidade”, após citar, em versos, as dissonâncias do Recife desigual, é através da música que vai se encadear a ação de enfrentamento da realidade imposta.

Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
 Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
 (CSNZ, 1994a)

Eu vou fazer uma embolada,
Um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado
Bom pra mim e bom pra tu
Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus

(CSNZ, 1994c)

Sobre a contraposição aos ‘urubus’, Souza (2005) afirma que é no campo da cultura que os integrantes do movimento vão vislumbrar as mudanças necessárias, não obstante reconhecerem suas limitações. Nos versos finais de “A Cidade”, cantam: “Num dia de sol, Recife acordou, com a mesma fedentina do dia anterior” (CSNZ, 1994). Este último verso reflete uma perpetuação das condições, apesar da cruzada dos artistas e movimentos sociais.

O diagnóstico dos males do ‘progresso’ e seus sintomas na cidade, é sentido por todos os habitantes. Na verdade, o mangue de “Homens e Caranguejos” de Josué de Castro, circunscrito num universo quase alheio à cidade, expande suas influências no *movimento Manguebeat*. Torna-se cidade. Assim, todo o Recife é mangue, compreendendo o mangue não apenas como a área molhada dos charcos estuarinos, mas como a cidade em si. Em “Antene-se”, os *mangueboys* se definem:

É só uma cabeça equilibrada em cima do corpo
Escutando o som das vitrolas, que vem dos mocambos
Entulhados à beira do Capibaribe, na quarta pior cidade do mundo

Recife, cidade do mangue, incrustada na lama dos manguezais
Onde estão os homens-caranguejos
Minha corda costuma sair de andada, no meio da rua, em cima das pontes
(CSNZ, 1994b)

No clássico, “*Manguetown*”, alcunha que não tardiamente vai batizar o Recife, o mangue é quase onipresente. Sujo, talvez por sintetizar a mazela urbana, por ser para onde são empurrados os excluídos da cidade. Mas, ninguém foge da lama numa cidade que por si própria é mangue:

Andando por entre os becos
Andando em coletivos
Ninguém foge ao cheiro sujo

Da lama da *manguetown*
Andando por entre os becos
Andando em coletivos
Ninguém foge à vida suja dos dias da *Manguetown* (CSNZ, 1996)

Em *manguetown*, a construção do Recife-mangue é simbólica. Dessa vez, o mangue não é apenas um elemento onde pode-se identificar fenômenos da cidade. O mangue é a própria cidade, numa acepção semelhante à letra de “Cidade Estuário”, da banda Mundo Livre S/A, na qual o Recife é retratado como um estuário, fruto do mangue. O mangue berçário, associado à criação não apenas da biodiversidade habitual, como também da cultura, da inspiração. “Fertilidade”, “Produtividade”. Assim, associam-se a um Recife reinventado pela música e pela poética. Nesse sentido, o mangue (movimento e ecossistema) revigora a cidade, “O mangue injeta, alimenta, abastece / Recarrega as baterias da Veneza / Esclerosada, destituída / Depauperada, embrutecida” (MUNDOLIVRE S/A, 1994). A cidade estuário retorna, portanto, ao manifesto de Zero Quatro, que em “Emergência!” ressaltou que a única forma de tirar o Recife de sua depressão crônica seria injetando um pouco de energia na lama de seus manguezais.

Figura 49: Chico Science, o caranguejo com cérebro, imortalizado na rua da Moeda, Recife.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

6.5 QUINTA IMERSÃO: o mangue, do medo e do encanto

Nenhuma ciência como o Folclore possui maior espaço de pesquisa e de aproximação humana. Ciência da psicologia coletiva, cultura do geral no Homem, da tradição e do milênio na atualidade, do heróico do cotidiano, é uma verdadeira História normal do povo. (CÂMARA CASCUDO, 2003, p.11)

Assim, Câmara Cascudo, em 'Contos Tradicionais do Brasil', inicia a compreensão clássica do folclore, em seu prefácio, enquanto ciência do povo, conhecimento comum partilhado e compartilhado. Reproduzido por gerações ou, segundo Morin (1991), dissolvendo-se nas sociedades modernas e regenerando-se sob a forma de pensamento simbólico/mágico/mitológico. A quinta imersão ressoa nas quatro anteriores como um exagero sentimental do homem ao manguezal. É pura e simplesmente o transbordar das emoções que é o campo fértil do imaginário fantástico que rodeia o arvoredo e as lamas do território. Se a dimensão afetiva relativamente permeia as outras imersões descritas, aqui ela toma contornos do invisível, do etéreo, extrapola-se por meio dos mitos que ditam as formas de agir e costumes morais de um povo.

Diegues (2001) reafirma a perpetuação dos mitos na sociedade moderna, defendendo que aqueles relativos à natureza têm vida longa, resistindo às incursões da ciência, subsistindo sob a forma de "pseudo-religiões, de mitologias degradadas" (2001, p.58). Para Câmara Cascudo (2001), emergem os cultos extintos sob a forma de superstições, estes vestígios que transparecem nas proibições, costumes, arraigando-se na mentalidade popular.

É bem verdade que as manifestações folclóricas em si não são exclusividade da natureza, muito menos dos manguezais, contudo, conforme destaca Dardel: "...as sombras da floresta são os lugares onde o homem se sente em contato imediato com os invisíveis. Seres angelicais ou demoníacos, elfos, duendes, gênios, povoam as solidões desérticas, as montanhas incultas, as florestas, as águas" (2015, p.53).

A metafísica da realidade geográfica se projeta sobre as águas recifenses. Gilberto Freyre, em "Assombrações do Recife Velho" (2000), ressalta que, dada a condição talássica da cidade, cortada por rios, escancarada ao mar, é natural que o

sobrenatural esteja essencialmente ligado às suas águas. Assim, se descortina o universo fantástico das florestas e das águas na cidade, onde o folclore transmitido pela população vai refletir elementos imersos no âmago da consciência humana: suas relações afetivas, seus medos, proibições morais e essencialmente fenômenos que os indivíduos não conseguem explicar.

Relativo ao Recife, Freyre destaca que a cidade não é domínio do “curupira”, do “boitatá”, do “caipora” ou do “saci”. As assombrações do Recife são assombrações de cidade, as assombrações das brenhas, assim, tomam contornos tipicamente urbanos (FREYRE, 2000). Os manguezais, então, veem emergir no Recife seus encantos, prioritariamente o *Pai-do-mangue* e a moça encantada.

O primeiro se faz onipresente nas comunidades ribeirinhas. Onde existe mangue, a entidade é referenciada. Associa-se com uma população majoritariamente negra, dependente dos insumos dos manguezais, que foi reforçada pelo processo de marginalização dos povos ex-escravizados. O *Pai-do-mangue*, então, veste-se da figura do antigo senhor de engenho, branco, açoitando aqueles que desrespeitam o seu domínio:

Contam que o *Pai-do-mangue* pode ser branco, cabeludo, dentuço e de pés grandes. Visto assim, ele se assemelha em ruindade aos antigos senhores de engenho que maltratavam os escravos. Tem o costume de roubar crianças que entram em seus domínios. Contam que, às vezes, é visto nas praias, pescando durante os primeiros raios de sol, exibindo toda a sua empáfia. Outros têm a certeza de que o *Pai-do-mangue* é uma entidade invisível, que governa as vegetações ribeirinhas e defende os mangues. Muitos pescadores contam que, quando entram naquela área, escutam as passadas dele na água rasa. Lentamente. (MELO, 2016)

Entidade quase ecológica, o *Pai-do-mangue* é uma assombração protetiva da natureza, impiedoso com aqueles que desrespeitam o manguezal. Desflorestar, poluir, caça extensiva, falar palavrões enquanto nas matas, tudo isso é listado como fatores que despertam sua fúria. Representa assim os receios históricos e contemporâneos de um povo: daqueles escravizados, sobre regime de supressão de seus costumes e das populações residentes que necessitam da integridade do ecossistema para sobreviver:

Igualmente imbuída de significado, está a *moça encantada* dos manguezais do bairro do Pina, que mora nas terras do charco antigo, hoje reduzidas ao Parque dos Manguezais. Não é para menos que, no Pina, tudo que não é comunidade do Bode, é comunidade de Jardim Beira-Rio. O que não é Bode nem Beira-rio é Areinha. O que não é nem uma das três é Encanta-moça. Encanta-moça não é comunidade, mas parte dos moradores se refere a seu local de moradia como sendo. Encanta-moça rua, Encanta-moça conjunto habitacional, Encanta-moça Zona Especial de Interesse Social, Encanta-moça estabelecimento comercial, Encanta-moça ponte estaiada.

Gilberto Freyre, notadamente, faz sua ode à moça encantada do Pina. Destaca que, sob a égide dos abastados recifenses, o nome de Santos Dumont foi, numa tentativa frustrada, conferido à localidade, já prevista como centro de aviação do Recife. Nas palavras do sociólogo:

Durante longo tempo a recordação desse mistério poetizou o sítio chamado Encanta Moça. Até que, iniciada a fase atual de transporte aéreo, uma companhia ou empresa pioneira quis fazer do velho ermo moderno campo de aviação. Deu-se então o seguinte fato: burgueses progressistas do Recife envergonharam-se do nome do sítio antigo que recordava uma simples história de moça encantada em fantasma. Envergonharam-se do nome mágico de Encanta Moça. Os mais salientes trataram logo de substituí-lo por nome que soasse moderno e lógico. E o próprio instituto Arqueológico, chamado pelos burgueses progressistas a dar parecer sobre o assunto, concordou que se mudasse aquele nome vergonhosamente arcaico para o de Santos Dumont. Encanta Moça nada tinha de histórico, argumentava o Instituto para concordar com os burgueses progressistas. Nada significava para a história da cidade. Era lenda. História da carochinha. Argumento de quem nunca leu aquela página de Chesterton em que o ensaísta inglês lembra que uma lenda é obra de muitos e como tal deve ser tratada com mais respeito do que um livro de história: obra de um único homem. E antes de Chesterton já dizia a sabedoria francesa: *Une legende ment parfois moins qu'un document*³⁵. (FREYRE, 2000, p.43)

Dessa forma, Encanta-Moça perpetuou-se no Pina. O mangue assombrado resistiu, o aeroclube não. A lenda alude à moça branca, perseguida pelo marido

³⁵ Freyre parece estar parafraseando “... *Ce n'est pas toujours la légende qui ment. Un rêve est moins trompeur parfois qu'un document.*” — em tradução livre, “*Não é sempre a lenda quem mente. Um sonho, às vezes, é menos ilusório que um documento*” —, um trecho escrito pelo poeta e dramaturgo francês Edmond Rostand, na sua peça em seis atos *L'Aiglon*, de 1900. Aiglon, francês para “aguiazinha”, era o apelido do personagem principal da história, Napoleão II, filho de Napoleão Bonaparte, com sua segunda esposa, a Imperatriz Marie Louise, cuja breve vida inspirou a obra.

ciumento dos tempos do Recife Velho que, num acesso de fúria, a assassinou nas lamas do manguezal. Sua transição da vida para a morte é ressaltada por MELO (2010), quando destaca que, na perseguição, as raízes, galhos e pedras do manguezal infligiam fortes dores à moça. A partir de um estampido, parou de sentir o mangue penetrante na pele. Encantou-se, naquele charco.

Entre vingança e remorso, os relatos da moça encantada nas terras do Pina descrevem aparição de moça nua, branca que, atraindo pescadores para as lamas do manguezal ou do mar, os afunda. Tornou-se alamoá³⁶, lara, uma sereia, versão recifense de outros tantos contos que comunicam aos homens pescadores os perigos das águas e das evasivas morais.

Da mesma forma que a Encanta-Moça, as punições do *Pai-do-mangue* são fatores que despertam uma emoção central no folclore do manguezal: o medo. O medo das lamas, do arvoredado, dos sons que o homem talvez não saiba explicar, ou quando sabe, mesmo assim estremece o corpo. Parece que a floresta no homem é inerentemente o lugar do fantástico e do receio ao desconhecido.

³⁶ Personagem mítica da ilha de Fernando de Noronha, mulher loura, bela e nua que aparece à noite para os pescadores; alamoá. • Etnografia de Pernambuco.

Figura 50: Ilustração da moça encantada do manguezal do Pina.



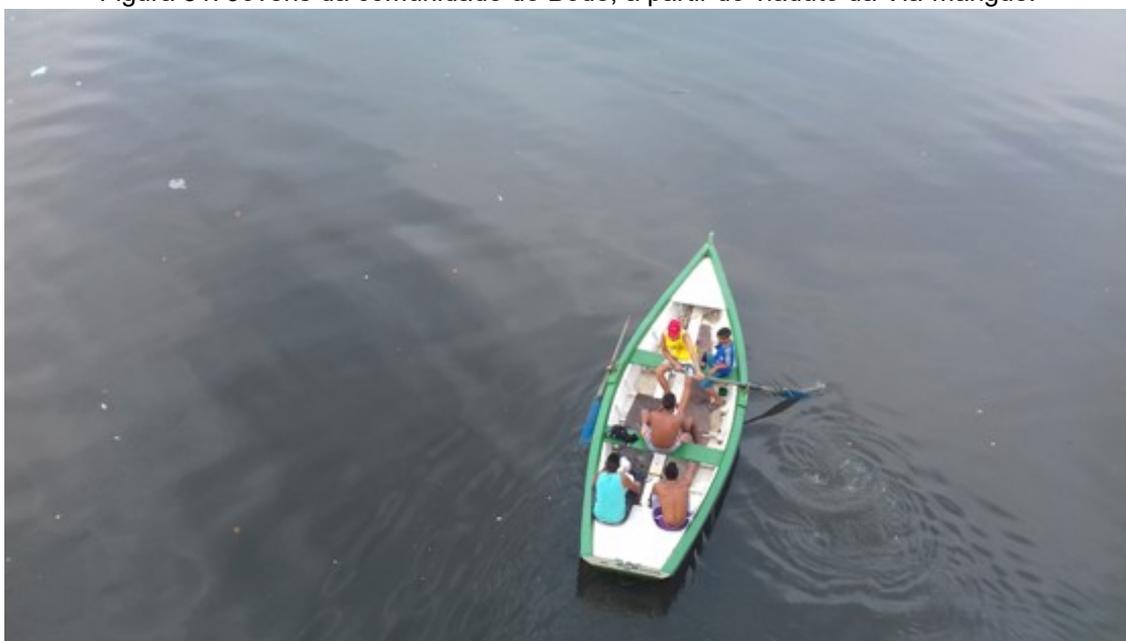
Fonte: Ilustração de Fábio Rafael, constante no livro "Malassombramentos: Os arquivos secretos D'o Recife Assombrado" (MELO, 2010).

7 A PROFUSÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO UNIVERSO DOS ALAGADOS

ILHA DE DEUS, VILA DA IMBIRIBEIRA, CAFESÓPOLIS, ARITANA, ILHA DO DESTINO, BODE, JARDIM BEIRA-RIO, AREINHA.

O cotidiano da prática social reinventa a cidade por meio das representações, igualmente mutáveis e dinâmicas. As próximas imersões remetem, de fato, às Representações Sociais que partem da análise das entrevistas realizadas durante a fase de levantamento de dados da dissertação. São fruto de um processo de descortino das visões contemporâneas das comunidades e indivíduos que se relacionam com o Parque dos Manguezais. Assim, desvendar-se-ão mais quatro imersões na lama: uma imersão comum a todas as comunidades; a imersão das comunidades com forte tradição pesqueira; a das comunidades com relativa memória pesqueira; e a das comunidades independentes do manguezal.

Figura 51: Jovens da comunidade do Bode, a partir do viaduto da Via-mangue.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2016.

Para proceder às demais análises sobre as relações das populações ribeirinhas com o Parque dos Manguezais é necessário discutir uma visão em comum em todas elas e que incide nas representações formuladas: o mangue-lixo, o mangue-esgoto, duas concepções muitas vezes reduzidas apenas à palavra “lama”.

Existe uma profunda diferença entre reconhecer que o mangue está poluído e entender que, intrinsecamente, o mangue é poluído. Permeando estas resoluções é que se desdobra a discussão a seguir, segundo a qual a condição do mangue, muitas vezes, não é vista como um estado do momento, mas como uma condição inerente ao ecossistema.

Agrupar essa concepção num único bloco, sem fazer distinção entre as seis comunidades ribeirinhas entrevistadas se deu em razão de que as percepções e visões dos moradores, em todas elas, não diferem a ponto de se discutir cada uma isoladamente. O que se constatou foi que a representação pejorativa do manguezal se alastra de margem a margem.

7.1 DISCUTINDO A NOÇÃO DE “PROGRESSO”

Estas primeiras representações do manguezal são relacionadas a uma concepção de “progresso” que se alastra pelas áreas de classe média e pelas comunidades, com mais ênfase naquelas que experimentam os efeitos da valorização fundiária dos seus entornos. No caso das comunidades urbanizadas, especificamente a Ilha-de-Deus, Vila da Imbiribeira, Aritana e Cafesópolis, há uma rejeição à condição ribeirinha pré-urbanização, nos tempos em que não existia calçamento nas ruas e o saneamento era deficitário. O que os membros dessas comunidades sempre referenciam como “maré”, muitas vezes nada mais é do que uma alusão à lama e ao esgoto proveniente das residências, sendo uma contraposição ao “progresso”. As duas alegorias da maré (ou lama) e do progresso, nesse sentido, são opostas. Uma remete a um passado difícil para os moradores, a outra a um contínuo processo de melhoramento do sítio ocupado.

A noção de progresso é metafórica, pois remete a uma concepção figurada, imagética do conceito. O progresso não representa apenas as melhorias nos

sistemas infraestruturais atuantes na comunidade, especificamente saneamento e coleta de lixo. Recorrentemente, reveste-se dos processos externos a essas áreas, como a especulação imobiliária, a construção de novas vias para automóveis e investimentos privados em equipamentos para classe média. Assim, os condomínios verticais, a Via Mangue e o Shopping RioMar integram um dilema dos ribeirinhos, exemplificado por meio das contradições dos discursos. Estas contradições ressaltam as novas investidas nas áreas como agentes positivos de transformação, afastando a lama. Por outro lado, as mudanças nos modos de vida e no cotidiano dos ribeirinhos são fatores de desagrado.

Figura 52: Contraste da ocupação ao redor do RioMar. (à esq.) Palafitas do Bode. (à dir.) RioMar Trade Center.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Particularmente, o dual processo de especulação imobiliária nas comunidades, aflige cada núcleo de maneira distinta. Especificamente, as comunidades do Bode, Jardim Beira-Rio, Areinha, Ilha do Destino e Aritana são as que mais apresentam, em seu entorno, a profusão de empreendimentos privados de classe média. As entrevistas mostraram que certos empreendimentos na região causaram e causam estranheza aos moradores. Nesse sentido, alguns moradores

questionam os benefícios que outros moradores destacam, sendo evidentes as discordâncias entre os próprios membros da comunidade.

Isso daí (os empreendimentos) não são bons, porque é criado empresariais, é criado shoppings... enfim... n coisas e não muda em nada na vida das pessoas ao redor, na vida das comunidades ao redor, muito pelo contrário, isola a população, faz as pessoas realmente entenderem que o espaço delas não é esse e que elas vão viver sempre cercadas e que não muda em na vida delas.³⁷

Tudo excelente, tudo muito excelente...Ficou ótimo, olha...Isso aqui...Na época que não existia isso aqui, isso dava um trabalho prá a gente sair pra cidade ou pra outro local...Isso aqui era só lama, era assim: Quando chovia era lama que não dava nem pra passar de carro.³⁸

Do Shopping não precisava isso, né? sei lá... acho que aqui era tudo baixo... hoje em dia a gente tá estranhando muita coisa.³⁹

Eu não gosto do descaso que foi feito com o bairro... diante de um bairro que poderia ser investido pra própria população. Tem nada disso, assim... A vida do povo ficou um pouco limitada, né? Por causa dos prédios, por causa de tudo que cerca uma área que é de uso... que poderia ser usufruída dignamente pelos moradores, né?⁴⁰

Esse RioMar, eu nunca nem fui ali, moço. Sei nem como é nunca nem entrei ali. Eu tenho nem dinheiro pra entrar ali, é tudo caro. Pra quem gosta de shopping, pra quem tem dinheiro é bom.⁴¹

³⁷ [EV12] Mulher, 27 anos, Estagiária, **moradora da comunidade de Areinha** desde que nasceu.

³⁸ [EV11] Mulher, 52 anos, Babá, **moradora da comunidade Jardim Beira-Rio** há 32 anos.

³⁹ [EV03] Mulher, 39 anos, Pescadora, **moradora da comunidade do Bode** há 35 anos.

⁴⁰ [EV12] Mulher, 27 anos, Estagiária, **moradora da comunidade de Areinha** desde que nasceu.

⁴¹ [EV16] Mulher, 42 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

Figura 53: Residente da comunidade de palafitas do Bode posa na porta que emoldura as torres do RioMar Trade Center.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

No Bode, Silva (2014) destaca a expulsão invisível dos membros da comunidade quando o Pina se tornou o bairro com o m² mais caro do Recife. A construção do Shopping RioMar é vista por alguns ribeirinhos como um divisor de águas positivo para a localidade, mesmo que, na mesma fala, destaquem que muito pouco mudou para a comunidade. A Via Mangue, no mesmo sentido, revestida da imagem do progresso é contraditoriamente referenciada. Da mesma forma que é vista como crescimento, também são denunciadas as cicatrizes que gerou na região, com o reassentamento dos moradores e as dificuldades impostas às atividades de pesca.

Eu vou lhe dizer uma coisa... Pra mim, a melhor coisa que me aconteceu, pra minha vida né... Foi o shopping, antes do shopping eu era uma pessoa... Depois do shopping eu sou outra pessoa. A consciência que eu tenho ambiental hoje veio do shopping, porque a Secretaria de Meio Ambiente não ajuda muito... Mas também depois do shopping afetou muitas outras coisas, o sossego daqui, a movimentação, o tumulto... O progresso melhorou, mas a vida que a gente tem hoje... Antigamente você tinha uma

qualidade de vida melhor, tinha mais paz, você tinha mais sossego, era menos movimentado, era menos roubo, era menos gente... Morre gente...

Já a Via Mangue, pro trânsito melhorou né... Para gente ela melhorou nada, porque para ela ser construída saiu um bocado de família que já tinha... Que moravam aqui há trinta, quarenta anos e tinham casa, tinham tudo construído e... Meu tio mesmo... era dono de 15 casas que foi desabitado e hoje tá morando lá em piedade, choveu, alaga, marcos freire. E o pessoal que morava aqui... Tem gente que a gente nem conhece mais. A Via Mangue veio para o progresso, mas não mudou a vida de quem mora aqui antigamente. O pessoal que mora aqui mesmo, nessa rua aqui mesmo que eu moro, antes ela era mais parada, que a principal é essa onde é o habitacional. Agora as casas, é tudo rachada as casas, e entope tudo, e o saneamento fica aquela nojeira na porta das casas...⁴²

A Via Mangue melhorou pra galera que rouba né. A galera da comunidade já não vai pra avenida, já rouba aqui. Mas pra comunidade não melhorou não. Fizeram essa via aí, aí o viaduto faz um... tipo, os pescador quase não passa ali. Ainda deixaram um monte de madeira, eles não tiraram as madeiras. Aí vez em quando fura o barco da gente. Aí não passa por causa da madeira e porque tem um monte de lugar que caiu um monte de concreto e eles não dragaram, não tiraram. Quando a maré não tiver cheia você pode ver ali debaixo do viaduto que aparece resíduos da Via Mangue que eles não retiraram. O problema é esse.⁴³

A Via Mangue aqui não melhorou não, mas para lá melhorou. Aqui tá...Você vê o canal aí todo ano, a draga vinha e limpava o canal. Agora tem lugar que você entra e não sai mais. Agora com esse Via Mangue que passou agora essa ponte aí, aí não tem mais condição. Antes já não tava vindo, agora é que não vem mesmo.⁴⁴

Na Ilha do Destino, a qualidade ambiental das vielas e moradias é contestada pelos moradores após a construção das torres, fruto do acelerado processo de verticalização no interior do bairro de Boa Viagem. O calor, os aterros, a supressão das árvores são fatores ressaltados como consequências dos novos empreendimentos. Contudo, alguns moradores ressaltaram o desejo de vender seus lotes para o mercado imobiliário, caso tivessem essa possibilidade (a área é Zona Especial de Interesse Social), em razão do valor da terra na localidade. Além disso,

⁴² [EV08] Mulher, 46 anos, Pedreira, **moradora da comunidade de Jardim Beira-Rio** desde que nasceu.

⁴³ [EV02] Homem, 43 anos, Pescador, **morador da comunidade do Bode** desde que nasceu.

⁴⁴ [EV14] Mulher, 24 anos, Dona-de-casa, **moradora da comunidade de Areinha** há 6 anos

a construção da Via Mangue é, assim como na comunidade do Bode, Jardim Beira-Rio e Areinha, contraditória nas falas dos moradores. É descrita como benéfica por questões de mobilidade, mas permitiu que novos aterros fossem realizados pelos moradores da comunidade e interferiu nas atividades de pesca.

Esses prédios tomaram conta até da natureza, que era tudo verde. Hoje tá tudo tomado. Poluiu muito, porque um prédio desse é muita poluição, de cimento...⁴⁵

Antes da Via Mangue tinha barco, o povo ia pescar os caranguejos, umas moreias... Agora eles vão andando.⁴⁶

Essas construções tudo alta acabou com a ventilação da comunidade. Mudou tudo, mas pode mais quem manda né? Quem tem manda, faz o que quer.⁴⁷

A Via Mangue tá aí, muito pescador deixou de pescar por causa dela. Não dá pra passar, tá muito baixa. E tem muito lixo. Pode ver lá.⁴⁸

Em Aritana, por sua vez, os condomínios verticais da Imbiribeira, vendidos como Boa Viagem pelo mercado imobiliário, são vistos ora com indiferença, por parte dos moradores, ora como fatores de melhoramento da comunidade.

Até aqui tá tudo bem, não tá incomodando não. Está aí, é bonito.⁴⁹

Pra mim não fez diferença em nada. Porque esse Le Parc era um manguezal, é feito em cima do mangue que era a casa dela aí. Mas pra mim não mudou muita coisa não.⁵⁰

⁴⁵ [EV30] Mulher, 52 anos, Catadora de recicláveis, **moradora da comunidade de Ilha do Destino** desde que nasceu.

⁴⁶ IBIDEM.

⁴⁷ [EV29] Homem, 40 anos, Serviços gerais, **morador da comunidade de Ilha do Destino** há 23 anos.

⁴⁸ IBIDEM.

⁴⁹ [EV38] Homem, 43 anos, Motorista de aplicativo, **morador da comunidade Aritana** há 27 anos.

O Le Parc (Figura 54), O Vita Residencial e o Luar do Parque são os principais empreendimentos avaliados pelos moradores. Associam as torres à sensação de segurança em razão de uma maior presença da polícia na região. Por outro lado, pontuaram com clareza as mudanças em relação a como são vistos após o aporte destes empreendimentos na área.

Eu acho que esses prédios melhoraram a comunidade. Você sabe, a polícia só vem no lugar que tem bastante rico. Aí depois do Le Parc, Luar do Parque, Vita, eles vêm mais. O povo aqui é muito bom, muito civilizado, tranquilo, mas aí você sabe, quando tem um negócio ali bom, outro ali bom, o povo acha que os pobres são marginais. Que o pobre nunca tem vez nem voz... Mas se engana muito.⁵¹

Figura 54: Condomínio Le Parc Boa Viagem, bairro da Imbiribeira.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Diante disso, fica evidente que o que os moradores das cinco comunidades supracitadas entendem como progresso também é fruto de uma representação compartilhada entre os membros da comunidade. Assim, verticalização, via expressa, Shopping Center e outros equipamentos que são de usufruto majoritário

⁵⁰ [EV36] Mulher, 28 anos, Vendedora de cosméticos, **moradora da comunidade Aritana** há 2 anos.

⁵¹ [EV37] Homem, 65 anos, Aposentado, **morador da comunidade de Aritana** há 20 anos.

de uma classe média, são vistos como responsáveis pelo melhoramento das condições das comunidades. Muitos deles, sem saber responder quais, especificamente, foram as melhorias geradas pelos empreendimentos nas áreas por eles habitadas, evidenciam a contradição: não sabem destacar as melhorias, mas conseguem descrever com maestria os impactos. A Representação do progresso é um exemplo concreto do poder das Representações na forma de agir e ocupar o solo urbano. Se o Mangue é visto como lixo, esgoto ou lama, imagem do atraso, o progresso se contrapõe a essa condição de insalubridade. Dessa forma, a atuação de promotores imobiliários é cancelada nas áreas ribeirinhas.

7.2 SEXTA IMERSÃO: O Mangue-lama (lixo e esgoto)

Quando eu morava, andava nessa beira de maré até lá quando eu era criança, agora é lama que você entra e se enterra virou lama de tanto esgoto.⁵²

Ao se difundir a noção de progresso, consolida-se a visão de atraso como a condição de degradação das margens do manguezal. O que se difunde como “maré” é basicamente lama, que por sua vez remete à poluição. A lógica do discurso hierarquiza-se da seguinte forma: a maré é o local, no local só tem lama e a lama é lixo e esgoto.

O **mangue-lama** é parte da naturalização da visão das margens como um depósito de resíduos. Em se tratando do lixo, o processo de acúmulo deste material se dá não apenas em razão dos despejos das comunidades ribeirinhas, mas do próprio movimento da maré que carrega os detritos de parte da cidade para o ecossistema. Este é um problema visível não apenas no Parque dos Manguezais, mas nos demais fragmentos de manguezal do Recife. A questão do lixo se alastra em escala extramunicipal, quando os resíduos transportados pela bacia do Capibaribe são uma das principais razões pelo qual o estuário no Recife torna-se campo de acúmulo de material descartável.

⁵² [EV08] Mulher, 43 anos, Pedreira, **moradora da comunidade de Jardim Beira-Rio** desde que nasceu.

Em visita de campo, no dia 15 de Novembro de 2021, onde foi realizado o percurso da Ilha de Deus até o encontro dos rios Beberibe e Capibaribe, no centro do Recife, a jangada motorizada do pescador-guia precisou interromper o avanço nas águas três vezes, em virtude do entrelaço de plástico nas hélices do motor, ao que o pescador ressaltou:

Isso aqui acontece normal, aí a gente pára, tira o plástico e guarda aqui no barco. Tem pescador que devolve pro rio, mas a maioria leva de volta, se jogar no rio ele volta pro barco de todo jeito, né?⁵³

Figura 55: (à esq.) Lixo enlaça as hélices do barco do pescador. (à dir.) Lixo acumulado dentro do barco, retirado do rio pelo pescador.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

O mesmo pescador destaca que o lixo nas águas é um indicador da subida ou descida das marés:

Quando o lixo para de correr é porque ela seca. Aí quando o lixo começa a correr, ela (a maré) já está enchendo ligeiro. Dá pra saber pelo lixo. Quando o lixo ali tá descendo é porque ela tá enchendo.⁵⁴

⁵³ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, morador da comunidade Ilha-de-Deus desde que nasceu. [

⁵⁴ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, morador da comunidade Ilha-de-Deus desde que nasceu.

O problema do lixo no Parque dos Manguezais é ressaltado não apenas como um problema ecológico, mas de saúde pública. Os moradores relatam a presença de pragas e animais peçonhentos nas margens ocupadas, num contexto em que a maré converte-se em moradia dos indesejados. Esse fator afeta principalmente as comunidades ribeirinhas que ainda mantêm estreita relação com o ecossistema, como a comunidade do Bode. Nesta, existe ainda a cultura de tomar banho nas águas da maré, principalmente pelas crianças da comunidade.

Figura 56: Crianças tomando “banho de maré”, nas margens da comunidade do Bode.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Alguns relatos da condição do lixo nas margens são ainda mais alarmantes. De acordo com os moradores da comunidade do Bode, nos momentos de maré alta o lixo é pressionado contra o piso das palafitas, denunciado pelo ranger das tábuas em razão da fricção. A presença massiva do lixo é uma condição também ilustrada enfaticamente em Aritana, dessa vez com um desdém ainda maior por parte dos moradores, quando afirmam que aquilo – o manguezal – não é um mangue, mas nada mais que um lixão.

Nessa maré é rato, é escorpião que tem por aí... Rato, escorpião...tudo! O problema aqui é muito lixo, aí as maré quando sobre tá cheia, aí sobe os

lixos, fica tudo aqui boiando. Aqui no piso mesmo fica roçando, você fica escutando a lixarada todinha nas tábuas.⁵⁵

Aquilo ali não é mangue não, aquilo ali é um canal. Um canal cheio de lixo. Os esgotos vai tudo pra lá. Essa área aqui de trás é o despejo das casas que vai pra lá. O mais importante dele é minha casa que é bem juntinho e eu boto o cano lá pra dentro do manguezal.⁵⁶

Na Ilha do Destino, onde ainda as atividades de pesca são realizadas “com os pés na lama”, os pescadores remanescentes ilustram o problema ressaltando como, por baixo do lamaçal das margens o lixo é um fator de risco para os pescadores. Em um relato pessoal, um dos moradores entrevistados da comunidade, antigo pescador, mostrando a cicatriz no pé-direito, afirma que esta foi fruto de um grande corte ao pisar num vidro escondido dentro na lama, fator pelo qual, segundo ele, diminuiu a frequência de suas atividades no manguezal (será visto a seguir que os pescadores desta comunidade, atualmente, só podem realizar suas atividades a pé, não mais a barco).

Em contrapartida, foi na comunidade da Ilha-de-Deus que os moradores demonstraram maior aversão ao lixo. Em virtude do trabalho de ONGs que atuam no local e da inclusão dos próprios moradores nos processos de coleta e destinação dos resíduos, uma maior consciência ecológica fica evidente nas falas dos moradores. Existe um desestímulo por parte dos próprios residentes à prática de lançar o lixo doméstico nas margens do ecossistema, resultante de um processo de difusão do conhecimento por parte dos próprios moradores para outros residentes da comunidade. Contudo, relatam dificuldades em decorrência da resistência de alguns moradores de não despejar o lixo doméstico nas margens da comunidade e do apoio do poder público a ações que poderiam incluir os membros da comunidade.

⁵⁵ [EV02] Homem, 61 anos, Segurança, **morador da comunidade do Bode** há 38 anos.

⁵⁶ [EV35] Mulher, 45 anos, Empregada doméstica, **moradora da comunidade de Aritana** há 3 anos.

Tem muito lixo. A gente ainda encontra gente que joga lixo na maré, mesmo sabendo que lixo não se joga na maré. As vezes a gente fala, mas vira uma confusão.⁵⁷

Eu não acho que ele é bem tratado, tem que ter menos lixo que é isso que mata os caranguejos. Veja, quem cuida desse manguezal é a comunidade. De vez em quando tem a associação de pegar lixo no mangue, aí depois pararam. Era bom que a prefeitura olhasse pra o lado da gente e mandasse ao menos uma equipe pra limpar o mangue, tirar as garrafa, os sacos.⁵⁸

Aqui esse mangue é mal-tratado. É raro ver a pessoas tirando lixo do mangue, tem que ser todo dia. Ali no coque é cheio de lixo na beira da maré. Tem que tirar todo dia, a prefeitura. Aqui de vez em quando eu vejo os meninos tirar, mas tinha que ter a prefeitura, pegar as pessoas, os desempregados e empregava um bocado de pessoa pra trabalhar. Ela tem recursos, a gente que não tem.⁵⁹

Essa visão é necessariamente relacionada com o modo de vida da comunidade pesqueira, relacionada com a subsistência em razão da disponibilidade de frutos-do-mar. Contudo, apesar dos esforços articulados em conscientizar e promover o expurgo dos resíduos domésticos existe uma grande incógnita em relação ao depósito dos rejeitos das atividades de pesca. Devido a esse fator de acúmulo, as margens das comunidades, principalmente nas áreas de benefício dos pescados, estão progressivamente aumentando a extensão da ilha.

⁵⁷ [EV20] Mulher, 41 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁵⁸ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁵⁹ [EV19] Mulher, 33 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

Figura 57: Acúmulo dos rejeitos da pesca nos manguezais da Ilha-de-Deus.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

Aliado com a problemática do lixo, os moradores ainda denunciam a poluição das águas, decorrente do esgoto lançado nos rios. Com exceção das comunidades independentes do manguezal (Aritana e Cafesópolis), em se tratando da qualidade da água, os moradores entrevistados destacam, com certo saudosismo, os tempos em que era possível se banhar nas águas do estuário sem maiores preocupações com infecções ou doenças provenientes da poluição. De acordo com os moradores da Vila da Imbiribeira, as margens do rio apresentavam areia branca “parecidas com as da praia”, e as águas ainda eram cristalinas. Os moradores da Ilha-de-Deus, nas suas proximidades, ressaltam que ainda hoje é costume se banhar nas águas, apesar da poluição.

O que eu mais gosto aqui na área é que é fácil de ir pra praia e de nadar na maré.⁶⁰

Se não tivesse com vocês aqui eu ia era mergulhar agora aqui na maré. Quando tá mais baixa é sujo, aí não dá. Mas ela cheinha assim, a gente entre. Os meninos da comunidade tudinho se diverte aqui.⁶¹

⁶⁰ [EV18] Homem, 26 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** há 18 anos.

Na comunidade Ilha do Destino e do Bode os moradores denunciam a poluição destacando que o problema da poluição vai além dos impactos na saúde pública. De acordo com os entrevistados, a falta de tratamento dos efluentes domésticos lançados no rio provoca impacto nas atividades de subsistência dos moradores, no momento em que o volume de pescados vem paulatinamente se reduzindo decorrentes da poluição.

Não tem o que pescar mais, vai pescar o que? Vai pescar saco de lixo é?⁶²

Porque você sabe que o que acabou com o mangue aqui foi a comunidade. Lixo em cima de lixo. Não se conscientizaram que tinha que colocar o lixo no lugar. Aí vai tudo pro mangue. Aí acaba os bichinho tudinho (sic). Eu mesmo já comi muito caranguejo aqui, saia daqui tava tudo andando no meio da rua. E com essa Via Mangue, aí é que afastou mesmo. que a turma tá invadindo. Ali no aeroclube mesmo a você pegava guaiamum, pegava peixe, pegava tudo.⁶³

No que tange aos responsáveis pelo despejo do esgoto nos rios, na comunidade do Bode, Jardim Beira-Rio, Vila da Imbiribeira e Ilha-de-Deus, os moradores destacam que os novos empreendimentos no bairro do Pina (Shopping RioMar e edifícios verticais) comprometem a integridade do manguezal pois acreditam que todo o esgoto é lançado no ecossistema. Essa denúncia revela a contraposição da noção de progresso compartilhada por estes moradores.

No RioMar todo negócio de água podre vai pra maré. Tá errado, mata os sururus de nós (sic). As vezes nem sururu tem mais, tudo morre, dá nem pra trazer. Poluição.⁶⁴

⁶¹ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁶² [EV31] Homem, 65 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha do Destino** há 50 anos.

⁶³ [EV13] Homem, 64 anos, Fretista, **morador da comunidade de Areinha** desde que nasceu.

⁶⁴ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

Rapaz... eu acho que esse RioMar... foi ruim porque agrediu. Não é bom não, porque é invasão! é invasão do mangue... Aquilo ali era para ser tudo mangue. É o que eu digo a você, a ambição é muito grande. Ele só melhorou pro lado de lá dos prédios, pro lado de cá não melhorou nada. Abriram até um quartel ali, pra aliviar a violência... Mas ali vai prevalecer o Shopping, não vai prevalecer a comunidade não.⁶⁵

O Shopping perto do manguezal desmatou muita coisa, tudo do shopping é jogado aí pra dentro da maré, o esgoto todinho.⁶⁶

Os prédios altos do Pina eu não sei... Não que seja contra, mas pela área não acho que seja uma coisa muito legal não. Não sei se desce o esgoto dos prédios pra maré, mas acredito que desça.⁶⁷

Na comunidade de Aritana, onde a rejeição ao Parque dos Manguezais é mais acentuada, os moradores pontuam com naturalidade que são os próprios moradores das áreas mais próximas ao rio Jordão que despejam o esgoto das residências nas águas. Neste caso específico, o manguezal é mais do que em outras comunidades visto como essencialmente o lugar da poluição, constituindo-se como um curso natural onde os efluentes domésticos devessem ser despejados.

A importância dali mesmo é o saneamento, o saneamento das casas vai tudo pra lá. Porque de resto é só sujeira, rato, muriçoca. Quando dá 5 horas ninguém pode ficar mais no meio da rua ali. Maruim...Tu sabe o que é mutuca? Se tu levar uma mordida tu chora.⁶⁸

Desenha-se a imagem do manguezal como sendo o próprio esgoto, ou seja, área poluída. A urbanização das comunidades e os aterros são vistos como uma forma de afastar a vida na lama, imersa na poluição. É nesse âmbito que se desenvolve a noção da “maré” para os moradores ribeirinhos, como uma área da

⁶⁵ [EV13] Homem, 64 anos, Fretista, **morador da comunidade de Areinha** desde que nasceu.

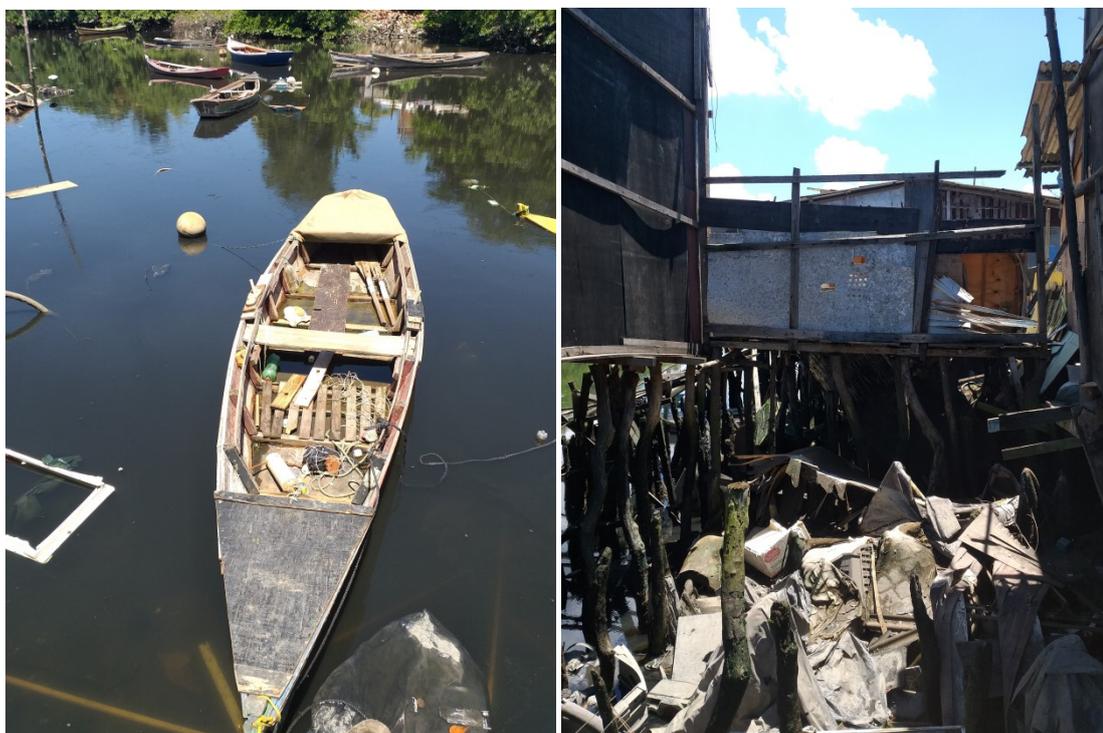
⁶⁶ [EV25] Homem, 50 anos, Mecânico, **morador da comunidade da Vila da Imbiribeira** há 30 anos.

⁶⁷ [EV27] Homem, 19 anos, Estudante, **morador da comunidade da Vila da Imbiribeira** desde que nasceu.

⁶⁸ [EV36] Mulher, 28 anos, Vendedora de cosméticos, **moradora da comunidade Aritana** há 2 anos.

insalubridade. A lama, nos discursos não é o solo úmido, mas o esgoto misturado com o lixo, ou seja, o inaceitável para a saúde pública e À digna qualidade de vida da população. Conforme discutido anteriormente, é sob essa concepção que se concreta o progresso alegórico como uma contraposição à lama. A partir dessa realidade torna-se aceitável e até desejável a realização dos aterros e supressão da área de maré. Tal permissibilidade não compreende, no entanto, que as novas margens do manguezal, as áreas de maré e possivelmente as áreas de lama, vão surgindo conjuntamente com os aterros até o último remanescente de mangue ser totalmente suprimido.

Figura 58: Lixo acumulado nas margens da comunidade do Bode.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

7.3 SÉTIMA IMERSÃO: O mangue-vida

Esta imersão correspondeu à escuta das comunidades ribeirinhas de forte tradição pesqueira, aquelas onde as atividades de subsistência ainda representam uma importante fonte de renda para a população local. Notadamente, as comunidades da Ilha-de-Deus, no bairro da Imbiribeira, e do Bode e Jardim Beira-Rio, no bairro do Pina, pertencem a este subgrupo de moradores das comunidades fronteiriças ao Parque dos Manguezais.

Pertencimento

Conforme já explicitado na discussão sobre o histórico de ocupação dos charcos do Recife, comunidades pesqueiras se estabelecem no território do Pina desde os primórdios da ocupação, no século XVII. A conformação do que se entende por comunidade do Bode e Jardim Beira-Rio, se deu com o adensamento da área, com a chegada de famílias, na década de 1930. De maneira semelhante, a comunidade Ilha-de-Deus teve sua ocupação inicial datada de 1950.

Em ambos os assentamentos ribeirinhos, o processo de estabelecimento das populações se deu por meio de um intenso movimento popular, que ainda perdura, organizado em prol do direito de moradia na área. Apesar de instituídas como ZEIS (ZEIS Ilha-de-Deus e ZEIS Pina/Encanta-moça), nos relatos dos moradores, fica explícita a insegurança fundiária latente.

A maioria dos moradores fica assustada com a prefeitura, porque eles vêm com uma intenção e a gente fica com medo e não sabe qual a verdadeira intenção deles. Aí eles vêm com uma pracinha, um parquinho ali, mas isso aqui é um lugar valorizado né? E a gente sabe que hoje em dia quem sai na frente é quem tem muito dinheiro. A prefeitura faz “ah vamos fazer o bem pra eles”, mas se chegar alguém que tem milhões, que tem bilhões, num instante esquece o “bem”. Ninguém tem o documento de posse da casa, é por isso que eu acho que a qualquer momento podem tirar a gente daqui.⁶⁹

⁶⁹ [EV21] Mulher, 21 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

É criado muita coisa em cima, assim, cada vez mais casa e não tendo espaço pra própria galera que mora lá... é como se cada vez fosse isolando mais o lugar com prédios ao redor, com áreas ao redor e vai ficando sem espaço pra própria galera lá de dentro. É como se a galera lá de dentro estivesse sendo excluída, sabe? Como se tivesse uma barreira, assim que ficam criando... e existe gente ali, há existência ali. E acaba sendo isso, assim... cada vez mais vão tirando o Manguezal, vão tirando a área da galera que sempre teve isso pra construir prédios, construir ... enfim...⁷⁰

Parte dessa insegurança se dá pelo fato de que os moradores temem investidas da prefeitura para promover reassentamento em outras áreas da cidade, tendo em vista que parte dos moradores vivem da pesca no local. Dessa forma, ressaltam que, caso impelidos a morar em outra região da cidade, não teriam ocupação ou fonte de renda, já que essa área oferece tudo que eles precisam para viver, principalmente no que tange ao suprimento alimentício. A despeito dos receios, os moradores, principalmente os das palafitas da ZEIS Pina/Entanca-Moça, deixam claro seu desejo de receber habitações populares da prefeitura, desde que sejam construídas na mesma região.

Neste ponto, existe uma contradição: alguns moradores entrevistados são ex-moradores dos conjuntos habitacionais Via Mangue I e II, localizados na comunidade de Jardim Beira-Rio. Contudo, se sentiram mais confortáveis em retornar para as casas próximas às margens do rio. É necessário compreender e estudar os movimentos dos moradores da região, entre palafitas, alvenaria e os conjuntos habitacionais e as motivações que fazem com que eles não se adaptem a determinados tipos de moradia instituídos.

Na Ilha-de-Deus, as raízes das populações na área se mostraram mais entremeadas no território da comunidade. Existe um senso comunitário muito mais profundo do que o observado nos outros locais estudados nesta investigação. Relacionado a isto, a própria história de ocupação da comunidade é simbolicamente representada por uma espécie de “mito fundador”. Alguns moradores destacam

⁷⁰ [EV12] Mulher, 27 anos, Estagiária, **moradora da comunidade de Areinha** desde que nasceu.

certos personagens quase folclóricos, moradores antigos da comunidade, revestidos de valor simbólico.

Eu desde pequena escuto falar de um senhor, Zé Porquinho. Diz a lenda que ele foi o primeiro a chegar aqui, ele dizia que ele foi um dos primeiros. Aí já começa a lenda, vem da barriga da baleia...Tem outros moradores, muitos antigos, que confirmam a história, ele deve ter sido um dos primeiros.⁷¹

Mané Bujão era o maior pescador daqui da Ilha de Deus. Ele morreu faz 22 anos, era o rei da rede de fundo daqui da Ilha. Ali era um guerreiro, é um orgulho nosso.⁷²

Conhecimento e relação com o manguezal

O domínio das comunidades de tradição pesqueira é entremeado pela dinâmica das atividades de pesca de seus ribeirinhos. No caso das comunidades do Bode, Jardim Beira-Rio e Areinha, os pescadores e marisqueiras se estabelecem o quanto próximo for das margens do Parque dos Manguezais. Assim, a distribuição espacial das comunidades também se norteia pela relação com a atividade de pesca. Quanto mais se adentra na comunidade, no sentido montante do rio Pina, mais vão surgindo os indícios do ofício: marisqueiras tratando os insumos nas vielas e nos becos da comunidade, palafitas de madeira cujos corredores terminam no estacionamento de barcos, chão coberto de conchas e rejeitos dos pescados. Na Ilha-de-Deus, a distribuição espacial dos pescadores é diferente, estão em todas as ruas da comunidade. A comunidade como um todo é imersa na dinâmica da pesca.

A cultura da pesca é a grande diferença observada entre estas comunidades e as demais nas margens do Parque dos Manguezais. Esse fator fica evidente nas falas de todos os moradores entrevistados, nas quatro comunidades deste

⁷¹ [EV20] Mulher, 41 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁷² [EV16] Mulher, 42 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

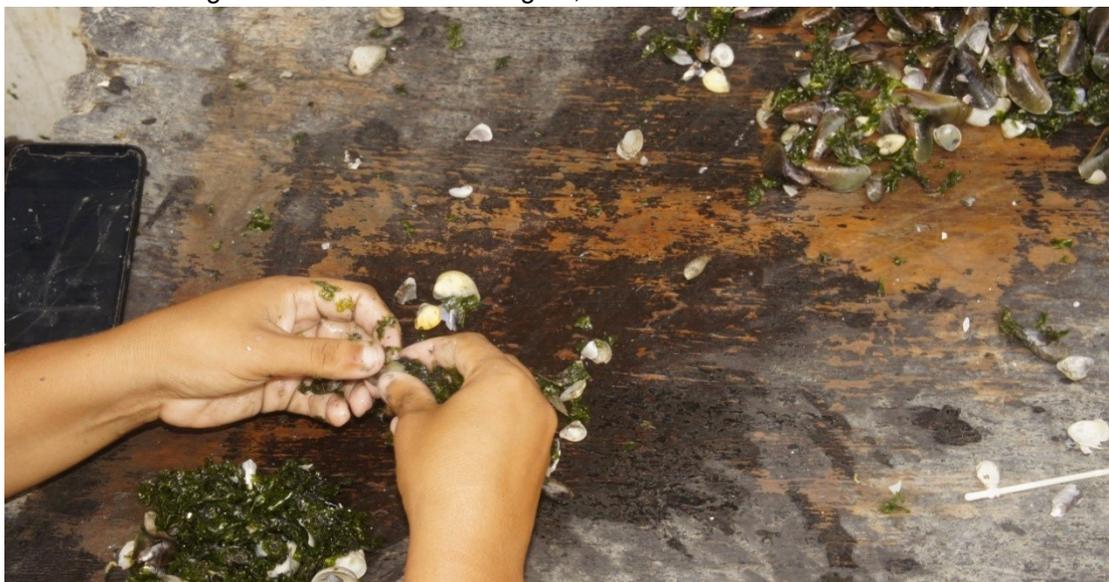
subgrupo, que destacam a pesca como uma importante atividade para sua sobrevivência. Por meio da pesca é que reconhecem a importância do Parque dos Manguezais, pois, segundo os moradores, é graças ao ecossistema que as comunidades conseguem sobreviver no local. O manguezal é o grande responsável, nas palavras dos entrevistados, por manter a condição propícia para a reprodução e sobrevivência da fauna estuarina, que possui relativo valor de mercado.

É pela pesca que os pescadores conseguem garantir sua fonte de renda, sendo este ofício transmitido por gerações entre as famílias. De acordo com os moradores entrevistados, quando questionados acerca da supressão das áreas do mangue, reafirmam:

Não tiraria o manguezal nunca, deixaria ele lá. Ele representa tudo pra mim, isso aqui ó (abraça a neta), vai sobreviver do manguezal, da maré.⁷³

Aqui tem minha família toda. Minha mãe é pescadora e meu avô também era. O pessoal aqui gosta de ganhar dinheiro no Sururu, que é isso que dá dinheiro a nós.⁷⁴

Figura 59: Ofício da mariscagem, comunidade da Ilha-de-Deus.



Fonte: Foto fornecida pela Arquiteta Vanessa Maschio dos Reis, 2021.

⁷³ [EV16] Mulher, 42 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁷⁴ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

Outro fator destacado é a importância do manguezal na mitigação da fome nessas famílias. Nas falas dos ribeirinhos, fica evidente que os insumos do manguezal não possuem apenas valor de mercado para eles, mas que representam uma segurança alimentícia. Ressaltam a facilidade com que podem suprir suas necessidades básicas de comida, buscando no manguezal tudo o que precisam para se alimentar. Este fator é importante, no que se refere às comunidades marginalizadas e tradicionalmente constituídas por flagelados dos efeitos da fome e da seca, no interior nordestino. Alguns relatos soam quase como uma lembrança de tempos antigos, como se pairasse na comunidade uma espécie de receio dos momentos de maior dificuldade.

Essa maré é muito boa! É boa. Patrimônio! E mata a fome de muita gente, muita gente foi criada aqui com o manguezal, matou muita fome... É Patrimônio pro pobre! O Sururu, é o Siri, é tainha. Matou fome de muita gente. Até hoje eu conheço gente que sobrevive através do mangue.⁷⁵

Pra mim, o mangue é ótimo. Eu vou ali, tiro três ou quatro caranguejo, faço um pirão. Vou ali tiro a moreia, já é um assado. Tudo ali tem. Tem caranguejo, tem siri, tem moreia. Tudo ali não falta. É só chegar ali é pagar.⁷⁶

Se tirar o manguezal, a gente vai sobreviver de que? A gente depende dele, a gente depende do mangue. Eu mesmo não estudei muito, estudei até a terceira série. Porque ou bem estudar ou bem trabalhar, já na casa dos outros tem que trabalhar né?⁷⁷

A associação que se faz do Parque dos Manguezais com os insumos da pesca é curiosa, pois, os mariscos e sururus são pescados fora dos limites do Parque, mais precisamente nas águas rasas do encontro do rio Capibaribe e Beberibe, próximo à Rua da Aurora. Constata-se, portanto, que os manguezais do

⁷⁵ [EV01] Mulher, 48 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade do Bode** desde que nasceu

⁷⁶ [EV16] Mulher, 42 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁷⁷ [EV18] Homem, 26 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** há 18 anos.

Pina são simbolicamente representados como o mantenedor da vida das comunidades, como o fornecedor dos insumos, mesmo que boa parte não seja recolhida no local. Alguns moradores confirmaram essa questão, informando que, devido ao problema da poluição das águas, muito dificilmente se consegue achar pescados de qualidade na região, sendo necessário o deslocamento até as proximidades do mar, onde a água é mais limpa.

Depois desse RioMar e dessa Via Mangue piorou mais ainda. Antes tinha muita gente que vivia de maré, de peixe, que pra tirar alguma coisa agora tem que ir pra distante.⁷⁸

Esse manguezal é muito poluído, não dá pra pescar aí não. A gente cata ali na ponte do Limoeiro mesmo, vai todo mundo pra lá. De madrugada, de tarde, de noite, depende da maré.⁷⁹

As relações das comunidades com o território circundante remetem a uma aproximação afetiva dos moradores com o ecossistema. É comum a menção ao Parque dos Manguezais como “vida”, “tudo”, “importante”, num reconhecimento da essencialidade do manguezal para a sobrevivência das comunidades. Esta relação afetiva é descrita na forma como estes entes apreciam a paisagem, em sua dimensão polissensorial. Muitos dos entrevistados dão relevância aos atributos estéticos, os sons, a tranquilidade e a paz transmitida pelo ecossistema. Mesmo os moradores de palafita das comunidades do Bode e Jardim Beira-Rio, destacaram certos elementos que trazem conforto psicológico, apesar da insalubridade das marés.

Olha cara... Quando tá dando cinco da manhã só em você nem vê... Só em escutar... É muitos pássaros... O canto dos pássaros quando dá cinco da tarde, você vê a maré cheia, você vê uma paisagem... Quando você vê ela cheia... Pô é muito lindo... E as garças quando elas chega toda por detrás da minha casa ai quando ela seca e fica só o canalzinho aí enche de garça de um lado e do outro pra

⁷⁸ [EV06] Mulher, 76 anos, Cozinheira, **moradora da comunidade do Bode** há 53 anos.

⁷⁹ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

comer os peixinhos... Pô aquilo é tudo. A vida que ainda tem nele né. Que ainda tem nesse mangue, ainda o restinho de vida que ainda tem nesse mangue.⁸⁰

Figura 60: Parque dos manguezais a nível d'água. Visita de campo realizada em Nov. 2021.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

Indubitavelmente, as relações afetivas que aguçam os sentidos dos moradores das comunidades também inserem o manguezal num panorama simbólico. Com uma frequência muito mais expressiva do que os moradores entrevistados dos demais subgrupos, os moradores das comunidades com forte tradição pesqueira desenvolveram, e até certo ponto, reproduzem o sistema de lendas explicitado no item 6.5. Cabe aqui uma menção, novamente, à figura do *Pai-do-mangue* ou *Cumade Fulozinha*, bastiões morais do manguezal, que atuam contra os ribeirinhos que desrespeitam o ecossistema. O Mangue, nestas comunidades, revela-se uma espécie de entidade viva, que merece ser respeitada.

Eu conheço a história do *Pai-do-mangue*, que é o que defende pra não torar o mangue. O pessoal daqui sabe da história dele.⁸¹

⁸⁰ [EV08] Mulher, 43 anos, Pedreira, **moradora da comunidade de Jardim Beira-Rio** desde que nasceu.

⁸¹ [EV18] Homem, 26 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** há 18 anos.

Já ouvi muito *Cumade Fulozinha*, mas isso é história. Se você falar palavrão, quebrar mangue, *Cumade Fulozinha* vai quebrar o pau em você. Escutei muito, o *Pai-do-mangue* também.⁸²

A imposição das entidades para o respeito ao manguezal é quase uma determinação ecológica. A reprodução do mito se alinha com a consciência dos moradores, erigida tanto pela sua vivência quanto pela atuação de coletivos e ONG's na região. Em todas as comunidades deste subgrupo, majoritariamente os moradores ressaltaram a importância da conservação do ecossistema, das espécies e dos seus recursos. Até certo ponto, mesmo as atividades extrativistas mais nocivas estão sujeitas a técnicas de manejo específicas. Como exemplo, existe certo embate nas falas dos moradores das comunidades da Ilha-de-Deus e do Bode. Um dos entrevistados da primeira comunidade resalta a extração de madeira, realizada do outro lado do manguezal, como um fator de supressão do ecossistema. Sobre o mesmo fenômeno, o morador da comunidade do Bode detalha a técnica de manejo para que o arvoredo não seja totalmente degradado.

O manguezal é bom no tempo dos caranguejos, também tem pescador que tora o manguezal pra fazer barraco. Tipo ali no Bode, aquilo ali tudinho é de mangue, aí já não pode.⁸³

Esse manguezal é tratado pela comunidade é, pois nós sobrevive dele. Quando nós tora uma árvore pra fazer as palafitas nós faz por onde que tenha dois ou três galhos para que ele vingue. Quer dizer, nós não mata ele totalmente, só poda.⁸⁴

Os moradores das comunidades concordam nas questões relativas à extração de crustáceos, na beira do manguezal: redução das atividades nos tempos de reprodução, para que os caranguejos possam se multiplicar para coleta posterior.

⁸² [EV7] Homem, 37 anos, Pescador, **morador da comunidade do Bode** desde que nasceu.

⁸³ [EV17] Homem, 22 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁸⁴ [EV02] Homem, 43 anos, Pescador, **morador da comunidade do Bode** desde que nasceu.

A consciência ecológica, em parte, é empírica, emerge da experiência vivenciada no território. Os moradores destacam que o manguezal é oxigênio, limpa o ar, filtra os rios, associam à Amazônia e à função de um pulmão.

Isso daí é ótimo, maravilhoso, sem ele a gente não vive. Como que vai ter o vento? Tudo que traz a limpeza do Rio... A limpeza do vento é o manguezal.⁸⁵

É a mesma coisa que você ir na Amazônia. Aqui é o pulmão do Recife. É idêntico à Amazônia pra gente aqui é a mesma coisa da Amazônia, aqui é o pulmão da gente. As água, a floresta...O que chama atenção é a imigração de vários animais que não tem aqui e vai chegando, as aves, Ganso, Pato, Galinha d'água. Quando teve aquela inundação lá daquela barragem acabou com a população de animais lá. Mas os animais que voam, muitos vieram praqui. Um bocado de animal que a gente nem conhecia e agora conhece.⁸⁶

Mesmo que as relações destas comunidades sejam influenciadas pelo campo afetivo e mesmo que certa consciência ecológica aflore nas mentes e nas ações dos indivíduos, as contradições decorrentes das relações homem-natureza no território não se anulam. As questões relativas ao lixo são um grande fator que degrada as áreas de interação das comunidades e do ecossistema e, em parte, o despejo é realizado pelos próprios moradores. As representações que emergem das contradições da vida ribeirinha contrapõem as duas visões: Mangue-vida e o Mangue-lama (Figura 61).

⁸⁵ [EV16] Mulher, 42 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade Ilha-de-Deus** desde que nasceu.

⁸⁶ [EV02] Homem, 43 anos, Pescador, **morador da comunidade do Bode** desde que nasceu.

Figura 61: Preparo do sururu na Ilha-de-Deus e depósito dos rejeitos no manguezal.

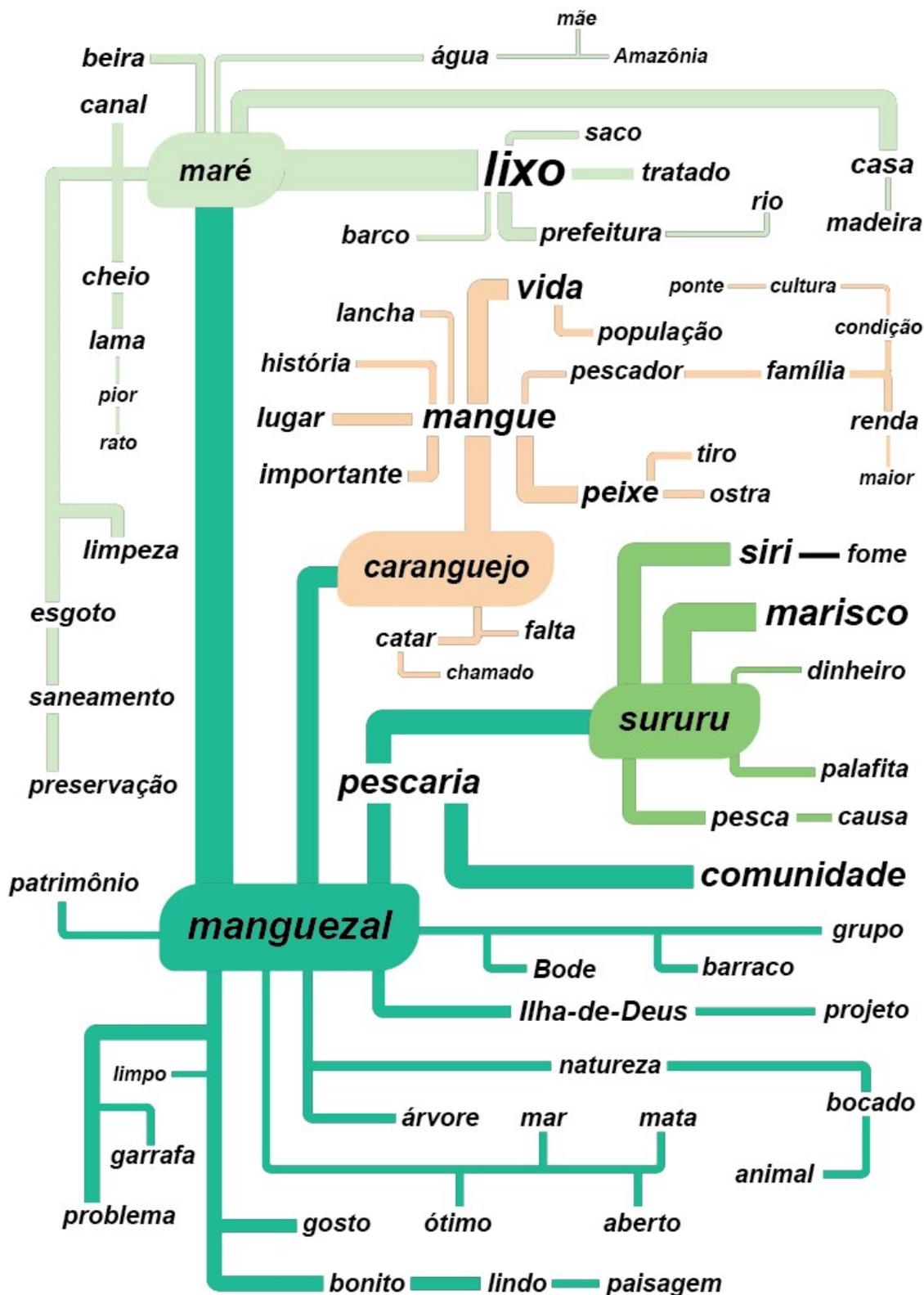


Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

Núcleo Central das representações

Seguindo o modelo proposto por Wagner (2013), o Núcleo Central das Representações corresponde ao conjunto de representações, ou apenas a uma representação, que seja comum a todos os indivíduos entrevistados. Por meio do Software IRAMUTEQ, foi realizada duas análises que ajudam a compreender melhor o núcleo da RS deste subgrupo e como as palavras-chave dos discursos se conectam e evidenciam um sentido nas falas.

Figura 62: Análise de Similitude do discurso das entrevistas nas comunidades com forte tradição pesqueira.



Fonte: Resultado de avaliação do *corpus* textual pelo software IRAMUTEQ. Editado pelo autor e pelo Designer Felipe Moura Hemetério Araujo, 2021.

A organização do discurso dos entes deste subgrupo se com base em quatro temas principais, que orbitam ao redor das palavras-chave “manguezal”, “mangue”/“caranguejo”, “maré” e “sururu”. A palavra “manguezal” é a mais recorrente expressão utilizada no discurso dos entrevistados, de modo que é a partir dela que se ramificam as falas. “Manguezal” e “Mangue” não são Representações Sociais, mas as demais palavras associadas remetem às representações dos indivíduos entrevistados. Assim, a palavra “mangue” está associada às palavras “caranguejo”, “peixe”, “pescador”, “vida”, estas, sim, representações do Parque dos Manguezais.

A palavra “maré”, conforme pode ser observado na Figura 62, está associada ao lugar em que estão inseridas as comunidades ribeirinhas. Assim, o grupo formado pelas palavras relacionadas corresponde a uma descrição deste ambiente de vivência, com mais ênfase, nas palavras “casa” e “lixo”. No discurso dos entrevistados, a tipologia das palafitas é destacada por meio da associação da palavra “casa” com “madeira”, denunciando a situação das habitações das áreas ribeirinhas, áreas de “maré”. Por outro lado, as palavras diretamente interligadas com o núcleo principal deste tema, são “esgoto”, “canal”, “saneamento”, “lama”, emblemáticas num contexto de caracterização das condições das margens do ecossistema.

“Sururu”, por sua vez, associa-se a “marisco”, “siri”, “pesca”, e encabeça o grupo de palavras que também contêm “fome” e “dinheiro”, remetendo à importância das atividades de pesca e coleta de frutos-do-mar para as populações ribeirinhas.

Na relação entre “manguezal” e as demais palavras-chave dos grupos observados no gráfico, percebe-se que existe uma maior ligação com a palavra “maré”. Contudo, a palavra “manguezal” também se associa ao “sururu” e ao “caranguejo” paralelamente, sendo ambas remetentes a um mesmo sentido nas falas dos entrevistados, que é a Representação do Mangue como Vida para estas comunidades.

Na Figura 63, a seguir, poder-se-ia concluir que a representação do Mangue como Maré, ou seja, lixo, esgoto, rato, casa, remetendo à falta de infraestrutura, seria a representação preponderante do manguezal. Contudo, as demais palavras que compõem a nuvem remetem a uma mesma representação. Por um lado, apenas

7.4 OITAVA IMERSÃO: O mangue-recurso

A imersão que correspondeu às comunidades com relativa memória pesqueira abarcou o universo das comunidades Ilha do Destino, no bairro de Boa Viagem, e Vila da Imbiribeira, bairro homônimo. Essas comunidades se apresentam prioritariamente como territórios de transição, onde as atividades de pesca são parcas, realizadas por moradores mais antigos, mas não incluídas como atividade essencial para sua sobrevivência, uma vez que muitas atividades estão vinculadas ao setor de serviços na cidade.

Pertencimento

Diferentemente das comunidades com forte tradição pesqueira, os indivíduos entrevistados deste subgrupo possuem uma relação menos estreita com o local de moradia. Na Ilha-de-Deus, Bode, Jardim Beira-Rio e Areinha, as relações com o território tocam questões culturais, plasmadas na identidade destes assentamentos. Contudo, no caso das comunidades da Ilha do Destino e Vila da Imbiribeira, fatores como a logística e localização se sobressaem nas falas da população.

Na Ilha do Destino, sua localização em pleno bairro de Boa Viagem, uma das zonas mais valorizadas da cidade do Recife, é destacada pelos moradores como um dos motivos pelos quais eles desejam se manter naquele local. A proximidade com a praia e os serviços do bairro, prioritariamente supermercados e farmácias, é o principal elemento destacado pelos entrevistados.

Eu gosto aqui da comunidade é que é perto de tudo, de uma praia, do Bompreço, de uma farmácia...⁸⁷

Parque dos Manguezais? Onde tem Parque? Não tem parque aí. O que eu acho importante e mais gosto mesmo aqui é a praia.⁸⁸

⁸⁷ [EV32] Homem, 45 anos, Pintor, **morador da comunidade Ilha do Destino** há 30 anos.

⁸⁸ [EV29] Homem, 40 anos, Serviços gerais, **morador da comunidade Ilha do Destino** há 23 anos.

Outro fator importante, aventado pelos moradores de ambas as comunidades, toma como referência a memória pesqueira destes assentamentos. Segundo relatos, existem moradores mais antigos que ainda desempenham atividades de pesca na região, no caso da Ilha do Destino, nos mangues próximos à Via Mangue, com a coleta de caranguejos e, no caso da Vila da Imbiribeira, na comunicação com a Ilha-de-Deus, com viveiros de camarão e coleta de sururus, mariscos e outros.

A turma ainda vai pescar, pega uns caranguejos, uns aratus quando tem. Eu só pesco na Via Mangue, tenho mais vontade de entrar aí pra pescar mais não. Vou a pé, já tive barco, mas não tem mais acesso. Os pescadores venderam os barcos, foram viver de bico.⁸⁹

Morar perto do manguezal significa muita coisa, é sobrevivência. Eu mesmo digo por que eu morei lá, vivia da pesca. Pegava siri, peixe pra comer, moreia no anzol... É a sobrevivência de muitos que moram na ilha. Eu já vivi muito do manguezal, a pesca é o mais importante dali.⁹⁰

Nota-se que em ambos os assentamentos, a pesca é referenciada não como uma atividade essencial da dinâmica da comunidade, mas como uma memória do que outrora foi um território permeado pela tradição pesqueira. A sobrevivência da pesca depende de alguns moradores mais antigos que esporadicamente ainda desempenham estas atividades. Estes moradores destacam que, antigamente, tudo que hoje é a comunidade era “maré”, área de domínio do manguezal. Contudo, o processo de urbanização e as próprias ocupações dos moradores se deram por um progressivo movimento de aterro dessas áreas. Na Vila da Imbiribeira, os moradores pontuam que a memória do que antes foi uma área de maré ainda se faz presente no solo da região, afirmando que cavando poucos centímetros ainda é possível achar cascas de mariscos e outros frutos-do-mar.

⁸⁹ [EV31] Homem, 65 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha do Destino** há 50 anos.

⁹⁰ [EV25] Homem, 50 anos, Mecânico, **morador da comunidade da Vila da Imbiribeira** há 30 anos.

Antigamente as pessoas costumavam tomar banho ali na maré, a areia era branquinha. Você via de tudo aí: botos, peixes, jacarés e tartarugas. Nada disso tem mais por conta da poluição. Mudou muito mesmo, a maré vinha até aqui. Se tu cavar na comunidade tu consegue achar mariscos. Tudo era maré.⁹¹

Na Ilha do Destino, os moradores destacam que um dos fatores que mais desencadearam a mudança das atividades da comunidade foi a construção da Via Mangue. Ao segregarem o manguezal das áreas ocupadas, impossibilitou o acesso aos canais dos alagados por barco, fator pelo qual muitos moradores pescadores precisaram abandonar o ofício ou realizar as atividades a pé, extraindo caranguejos das áreas de terra mais elevadas do ecossistema.

A Via Mangue mudou bastante o jeito do povo trabalhar. Ela melhorou bastante, mas o projeto era pra ser melhor que esse. Porque o primeiro projeto era pra ser elevada. Deixaram baixa porque dificulta o acesso pro manguezal, senão a galera invade.⁹²

Eu pescava antigamente, atrás do Bompreço do Pina. Pescava de mão, mas jogo tarrafa também. O pessoal aqui pesca de mão. Antigamente, pescava de barco, mas agora tá mais poluído, não dá pra chegar. Vou te dizer que muito pescador aqui virou pintor, servente, comerciante...⁹³

Conhecimento e Relação com o manguezal

De maneira análoga aos entes das comunidades pesqueiras, os moradores entrevistados neste subgrupo reconhecem a importância do manguezal atrelada à subsistência de grupos de pescadores. Contudo, a diferença elementar entre as percepções das duas categorias se dá pelo fato de que, os grupos de pescadores mencionados são externos à comunidade. Nessa direção, há certa distância do manguezal já que questões relativas à subsistência dos pescadores não são mais essenciais nestes assentamentos.

⁹¹ [EV26] Homem, 61 anos, Serviços gerais, **morador da comunidade Vila da Imbiribeira** desde que nasceu.

⁹² [EV31] Homem, 65 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha do Destino** há 50 anos.

⁹³ [EV33] Mulher, 33 anos, Dona-de-casa, **moradora da comunidade Ilha do Destino** desde que nasceu.

Não construiria nada no manguezal, porque afetaria muito a galera dali. Pra mim não significa muito não, é mais pra quem vive mesmo da pesca, feito o pessoal da Ilha-de-Deus.⁹⁴

Ali pro lado do Pina é que a galera gosta mais de pescar. Aqui era mais antigamente. O manguezal já foi vida pra nós aqui, mas hoje não é assim mais não.⁹⁵

Ao destacarem a importância para os grupos de pescadores externos, os entrevistados expuseram que, outrora, o manguezal já foi o elemento central da vida na comunidade. No entanto, as mudanças nas duas regiões, causadas pelos processos de urbanização, desencadearam alterações substanciais nos modos de vida destas comunidades ribeirinhas. Na Ilha do Destino, as relações com o manguezal, atualmente, desenvolvem-se sob duas óticas principais: uma memória pesqueira ainda perpetuada pelos poucos pescadores mais velhos e o manguê como área passível de ocupação.

Manguezal é vida, antigamente, agora não é mais. Antigamente você via muita gente ali na bacia do Pina, tinha siri, aratu, uns peixinhos afundados na lama. Hoje em dia nem tem mais.⁹⁶

Quem tem dinheiro tem. Eu vou fazer minha casa na beira-da-maré porque é bonito de se ver, mas se eu tiver oportunidade de vender pra tirar os favelados e construir prédio, eu vendo. Ganhar dinheiro.⁹⁷

Tudo aqui era maré, cada um foi aterrando seu lugar e melhorou, hoje em dia tá bem melhor.⁹⁸

⁹⁴ [EV25] Homem, 50 anos, Mecânico, **morador da comunidade da Vila da Imbiribeira** há 30 anos.

⁹⁵ [EV30] Mulher, 52 anos, Catadora de recicláveis, **moradora da comunidade de Ilha do Destino** desde que nasceu.

⁹⁶ [EV31] Homem, 65 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha do Destino** há 50 anos.

⁹⁷ IBIDEM.

⁹⁸ [EV30] Mulher, 52 anos, Catadora de recicláveis, **moradora da comunidade de Ilha do Destino** desde que nasceu.

No caso da memória pesqueira, na Vila da Imbiribeira os moradores ressaltaram que a área possuía similaridades com os modos de vida da Ilha-de-Deus, localizada na margem oposta. Ressaltam que muitos pescadores da região desenvolviam atividades de pesca na mesma área que antigamente era maré e hoje é o conjunto de vias e lotes da comunidade. É com certo saudosismo que um dos moradores entrevistados ressaltou as condições geográficas da região 40 anos atrás, num tempo em que a cultura da pesca e da vida ribeirinha ainda estava amalgamada no cotidiano da comunidade.

Antigamente era maré aqui, mas a turma foi botando aterro e ficou assim. Eu mesmo já plantei muito mangue, teve época que tava tendo desmatamento. O pessoal as vezes não entende que o manguezal pra gente é tudo, a paisagem é linda. O verde é bonito demais. Apesar de que não está como era antes, a maré foi pra mais longe.⁹⁹

Tu não sabe a quantidade de bicho que tinha por aqui não. Tartaruga, caranguejo andando nas ruas... A gente catava na porta de casa. O povo ia tomar banho de maré, a água era cristalina. Agora tem as palafitas do lado de cá e do lado de lá da Ilha-de-Deus é muito poluído. Mudou muito pra o que era antes, eu já tomei muito banho de maré, já catei muito caranguejo aí...¹⁰⁰

⁹⁹ [EV25] Homem, 50 anos, Mecânico, **morador da comunidade da Vila da Imbiribeira** há 30 anos.

¹⁰⁰ [EV28] Homem, 53 anos, Pintor, **morador da comunidade da Vila da Imbiribeira** desde que nasceu.

Figura 64: Unidades habitacionais na Vila da Imbiribeira, condição da comunidade urbanizada, outrora um alagado.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

A memória pesqueira da Ilha do Destino se revela também nos relatos dos pescadores mais antigos. Neste caso, além da redução do número de pescadores, a construção da Via Mangue mudou drasticamente as condições de trabalho daqueles remanescentes. A citada impossibilidade de realização de atividades pesqueiras com barcos, dada a implantação da Via Mangue em nível do solo, é apenas um dos fatores destacados pelos moradores (Figura 65). Soma-se a ela a poluição das águas e a deposição de lixo, o que, de acordo com esses relatos, diminuiu a oferta de frutos-do-mar na região. Poucos moradores realizam as atividades de pesca de caranguejos, sendo realizadas a pé, o que muitas vezes é um risco para sua integridade física.

Eu pescava antigamente, pescava de mão. Aí eu fui com um tal de “Zé tenente”, eu digo “Zé, enquanto tu joga tarrafa eu vou ver se pego uns

caranguejo”. Eu levei um corte nesse pé que ele me trouxe nas costas. Lixo dentro da lama, um vidro. Lascou o pé. Aí não fui mais não.¹⁰¹

Figura 65: Condição da Ilha do Destino – De um lado a comunidade, no centro a Via-Mangue, do outro o manguezal.



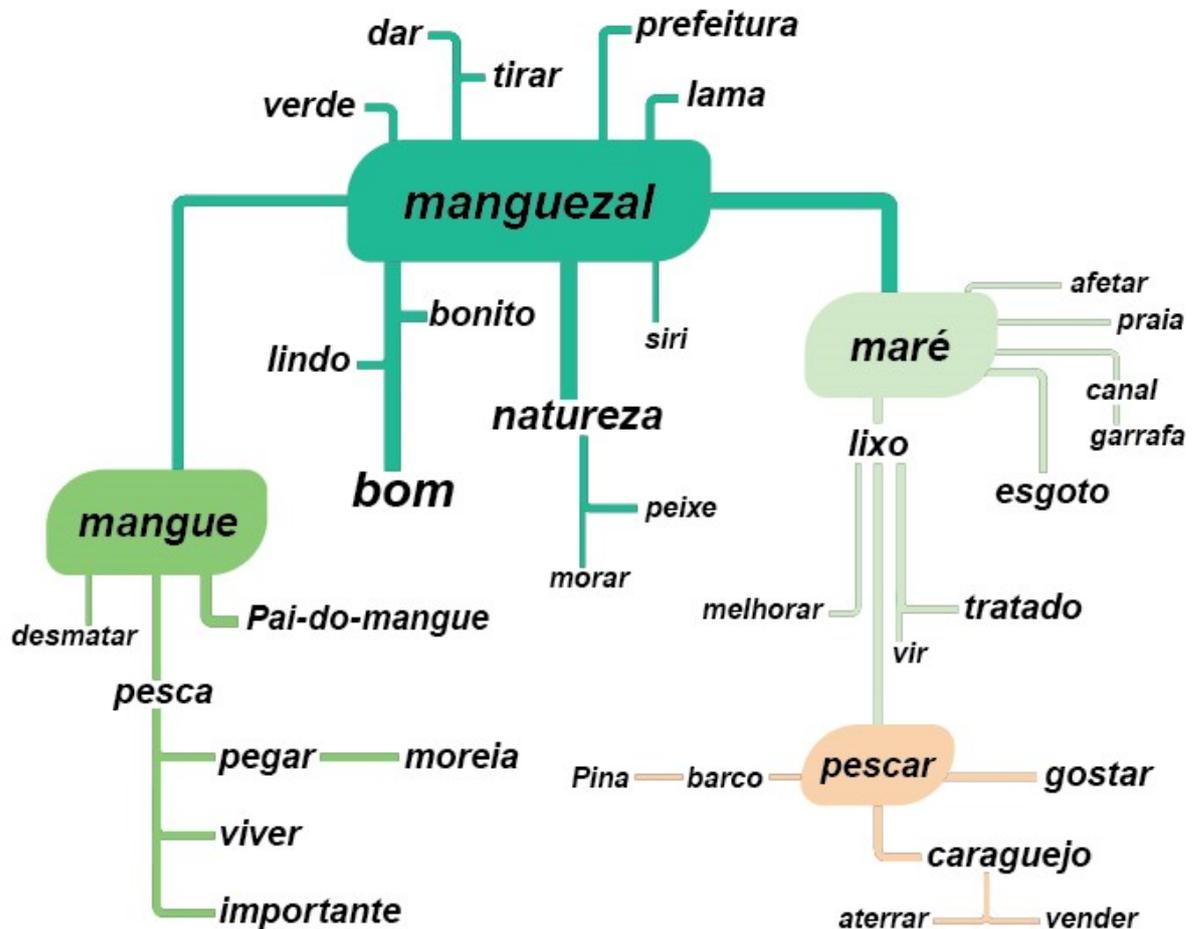
Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Para estas comunidades, o universo do manguezal delinea-se como “vida”, um importante fator para a sobrevivência das populações ribeirinhas, mesmo, que externas. Aliam-se a essa concepção, que já alude a uma representação, as problemáticas locais com o lixo, com os aterros e supressões do ecossistema. Dessa forma, a relação com o mangue, de uma forma mais profunda, se desdobra no campo da memória coletiva, não da reprodução do cotidiano.

¹⁰¹ [EV31] Homem, 65 anos, Pescador, **morador da comunidade Ilha do Destino** há 50 anos.

Núcleo Central das representações

Figura 66: Análise de Similitude do discurso das entrevistas nas comunidades com relativa memória pesqueira.



Fonte: Resultado de avaliação do *corpus* textual pelo software IRAMUTEQ. Editado pelo autor e pelo Designer Felipe Moura Hemetério Araujo, 2021.

O discurso dos entes entrevistados, neste subgrupo, organiza-se em quatro vertentes principais. No núcleo das falas, a palavra "manguezal" está associada a um conjunto de adjetivos, verbos e substantivos que remetem tanto às percepções quanto ao conjunto de ações que os indivíduos desenvolvem no território. Dessa forma, os substantivos "siri" e "peixe", este ligado a "natureza", associam-se a manguezal quando os entrevistados discorrem sobre os insumos do ecossistema. As palavras "lama", "bonito", "verde", "lindo", são adjetivações.

A partir de "manguezal", também se desenrolam dois temas, especificamente orbitando em torno das palavras "mangue" e "maré". No que diz respeito ao conjunto

de palavras associadas ao substantivo "mangue", associa-se, especificamente, às atividades desenvolvidas pelos pescadores mais antigos e por outras comunidades mais dependentes do ecossistema. Daí deriva a palavra "pesca", vinculada a "importante", "viver" e a "pegar moreia", recorrente nos discursos dos entrevistados, justamente quando estes moradores conferem valor utilitário ao ecossistema. Por outro lado, a associação de "manguezal" com a palavra "maré", que por sua vez, está relacionada com as palavras "esgoto", "lixo", "canal", "garrafa", etc., remete às denúncias feitas por estes moradores das condições do ecossistema.

Em se tratando de uma comunidade com relativa memória pesqueira, onde as atividades não são mais desenvolvidas com a frequência ou importância de antigamente, os moradores tendem a destacar o alto nível de poluição das águas. Essa questão fica evidenciada quando, à palavra "lixo", associa-se outro tema recorrente, centrado no verbo "pescar". Enquanto, por um lado, "pesca" associa-se aos insumos e à importância do ecossistema, "pescar", ao associar-se ao lixo, destaca a denúncia recorrente nas falas dos entrevistados: não se pesca mais em razão da quantidade de resíduos sólidos lançados no ecossistema.

Neste subgrupo, o núcleo da Representação Social corresponde à aceção do **MANGUE=LAMA** (lixo e esgoto) e do **MANGUE=RECURSO** em pesos iguais. Diferentemente das comunidades com forte tradição pesqueira, aonde a Representação engendra prioritariamente na construção do mangue como mantenedor da vida da comunidade, nas comunidades com relativa memória pesqueira, o mangue é visto como um recurso. Como tal, não necessariamente ele é responsável por abastecer os moradores, mas é importante como uma reserva de insumos cada vez menos utilizada.

Figura 67: Nuvem de Palavras – Comunidades com relativa memória pesqueira.



Fonte: Resultado de avaliação do *corpus* textual pelo software IRAMUTEQ e TAGUL.

7.5 NONA IMERSÃO: O mangue-caranguejo

A nona imersão refere-se às comunidades localizadas no entorno do Parque dos Manguezais e que não possuem uma relação de dependência com o ecossistema. Basicamente, trata-se da comunidade de Cafesópolis, separada do manguezal pela linha do metrô sul do Recife, e a comunidade de Aritana. Em geral, os moradores da comunidade reconhecem a existência do Parque dos Manguezais nas proximidades, mas muito pouco sabem dele, ou apenas aproveitam seus insumos, quando, esporadicamente, surgem vendedores de frutos-do-mar na localidade.

Pertencimento

Nas duas comunidades pertencentes a este subgrupo, nota-se que não existe uma relação explícita de dependência com o espaço e com o Parque dos Manguezais. Os moradores entrevistados destacam os benefícios de moradia na região, relacionados com a tranquilidade dos assentamentos, com as melhorias advindas dos processos de urbanização recentes e da localização, em plena Zona Sul da cidade do Recife. Dessa forma, diferentemente das comunidades com forte tradição pesqueira e com relativa memória pesqueira, as comunidades de Cafesópolis e Aritana não desenvolvem uma relação mais profunda com o território, apenas reconhecem os benefícios dos processos de urbanização.

Eu morava em beco, passei minha vida morando em beco. Agora morar assim numa rua de casa, ter calçada, não ter esgoto... É outra coisa né? Pra mim tá bom demais, vou querer mais o que?¹⁰²

Pra gente que morava ali no sítio, isso aqui é bem melhor. A gente mora aqui de aluguel, né? Mas tudo aqui é muito tranquilo, a comunidade é tranquila, não tem mais aquele esgoto...¹⁰³

Especificamente, na comunidade Aritana, os moradores mais velhos recordam-se dos tempos em que a área era um assentamento em área alagadiça.

¹⁰² [EV40] Mulher, 60 anos, Dona-de-casa, **moradora da comunidade de Cafesópolis** há 21 anos.

¹⁰³ [EV35] Mulher, 45 anos, Empregada doméstica, **moradora da comunidade de Aritana** há 3 anos.

Relatam a presença de pragas, da lama e das dificuldades impostas pela falta de saneamento básico. Nesse sentido, a condição atual da comunidade é sempre destacada como um ambiente propício para a moradia, cujo paralelo entre a condição passada e atual é evocada nas falas dos moradores.

Aqui já teve problema, hoje não tem mais. O problema era a maré. Hoje a comunidade tá habitada, graças a Deus, a prefeitura entrou, deu uma ajeitada. Já se passou dificuldade. Eu mesmo quando cheguei aqui, comprei logo ali, aí os ratos conversavam comigo e eu conversava com os ratos. Ainda era maré, ali no canal mesmo. Dali você tira, isso tudinho era maré. Agora urbanizou, tá tudo urbanizadozinho, tá tudo direitinho, pra vista do que a gente vivia. Eu já alcancei um pouquinho da frustração. Os ratos subiam na minha mesa. Era lama, água, sujeira. Melhorou muito, muito mesmo melhorou.¹⁰⁴

Já na comunidade de Cafesópolis, em razão do curto prazo de ocupação – a comunidade nasceu como fruto do reassentamento dos residentes das comunidades localizadas nos caminhos da linha sul do metrô do Recife –, os moradores não possuem muito conhecimento do que foi a área antes da sua chegada. Alguns afirmam que era área de mangue, outros afirmam que era um terreno descampado onde foram construídas as moradias.

Desde que chegou é desse jeito. Mas que eu saiba, isso aqui era um terreno muito grande que era cheio de mato, se era da maré ou não eu não sei.¹⁰⁵

Isso aqui era mangue, aí eu morava ali na Joaquim Bandeira, quando foi passar o muro do metrô, a gente foi indenizado. Aí a gente ficou aqui.¹⁰⁶

Conhecimento e Relação com o manguezal

¹⁰⁴ [EV37] Homem, 65 anos, Aposentado, **morador da comunidade de Aritana** há 20 anos.

¹⁰⁵ [EV42] Homem, 42 anos, Pedreiro, **morador da comunidade de Cafesópolis** há 6 anos.

¹⁰⁶ [EV40] Mulher, 60 anos, Dona-de-casa, **moradora da comunidade de Cafesópolis** há 21 anos.

Pelo fato de não possuírem uma relação direta com o Parque dos Manguezais, propriamente dita de subsistência, os moradores de ambas as comunidades ressaltaram que o ecossistema não é utilizado pelos membros de Cafesópolis e Aritana. Principalmente os moradores de Aritana, quando questionados sobre o que seria o manguezal e qual a sua importância, muitos se mostraram relutantes em afirmar, alguns deles ressaltando que nada sabiam sobre o manguezal. Outros moradores tiveram dificuldade de responder, recorrendo aos vizinhos ou parentes próximos para que os ajudassem a compor uma resposta.

Dentre esses moradores, alguns forneceram respostas mais simples, reduzindo o manguezal a apenas uma palavra ou expressão, enquanto outros, após grandes pausas na conversação, reconheceram que não saberiam responder às perguntas.

Eu não entendo nada de manguezal não. Se tu me perguntar vou dar a resposta tudo errada. O manguezal que eu vejo é tudo imundice.¹⁰⁷

Eu não acho nada do manguezal, nunca morei lá. Mas deve ser bom, mora gente lá né? Se fosse ruim já tinham corrido. Pra mim não é importante não, que eu não moro lá.¹⁰⁸

Quando questionados sobre a importância do manguezal, os moradores reafirmaram o afastamento das comunidades com relação ao ecossistema. Contudo, principalmente os moradores da comunidade de Cafesópolis, assinalaram que existe uma relação da comunidade adjacente, após a linha do metrô (Irmã Dorothy), com as atividades de pesca e subsistência. Nesse sentido, conferem ao manguezal o papel de prover àquelas famílias o suporte alimentício e de renda.

Eu acho o manguezal bom. Bom não, é ótimo. Minha filha mora aí atrás do mangue. O pessoal lá pesca. O povo vai lá pra pegar caranguejo. Pro lado

¹⁰⁷ [EV35] Mulher, 45 anos, Empregada doméstica, **moradora da comunidade de Aritana** há 3 anos.

¹⁰⁸ [EV34] Mulher, 70 anos, Aposentada, **moradora da comunidade de Aritana** há 8 anos.

de cá não tem como não. Tudo que o povo for fazer de pesca é lá na outra comunidade.¹⁰⁹

Pra mim o manguezal é algo especial pro povo que vive dele, tem muita gente que vive disso aí. Lá na netuno fizeram até um viveiro de camarão, de caranguejo, de Guaiamum...¹¹⁰

Morar perto do manguezal, mesmo não sendo diretamente dependentes dele, não exclui o fato de que de alguma forma e em algum momento a cultura ribeirinha não adentre os domínios do cotidiano das comunidades. Tanto em Cafesópolis quanto em Aritana, os moradores destacaram que, principalmente “na época de carnaval”, durante o mês de fevereiro, costumam se alimentar de caranguejos com bastante frequência, pois é a época que os crustáceos entram em “andada”. Nesse momento, os mais jovens moradores da comunidade costumam ir para as áreas de maré para buscar caranguejos, movimento paralelo ao dos integrantes das comunidades ribeirinhas da proximidade, que passam a vender cordas de caranguejos dentro dos limites de Cafesópolis e Aritana.

O manguezal tem caranguejo, em tempo de carnaval é bom de pegar. No tempo que dá, quando dá trovão, o pessoal pega. Aí a gente aqui come, o pessoal sai vendendo por aí.¹¹¹

O manguezal pra mim é bom, pros outros eu não sei. O pessoal não usa muito o mangue não, só na época que o caranguejo tá de andata. Inclusive até meu filho vai, pra gente comer. É nessa época que o pessoal vem vender pro lado de cá.¹¹²

Um adendo especial cabe aos relatos da comunidade de Aritana, incluída neste subgrupo. Enquanto em Cafesópolis os moradores demonstraram unicamente uma distância em relação ao ecossistema, em Aritana a distância se aproxima de

¹⁰⁹ [EV39] Mulher, 75 anos, Aposentada, **moradora da comunidade de Cafesópolis** há 18 anos.

¹¹⁰ [EV41] Homem, 23 anos, Estudante, **morador da comunidade de Cafesópolis** há 3 anos.

¹¹¹ [EV38] Homem, 43 anos, Motorista de aplicativo, **morador da comunidade Aritana** há 27 anos.

¹¹² [EV40] Mulher, 60 anos, Dona-de-casa, **moradora da comunidade de Cafesópolis** há 21 anos.

uma rejeição ou desdém ao que eles caracterizam como “a maré”. Dois fatores podem explicar essa questão: em um primeiro plano, muitos dos moradores da comunidade de Aritana são recentes, recém realocados pela prefeitura a um conjunto habitacional na localidade; ou moradores que alugam algumas casas e apartamentos dos habitacionais. Em outro plano, moradores mais antigos possuem memória das condições de infraestrutura da região (quando ainda era território alagado), antes das intervenções do poder público.

Uma visão pejorativa do manguezal toma contornos menos expressivos que em Cafesópolis. Isso não exclui o fato de que, o ecossistema em ambas as comunidades é visto como um ambiente problemático, mas em Aritana o mangue converte-se em lixo, esgoto e local de pragas e outros animais, impróprio para habitação. De acordo com moradores locais, a função do manguezal estaria atrelada ao seu papel como um depósito de rejeitos orgânicos e inorgânicos para a população. Ressaltam que não existe mais manguezal, apenas um canal poluído próximo no qual deságuam os esgotos das residências. Nesse sentido, justificam-se as distâncias.

Rapaz, eu nem escuto falar de manguezal aqui. Não tem natureza não, é um canal seco que quando enche leva esgoto pra dentro das casas. Se tu for ver, tem muito é rato, escorpião, lixo, sacola, tudo que tu imaginar ali tem.¹¹³

O tratamento do manguezal deveria melhorar mais. Até por conta do saneamento. Por não ter saneamento básico, não ter infraestrutura no local, todas as fezes são jogadas de qualquer jeito...Se tivesse uma estrutura melhor, a água seria mais potável.¹¹⁴

Em Aritana, os moradores mais antigos se vangloriam das melhorias na região. Os aterros e o processo de urbanização não são vistos como necessariamente supressores do manguezal e dos modos de vida prévios, mas como melhorias que lhes forneceram condições de habitar. Assim, não só o calçamento das ruas, iluminação pública e saneamento (estas duas últimas com

¹¹³ [EV36] Mulher, 28 anos, Vendedora de cosméticos, **moradora da comunidade Aritana** há 2 anos.

¹¹⁴ [EV37] Homem, 65 anos, Aposentado, **morador da comunidade Aritana** há 20 anos.

ressalvas), mas, sobretudo o processo de verticalização do entorno com a construção dos condomínios Le Parc, Vita Residencial e Luar do Parque, os quais são vistos com bons olhos por parte da comunidade.

Paralelamente, em Cafesópolis, os moradores também destacam os benefícios de morar em uma comunidade urbanizada. A memória da antiga ocupação antes do reassentamento, das áreas de maré, contrasta com as condições de habitabilidade atuais: ruas calçadas, saneamento, posto de saúde e escola nas proximidades.

Aqui pra mim é outra coisa. Eu nunca pensei que ia morar assim em rua calçada. Eu morava em beco, meu filho. Só passava uma pessoa por vez. Agora morar assim, com rua pra carro, pra gente andar... Eu acho maravilhoso.¹¹⁵

Em comparação com antes, aqui é bem melhor. Tem uns problemas ou outros, mas a gente mora muito bem. É perto da Avenida pra pegar ônibus, se chover não alaga feito antes. Tudo calçado... Saneadinho.¹¹⁶

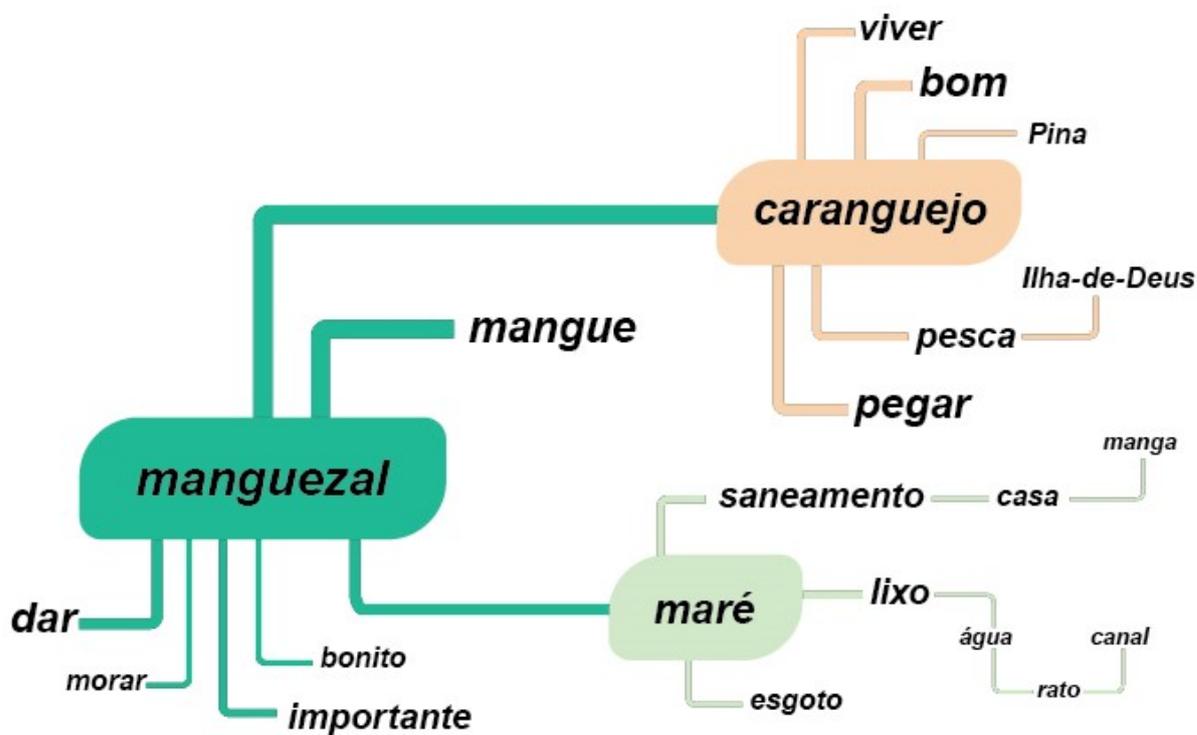
Nesse contexto, se constrói em ambas as comunidades a visão do mangue como uma área de maré, lama e lixo, em contraposição com os benefícios dos serviços urbanos instalados com a urbanização da área. Contudo, há um reconhecimento da importância que o ecossistema tem para outras comunidades.

¹¹⁵ [EV40] Mulher, 60 anos, Dona-de-casa, **moradora da comunidade de Cafesópolis** há 21 anos.

¹¹⁶ [EV39] Mulher, 75 anos, Aposentada, **moradora da comunidade de Cafesópolis** há 18 anos.

Núcleo Central das representações

Figura 68: Análise de Similitude do discurso das entrevistas nas comunidades Independentes do manguezal.



Fonte: Resultado de avaliação do *corpus* textual pelo software IRAMUTEQ. Editado pelo autor e pelo Designer Felipe Moura Hemetério Araujo, 2021.

As falas dos entrevistados neste subgrupo se estruturam em duas vertentes principais, orbitando em torno da palavra “Manguezal”. O menor número de palavras constantes nesta análise de similitude (e na nuvem de palavras), em comparação com os outros subgrupos, ocorre em razão de, em muitas das respostas, os entrevistados, nas duas comunidades, terem se mostrado reticentes ou monossilábicos, afirmando categoricamente que não conheciam muito o manguezal.

Ao núcleo do discurso, “manguezal”, se associam as palavras “importante”, “dar”, “morar”, “bonito”, geralmente mencionadas sem muita ênfase pelos entrevistados e em sentenças não complexas. Por outro lado, as associações do manguezal ao “caranguejo” desenvolvem-se em uma nova ramificação do gráfico.

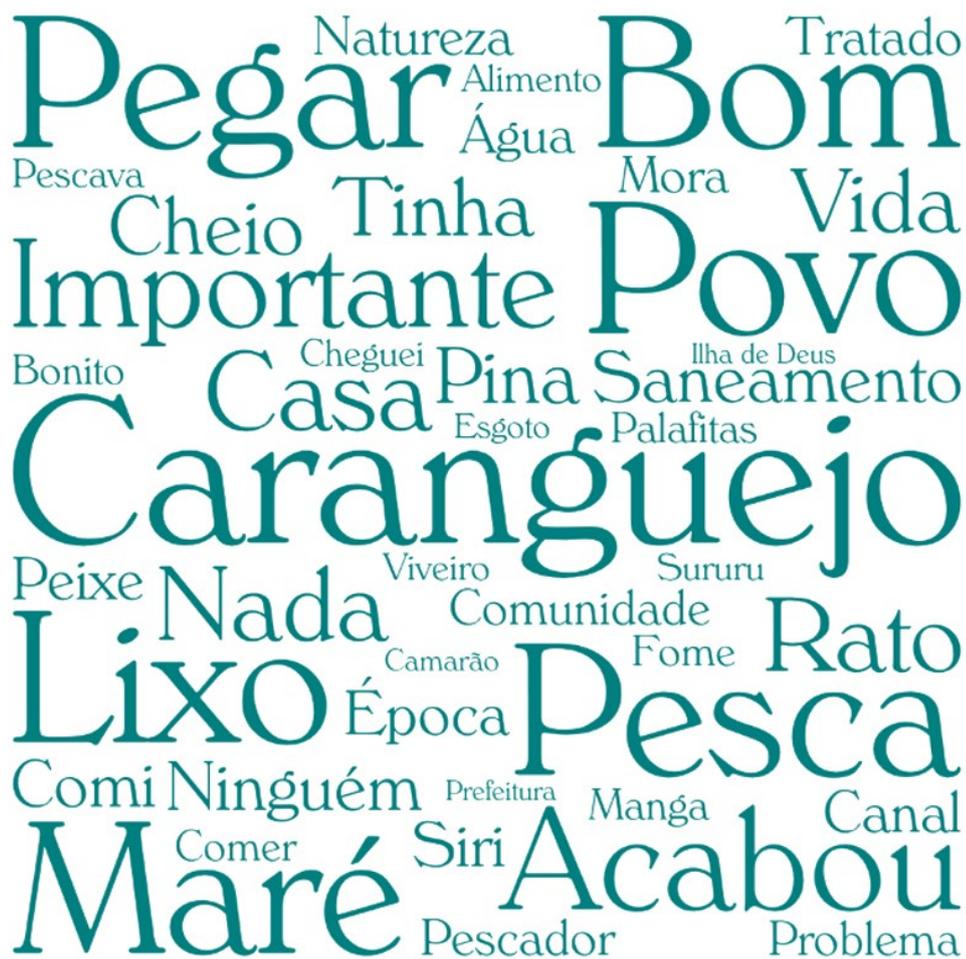
Ao caranguejo estão associadas as palavras “viver”, “bom” e “pegar”, que remetem, nos discursos, à utilização do crustáceo como recurso para a população.

Contudo, ressalta-se que essa população, geralmente, é externa à comunidade, razão pela qual a palavra “pesca” está associada à “Ilha-de-Deus”, comunidade reiteradamente mencionada como beneficiária dos insumos do manguezal.

Por outro lado, o discurso vai enfatizar o mangue como “maré”, associado às palavras “saneamento”, “lixo”, “água”, “rato”, “canal” e “esgoto”, que remetem à construção da Representação do MANGUE = LAMA, em consonância com os outros subgrupos.

Dessa forma, as Representações Sociais podem ser lidas por meio da nuvem de palavras a seguir, onde o núcleo central da representação orbita em torno do **MANGUE = LAMA** e do **MANGUE = CARANGUEJO**, compreendido como o principal recurso para populações externas a essas comunidades.

Figura 69: Nuvem de Palavras – Comunidades com relativa memória pesqueira.



Fonte: Resultado de avaliação do *corpus* textual pelo software IRAMUTEQ e TAGUL.

Comentários gerais sobre as nove imersões.

Em síntese, observa-se que as Representações Sociais elaboradas pelos três subgrupos investigados possuem semelhanças, sendo variável apenas a ênfase dada por cada um a determinados aspectos. Especificamente, o subgrupo das comunidades com forte tradição pesqueira tende a representar o Manguezal como **VIDA**, mais enfaticamente do que a representação como **LAMA**. No subgrupo das comunidades com relativa memória pesqueira, existe um equilíbrio entre ambas as representações (**RECURSO** e **LAMA**), enquanto que nas comunidades independentes o manguezal é representado, essencialmente, como **LAMA** e, secundariamente como fonte de vida (**CARANGUEJO**) para outras comunidades.

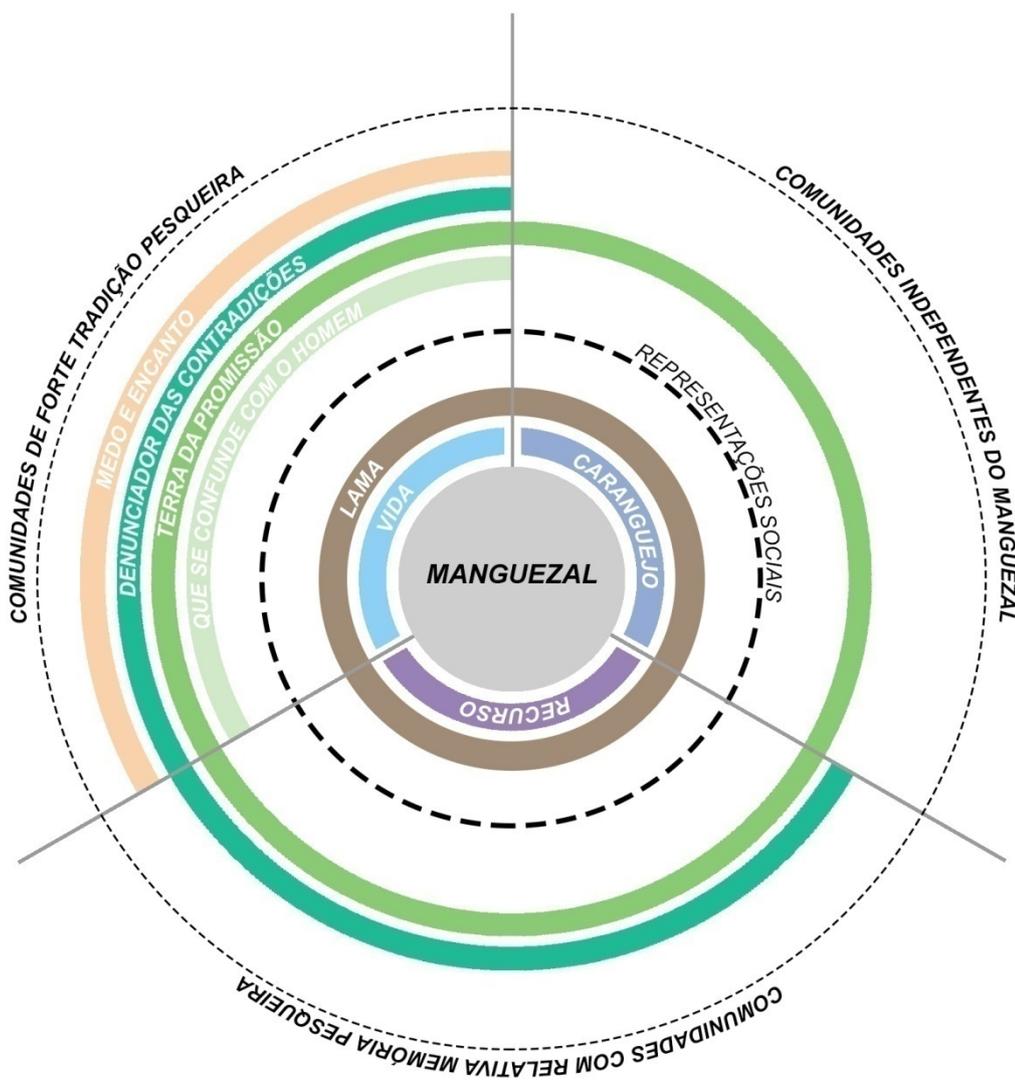
VIDA, RECURSO e CARANGUEJO remetem a acepções semelhantes nos três subgrupos: o mangue como alimento e fonte de insumos. Contudo, a diferença é observada na ênfase dada por cada comunidade à importância do manguezal. Nas comunidades com forte tradição pesqueira, os insumos do mangue estão relacionados com a subsistência da comunidade, de modo que creditam a sua própria existência à presença do mangue e seus frutos ecossistêmicos. Nas comunidades com relativa memória pesqueira, o mangue é uma opção de recurso, pois não faz mais parte da dinâmica socioeconômica da população. Nas comunidades independentes do manguezal, o ecossistema é representado como “caranguejo”, o principal recurso consumido pelos moradores trazidos para dentro da comunidade por indivíduos externos. Nas três visões, se anuncia o caráter utilitário do ecossistema.

Compreende-se, assim, que é a atividade de pesca, das comunidades que margeiam o Parque dos Manguezais, uma **grande balizadora das representações formuladas pelos entrevistados**. A diferença entre as representações dos três subgrupos se dá, essencialmente, no que concerne à sua dependência com o ofício da pesca: quanto mais subordinados estão, menos o manguezal é visto estritamente como **LIXO e LAMA**.

A relação da pesca não se dá apenas com as Representações, mas também com as associações da poética do manguezal, das imersões um à cinco. O universo imagético que se desdobra das linhas, versos e da estética da cultura, também vai estar referenciado no ofício ribeirinho. Dessa forma, o mangue que se confunde com o homem, é uma síntese da condição do pescador enclausurado no ciclo do caranguejo. O mangue terra da promessa é uma indução do retirante, do marginalizado e do flagelado às margens dos alagados, para viver dos pescados. O mangue denunciador de contradições, está associado ao universo do *Manguebeat*, amplamente referenciado nas condições ribeirinhas do Recife da década de 1990 e nos escritos de Josué de Castro, orbitando em torno da vida do ribeirinho imerso na lama. O mangue dos medos e encantos, ao referenciar o Pai-do-Mangue, alerta os pescadores contra a destruição do ecossistema. De todas as associações, a única que não se refere ao universo dos pescados é a do mangue-colonizador do solo, já que trata da geografia do território recifense, pré-ocupação.

É elementar, nesse caso, que quando as associações das primeiras imersões estão relacionadas com o ofício da pesca, então o reconhecimento dos territórios pesqueiros e de seus membros também tem reflexo na profusão da cultura do manguezal. Dessa forma, a análise das entrevistas dos três subgrupos evidenciou que essas associações não se fazem presentes apenas na literatura e na música, mas na própria reprodução do cotidiano dos membros dessas comunidades. A Figura 70 explicita uma síntese de como se relacionam as nove imersões discutidas, de acordo com cada subgrupo investigado.

Figura 70: Esquema síntese das Representações e Associações do manguezal



Fonte: Elaboração do autor, 2022.

Transição para o capítulo seguinte

É inequívoco que as atuações dos entes de uma sociedade, ou de um grupo, sobre o território, vão se lastrear com base nas crenças compartilhadas. As diferentes Representações Sociais formuladas e identificadas nesta investigação podem responder à questão sobre as razões pelas quais emergem os conflitos entre o antrópico e o convencionado natural, no âmbito da Unidade de Conservação.

Assim, não é o ato de jogar lixo ou lançar esgoto no Parque dos Manguezais que é o produto da Representação Social do **MANGUE-LAMA**, da mesma forma que as incursões no manguezal, na busca por insumos, não constituem o produto da Representação Social do **MANGUE-VIDA/RECURSO/CARANGUEJO**. Ambas as ações são, na verdade, construtivas da representação em si, não havendo distinção, propriamente dita, entre ação e representação. Esta concepção é abordada por Wagner (2013) ao afirmar que é ilegítima a distinção entre o “comportamento” e a “representação”. O autor salienta que os dados verbais, utilizados para avaliar o conteúdo de uma RS, aos quais essa investigação recorre, são os equivalentes lógicos dos dados obtidos por meio do comportamento. Em outras palavras, tanto o texto quanto o comportamento do sujeito podem ser utilizados como dados para compreensão da Representação Social.

A preferência das pesquisas científicas por dados verbais acarreta uma falsa distinção entre comportamento e representação. Prossegue o autor:

Na vida cotidiana, as pessoas acreditam e dizem que agem assim e assim porque elas pensam que aquele é o comportamento apropriado e correto para uma dada situação. Portanto, elas explicam suas ações através de crenças e intenções anteriores. Tal afirmação popular reflete, entretanto, uma crença dos sujeitos e não uma afirmação teórica ligando condições mentais e comportamento. É uma crença que está profundamente sedimentada na psicologia popular, mas ainda assim uma crença e, portanto, parte da visão de mundo dos sujeitos. Consequentemente, elas são parte de uma representação popular e devem ser avaliadas como parte da representação social. (WAGNER, 2013, p.142)

Ao se discorrer sobre as pressões a que a Unidade de Conservação está submetida, advindas do grupo social estudado, compreende-se que elas são engendradas, com base nas distintas Representações Sociais, entre diferentes subgrupos. Este fato explica o motivo pelo qual as pressões antrópicas não são

regulares em todas as margens, variando de acordo com a relação da comunidade com a UC.

É nesse sentido que as RS descortinadas convertem-se em ferramentas de análise. Quando as atividades de pesca atuam como balizadoras das ações e Representações Sociais sobre o território, questiona-se, com base em Wagner (2013), quais são, de fato, as **consequências** das Representações Sociais sobre o território. A resposta para esta pergunta se revela tanto por denúncia dos próprios moradores, quando destacam as ações recorrentemente realizadas pelos membros das comunidades, quanto pelas observações em campo, em que se destacam a **poluição das margens por resíduos sólidos e a redução da área de cobertura vegetal**.

Na análise final, não serão consideradas as ocupações das margens nem o depósito de esgoto como pressões decorrentes das Representações Sociais formuladas pelos membros das comunidades. Entende-se que elas se dão em razão de questões relacionadas com o déficit habitacional e a deficiência de saneamento básico, independentemente de como os entes das comunidades representam o ecossistema. É um problema histórico em que as áreas alagadas do Recife são a parcela do território relegada às populações marginalizadas.

8 CONFRONTANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COM OS PLANOS DE MANEJO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS

Na problemática apresentada inicialmente, colocava-se em questão o modelo de salvaguarda da natureza, por meio da criação e delimitação de áreas protegidas. A análise a seguir buscou identificar o respaldo que os Planos de Manejo de Unidades de Conservação fornecem às atividades de pesca, verdadeiros lastros das Representações Sociais, nas comunidades ribeirinhas do Parque dos Manguezais. Além disso, buscou-se analisar como as ações instituídas atuam sobre a relação entre o antrópico e o natural, nas margens do ecossistema, tomando como referência as RS do **MANGUE-LIXO** e **MANGUE-VIDA/RECURSO/CARANGUEJO**.

Tendo em vista que as RS engendram as dinâmicas socioespaciais dos indivíduos num território, toma-se como premissa a necessidade de contemplá-las, no Plano de Manejo, como recurso para compreender os fenômenos sociais nos quais o Parque dos Manguezais está imerso.

A discussão empreendida nos capítulos iniciais enfatizou que a construção dos atuais instrumentos de salvaguarda da natureza, pautados na criação de áreas protegidas, não é dissociado dos processos históricos. Nestes processos, estão imbuídas concepções arraigadas que atestam a dissociação do que é humano e do que é natureza. Rememorando a Carta do Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife, de 2017, os representantes sociais redatores do documento alertaram para a supressão das práticas sociais pesqueiras, por força de imposições verticais, que associam a um projeto de cidade excludente.

Ao que parece, as denúncias dos pescadores e pescadoras do Recife não estão dissociadas de um modelo excludente de gestão urbana, que impacta mais as camadas populares, nas decisões que incidem sobre os territórios circundantes. As contestações a este modelo são aquelas contidas na poética do manguezal, por meio das expressões do movimento *Manguebeat*, além de ser essa exclusão social a delineadora da paisagem dos manguezais, descrita por Josué de Castro.

Não sendo uma condição exclusiva do Recife, o modelo de salvaguarda da natureza, com bases internacionais, perpetua a operação do processo de supressão das comunidades carentes e suas representações. Esse fato denuncia uma

deficiência nos fundamentos da gestão da natureza, principalmente em território urbano, onde as pressões antrópicas são mais proeminentes. Por outro lado, os Planos de Manejo não são elaborados com base numa investigação aprofundada sobre as relações socioespaciais existentes entre as comunidades e os ecossistemas, suas motivações e consequências. Em tais casos, as Representações Sociais poderiam funcionar adequadamente como ferramenta de análise. Dessa forma, nas ações de gestão voltadas para essas áreas, em geral, os planos contemplam apenas os sintomas de determinados problemas, sem atacar o núcleo do problema.

8.1 OS PLANOS DE MANEJO

Em seu artigo 27, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação determina que todas as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo. De acordo com o mesmo artigo, o documento deve abranger o território da UC, assim como a zona de amortecimento e os corredores ecológicos, visando à sua integração com unidades circunvizinhas. Além disso, o Plano de Manejo deve incluir medidas de promoção da integração econômica e social das comunidades associadas aos ecossistemas.

...documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000, p.6)

Este documento técnico-operacional tem validade de cinco anos, a partir da data de sua criação, sendo necessária uma revisão periódica dos objetivos, parâmetros e determinações que melhor atendam aos objetivos da conservação da área protegida.

O modelo de Plano de Manejo instituído pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura do Recife, em 2018, fundamenta-se em quatro capítulos. O primeiro corresponde à metodologia utilizada para elaboração,

abarcando a descrição dos processos de caracterização da UCN e seu entorno (mapeamento, processamento de dados, aspectos socioeconômicos, culturais, históricos etc...), além da explanação dos critérios e da realização das oficinas participativas.

O segundo capítulo refere-se ao diagnóstico da UCN e seu entorno, elencando os resultados das análises propostas no capítulo 1 e detalhando os aspectos biofísicos, culturais e sociais constituintes da UCN e seu entorno. Também são descritos os resultados das Oficinas de diagnóstico participativo, por meio do detalhamento das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças para a UCN.

O Capítulo 3, intitulado "Análises Integradas", corresponde à análise do território da UCN, utilizando ferramentas de geoprocessamento para indicar os riscos a que a área está submetida, bem como as formas de ocupação e uso de seu interior.

No Capítulo 4, por fim, é apresentado o produto dos esforços da elaboração do instrumento de gestão, detalhando a categorização da UCN, seu zoneamento, objetivos, parâmetros para os setores e os programas e conjunto de ações a serem implementadas durante o tempo de vigência do Plano.

Este padrão repete-se para os Planos de Manejo das 21 Unidades de Conservação até então contempladas. As diferenças entre estes instrumentos, em cada unidade, serão verificadas no levantamento das características individuais de cada UCN e nas determinações para a gestão (parâmetros, zoneamento, programa etc). Vale a penas destacar que os programas de cada Plano de Manejo, elencados no capítulo 4, serão os mesmos para parte das unidades de conservação, com variação de algumas ações entre elas.

Até a presente data, o Parque dos Manguezais não dispõe de Plano de Manejo. Assim, para confrontar as consequências das Representações Sociais aqui levantadas e analisar o respaldo às atividades de pesca, recorreu-se à análise dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação com características semelhantes.

Para tal, foram consideradas as UCNs com ocorrência de ecossistema de manguezal, em cujo entorno se localizam comunidades tradicionais pesqueiras. Na

cidade do Recife, o já referenciado Encontro de Pescadores e Pescadoras, de 2017, classificou as comunidades de São Miguel e Vila Tamandaré como territórios pesqueiros, e é com base na auto-identificação desses entes populares, que caracterizamos estes assentamentos como tal.

8.2 CONSEQUENCIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE PARQUE DOS MANGUEZAIS

No que tange ao Parque dos Manguezais, as Representações Sociais desvendadas no capítulo anterior mostram que existem certos conflitos e concordâncias entre as visões das comunidades ribeirinhas, sendo a relação com o ofício da pesca o ponto em comum entre essas representações. Conforme destacou Wagner (2013), o interesse de estudos em Representações Sociais deve objetivar a compreensão das consequências das RS nos fenômenos sociais e na produção da matéria ou espaço. Dessa forma, destacam-se duas consequências no território estudado, consideradas como sendo as mais proeminentes que afloram das representações do **MANGUE-LAMA** e do **MANGUE-VIDA/RECURSO/CARANGUEJO**.

A primeira consequência pode ser lida por meio da **Poluição das margens do Parque dos Manguezais**. Este fenômeno não decorre unicamente da deposição dos resíduos, por parte dos moradores das comunidades ribeirinhas. O Parque dos Manguezais, inserido na bacia hidrográfica do rio Tejipió, é alimentado pelo rio Jordão e recebe, indiretamente, as águas do rio Tejipió e Capibaribe. Todos esses rios sofrem com o depósito de resíduos sólidos que se acumulam nas raízes dos manguezais urbanos.

No caso do Parque dos Manguezais, a intrusão das águas, durante a maré cheia, carrega os detritos urbanos para dentro do ecossistema, que se acumulam entre as raízes do arvoredo. Em adição, nas comunidades ribeirinhas, os próprios moradores denunciam a prática dos habitantes locais de depositar os resíduos nas águas. Destacam itens como “geladeiras”, “sofás”, “armários”, “pneus” como maiores objetos lançados nas margens, assim como sacolas plásticas e lixo doméstico.

Aqui nas ruas da comunidade é uma nojeira, o povo não valoriza o lugar. A canaleta é entupida direto, se chover a água fica pela canela. Na maré então nem se fala, vai tudo pra lá. Sofá, geladeira, caco de vidro... (o morador fala enquanto joga um saco de pipoca no chão).¹¹⁷

Eu sei que está morrendo. Eu sei que a comunidade está matando, se você chegar de trás de onde eu moro, e olhar para a maré seca, você vai ver um bocado de sacola plástica, lixo, antes quando eu vim morar aqui, tinha uns peixinhos chamados barriga de tintim, tinha chamado uns caranguejinhos tesoura... Hoje não existe mais, entrou em extinção, não existe mais.¹¹⁸

O descarte do lixo não é uma consequência da Representação Social do MANGUE-LAMA, mas uma manifestação da representação, assim como discurso também é uma manifestação. A consequência da Representação do MANGUE-LAMA é **a rejeição ao Manguezal e ao ambiente das margens**. É com base nessa rejeição que se estruturam as ações dos próprios moradores que contribuem para a insalubridade do território. Dessa forma, observa-se a proliferação de pragas e doenças que atingem a população, que cada vez mais se mobiliza para pressionar o poder público por implementação de projetos de habitação popular ou de serviços urbanos na área.

Aqui é muito lixo, muito esgoto, lama. Meu sobrinho mesmo mergulhou aí e ficou doente que passou meses com a barriga toda inchada. Nunca mais ele pula aí dentro.¹¹⁹

Rapaz... a história que eu saiba até hoje mesmo, é que a gente espera sai daqui, né? É muita promessa e até agora... porque faz muito tempo que prometeram tirar a gente daqui, né? e até agora... Eu me lembro que minha mãe vivia aperreada, que a água entrava, e... aqui quase tinha nem casa, era mais da minha mãe... ai ficava entrando, era aquele desespero ai vinha um, botava número, outro botava... sei que até hoje!¹²⁰

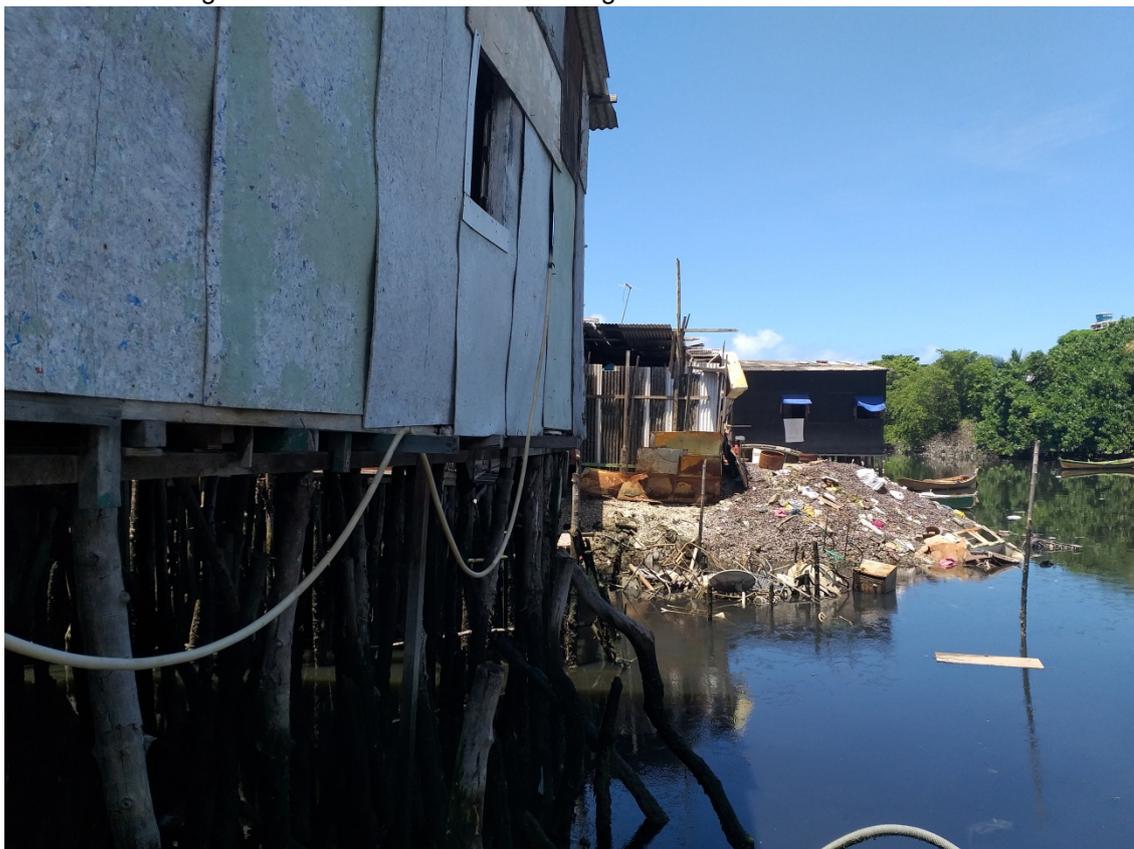
¹¹⁷ [EV04] Homem, 43 anos, Pescador, **morador da comunidade do Bode** desde que nasceu.

¹¹⁸ [EV08] Mulher, 43 anos, Pedreira, **moradora da comunidade de Jardim Beira-Rio** desde que nasceu.

¹¹⁹ [EV05] Mulher, 68 anos, Marisqueira, **moradora da comunidade do Bode** desde que nasceu.

¹²⁰ [EV09] Homem, 52 anos, Pescador, **morador da comunidade de Jardim Beira-Rio** há 20 anos.

Figura 71: Acúmulo de lixo nas margens da comunidade do Bode.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Uma segunda expressão das RS é refletida nas ações de **desmatamento do ecossistema**, associadas à Representação Social do MANGUEVIDA/RECURSO/CARANGUEJO. É importante salientar que, diferentemente da rejeição ao manguezal, consequência do MANGUE-LAMA, essa representação não corresponde à aversão ao ecossistema. Em linhas opostas, tende a aproximar os indivíduos da unidade de conservação, desencadeando para alguns moradores a noção de pertencimento ao ambiente estuarino e certas práticas conservacionistas. Contudo, quando a aproximação se dá a partir de um viés utilitarista, algumas práticas desenvolvidas contribuem para a supressão da cobertura vegetal, em razão de uma exploração da área acima da capacidade de regeneração natural do ecossistema.

Esta Representação manifesta a contraposição entre a importância do ecossistema e a necessidade de exploração de seus recursos. Na verdade, paira sobre esta representação a visão antropocêntrica sobre a Unidade de Conservação,

que se sobrepõe à visão simbólica e filosófica. Para muitas comunidades, o manguezal é vida, pois é recurso para a sua sobrevivência.

As ações de cunho conservacionista, despertadas pela consciência ambiental latente nos ribeirinhos, muitas vezes ocorrem em paralelo ao sentimento de domínio sobre o território circundante e seus insumos. É natural que os esforços de recuperação do ecossistema, empreendidos por ONGs e movimentos sociais locais, não acompanhem o ritmo das ações destrutivas.

Os impactos negativos variam de acordo com as comunidades e sua relação com a pesca. No caso das comunidades independentes, não existem impactos associados a essa RS, já que elas não realizam atividades extrativistas na Unidade de Conservação. No caso das comunidades de tradição pesqueira, devido à dependência do Parque dos Manguezais pela possibilidade de extração de insumos, seja madeira para construção da habitação de palafitas, no caso da comunidade do Bode, Jardim Beira-Rio e Ilha do Destino, seja pela proliferação de fazendas de criação de camarão, no caso das comunidades Ilha-de-Deus e das palafitas da Vila da Imbiribeira, observa-se a abertura de novos descampados no interior da UCN.

As consequências dessa representação se tornam visíveis na comparação das imagens de satélite do território do Parque dos Manguezais, entre os anos de 2009 e 2020, na qual nota-se o avanço de aproximadamente 12 hectares das áreas de viveiros de camarão sobre o que, outrora, era manguezal.

Figura 72: Comparação da evolução da aquacultura no Parque dos Manguezais. Em amarelo, aquacultura no Parque dos Manguezais. Em vermelho, desmatamento para expansão da aquacultura entre os anos de 2016 e 2020. (à esq.) Imagem satélite 2009. (ao centro) Imagem satélite 2016. (à dir.) Imagem satélite 2020.



Fonte: Google Satélites, imagens 2009, 2016 e 2020. Edição do autor, 2021.

Figura 73: Aquacultura no Parque dos Manguezais, vista a partir da ponte “vitória das mulheres”, Ilha-de-Deus.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2021.

8.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RS E OS PLANOS DE MANEJO

As ações propostas por ambos os planos de manejo (São Miguel e Tamandaré) estão associadas aos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, aos quais, por sua vez, estão referenciados os objetivos do Sistema Municipal de Unidades Protegidas - SMUP. Estes objetivos voltam-se para questões relativas à conservação, proteção e recuperação dos ecossistemas e recursos naturais, priorizando a salvaguarda da diversidade biológica e dos atributos naturais do sítio. Em relação ao SNUC, são treze os objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;**
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;**
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;**

- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;**
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;**
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;**
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;**
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;**
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;**
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;**
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000, p.7, grifo nosso)**

O objetivo XIII, dentre os listados, é o único que engloba comunidades tradicionais, porém, com ênfase na conservação dos recursos necessários à subsistência e dentro de uma perspectiva utilitária, ao assinalar a promoção “social e econômica”.

Um adendo sobre essa questão é que, no universo das populações tradicionais, não obstante suas diferenças substanciais, existem agrupamentos para os quais a inserção num mercado mais amplo é estratégica, como no caso das comunidades tradicionais pesqueiras do Recife. Por outro lado, também existem populações dissociadas das dinâmicas de mercado urbano-industriais, para as quais a promoção social e econômica pode inclusive suprimir certos modos de vida e de produção.

Os objetivos do SMUP espelham-se nos objetivos do SNUC, sendo elencados no Sistema Municipal:

- I. contribuir para a manutenção e conservação da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território municipal;
- II. contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais municipais;
- III. proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito municipal, assim como as espécies nativas de relevante valor econômico, social ou cultural;
- IV. recuperar e restaurar ecossistemas degradados;
- V. promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento urbano;
- VI. proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos, monitoramento e educação ambiental;
- VII. valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- VIII. proteger e preservar as paisagens urbanas significativas, constituídas de recursos naturais e construídos formadores da identidade geomorfológica, social, histórica, cultural, urbanística, e ambiental da cidade;
- IX. promover a criação, implantação e conservação de áreas verdes por todas as zonas urbanísticas e as regiões políticoadministrativas da cidade, de modo equilibrado e respeitando suas características socioambientais;**
- X. potencializar os atributos naturais da cidade, considerando os grandes maciços vegetais, cursos e corpos d'água, distribuídos nos morros e planície, bem como os espaços vegetados inseridos na malha urbana, que se apresentam como áreas de amenização climática, para contemplação, recreação, esporte, lazer e atividades ecoturísticas e para o desenvolvimento de programas de educação ambiental;**
- XI. proteger os recursos naturais necessários à melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, de forma a garantir o desenvolvimento urbano sustentável;
- XII. promover a recuperação de recursos florestais, hídricos e edáficos, e das características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- XIII. subsidiar e contribuir para o planejamento, gestão, controle e fiscalização ambiental das Unidades Protegidas;**
- XIV. promover o ordenamento e gestão das Unidades Protegidas, integrando-as à escala metropolitana. (RECIFE, 2014, p.4, grifo nosso)**

De forma ainda mais restritiva para as populações tradicionais, em comparação com o SNUC, não estão contempladas nos objetivos do SMUP. Nos artigos do texto que regulamenta o Sistema, sequer existe menção às populações tradicionais, sendo apenas referenciadas no glossário inicial.

Fica evidenciado o viés sob o qual se alinha a gestão de áreas protegidas na cidade do Recife, priorizando a conservação das dimensões biofísicas dos ecossistemas, sobretudo enquanto recursos naturais, e a riqueza da diversidade biológica. Não obstante, os programas e ações estabelecidos nos Planos de Manejo analisados não se apartam dessa visão. Mais do que ancorados na necessidade de suprir as demandas locais, os Planos de Manejo pautam-se nos objetivos dos Sistemas como um todo para definição das ações propostas, notadamente a conservação da diversidade biológica, cobertura vegetal ou flora nativa, bem como da fauna a ela associada

Relativo às UCN São Miguel e Tamandaré, as ações chanceladas pelo instrumento legal e de gestão das respectivas unidades são as mesmas e compreendem cinco programas específicos: I. Fiscalização e Monitoramento; II. Recuperação Ambiental; III. Produção Técnica e Científica; IV. Interação Socioambiental; V. Desenvolvimento Sustentável.

Nos Planos de Manejo, nenhum dos programas e ações relativas à proteção das UC's, abarcam a dimensão cultural das unidades de conservação nem as produções humanas de ordem material e imaterial, a exemplo das referências e associações aos manguezais, feitas por Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto, Gilberto Freyre e do movimento *Manguebeat*. Este fator reitera aspectos da discussão aqui levantada, de que o modelo de instituição de áreas protegidas é inerentemente dicotômico. É sintomático, por exemplo, que nenhuma referência aos movimentos culturais e sociais, como associações de pescadores, estejam evidentemente contemplados nas disposições legais ou diretrizes operacionais das ações instituídas.

Compreende-se que as ações são generalistas, cujo desenvolvimento demandaria mais estudos e imersões para adequar-se às realidades locais e ao contexto socioambiental do momento. Em suma, a formulação de ações parte de ideias pré-concebidas, baseadas nos objetivos do SMUP e do SNUC, sem adentrar, de fato, no estudo das ações dos moradores, suas motivações e repercussão no território.

Em relação à poluição das margens do Parque dos Manguezais e à redução da área de cobertura florestal, consequências da aversão e da aproximação dos moradores a partir das Representações elaboradas, é necessária uma análise mais criteriosa, programa por programa do Plano de Manejo:

PROGRAMA 1: Fiscalização e Monitoramento

Aprimorar a fiscalização e monitoramento da UCN, visando garantir a manutenção e conservação dos ecossistemas naturais, assim como as infraestruturas existentes. (RECIFE, 2020, p.11).

Para este programa, foram especificadas cinco ações, sendo destacadas três delas:

- **Fiscalizar e monitorar continuamente o território da UCN, de forma preventiva e corretiva.**
- **Controlar as ações de degradação do ambiente, principalmente o desmatamento e aterro, destinadas à construção de edificações e outras práticas e usos irregulares na UCN.**
- Atuar de forma integrada com outras instâncias e [orgãos de controle e fiscalização ambiental/urbana.
- **Atuar de forma integrada com os atores sociais locais, ampliando o envolvimento da sociedade para a proteção dos recursos naturais e o controle ambiental.**
- Fortalecer e potencializar a atuação da Brigada Ambiental nos territórios da UCN. (RECIFE, 2020, p.11 grifo nosso)

As ações de Fiscalizar e Controlar devem ser integradas, de modo a gerar impactos, caso implementadas e executadas, atuando na supressão de práticas nocivas ao ecossistema. Especificamente, em relação ao desmatamento, pode ser reduzido o montante de área descampada para novos usos com o auxílio de ferramentas de geoprocessamento. Estas ferramentas podem contribuir para o monitoramento e geração de instrumentos operacionais de acompanhamento, a exemplo dos indicadores, que possibilitam a identificação e quantificação das áreas subtraídas. Contudo, como práticas de restrição, necessitam de um contínuo esforço

da equipe técnica, pois não atingem o cerne da questão, a representação do manguezal como recurso. Dessa forma, tratam-se de ações pontuais, de impacto superficial sobre a dinâmica territorial do Parque dos Manguezais. Em outras palavras, se o monitoramento e o controle forem arrefecidos, corre-se o risco de que as práticas de supressão do manguezal voltem a ocorrer de modo sistemático.

A quarta ação, de atuação integrada junto aos atores locais desponta como uma alternativa, quando associada a programas amplos de educação patrimonial, além da efetivação de programas de capacitação dos moradores das comunidades. Dessa forma, mesmo a representação do mangue como um recurso de manutenção da vida das comunidades, poderia engendrar ações conservacionistas sobre o território, apoiadas em práticas sustentáveis.

PROGRAMA 2: Recuperação Ambiental

Recuperar as áreas degradadas do território da UCN, de modo a assegurar os processos naturais dos ecossistemas e garantir a manutenção da função ecológica. (RECIFE, 2020, p.11)

Este programa se alinha com os objetivos do SMUP, voltados para a conservação dos atributos naturais da Unidade de Conservação. Dessa forma, são elencadas nove ações, das quais três serão comentadas a seguir:

- **Avaliar a viabilidade de recuperação das áreas, considerando condições físico-ambientais, fundiárias, técnicas, tecnológicas, estruturais e financeiras.**
- Definir parâmetros para a recuperação das áreas, considerando condições físico-ambientais locais, fundiárias, técnicas, tecnológicas, estruturais e financeiras.
- Estimular o uso de técnicas de recuperação induzida, com base em estudos científicos, os quais devem ser compatíveis com os objetivos da área de conservação.
- Executar serviços de restauração e manutenção de padrões ambientais, em conformidade com as diretrizes técnicas recomendadas pelo órgão gestor ambiental do município e protocolos de restauração florestal oficiais
- **Recuperar passivos ambientais, por meio de reflorestamento, recuperação de condições hídricas, técnicas de conservação de solo e combate à poluição.**

- Potencializar recuperação da vegetação nativa, regeneração natural, recuperação e enriquecimento de biodiversidade, além de ações de controle e manejo de espécies exóticas invasoras.

- **Recuperar a qualidade ambiental de cursos d'água, com ações que contribuam para a redução e eliminação de despejos de esgoto e efluentes, redução do assoreamento, contenção de erosão, despoluição e descontaminação.**

- Realizar monitoramento e manutenção das áreas restauradas.

- Incentivar a implantação de viveiro florestal na UCN, com participação social. (RECIFE, 2020, p.11, grifo nosso)

Até presentemente, ficou evidenciado que a política de criação de áreas protegidas ainda necessita aprimorar questões relativas à consideração das populações nos processos de gestão dos sítios naturais. Nesta direção, a primeira e segunda ação propostas no programa de recuperação ambiental necessita considerar, além das condições físico-ambientais, fundiárias, técnicas, tecnológicas, estruturais e financeiras (que remetem basicamente à viabilidade de execução da ação), as condições socioculturais que se projetam sobre as áreas a serem recuperadas. No Parque dos Manguezais, os viveiros de camarão – associados à representação do mangue-vida/recurso/caranguejo, são áreas que desempenham um importante papel para a subsistência das populações locais, apesar de algumas dissonâncias alertadas pelos moradores, como pessoas e empresas externas controlando alguns viveiros.

Toda e qualquer ação de reflorestamento deve passar por um processo prévio de levantamento das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos ribeirinhos, nas clareiras. Dessa forma, busca-se minimizar os impactos sociais do reflorestamento e impedir novas investidas que coloquem em risco as áreas florestadas ou mesmo as áreas reflorestadas.

A terceira ação, de recuperação da qualidade ambiental dos cursos d'água, tangencia a representação do “mangue-lama”, a partir da qual emerge a rejeição dos ribeirinhos ao ecossistema, o que explica a falta de zelo de muitos deles para com as margens do manguezal. Se por um lado, as deficiências no saneamento básico e coleta de lixo impelem os moradores a descartarem os efluentes e lixo doméstico no ecossistema, por outro lado, mesmo quando dotados de coleta diária, a prática ainda

é exercida.. Dessa forma, evidencia-se o poder das representações de acarretar fenômenos subsequentes.

A despoluição dos rios passa por um processo duplo de melhoramento das condições das margens: por um lado trata-se de um trabalho externo aos manguezais, já que o problema do lixo e esgoto é de ordem metropolitana, e, por outro lado, trata-se de melhorar as condições de infraestrutura das próprias comunidades, apoiado por ações de educação ambiental, visando à desconstrução da representação do mangue como lama, lixo e esgoto.

PROGRAMA 3: Produção técnica e científica

Proporcionar a ampliação do conhecimento técnico científico sobre os recursos naturais e questões socioambientais da UCN por meio de pesquisas aplicadas. (RECIFE, 2020, p.11)

O programa 3 refere-se, à ampliação do arcabouço teórico a ser absorvido pela gestão da Unidade de Conservação visando ao aprimoramento dos processos e ações, realizados em prol da salvaguarda do ecossistema. Ele se subdivide em seis ações, não diretamente relacionadas com as Representações e suas conseqüências ou rebatimentos, mas consideradas valiosas no que concerne à garantia do embasamento científico nos processos de gestão. É válido destacar uma das ações, que corresponde a uma demanda substancial no manejo e gestão de áreas protegidas: o estabelecimento de indicadores de conservação, que precisam ser construídos e avaliados quanto a sua operacionalidade.

- Identificar, firmar e fortalecer parcerias institucionais para fomento e desenvolvimento de estudos e pesquisas;
- Identificar eixos temáticos para estudos e pesquisas, com destaque às necessidades, prioridades e lacunas de informações e potenciais de pesquisa;
- Utilizar os resultados da produção de pesquisas para aprimorar a gestão e a tomada de decisões, possibilitando a conservação e o manejo adequado;
- Realizar estudos de drenagem, características físico-químicas do solo e da água, levantamento florístico e fitossociológico, estudo da fauna local e

migratória, estado de conservação, tecnologias alternativas para a conservação e recuperação ambiental, educação e percepção ambiental;

- Acompanhar os estudos e pesquisas, para que a compreensão dos problemas e soluções ocorra de maneira integrada com as ações e estratégias de conservação e desenvolvimento local sustentável;

- **Definir estratégias e indicadores para monitoramento do estado de conservação da biodiversidade, qualidade dos cursos d'água e proteção dos ecossistemas e recursos naturais.** (RECIFE, 2020, p.11, grifo nosso)

Segundo Bezerra (2011), os indicadores são utilizados para a avaliação de políticas públicas, por meio de um sistema de informações que embasam os gestores públicos nas suas tomadas de decisão sobre um objeto ou fenômeno que se deseje acompanhar e monitorar a evolução do seu estado. Configuram-se como um lastro para as políticas públicas, sendo ferramentas eficazes para o controle e o acompanhamento do desempenho dos processos essenciais para a conservação da UCN. Em denúncia às agressões aos ecossistemas urbanos dos quais são dependentes, os signatários da Carta do Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife destacam:

Intensificando esse aspecto, a ausência de dados sobre a produção pesqueira e o não reconhecimento dessas populações como ocupantes históricas dessas áreas urbanas, produzem ainda mais bloqueios para a continuidade desse modo de vida tradicional em termos de produção econômica e de identidade sociocultural. (EPPR, 2017, anexo A)

Salienta-se aqui, que os indicadores a serem propostos não sejam elaborados contemplando apenas a conservação da biodiversidade e a qualidade das águas, que são indicadores mais recorrentes. É importante destacar que o sistema de indicadores contemple as dimensões socioculturais relacionadas às unidades de conservação, sobretudo as que se encontram entrelaçadas com populações ribeirinhas em seus territórios. Já há uma demanda antiga dos povos de tradição pesqueira, de que haja parâmetros e instrumentos que indiquem o status do ofício da pesca artesanal na cidade, dentre os quais, a quantidade de pescadores, volume de venda no mercado (no decorrer dos meses e dos anos), insumos consumidos, dentre outros.

A elaboração dos indicadores é ferramenta essencial para o planejamento e gestão dos recursos naturais, o que viria servir também como um reconhecimento das atividades ribeirinhas desenvolvidas no território estuarino do Recife e que contribuem para o desenvolvimento social e econômico do município, além de significar um símbolo de resistência dessas comunidades e referência socioambiental da cidade. Isto foi uma das constatações da análise das Representações do **MANGUE-VIDA**, aqui demonstrada.

PROGRAMA 4: Interação Socioambiental

Desenvolver ações de educação ambiental, e de comunicação, sensibilização e envolvimento da sociedade para proteção da UCN, estimulando a participação social, o fortalecimento de atores sociais e vivências relacionadas às questões socioambientais, incluindo a valorização dos aspectos naturais e culturais. (RECIFE, 2020, p.11)

O programa 4 é o mais extenso, dentre todos os programas dos Planos de Manejo das UCN São Miguel e Tamandaré, compreendendo 11 ações voltadas majoritariamente para questões de educação e sensibilização ambiental.

Em caso de serem aplicadas num futuro Plano de Manejo do Parque dos Manguezais, as ações de educação ambiental podem contribuir para a desconstrução da representação do MANGUE-LAMA, desde que associadas com melhorias reais na qualidade habitacional e na infraestrutura local.

Destacam-se cinco ações que são fundamentais para o engajamento da comunidade, no processo de imersão dos ribeirinhos na dinâmica do ecossistema:

- Definir estratégia de comunicação acessível a diversos públicos-alvo, com abordagens voltadas às características, importância da UCN e ações relacionadas à conservação dos recursos naturais;
- Envolver instituições de ensino e pesquisa, comunidades e organizações sobre temas relacionados à UCN, com destaque para os cuidados com os resíduos sólidos e a proteção da biodiversidade;
- **Identificar, estimular e fortalecer iniciativas relacionadas às questões ambientais da UCN, incentivando e apoiando organizações de atuação**

local para a elaboração e desenvolvimento de projetos e ações com a temática socioambiental;

- Capacitar professores e demais integrantes da comunidade escolar para desenvolverem projetos de educação ambiental de forma articulada e interdisciplinar, junto às escolas participantes do Programa de Educação Ambiental da SMAS/PCR e outras escolas no entorno da UCN;
- Promover formação de agentes e monitores ambientais para atuar na implementação dos programas do plano de manejo da UCN, através de reuniões oficiais e cursos de capacitação;
- Estabelecer, capacitar e atuar no funcionamento dos Conselhos Gestores, promovendo a gestão participativa da UCN, a partir da integração dos diversos atores sociais, incluindo sociedade civil e poder público, para discussões e construções de soluções conjuntas para as questões socioambientais locais;
- Estabelecer comunicação visual e sinalização da UCN, elaborando e implantando placas indicativas, informativas, educativas e de sensibilização;
- **Elaborar e articular a divulgação de conteúdos sobre a UCN (matérias, notícias, releases, vídeos), através de diversos meios de comunicação, como internet, jornais, rádio, televisão, dentre outros;**
- **Organizar eventos de divulgação com as comunidades locais e sociedade em geral para favorecer a aproximação com a UCN;**
- Estimular a educomunicação, incentivando o uso de multimídias em processos de educação ambiental, produção de conteúdo, gestão democrática de ambientes abertos, criativos e colaborativos;
- **Promover a socialização do conhecimento e divulgação sobre o patrimônio cultural, potencializando a valorização do histórico da UCN em atividades de visitação e nas abordagens de educação ambiental, em escolas da região e em outros locais de referência para a comunidade. (RECIFE, 2020, p.11, grifo nosso)**

A primeira ação, de identificar e estimular iniciativas relacionadas com questões ambientais da UCN, desponta como uma estratégia fundamental para agregar a comunidade dentro de ações efetivas visando à conservação do ecossistema. Nesse caso, evidencia-se o caráter generalista das disposições dos Planos de Manejo analisados, pois em nenhum momento foram citadas nenhuma organização popular em específico. É necessário que as ações do programa de Interação Socioambiental já vislumbrem a atuação dessas associações pré-existentes para contarem com seu apoio e experiência.

No caso do Parque dos Manguezais, é notável o trabalho desenvolvido pela Livroteca Brincante do Pina, pela Coletiva Cabras e pelo Coletivo Pão-e-Tinta, na

comunidade do Bode, assim como pela Rádio Caranguejo Uçá, na Ilha-de-Deus. Estes grupos desenvolvem ações de cunho social, político, ambiental e cultural nas comunidades a que pertencem, além de contribuírem para a difusão das práticas culturais, sociais e artísticas dos ribeirinhos.

A ação de Elaborar e articular a divulgação de conteúdo sobre a UCN e a organização de eventos já faz parte da prática dos grupos consolidados nas comunidades. A otimização da proposta do programa 4, como um todo, dar-se-ia, primariamente pelo levantamento dos grupos sociais organizados atuantes nas comunidades e no ecossistema. Dessa forma, além de empoderar as organizações internas comunitárias, tem-se um aprimoramento no contato entre o poder público e os entes civis, pois muitos deles são referências dentro das comunidades.

É questionável que, no Plano de Manejo das UCN São Miguel e Tamandaré, a ação de promoção do patrimônio cultural, ligado ao histórico da Unidade de Conservação, não esteja referenciada em nenhuma disposição do Plano de Manejo. O documento em si não se aprofunda em aspectos relativos à cultura das comunidades associadas, atividades sociais nem às práticas identitárias dos ribeirinhos. Dessa forma, a ação tem cunho absolutamente generalista, enfraquecendo uma das mais importantes ferramentas para desconstrução de visões arraigadas na comunidade sobre a Unidade de Conservação: a confluência da cultura e das referências comunitárias amalgamadas no processo de educação patrimonial e ambiental. Dessarte, é fundamental que sejam contempladas na consolidação dos processos de gestão da conservação de fragmentos de natureza já institucionalizados na cidade, como é o caso das UCN estudada.

PROGRAMA 5: Desenvolvimento Sustentável

Incentivar o desenvolvimento econômico, social e ambiental da UCN que seja compatível com os princípios da sustentabilidade. (RECIFE, 2020, p.11)

Por meio do programa 5, são elencadas seis ações visando à adesão de práticas de desenvolvimento econômico para a UCN, priorizando os usos decorrentes das atividades de lazer e turismo, que são os mesmos os usos priorizados nos prenúncios das concepções de áreas protegidas. Duas ações, grifadas abaixo, podem ser adotadas para o aprimoramento das atividades de pesca, lastro das Representações Sociais do Parque dos Manguezais:

- Firmar parcerias público-privadas para fomentar a instalação de infraestrutura como trilhas, estacionamento, sanitários, segurança, monitores e sinalização;
- **Identificar e fortalecer as atividades socioeconômicas e Arranjos Produtivos Locais;**
- Identificar áreas com potencial e interesse para visitação pública com fins recreativos, educativos e científico;
- **Promover ações voltadas à articulação, capacitação e acompanhamento técnico às cadeias produtivas, em conjunto com comunidades e outros atores sociais;**
- Promover a qualificação das comunidades locais na cadeia produtiva do turismo, ofertando serviços e produtos aos visitantes;
- Viabilizar a implantação de mecanismos econômicos para incentivo à conservação ambiental;
- Potencializar o apoio à UCN através do Fundo Municipal de Meio Ambiente e outros fundos de financiamento de ações de conservação. (RECIFE, 2020, p.11, grifo nosso)

Parte das pressões antrópicas a que está submetido o Parque dos Manguezais, principalmente às que são decorrentes da Representação do MANGUE-VIDA/RECURSO/CARANGUEJO, é corroborada pelo não reconhecimento da atividade de pesca e seu potencial em referenciar as relações do homem com a natureza circundante. Na verdade, conforme denunciado no Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife, as atividades pesqueiras passam por um processo de supressão, exemplificado nesta investigação com as mudanças de hábito na comunidade Ilha do Destino.

O não reconhecimento das atividades de pesca contribui para inexistência de dispositivos que a incentive e a regule. Dessa forma, a crescente área ocupada por viveiros de camarão constitui a mais visível consequência de uma política

excludente das populações ribeirinhas e dos seus modos de vida. A identificação, o fortalecimento, a capacitação e o acompanhamento técnico dessas atividades despontam como um importante meio de garantir os meios de subsistência destas comunidades.

Além disso, a Representação Social do Mangue-lama está associada ao afastamento das comunidades da relação afetiva com o manguezal, afetividade essa, em muitos casos, capitaneada pelo ofício da pesca. O aprimoramento dos arranjos produtivos locais, estejam eles vinculados ou não com as atividades de pesca, porém relacionados com o ecossistema, pode aproximar o homem do meio natural, em seu cotidiano, invertendo a forte repulsa de alguns habitantes. Este fator pode acarretar uma mudança da Representação associada a um forte teor pejorativo do ecossistema, podendo contribuir para o desenvolvimento de um processo em que os grupos sociais, por meio de uma associação menos hostil ao território, convertam-se em agentes-chave no processo de conservação do bem natural.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da imersão proposta nesta investigação, foi possível o aprofundamento na discussão plural, relativa à conservação da natureza no meio urbano. No que concerne à criação de áreas protegidas, principal política de conservação do que se convencionou como natural, ficou evidente que as concepções atuais são pautadas em visões e intencionalidades que lhes são anteriores. Dessa forma, as áreas protegidas contemporâneas nascem como fruto de um processo histórico que delineou as noções tradicionais sobre o que é a natureza e como ela deve ser salvaguardada. No âmbito desse debate, se incutem questões relativas aos valores e atributos que devem ser salvaguardados, a quem cabe este escopo e para quem e para que deve ser conservada.

A resposta a estas questões está intrinsecamente relacionada com os prenúncios da criação das políticas nacionais e internacionais de conservação da natureza. Tais políticas, em geral, nasceram de processos que não levaram devidamente em conta os modos de vida e costume das populações tradicionais, detentoras de menor capital político (DIEGUES, 2001). O marco fundamental do modelo criação de áreas protegidas foi estabelecido com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, que excluiu não apenas populações nativas do debate mais aprofundado sobre o território, como também suprimiu suas atribuições simbólicas e o direito sagrado ao sítio.

No ato de criação de *Yellowstone*, foi exposto o poder das ideologias na opressão sobre grupos sociais minoritários. Naquele momento, o valor da natureza foi entendido como um atributo extraordinário, acima de qualquer valor antrópico, ou seja, cultural e social, que os povos conferiam ao meio ao qual, tradicionalmente, sua sociedade estava associada. É indubitável que a atual valoração da natureza pela sua condição “virgem”, nada mais é do que uma contraposição à presença do homem no território. Dessa forma, construiu-se a visão de que o homem é, necessariamente, um agente de destruição do meio natural, cuja concepção embasou as políticas dissociativas entre o natural e o humano.

Essa noção, fundamentada no movimento preservacionista estadunidense, pautado nos escritos românticos ingleses, foi adotada sem maiores contestações por

nações do sul global. Esse foi um erro crasso, que partiu da falta de contextualização que levasse em conta a realidade dos países em desenvolvimento. No caso de nações latino-americanas, a difusão dos ideais dicotômicos impactou severamente povos tradicionais indígenas ou comunidades assentadas nas proximidades de ecossistemas, não se levando em consideração o papel dos sítios naturais na garantia da subsistência desses povos. Dessa forma, salienta-se que ações de conservação da natureza precisam pautadas nas realidades nacionais e locais, compreendendo que, mesmo dentro de um país, existem diferenças substanciais entre os subterritórios e suas populações.

Não seria prudente afirmar que a criação de áreas protegidas não foi positiva no que concerne à proteção dos grandes sítios e remanescentes naturais. Pelo contrário, a instituição de um sistema internacional de áreas protegidas, capitaneado pela IUCN, logrou êxito ao incentivar as nações a desenvolverem seus planos nacionais, tendo em vista os interesses de conservação globais. Muitas vezes, a delimitação físico-espacial de áreas protegidas corresponde ao único recurso que territórios, tidos como naturais, tem à sua disponibilidade, para assegurar sua salvaguarda. Principalmente no que concerne aos remanescentes em território urbano, a delimitação dessas áreas ocorre quase em caráter emergencial para conter as pressões decorrentes do crescimento da cidade.

Contudo, lastrear a conservação da natureza apenas na delimitação físico-geográfica de territórios tem se revelado cada vez mais uma medida paliativa, pois não atinge o cerne da questão que é a relação homem-natureza no território. Mesmo com as ações de cercamento e monitoramento de unidades de conservação, as investidas humanas tendem a ser recorrentes, como o observado no Parque dos Manguezais. Além disso, a delimitação de unidades de conservação, inseridas no âmbito do Sistema Nacional (SNUC), do Sistema Estadual de Pernambuco (SEUC) e do Sistema Municipal do Recife (SMUP), torna impossível, operacionalmente, que esses territórios sejam geridos e acompanhados com eficiência e regularidade.

A presente dissertação procurou enfatizar que, no âmbito das relações humanas com o território, é a partir das Representações Sociais, formuladas pelos membros de uma comunidade, que vão ser engendradas as dinâmicas socioespaciais do indivíduo com a natureza. Assim, não é a delimitação do território

nem as ações de fiscalização que podem conter a degradação da natureza na cidade. De fato, o aprimoramento do processo de conservação paira sobre a adesão das próprias comunidades ao processo de gestão. Daí ser fundamental o reconhecimento das populações tradicionais no interior e nas margens das áreas protegidas.

As Representações Sociais, enquanto modalidade do conhecimento partilhado pelos grupos sociais, são uma força espontânea de conformação e consolidação de realidades. A partir dessas realidades e interpretações de fenômenos são plasmadas as motivações e visões dos indivíduos sobre um território. Se, por lado, as disposições legais buscam moldar as ações humanas no âmbito das unidades de conservação, por outro lado, as Representações Sociais proliferam e se constroem velozmente entre os membros dos grupos sociais, espalhando-se, por meio da comunicação, muito mais rapidamente que as especificações de restrição de uso e ocupação, instituídas pela gestão tradicional de áreas protegidas.

Não se consegue lograr êxitos de conservação da natureza apenas com medidas impositivas e de limitação de práticas sociais. Além disso, incorre-se no risco de se suprimir modos de vida e costumes que são marcas identitárias e culturais de comunidades. Um exemplo claro disso ficou evidenciado na comunidade Ilha do Destino, bairro de Boa Viagem. A construção da Via-Mangue segregou o assentamento do ecossistema, outrora território pesqueiro, acarretando a mudança da sua dinâmica social e econômica. Ao perder, em parte, suas referências e vínculos afetivos com o território, a comunidade passou a produzir e reproduzir, inconscientemente, uma Representação cada vez mais pejorativa do manguezal. Não nos surpreende que os remanescentes do ecossistema, mais próximos da Ilha do Destino, estejam praticamente todos loteados ou já ocupados pelos próprios moradores.

Em território urbano, as relações homem-natureza estão marcadas por óticas antropocêntricas e pelo valor utilitário dos recursos naturais. Isso não quer dizer que as relações simbólicas não emergem, como no caso das entidades folclóricas habitantes das florestas de mangue. Contudo, parece haver uma hierarquia das relações humanas, segundo a qual as relações simbólicas e etéreas, muitas vezes,

são sobrepostas pelas relações práticas e utilitárias. Mesmo quando as comunidades, reconhecidas como tradicionais, estão inseridas numa dinâmica de mercado urbano-industrial, as suas relações com o meio natural vão também se guiar pela lógica de mercado, ou seja, a natureza é constantemente traduzida como um recurso ou uma mercadoria que é parte imprescindível do processo de reprodução do capital urbano.

No caso dos manguezais do Recife, as variáveis que vão incidir sobre eles ainda se somam à reprodução cultural do ecossistema, por parte dos ribeirinhos e artistas locais. Dessa forma, no imaginário popular, ao mangue vão ser agregados valores culturais e identitários para além do típico valor utilitário, tradicionalmente conferido às relações antropocêntricas. O manguezal, na dimensão poética e metafórica, veste-se de simbolismo e se torna um elemento alegórico, reproduzido na literatura e na música, através do universo da cultura. É nesse ponto que as Representações Sociais, reproduções do cotidiano e as manifestações culturais, narrativa plural e figurativa do ecossistema, confluem para uma mesma direção: a da compreensão de que, na cidade, natureza e antrópico se mesclam por meio das reproduções individuais e coletivas.

Quando os grandes escritores locais, ou o universo estético do movimento *Manguebeat*, anunciaram o mangue, não o fizeram inspirados unicamente por suas características biofísicas e naturais, mas, a partir da visão do ribeirinho, do retirante, da antropologia e da sociologia. Sob esse ponto de vista, os estudos dos ecossistemas urbanos encontram respaldo não apenas nas ciências da natureza. É sob essa ótica que a gestão dos ecossistemas não pode considerar, como objetivo fim, única e exclusivamente, a conservação da biodiversidade. É necessário incluir o homem, suas múltiplas Representações e os modos de vida que dela emergem, nos objetivos da conservação.

Especificamente no Parque dos Manguezais, o universo sociocultural do mangue aflora na prática cotidiana dos ribeirinhos. Esta prática, ligada diretamente com as atividades de pesca, é a propulsora da imersão dos indivíduos nas acepções simbólicas do manguezal. A partir pesca é que se estreitam as distâncias entre o homem e o território. Isso explica o porquê de, nas diferentes comunidades ao redor da Unidade de Conservação, as perspectivas, visões e, paralelamente, as

Representações Sociais elaboradas são diferentes de uma Unidade de Conservação para outra.

Apesar de relacionadas com uma mesma visão no âmbito geral, ou seja, a do mangue como recurso/vida e a do mangue como lama, lixo e esgoto, a variação entre as Representações se revela na intensidade com que os membros de cada comunidade as referenciam. Nas comunidades com forte tradição pesqueira, o mangue é vida, pois é a única garantia da sobrevivência daqueles habitantes. Nas comunidades com relativa memória pesqueira, o mangue é recurso, pois hoje é uma opção de complemento de renda e de alimentação, não mais uma necessidade. Nas comunidades independentes do manguezal, o mangue é caranguejo, devido ao fato de que o crustáceo é vendido nas ruas das comunidades durante os períodos de coleta. Todas elas são visões utilitárias.

Sendo a Representação Social a responsável pela difusão de atitudes e posturas frente ao objeto, não surpreende que a maior rejeição ao ecossistema se dê, justamente, nas comunidades independentes do manguezal, enquanto nas comunidades com forte tradição pesqueira, existe uma cultura conservacionista latente nos habitantes. O reconhecimento da pesca, como uma balizadora das Representações, fornece um subsídio teórico importante para a gestão: a mudança da Representação pejorativa, no ecossistema de manguezal, tangencia o reconhecimento e o incentivo da pesca nesses territórios.

Para o reconhecimento dessa atividade social, não se pode apenas inseri-la superficialmente nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, em território pesqueiro. É necessário que se priorize as próprias comunidades e seus representantes no exercício de definir as demandas e anseios dos territórios tradicionais. Nesse sentido, o Encontro de Pescadores e Pescadoras do Recife propôs encaminhamentos importantes, como a construção de indicadores para as essas atividades, com a finalidade de quantificar e acompanhar o número de pescadores, o volume de insumos retirados do ecossistema nos diferentes meses, as variações de preço e de venda no mercado, o mapeamento dos locais de retirada dos frutos-do-mar, os indicadores ambientais sobre as condições dos insumos e da conservação do ecossistema, dentre outros.

O não reconhecimento dos ofícios tradicionais abre caminho para a proliferação de atividades nocivas ao ecossistema, como as fazendas de aquacultura, no interior do Parque dos Manguezais. A esse respeito, os viveiros de camarão se alastram sobre o território, sem o devido controle e monitoramento pelos órgãos competentes, nem tampouco a consciência e o cuidado com a natureza, por parte dos ribeirinhos, já que predomina a Representação do mangue enquanto recurso a ser explorado.

Ainda sobre a questão do mangue-recurso, ficou evidente, a partir da análise das entrevistas, que parte dos ribeirinhos estão imersos numa contradição da relação com o manguezal, principalmente nas comunidades com forte tradição pesqueira. Entre ser representado como vida (e a partir daí engendrar uma consciência ambiental) e ser interpretado como recurso, existe uma linha muito tênue que opõe conservação à degradação. Muitas vezes, nessas comunidades, vida e recurso se confundem, o que pode acarretar movimentos de exploração dos recursos sem a devida consciência ecológica.

Vale a pena salientar o equívoco que consiste em afirmar que comunidades tradicionais são essencialmente conservacionistas. Essas reduções são simplistas, pois conferem às populações inseridas e relacionadas com o ecossistema, acepções míticas e idealizadas que não contemplam a complexidade das relações humanas sobre o território. Da mesma forma, a visão do homem, como agente destruidor do meio natural, é igualmente problemática, uma vez que afasta os grupos da vivência com o ecossistema. A presente investigação mostrou que o distanciamento dos ribeirinhos com relação ao território natural contribui para a emergência de Representações pejorativas.

Quando se buscou identificar o amparo que os Planos de Manejo dão às populações tradicionais de comunidades em território pesqueiro, ficou evidenciado o quanto a noção dissociativa, que está na gênese da concepção das áreas protegidas, está também amalgamada nestes instrumentos de gestão. A prerrogativa básica de participação popular ativa, nos processos de elaboração do instrumento, foi garantida por meio da realização das oficinas participativas nas comunidades fronteiriças. Contudo, a análise mostrou que, apesar do diagnóstico ter tocado em questões relativas a certas dinâmicas socioespaciais nos territórios, as

ações formuladas para cada UCN repetem-se, entre si, destacando o viés generalista dos planos. Na verdade, as ações instituídas estão mais voltadas ao suprimento dos objetivos das Unidades de Conservação, elencados pelo SMUP e referenciados no SNUC, do que responder às demandas de populações locais em prol da conservação do ecossistema.

A dissonância entre as dinâmicas socioambientais e as ações propostas pelos Planos de Manejo é uma consequência da política de criação de áreas protegidas, pautada nos valores biofísicos do território natural. Dessa forma, ficou comprovada a hipótese desta investigação, segundo a qual os atuais instrumentos de salvaguarda da natureza ainda reproduzem padrões dissociativos das dimensões humana e natural, nas suas disposições. A falta de reconhecimento institucional das práticas sociais e culturais dessas comunidades os deixa à mercê das imposições dos atuais instrumentos e das intervenções de cunho urbanístico. Tais intervenções comprometem a integridade de seus modos de vida, suprimindo seus costumes arraigados e, muitas vezes, seculares. As melhorias advindas da urbanização fazem com que os moradores avaliem positivamente a mudança da dinâmica das comunidades, mesmo que tenham perdido suas referências culturais e uma atividade econômica outrora vital.

Dessa forma, torna-se evidente a incoerência da conservação da natureza na cidade: por um lado, são coibidas certas práticas consideradas nocivas à integridade do ecossistema, como as práticas extrativistas dos moradores ribeirinhos. Porém, por outro lado, se permite o uso e aproveitamento do espaço geográfico das UNC para operações urbanas, mesmo que elas comprometam a dinâmica de comunidades locais, como no caso da implantação da Via-Mangue. De uma forma ou de outra, a natureza na cidade e, especialmente, os ecossistemas de manguezal que se inserem nas áreas urbanas mais adensadas, são enquadrados em concepções utilitárias.

Dada a postura antropocêntrica do homem frente à natureza, compreende-se a pressão exercida pelos interesses utilitaristas. A questão que se coloca é: quem chancela ou promove o que tem valor utilitário? As camadas mais privilegiadas, porque mantêm o domínio sobre os instrumentos de poder e gestão, ou os mais pobres que, embora não tenham supremacia no processo de gestão, se utilizam da

natureza como recurso, mesmo que seja para sua sobrevivência? Haveria uma via de mão única para equalizar esse problema ou é necessário um pacto político consensuado entre essas forças?

Estas questões necessitam serem respondidas em estudos futuros, envolvendo outros agentes que não, especificamente, os moradores das comunidades. Contudo, como conclusão, compreende-se que, apesar do modelo difundido de salvaguarda da natureza conseguir, até certo ponto, proteger as áreas de remanescentes florestais em contexto urbano, ainda há um longo caminho a se percorrer, no que tange ao reconhecimento das populações locais como propulsoras da conservação desses bens. De fato, as dinâmicas socioespaciais são engendradas com base nas Representações Sociais que os habitantes formulam sobre o ecossistema. É sempre um risco buscar garantir a conservação da natureza apenas recorrendo às ações institucionais, fiscalização e monitoramento de áreas protegidas. Não é prudente considerar que delimitações físico-geográficas conseguem conter investidas antrópicas sobre o meio natural, assim como é igualmente imprudente considerar que as relações homem-natureza são inerentemente destrutivas ou conservacionistas. O que as tornam destrutivas/conservacionistas é a forma como elas representam o meio natural; e, aí, está a chave para qualquer política de conservação da natureza: a salvaguarda não é uma questão de delimitar e levantar muros, mas uma questão de reconhecer, compreender e atuar conjuntamente com as Representações Sociais elaboradas sobre o território.

Por fim, intui-se que a concepção sobre a natureza é plural, variando de acordo com as sociedades e suas cosmovisões. Superar modelos dicotômicos ou concepções pautadas nos atributos biofísicos dos sítios compreendidos como naturais significa alçar o entendimento sobre a natureza para a sua dimensão cultural. No caso dos manguezais do Recife essa questão é indeclinável, numa cidade historicamente marcada pela confluência entre o natural e o antrópico e que na década 1990, não por menos, foi justa e perfeitamente, reconhecida como a *manguetown*.

REFERÊNCIAS

- A CIDADE (CLIFE) - CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. Gui Ramalho. Produção: Yara Rosenthal, 1994. Vídeo (4:50seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UVab41Zn7Yc>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- AGUIAR, Ludmila Silva; ARAUJO, Cristina Pereira. Dois pesos, duas medidas na apropriação de terras do Recife: os casos da comunidade do Coque e do condomínio Le Parc Boa Viagem. **Oculum Ensaios**, v.17, 2020.
- ALCANTARA, Gisele Oliveira; LEITE, Janete Luzia. A Mercantilização da Proteção Ambiental: a Responsabilidade Socioambiental e a Sustentabilidade em questão. **O Social em Questão**, n.40, p.103-134, 2018.
- ALIANDRO, Hygino. William Wordsworth. **Revista de História**, v.5, n.11, p.63-73, 1952.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Edições Loyola, 10 ed. 2005. 225p.
- ALVES, José Jakson Amancio. **A contribuição de Josué de Castro no estudo e combate à fome e sua repercussão científica na política geográfica**. Revista de Geografia, v.25, n.2, p.98-112, 2008.
- ANDRADE, A. P. Sobre uma área protegida Parque Nacional de *Yellowstone* - Estados Unidos da América. **SETA**, s.d. Disponível em: <www.seta.org.pt/artigo1_25.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.
- ARAÚJO, Rosana Matos. **Natureza na Cidade: reflexos de visões de natureza sobre modelos urbanos**, 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ATHIAS, Jonas P. Baliley. Urban Foraging and Greenspace Planning: Challenges and opportunities for Recife, Brasil. Dissertação (Master of Science in Integrated Urbanismo and Sustainable Desing), 2020. University of Stuttgart, Germany, 2020.
- BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- BARBOSA, Fernanda Gomes. **Estrutura e análise espaço temporal da vegetação do manguezal do Pina, Recife-PE: Subsídios para o manejo, monitoramento e conservação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70. 1977. 224p.
- BEZERRA, Onilda Gomes. Paisagem como totalidade Homem-Natureza. In: VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti et al. (Org.). **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.2. João Pessoa: Patmos Editora, 2017. p.34-51.

_____. **O Manguezal do Pina: a representação sócio-cultural de uma paisagem.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

_____. O patrimônio natural no contexto da conservação integrada. **Revista Patrimônio e Memória**, v.14, n. 1, p.51-68, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. In: ORTIZ, Renato. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

BOWER, Tom. **The Perceptual World of the Child (The Developing Child)**. USA: Fontana Press, 1977. 96p.

BRASIL. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. **Voto do Relator do Projeto de Lei nº 2.891, de 1 de janeiro de 1992, Deputado Fernando Gabeira**, BRASÍLIA, DF, 8 ago. 1996.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. **Decreto nº 1.035, de 10 de janeiro de 1937**. Cria o Parque Nacional do Iguassú e dá outras providências, Rio de Janeiro, 10 jan. 1937.

_____. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências, Brasília, DF, 22 ago. 2002.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Brasília, DF, 7 fev. 2007.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Brasília, DF, 18 jul. 2000.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, Brasília, DF, 25 mai. 2012.

_____. Ministério da Agricultura. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). **Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil**, Brasília, DF, 1979.

_____. **Projeto de Lei nº 2.892, de 1 de janeiro de 1992**. Dispõe sobre os Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza, cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dá outras providências, Brasília, DF, 1 jan. 1992.

BRESSAN, Delmar Antônio. **Gestão Racional da Natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996. 112p.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. Conflitos em Unidades de Conservação. **PRACS**, n.1, p.1-12, 2008.

BRITO, Maria Cecília Wey. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. 1. ed, v.1, São Paulo: Annablume - comunicação, 2000. 230p.

CAMPOS, Rui Ribeiro. Josué de Castro e o direito à alimentação. **Geografia em Questão**, v.5, n.1, p.28-46, 2012.

CAMPOS, Dóris Janylla Siqueira Lopes. A via mangue sob o olhar do ordenamento territorial urbano em Recife-PE: o lugar dado às famílias pobres. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.4, n.2, p.207-231, 2015.

CASCUDO, Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Global editora, 2003. 318p.

_____. **Surpestição no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Global editora, 2001. 496p.

CASTRO, Josué. Mocambo: habitação higiênica. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1936.

_____. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. 170p.

_____. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. 226p.

_____. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967a. 177p.

_____. **Geografia da fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967b. 332p.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. Comunidade e Identidade: A liga social contra o mocambo e a construção de um sentido de comunidade e identidade na periferia da cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940. **Escritas**, v.7, n.2, p.215-229, 2015.

CHICO BUARQUE. **Construção**. Rio de Janeiro: Phonogram: 1971. Disco Sonoro (Construção). Produção: Roberto Menescal, (31min).

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **A Cidade**. Rio de Janeiro: Estúdio Nas Nuvens: 1994a. Disco Sonoro (Da Lama ao Caos). Produção: Liminha, (50min).

_____. **Antene-se**. Rio de Janeiro: Estúdio Nas Nuvens: 1994b. Disco Sonoro (Da Lama ao Caos). Produção: Liminha, (50min).

_____. **Da Lama ao Caos**. Rio de Janeiro: Estúdio Nas Nuvens: 1994c. Disco Sonoro (Da Lama ao Caos). Produção: Liminha, (50min).

_____. **Rios, Pontes e Overdrives**. Rio de Janeiro: Estúdio Nas Nuvens: 1994d. Disco Sonoro (Da Lama ao Caos). Produção: Liminha, (50min).

_____. **Risoflora**. Rio de Janeiro: Estúdio Nas Nuvens: 1994e. Disco Sonoro (Da Lama ao Caos). Produção: Liminha, (50min).

_____. **Manguetown**. Rio de Janeiro: Estúdio Nas Nuvens: 1996. Disco Sonoro (Afrociberdélia). Produção: Eduardo BiD, (1h10min).

CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMED). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015. 159p.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Populações tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: USP, 1992. 66 p

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. 169p.

DINIZ, Juliana Mota. **Reconectando Natureza-Cultura e Tradicional-Moderno na superação de uma crise civilizatória: pela decolonialidade do poder, saber e ser**. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**, 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p.7-28.

ENCONTRO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO RECIFE. **Carta dos Pescadores e Pescadoras do Recife**. Recife, 2017. Disponível em: <http://cppnenordeste.blogspot.com/2017/10/carta-do-encontro-dos-pescadores-e.html>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ENGELS, Frederich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Londres, 1845.

FADE - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento. SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco. **Plano de Ação Integrada de Investimento para a ZEIS Ilha de Deus - Diagnóstico sócio-organizativo**. Recife, 2007.

FARR, Robert. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**, 14ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.27-51.

FRANCO, José Luís de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral. **Historiæ**, v.6, p.233-270, 2015.

FRED ZERO QUATRO. **Manifesto Caranguejos Com Cérebro**. [online], 1992. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/textos_manifesto1.html. Acesso em: 08 de jan. de 2022.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. 221p.

GEERZ, Clifford. **Local Knowledge**. USA: Basic Books, 1983. 244p.

GODELIER, Maurice. **L'Idéal et le matériel: Pensée, économies, sociétés**. Paris: Fayard, 1984.

GODOY, Ana. O modelo da natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.14, p.129-137, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os pentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**, 14ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.153-182.

HOFFMANN, Juliana Najados. **Representações Sociais de professores sobre a autoridade docente**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

HOLDGATE, Martin. **The Green Web: A Union for World Conservation**. London: Earthscan, 1999.

HOMENS E CARANGUEJOS (FILME). Paulo de Andrade. Produção: Visulmbra Filmes, 2020. vídeo (25min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FW_zoO6iNeo. Acesso em: 18 jan. 2022.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília, DF, 2018.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Org.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001. p.17-44.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. O processo de ocupação e crescimento do espaço urbano do Recife. **Revista do Instituto do Ceará**, p125-152, 2004.

KEMF, Elizabeth. In Search of a Home: Protected Living in or Near Protected Areas. In: KEMF, Elizabeth; McNEELY, Jeffrey. **The Law of the Mother: Protecting Indigenous Peoples in Protected Areas**. San Francisco: Sierra Club Book.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental**. São Paulo: Elefante, 2019. 456p.

MARSH, George Perkins. **Man and Nature: Or, Physical Geohraphy as Modified by Human Action**. Cambridge: Harvard University Press. ([1864] 1965).

MELO, Maria das Dores de Vasconcelos Cavalcanti. **A Representação Social como chave para o entendimento das florestas possíveis na Cidade** - Estudo de caso na Mata Atlântica de Dois Irmãos - Recife/PE. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MELO, Roberto Beltrão. **Malassombramentos: Os arquivos secretos d'O Recife assombrado**. Recife: Bagaço, 2010.

MELO, Roberto Beltrão. *O Pai-do-mangue*. **Blog O Recife Assombrado**. Recife, 23 out. 2016. Disponível em: <https://www.orecifeassombrado.com/assombracoes/o-Pai-do-mangue/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MELO FILHO, Djalma Agripino. Uma hermenêutica do ciclo do caranguejo. In: ANDRADE, Manoel Correa et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 61-72.

MELO NETO, João Cabral. **Obra completa: volume único**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. João Cabral. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1996.

MENCE, Anthony. **IUCN: how it began, how it is growing up**. IUCN, Gland: IUCN, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999. 416p.

MORIN, Edgar. **La method: 4. Les idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organization**. Paris: Seuil, 1991. 264p.

MORTE E VIDA SEVERINA | ANIMAÇÃO COMPLETO. Afonso Serpa. Produção: Massangana Multimídia, 2010. Vídeo (55min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cIKnAG2Ygyw>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**, 14ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.7-15.

_____. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, 404p.

MOURA, Célio Henrique Rocha; BEZERRA, Onilda Gomes; SILVA, Joelmir Marques; ALBUQUERQUE, Caio Coelho Silva. Natureza e Patrimônio: uma discussão sobre os valores culturais da Mata de Dois Irmãos e da Mata do Engenho Uchôa – Recife/PE. **Revista brasileira de meio ambiente**, v.8, n.3, p. 176-193, 2020.

MUNDOLIVRE S/A. **Cidade Estuário**. São Paulo: Estúdio Be Bop: 1994. Disco Sonoro (Samba Esquema Noise). Charles Gavin e Carlos Eduardo Miranda, (56min).

NAESS, Arne. The Shallow and the Deep, Longo-Rang Ecology Movement: A Summary. In DRENGSON, Aalan; INOUE, Yuichi (Orgs.). **The Deep Ecology Movement: An Introductory Anthology**. Berkeley: North Atlantic, 1995. p.3-9.

NE10. Depois de 14 anos, Recife ganha um novo shopping. RioMar abre as portas nesta terça. **NE10**, Recife (PE), Economia, 29 out. 2012. Disponível em: <https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/economia/noticia/2012/10/29/depois-de-14-anos-recife-ganha-um-novo-shopping-riomar-abre-as-portas-nesta-terca-377408.php>. Acesso em: 13 jan. 2022.

OLIVEIRA, Waldemar. **Geologia da Planície do Recife**: contribuição ao seu estudo. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio. Tese de concurso à cátedra de História Natural da Escola Normal Oficial de Pernambuco, 1942.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. In: Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972. 6p.

PASSMORE, John. Atitudes frente à Natureza. **Revista de Geografia**. Tradução Christine Rufino-Dabat. v.11, n.2, p.213-220, 1995.

PENA FILHO, Carlos. O início. In: COUTINHO, Edilberto. **Presença poética do Recife**: crítica e antologia poética. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundarpe, 1983. p.179-188.

PERNAMBUCO. **Lei nº 13.787, de 8 de junho de 2009**. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Recife, PE, 8 jun. 2009.

PETERS, Gabriel. Pierre Bourdieu. In: TELLES, Sarah Silva; OLIVEIRA, Solange Luçan. **Os Sociólogos**. Petrópolis: Vozes, 2018. p.188-215.

PETO, Lucas Carvalho; VERÍSSIMO, Danilo Saretta. Natureza e processo de trabalho em Marx. **Psicologia & Sociedade**, v.30, p.1-11, 2018.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e representações urbanas. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 42, p. 417-434, 2001.

POTTER, Jonathan; WHETHERELL, Margaret. **Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour**. Londres: Sage Publicationr, 1987. 256p.

RECIFE. **Decreto nº 25.565, de 1 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Unidade Protegida Parque dos Manguezais. Recife, PE, 1 dez, 2010.

_____. **Decreto nº 33.832, de 29 de julho de 2020**. Regulamenta a Unidade de Conservação da Natureza - ARIE São Miguel, Recife, PE, 29 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 33.848, de 3 de agosto de 2020.** Regulamenta a Unidade de Conservação da Natureza - ARIE Tamandaré, Recife, PE, 3 ago. 2020.

_____. **Lei nº 7.427, de 19 de outubro de 1961.** Código de Urbanismo e Obras, Recife, PE, 19 out. 1961.

_____. **Lei nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983.** Lei de Uso e Ocupação do Solo, Recife, PE, 17 jan. 1983.

_____. **Lei nº 15.547, de 19 de dezembro de 1991.** Estabelece as diretrizes gerais em matéria de política urbana, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento da cidade do Recife, cria o Sistema de Planejamento e de Informações da cidade e dá outras providências, Recife, PE, 19 dez. 1991.

_____. **Lei nº 15.946, de 31 de agosto de 1994.** Institui o Parque dos Manguezais, estabelece o Programa de Dinamização Urbana de sua área de influência, cria incentivos e formas para sua implementação e dá outras providências, Recife, PE, 31 ago. 1994.

_____. **Lei nº 16.176, de 9 de abril de 1996.** Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife. Recife, PE, 9 abr. 1996.

_____. **Lei nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008.** Promove a revisão do Plano Diretor do município do Recife. Recife, PE, 29 dez, 2008.

_____. **Lei nº 17.542, de 8 de abril de 2009.** Presta homenagem a Josué de Castro alterando denominação do Parque dos Manguezais para Parque dos Manguezais Josué de Castro, Recife, PE, 8 abr. 2009.

_____. **Lei nº 18.014, de 10 de maio de 2014.** Sistema Municipal de Unidades Protegidas, Recife, PE, 10 mai. 2014.

_____. **Lei nº 18.770, de 29 de dezembro de 2020.** Institui o Plano Diretor do Município do Recife, revogando a lei municipal nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008, Recife, PE, 29 dez. 2020.

REDFIELD, Robert. The Social Organization of Tradition. In: POTTER, Jack. et al. **Peasant Societies**. Boston: Little Brown. 1971.

ROCHA, Leonardo; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais Brasileiros: Problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, p. 205-226, 2010.

ROCHA, Luis Fernando. **Teoria das representações sociais:** a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.34, n.1, 2014.

ROSSI, Marina. Quando a seca criou os 'campos de concentração' no sertão do Ceará. **El País**, Senador Pompeu (CE), BRASIL, 4 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546980554_464677.html. Acesso em: 13 jan. 2022.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Planaltina, março, 2017. 93p.

SANTOS, Everson Cardoso; SAMPAIO, Cláudio Luis Santos. A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de Tradicional a Marginal. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v.11, n.4, p.513-524, 2013.

SANTOS, Andreia Patrícia; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. As influências globais, nacionais e locais na criação de uma política ambiental: o Sistema Municipal de Unidades de Conservação da Natureza (SMUP) em Recife, Pernambuco. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.9, p. 62-87, 2020.

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do Patrimônio Natural. **Diálogos**, v. 10, p.55-78, 2006.

SILVA, Oswaldo Pereira. **Pina, Povo, Cultura, Memória**. Olinda: Produção Alternativa, 1990. 69p.

SILVA, Jorge José Araujo. **Fatores externos e internos que alteram a vida do homem e o ecossistema manguezal do rio Jordão - Pernambuco**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Luiz Henrique Alves. **Reflexões sobre a política de conservação ambiental e a criação de unidades de conservação na cidade do Recife: o Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro**, 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Kelly Regina Santos. **A reprodução da geografia social do capitalismo no território do Pina (Recife-PE)**, 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, Júlio César Felix; GOMES, Edvânia Torres Aquiar; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves. A Cidade: Uma leitura Geográfica da Paisagem Urbana da metrópole pelo Pina, Recife – PE. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.5, p.55-73, 2016.

SILVA, Elisabeth Regina Alves Cavalcanti; ASSIS, Daniella Roberta Silva; SILVA, Jadson Freire; MELO; José Gustavo da Silva; GALVÍNCIO, Josiclêda, Domiciano. Análise espaço-temporal das características do mangue urbano no estuário do Pina (Pernambuco). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.1, n.1, p.30-38, 2018.

SOUZA, Cláudio Moraes. A Flânerie *Manguebeat* na *manguetown*: construindo imagens de si e da cidade. **Estudo de Sociologia**, v.11, n.2, p.83-102, 2005.

SOUZA, João Vitor Campos. **Congressos mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA, José Arilson Xavier. A geograficidade no caminhar de peregrinos. **Geograficidade**, v.8, n.1, p.47-61, 2018.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**, 14ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.95-118.

TAVARES, Patrícia Ferreira; COELHO JUNIOR, Clemente. Uma abordagem sobre a perda de áreas de manguezal pelas leis autorizativas no estado de Pernambuco. **IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, p.1-11, 2013.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 537p.

THOREAU, Henry David. **Walden**. New York: Time Incorporated, 1962. 330p.

IUCN (IUCN). **Categories, objectives and criteria for protected areas: a final report**. IUCN, 1978. 26p.

_____. **Guidelines for Protected Area Management Categories**. IUCN Commission on National Parks and Protected Areas; World Conservation Monitoring Centre. 1994. 83p.

_____. **Defining Protected Areas**. Gland: IUCN, 2008. 220p.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**, 14ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.119-149.

WORDSWORTH, William. **The Excursion**. Ithaca: Cornell UP, 2007

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - MORADORES

PARQUE DOS MANGUEZAIS

ENTREVISTA COM MORADORES DO ENTORNO

PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1) Gênero:
- 2) Idade:
- 3) Ocupação:
- 4) Nível de escolaridade:
() Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior
() Pós graduação () Outro
- 5) Local de estudo ou trabalho:

PERTENCIMENTO

1. Há quanto tempo Mora na região? Morava onde antes? E seus familiares já moravam nessa área? Por que veio morar nela?
2. Tem vontade de morar em outro lugar? Por quê?
3. Que nome você dá a este lugar?
4. Essa área sempre foi assim ou era diferente? Como era antes? O que mudou?

CONHECIMENTO DO LUGAR

1. O que é o manguezal?
2. O que você sabe sobre o Parque dos Manguezais? Da história, do povo, do mangue, do rio, do mar, etc.
3. Para você o Parque dos Manguezais é algo bom ou ruim para a área?
4. Para que serve o Parque dos Manguezais?
5. Qual elemento ou elementos você destacaria como mais importante desse manguezal?
6. O que as pessoas da área mais gostam de fazer em relação ao Manguezal? Quais as atividades mais importantes?
7. Quais os problemas desta área? O que é mais relevante?

RELAÇÃO COM O LUGAR/PAISAGEM E VALORIZAÇÃO

1. O Parque dos Manguezais é importante para você? O que é mais importante? Por quê?
2. O que significa morar perto do manguezal para você?

3. O que mais gosta na região que mora? O que mais gosta de fazer aqui? Por quê?
4. E o que não gosta? O que você acha que deveria ser retirado daqui?
5. Você se sente parte do manguezal? Em que sentido?
6. Você concorda com a retirada desse Manguezal? Se fosse retirado, o que você acha que deveria ser colocado no lugar?
7. O que o Manguezal representa para você? Defina com uma palavra ou frase.
8. Você acha que o Manguezal constitui uma paisagem? O que é uma paisagem para você? Qual o elemento dessa paisagem que você destaca como sendo o mais importante?
9. Você acha que o manguezal contribui em alguma coisa para sua qualidade de vida?
10. O que acha dos novos empreendimentos/edifícios ao redor do manguezal?
11. O que você acha da via-mangue? Foi bom ou foi ruim?

COMPROMISSO E ENVOLVIMENTO COM O LUGAR

1. Você acha que o Manguezal é bem tratado? Por quê?
2. Como deveria ser tratado?
3. Quem cuida ou deveria cuidar do Manguezal?
4. Você faz alguma coisa para proteger o Manguezal? O que? Se tivesse que fazer algo para protegê-lo o que faria?
5. O que você propõe para melhorar a conservação do Manguezal?
6. Quem mais você acha que deveria se envolver na conservação do Manguezal?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “UMA IMERSÃO NA MARÉ PARA ALÉM DAS CERCAS: as representações sociais da Unidade de Conservação Parque dos Manguezais, Recife-PE”, que está sob a responsabilidade do pesquisador Célio Henrique Rocha Moura, endereço – XXXX – Telefone XXXX – email: XXXX.

A pesquisa está sob a orientação de Tomás de Albuquerque Lapa, Telefone: XXXX, e-mail: XXXX. Também conta com a coorientação de Onilda Gomes Bezerra, Telefone: XXXX, e-mail: XXXX.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Esta pesquisa é realizada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, e tem como objetivo estudar as representações sociais (que são a forma como as pessoas coletivamente referenciam um objeto ou tema) elaboradas para o Parque dos Manguezais, floresta urbana de manguezal no bairro do Pina, zona sul da cidade. Através destas representações sociais, pretende-se identificar os valores patrimoniais (o que existe de mais importante no Parque), para ser utilizado pela gestão pública para o melhoramento do reconhecimento das virtudes da área e, conseqüentemente, da gestão, aproximando a população, de uma maneira geral, às decisões sobre o futuro do parque e do território ao redor. Isso implica na realização da coleta de dados com moradores da vizinhança do parque. Para isso, foi elaborado o um questionário, onde os participantes deverão inserir seus conhecimentos acerca dos temas apresentados nas perguntas. A previsão para responder as perguntas é de 5 a 10 minutos. Se questionará os participantes sobre suas visões sobre o Parque dos Manguezais, principais atributos que estes conferem, suas demandas e perspectivas, desejando levantar como se relacionam estas pessoas e qual a sua postura frente ao fragmento florestal.
- **RISCOS:** Algumas respostas podem conflitar com interesses políticos ou denunciar certas ações ilegais que indivíduos realizam no entorno. Esses fatores podem representar riscos aos entrevistados no caso da exposição das suas identidades junto às respostas. Para garantir o total sigilo das informações, não será solicitado o nome dos entrevistados, seu local de moradia nem seu setor específico de trabalho. Também serão proibidas fotos dos entrevistados. Na redação do texto de dissertação serão suprimidas informações que possam dar indícios exatos do entrevistado, sendo expostos sob a nomenclatura de “Entrevistado 1, 2, 3...”. Todo material de áudio obtido será armazenado em computador pessoal, localizado na residência do pesquisador e não será transmitido ou repassado para ninguém além do pesquisador principal.
- **BENEFÍCIOS diretos/indiretos para os voluntários:** Não existirão benefícios diretos aos agentes entrevistados durante esta investigação. Contudo, como benefícios indiretos se destacam uma melhoria no sistema de gestão pública da área protegida que consiga agregar as diferentes pessoas envolvidas com o Parque dos Manguezais. Esse resultado, se bem alcançado, pode representar um ganho para comunidades do entorno que passam a ter suas visões e demandas sobre o ecossistema a que estão associadas melhor traduzidas para o poder público, que por sua vez pode se utilizar do instrumento das representações sociais aqui desvendados para facilitar os processos de gestão e elaboração dos planos de manejo para unidades de conservação da natureza como um todo.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que caso decidam, não serão penalizados de forma alguma. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo. Assim, o sigilo da participação é integralmente garantido. Os dados coletados nesta pesquisa (respostas de formulários), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador responsável (Célio Henrique Rocha Moura) no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).**

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “UMA IMERSÃO NA MARÉ PARA ALÉM DAS CERCAS: as representações sociais da Unidade de Conservação Parque dos Manguezais, Recife-PE”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Impressão
digital

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

ANEXO A – CARTA DOS PESCADORES E PESCADORAS DO RECIFE (2017)

“Pescadoras e Pescadores na Luta em Defesa de Direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais”

É com a força das lutas cotidianas de mulheres e homens da pesca artesanal que nós, das Comunidades Tradicionais Pesqueiras da cidade de Recife (Brasília Teimosa, Bode, Ilha de Deus, Coelho, Coque, Vila São Miguel, Caranguejo Tabaiaras, Vila da Imbiribeira, Vila Tamandaré, Ponte do Limoeiro, Espaço Ciência) e Ilha do Maruim em Olinda, com o apoio das organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, apresentamos, através desta carta, o nosso Grito de Resistência por ocasião do **ENCONTRO DOS PESCADORES E PESCADORAS DE RECIFE**, que teve como tema *“Pesca Artesanal no Recife: Desafios e Perspectivas na Consolidação dos direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais”* e cuja realização deu-se nos dias 18 e 19 de setembro de 2017, às margens do Rio Capibaribe, no Memorial de Medicina de Pernambuco, Recife, Brasil.

Cidade do Recife que surgiu de uma Vila de Pescadores, onde a maior parte de seus bairros constituiu-se como marca de uma vida ribeirinha, historicamente influenciada pelos rios, mangues, estuários, córregos e a própria pesca artesanal. Sem dúvida, Recife necessita reencontrar-se consigo ao valorizar seu mundo das águas e aquelas e aqueles que sempre fizeram desse recurso natural, principal meio de existência material e simbólico de suas vidas. Por isso, o Encontro foi também um Grito Histórico.

Nele [no Encontro], discutimos e constatamos que as nossas Comunidades Tradicionais Pesqueiras Urbanas vivenciam cotidianamente sistemáticas pressões e violências provocadas pelo desenvolvimento de um projeto de cidade cada dia mais excludente em termos de classe, juventude, gênero e raça/etnias; que nega a existência e o pleno desenvolvimento das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Tudo isso se liga a um projeto de cidade ambientalmente injusto, que encontra nos rios uma comprovação desse fenômeno, a partir das formas insustentáveis de usos de suas águas (esgotamento doméstico; depósito e descarte de resíduos domésticos, hospitalares e industriais; desmatamento dos mangues; assoreamento

dos rios; especulação imobiliária e urbanização negadora da reprodução do modo de vida ribeirinho/pesqueiro).

Intensificando esse aspecto, a ausência de dados sobre a produção pesqueira e o não reconhecimento dessas populações como ocupantes históricas dessas áreas urbanas, produzem ainda mais bloqueios para a continuidade desse modo de vida tradicional em termos de produção econômica e de identidade sociocultural.

Apesar disso, como aspectos da resistência das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, que trabalham há décadas em rios e mangues maltratados por este modelo de cidade, dados preliminares demonstram que mais de 1.400 famílias vivem diretamente da produção de pescados, retirada dessas águas. Comunidades como Ilha de Deus, juntamente com Vila da Imbiribeira e Bode, produzem mensalmente mais de 30 toneladas de polpa de sururu, além de outras espécies de peixes, moluscos e crustáceos, o que reflete a importância da pesca artesanal para a soberania e segurança alimentar e também econômica dessas comunidades – assim como para uma significativa parcela da população da cidade. Recife possui hoje, a maior frota de embarcações lagosteiras de Pernambuco, com 40 embarcações licenciadas, envolvendo diretamente mais de 200 pescadores.

Outro fato relevante e que, de certa maneira, anuncia a tradição da pesca na cidade de Recife, é a capital pernambucana ter a Colônia de Pesca mais antiga do estado, cuja criação ocorreu no início da década de 1920.

Diante dessa realidade, que nos mostra a concretude da atividade pesqueira artesanal na cidade de Recife como fonte de reprodução da vida de mais de mil famílias, chamamos a atenção para a existência dos Territórios Pesqueiros Urbanos. Os Territórios Pesqueiros são constituídos por elementos concretos e subjetivos que permeiam a referida atividade – como a água dos rios, mangues, mares e marés; a terra que serve para moradia, vivências e trabalho; além das relações históricas, identitárias e afetivas que as comunidades mantêm com esses espaços.

A violência com as comunidades pesqueiras artesanais se dá principalmente em dois âmbitos. Um deles é o âmbito político, pela ausência de políticas públicas direcionadas às comunidades e à atividade, ou pela efetivação de políticas que

resultam em consequências negativas, como privatização de áreas de uso comum e negação do acesso às áreas de navegabilidade. O outro âmbito, que se relaciona com o anterior, é o territorial, onde a violência se dá tanto pela poluição e degradação da natureza nos espaços de pesca (e na cidade de forma geral), refletindo-se em impactos sobre a reprodução e diversidade de espécies pesqueiras; como também pelo avanço do capital privado e/ou do Estado nesses territórios, através de empreendimentos e apropriações diversas, que disputam um espaço secularmente ocupado e apropriado por essas comunidades por meio do trabalho pesqueiro.

Os Territórios Pesqueiros Urbanos de Recife são, nesse sentido, invisibilizados, criminalizados e ameaçados, o que contribui dentre outras coisas, para uma crescente precarização da atividade e instabilidade econômica para as famílias que vivem da referida atividade.

Soma-se ao descaso dos poderes públicos municipais e estadual, o período de grandes retrocessos políticos, econômicos, sociais e culturais que vive o país hoje, com a negação de direitos constituídos. Direitos estes, conquistados com muitas lutas populares ao longo de todo século XX, sendo cristalizados na Constituição Federal de 1988. Tal conjuntura de perda de direitos tem, de forma indireta e direta, impactado (e continuará impactando) negativamente as Comunidades Tradicionais Pesqueiras de Recife.

Nesse sentido, as 12 comunidades presentes no Encontro, objetivam o reconhecimento da sua agenda histórica de reivindicações, seja contra o constante descaso das autoridades locais, estaduais e federal; seja em favor da implementação e conquista de direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal (registros trabalhista e previdenciários); seja por um atendimento/assistência a saúde que contemple as particularidades dos homens e mulheres que vivem da pesca – em especial, à saúde das mulheres, susceptíveis a doenças ocupacionais por estarem muito tempo dentro da água e expostas às insalubridades do ambiente de trabalho degradado. Além disso, cabe ressaltar as situações de vulnerabilidade às quais essas mulheres estão expostas, como assaltos, estupros e violências. Ademais, esses territórios por se caracterizarem pela

população negra e em situação de pobreza, vivenciam ainda, diariamente, o extermínio e encarceramento de jovens negros e negras.

Por fim, numa cidade envolvida pelas águas, as questões apresentadas que afetam as comunidades pesqueiras, também afetam toda a população recifense. Reafirmamos, portanto, nossos compromissos de luta em defesa e reconhecimento dos Territórios Pesqueiros e garantia dos direitos das comunidades tradicionais.

Recife, 19 de setembro de 2017.

